



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MESTRADO EM TURISMO

SUZANA DE MENDONÇA RODRIGUES

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA CHAPADA
DIAMANTINA NORTE, BAHIA: REFLEXÕES SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Natal

2022

SUZANA DE MENDONÇA RODRIGUES

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA CHAPADA DIAMANTINA
NORTE, BAHIA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Turismo, na área de Turismo, Desenvolvimento e Gestão. Linha de Pesquisa: Turismo e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Francisco Fransualdo de Azevedo, Dr.

Natal

2022

Rodrigues, Suzana de Mendonça.

Turismo e Desenvolvimento na Chapada Diamantina Norte, Bahia
reflexões sobre políticas públicas e participação social / Suzana
de Mendonça Rodrigues. - 2022.
285f.: il.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do
Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas,
Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo.

1. Dimensão Espacial do Turismo - Dissertação. 2. Políticas
Públicas - Dissertação. 3. Participação Social - Dissertação. 4.
Desenvolvimento Local e Regional - Dissertação. 5. Programa de
Regionalização do Turismo - Dissertação. I. Azevedo, Francisco
Fransualdo de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
III. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 338.48:338.1

SUZANA DE MENDONÇA RODRIGUES

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO NA CHAPADA DIAMANTINA
NORTE, BAHIA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE POLÍTICAS
PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Turismo, na área de Turismo, Desenvolvimento e Gestão. Linha de Pesquisa: Turismo e Desenvolvimento Regional.

COMISSÃO JULGADORA:

Profª. Drª. Cristiane Alcântara de Jesus Santos
Universidade Federal de Sergipe
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Membro da Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Presidente da Banca Examinadora

Natal, 31 agosto de 2022

Dedicatória

Aos meus pais, Antônio Suderlan e Maria Isolda, pelo cuidado ao longo de minha criação e pelo empenho para que eu pudesse ter acesso aos estudos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Jeová Deus que esteve comigo nessa jornada do começo ao fim. A escrita de uma pesquisa é uma caminhada solitária, mas eu nunca estive sozinha. Cada entrevista realizada, cada parte escrita e etapa finalizada foi motivo de gratidão.

Agradeço ao professor Dr. Francisco Fransualdo, meu orientador, que esteve comigo ao longo do mestrado na UFRN. Sou grata pelos aprendizados e por ter tido a oportunidade de vivenciar momentos em que você demonstrou humildade em compartilhar conhecimentos; a professora Dra. Cristiane Alcântara, que me acompanha há mais de 10 anos. Ao longo desses anos foram diversas etapas, tais como: Laboratório de Eventos, Programa de Iniciação Científica e orientação da monografia na Universidade Federal de Sergipe. Além de contribuir participando como avaliadora desse estudo; ao professor Dr. Mozart Fazito que deu ricas contribuições para a minha pesquisa, tanto durante a disciplina Turismo e Desenvolvimento quanto através da sua participação nesse trabalho.

A todos que participaram das entrevistas e, assim, contribuíram para a realização dessa pesquisa: setor público, setor privado e associações de Jacobina e Senhor do Bonfim. Aos que além de participar da entrevista compartilharam contatos e indicaram aplicativos para registrar a visita de campo. A Lucivaldo Santos que conduziu uma visita de campo realizada em Jacobina. Sou grata a todos que ficaram empolgados com as entrevistas e que solicitaram algum tipo de colaboração referente ao turismo.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano por ter concedido o afastamento para cursar a pós-graduação. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN e aos colegas que de alguma forma contribuíram com a minha jornada. Destaco Henrique que desde o primeiro semestre partilhamos os momentos felizes e as incertezas; e Verônica pelos momentos de lazer compartilhados nos banhos de mar em Ponta Negra.

Aos meus pais, Antônio Suderlan e Maria Isolda, que sempre me apoiaram ao longo de minha vida e me deram condições de prosseguir com meus estudos. Às minhas irmãs: Aurilene, Aurineide, Sulamita e aos meus irmãos Suderlei, Suderli (in memoriam) e Pedro (in memoriam) e aos meus sobrinhos, todos vocês contribuíram para eu ser quem sou hoje.

A mim por ter tido disciplina nos momentos que já não tinha motivação. Algumas dificuldades encontradas ao longo da pesquisa foram as seguintes: a pandemia da Covid-19,

que dificultou a realização da pesquisa de campo; a dificuldade em conseguir dados dos órgãos públicos; o retrabalho da atualização dos dados, disponíveis em sítios eletrônicos, ao longo da pesquisa; e a necessidade de ser persistente para conseguir realizar as entrevistas. Mas, a experiência de realizar o mestrado durante a pandemia também trouxe oportunidades. Sou grata por todas as experiências vividas durante esse período, pelos destinos que passei e pelas pessoas que compartilharam boas energias pelo caminho. Embora fosse uma constante o trabalho com o mestrado, pude ter momentos de lazer e conheci pessoas de diversas partes do mundo. Eis um pouco do potencial do turismo, promover a restauração das energias através do descanso e do lazer, e difundir a cultura através do contato com pessoas de diferentes estados e nacionalidades.

“Pois a sabedoria é uma proteção, assim como o dinheiro é uma proteção. Mas a vantagem do conhecimento é esta: a sabedoria preserva a vida de quem a possui (Eclesiastes 7:12).”

Resumo

O turismo é um fenômeno social gerador de mudanças espaciais, as quais são promovidas pelos diferentes agentes sociais (turistas, empresários, empreendedores, gestores públicos e população em geral). Partindo desse pressuposto, entende-se que, para planejar o turismo numa dada localidade, é preciso compreender a dinâmica socioespacial, englobando as diversas capacidades humanas que são necessárias para que a população tenha uma vida mais livre. Assim, o objetivo deste estudo é analisar a dinâmica socioespacial e turística do Circuito Norte da região turística Chapada Diamantina, considerando as políticas públicas, dos diversos âmbitos, e a capacidade do turismo de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Os objetivos específicos são: 1) Problematicar a abordagem de desenvolvimento, relacionando-a com os indicadores socioeconômicos locais e regionais; 2) Identificar as políticas públicas de turismo, enfatizando a articulação do Programa de Regionalização e a sua aplicação no Circuito Norte da Chapada Diamantina; 3) Caracterizar a Chapada Diamantina, Circuito Norte, especificando a infraestrutura turística, a oferta de serviços de apoio ao turismo, os atrativos e as potencialidades dos municípios de Jacobina e Senhor do Bonfim; 4) Analisar a participação social da população dos municípios de Jacobina e Senhor do Bonfim em discussões públicas sobre o turismo. A questão-problema que se delineia pressupõe: qual a contribuição do turismo para o desenvolvimento local (de Jacobina e de Senhor do Bonfim) e regional (da Chapada Diamantina Norte)? O recorte espacial é a região turística Chapada Diamantina, Circuito Norte, tendo como enfoque os municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para a sua concretização, foram realizados os seguintes procedimentos: estudo de caso, pesquisa bibliográfica e documental e registros fotográficos. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo e consideraram-se as categorias de análise fixos e fluxos e verticalidades e horizontalidades. Foram realizadas entrevistas com os gestores públicos, os prestadores de serviços turísticos e os representantes de associações locais. A análise feita permite afirmar que no município de Jacobina tem ocorrido a ampliação das capacidades humanas através do turismo, embora de forma aquém do seu potencial. Já em Senhor do Bonfim apenas acontecem ações em busca de benefícios pontuais no turismo, logo, não foi percebido um empenho em ampliar as capacidades humanas através do turismo.

Palavras-chaves: Dimensão espacial do Turismo. Políticas Públicas. Participação Social. Desenvolvimento Local e Regional. Programa de Regionalização do Turismo.

Abstract

Tourism is a social phenomenon which begets spatial changes, which are endorsed by different social agents (tourists, entrepreneurs, businessmen, public managers and the general population). From this presupposition it is understood that for planning tourism on a given locality it is necessary to comprehend the sociospatial dynamics, encompassing the diverse human capacities that are necessary for the population to have a freer life. Thus, the objective of this study is to analyse the sociospatial and touristic dynamic of the North Circuit of the touristic region of the Chapada Diamantina, considering the public politics, the several ambits, and the capacity of tourism to contribute to the local and regional development. The specific objectives are: 1) To problematize the approach of development, relating with the local and regional socioeconomic indexes; 2) To identify the public politics of tourism, emphasizing the articulation of the Regionalizing Program and its application on the Northern Chapada Diamantina; 3) To characterize the Chapada Diamantina, Northern Circuit, specifying the touristic infrastructure, the offer of supporting services to tourism, the attractive features and potentialities of the counties of Jacobina and Senhor do Bonfim; 4) To analyse the social participation of the population from the counties of Jacobina and Senhor do Bonfim in public discussions about tourism. The outlined problem-question presupposes: what is the contribution from tourism to the local development (of Jacobina and of Senhor do Bonfim) and regional (of the Northern Chapada Diamantina)? The spatial clipping is the touristic region of the Chapada Diamantina, the Northern Circuit, having as focus the counties of Jacobina and Senhor do Bonfim. This research is exploratory and descriptive, with a qualitative and quantitative approach. For its conclusion, the following procedures were performed; case studies, photographic registers and bibliographic and documental research. It was employed the technique of content analysis and accounted the categories of analysis of fixed and flowing and verticalities and horizontalities, as per the wording of Milton Santos. The interviews were performed with the counties and region's public managers, the sources of touristic services and the representatives of local associations. The analysis made allow the affirmation that there has been amplification of human capacities through tourism on Jacobina, although it falls short of its potential. As for Senhor do Bonfim there are only actions towards touristic points, thus, no effort has been perceived towards amplifying human capacities through tourism.

Keywords: Spatial Dimension of Tourism. Public Politics. Social Participation. Local and Regional Development. Tourism Regionalization Program.

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa da Chapada Diamantina Norte.....	14
Figura 2. Legislações consultadas em âmbito municipal e federal.	23
Figura 3. Campus do IFBA em Jacobina.	43
Figura 4. Policlínica Regional de Saúde, em Jacobina.	45
Figura 5. Eixos do Programa de Regionalização do Turismo.....	68
Figura 6. Regiões Turísticas da Bahia.....	83
Figura 7. Aviso de homologação da contratação de empresa para implantação de sinalização turística de Jacobina.	105
Figura 8. Relatório final da licitação 037/2021.....	106
Figura 9. Eixo do PPA 2022-2025, de Senhor do Bonfim.	113
Figura 10. Programa Turismo Sustentável, objetivos e meta.	114
Figura 11. Ações orçamentárias do Programa Turismo.	115
Figura 12. Ações orçamentárias e não orçamentárias do Programa Turismo.	116
Figura 13. Territórios de Identidade da Bahia.....	121
Figura 14. Mapa da Zona de Uso Extensivo	125
Figura 15. Mapa da Zona Primitiva	126
Figura 16. Mapa da Zona de Uso Intensivo	127
Figura 17. Banner de apoio à concessão do PESP.	128
Figura 18. Transportes de lotação advindos de povoados e de cidades próximas.	141
Figura 19. Mapa Turístico do município de Jacobina.	144
Figura 20. Posto de Informações Turísticas.	145
Figura 21. Lista de visitantes e panfleto do Hotel Fiesta Park.	146
Figura 22. Área interna do posto de Informações Turísticas de Jacobina.....	146
Figura 23. Imagem de satélite da trilha de 16 km em Jacobina.	149
Figura 24. Parque Municipal das Macaqueiras.	150
Figura 25. Destruição advinda da mineração ilegal.	151
Figura 26. Antiga Companhia de Força e Luz de Jacobina.....	152
Figura 27. Restos de fogueira na Toca da Areia.	153
Figura 28. Degradação do patrimônio geológico.	153
Figura 29. Cachoeira dos Amores.	155
Figura 30. Cachoeira do Brito.	156
Figura 31. Cachoeira da Viúva.....	157
Figura 32. Cachoeira Dois Leões.	158
Figura 33. Casa de Farinha e Associação Comunitária Grota do Brito.	159
Figura 34. Casa da Praça Castro Alves, nº 61.....	164
Figura 35. Praça Castro Alves, Jacobina - BA.....	165
Figura 36. Franquia da Le Biscuit em Jacobina.	166
Figura 37. Casarão localizado na Praça Castro Alves.....	167
Figura 38. Quantitativo de entrevistados por representação	174
Figura 39. Grau de escolaridade dos entrevistados	175
Figura 40. Naturalidade dos entrevistados	176
Figura 41. Percentual de empresas que possuem, ou não, funcionários.	177
Figura 42. Região turística que Jacobina compõe, segundo os entrevistados.	178
Figura 43. Público contratante dos prestadores de serviços turísticos.	179
Figura 44. Conhecimento dos atores sociais acerca do PRT.....	180

Figura 45. Quantitativo de pessoas que participaram, ou não, de capacitação.	181
Figura 46. Conhecimento sobre a existência do Comtur de Jacobina.	182
Figura 47. Nuvem de palavras sobre por que são a favor do turismo em Jacobina.	184
Figura 48. Prestação de serviços, na visão dos atores sociais.	185
Figura 49. Turismo, mineração e pecuária x desenvolvimento.	187
Figura 50. Diálogos sobre turismo em tempos de pandemia.	189
Figura 51. Divulgação de curso em parceria com a Diretoria de Turismo.	190
Figura 52. Alerta de risco de visitação das cachoeiras em períodos de fortes chuvas.	190
Figura 53. Divulgação do Mapa do Turismo Brasileiro, 2022.	192
Figura 54. Retorno da gestão pública sobre as pautas do turismo.	193
Figura 55. Rol de entrevistados, Senhor do Bonfim.	207
Figura 56. Grau de escolaridade, Senhor do Bonfim.	208
Figura 57. Região turística que Senhor do Bonfim compõe, segundo os entrevistados.	211
Figura 58. Quantitativo de pessoas que participaram, ou não, de capacitação.	212
Figura 59. Nuvem de palavras sobre por que são a favor do turismo em Senhor do Bonfim.	214
Figura 60. Prestação de serviços básicos, na visão dos atores sociais.	216
Figura 61. Turismo, mineração e pecuária x desenvolvimento.	217
Figura 62. Diálogos sobre turismo em tempos de pandemia.	218
Figura 63. Retorno da gestão pública sobre as pautas do turismo.	219

Lista de Tabelas

Tabela 1 Teorias de Desenvolvimento	28
Tabela 2 Indicadores do Circuito Chapada Norte	39
Tabela 3 Número de docentes por dependência administrativa em Jacobina	41
Tabela 4 Número de estabelecimento por dependência administrativa em Jacobina	42
Tabela 5 Número de estabelecimentos de saúde no município de Jacobina	44
Tabela 6 Extração vegetal do município de Jacobina	46
Tabela 7 Produção agrícola do município de Jacobina	46
Tabela 8 Pecuária no município de Jacobina	47
Tabela 9 Empregabilidade no município de Jacobina	51
Tabela 10 Número de docentes por dependência administrativa em Senhor do Bonfim	54
Tabela 11 Número de estabelecimentos por dependência administrativa em Senhor do Bonfim	55
Tabela 12 Número de estabelecimentos de saúde no município de Senhor do Bonfim	57
Tabela 13 Extração vegetal no município de Senhor do Bonfim	57
Tabela 14 Produção agrícola do município de Senhor do Bonfim	58
Tabela 15 Pecuária no município de Senhor do Bonfim	58
Tabela 16 Empregabilidade no município de Senhor do Bonfim	59
Tabela 17 Legislações que dispuseram sobre o turismo antes da criação do MTur	61
Tabela 18 Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo	67
Tabela 19 Portarias que versam sobre a transferência voluntária de recursos no âmbito do MTUR	75
Tabela 20 Regimento Interno da Secretaria de Turismo da Bahia	84
Tabela 21 Classificação dos municípios do Circuito Chapada Norte, de 2013-2021	86
Tabela 22 Ações passíveis de apoio pelo Ministério do Turismo	87
Tabela 23 Investimentos realizados na Chapada Diamantina Norte	92

Tabela 24 Consolidado dos valores firmados e liberados para a Chapada Norte.....	97
Tabela 25 Leis do município de Jacobina que regem o turismo.	99
Tabela 26 Leis do município de Jacobina que regem o turismo (parte 2)	101
Tabela 27 Composição do Conselho de Turismo do município de Jacobina.	102
Tabela 28 Leis do município de Senhor do Bonfim, que regem o turismo.	108
Tabela 29 Composição do Conselho de Turismo do município de Senhor do Bonfim.	111
Tabela 30 Região Turística Chapada Diamantina	119
Tabela 31 Zonas do Parque Estadual das Sete Passagens	123
Tabela 32 Cavernas identificadas na Região Turística Chapada Diamantina Norte	129
Tabela 33 Comunidades Quilombolas, certificadas, da Chapada Norte.....	133
Tabela 34 Oferta de serviços ligados ao turismo, prestadores pessoas jurídicas, no Circuito Chapada Norte	136
Tabela 35 Guias de Turismo cadastrados no Cadastur.....	137
Tabela 36 Sítios Arqueológicos no município de Jacobina.....	148
Tabela 37 Capacidade de carga de Cachoeiras em Itaitu.....	160
Tabela 38 Bens patrimoniais tombados	163
Tabela 39 Meios de hospedagem em Jacobina	168
Tabela 40 Agências de viagens e turismo em Jacobina.....	169
Tabela 41 Prestador especializado em serviços turísticos em Jacobina	169
Tabela 42 Restaurantes, cafeterias, bares e similares, em Jacobina	170
Tabela 43 Infraestrutura de apoio para eventos	170
Tabela 44 Transportadora turística, em Jacobina	171
Tabela 45 Lista de entrevistados do município de Jacobina	173
Tabela 46 Bens tombados ou salvaguardados no município de Senhor do Bonfim	199
Tabela 47 Meios de hospedagens em Senhor do Bonfim	202
Tabela 48 Agências de viagens e turismo em Senhor do Bonfim	202
Tabela 49 Locadora de veículos em Senhor do Bonfim	203
Tabela 50 Prestador especializado em serviços turísticos em Senhor do Bonfim	203
Tabela 51 Restaurantes, cafeterias, bares e similares, em Senhor do Bonfim.....	203
Tabela 52 Organizadora de eventos em Senhor do Bonfim	204
Tabela 53 Transportadora turística, em Senhor do Bonfim	204
Tabela 54 Lista de entrevistados do município de Senhor do Bonfim	206
Tabela 55 Ampliação das liberdades instrumentais em Jacobina	232
Tabela 56 Ampliação das liberdades instrumentais em Senhor do Bonfim.....	235

Sumário

1 Introdução	14
1.1 Problema	14
1.2 Justificativa.....	15
1.3 Objetivos do Estudo	19
1.4 Organização do texto	20
1.5 Procedimentos metodológicos	21
2 O Processo de Desenvolvimento na Chapada Diamantina Norte: uma contextualização dos indicadores socioeconômicos com base na Abordagem das Capacidades	28
2.1 Indicadores sociais e econômicos da Chapada Norte da Chapada Diamantina	38
2.2 Indicadores sociais e econômicos de Jacobina.....	40
2.3 Indicadores sociais e econômicos de Senhor do Bonfim	53
3 Políticas Públicas e Participação Social: o Programa de Regionalização do Turismo na Chapada Diamantina Norte.....	60
3.1 O Programa de Regionalização do Turismo	66
3.2 Atos normativos acerca de ações e projetos passíveis de receber investimentos do MTUR.....	74
3.3 Políticas públicas de turismo na Bahia: um estudo da Região turística Chapada Diamantina, Circuito Norte.....	82
3.4 Elementos regulatórios do turismo no município de Jacobina, Bahia.	98
3.5 Elementos regulatórios do turismo no município de Senhor do Bonfim, Bahia.....	107
4 A Chapada Diamantina Norte: contextualização turística nos municípios Jacobina e Senhor do Bonfim	118
4.1 Breve contextualização das potencialidades e atrativos da Chapada Diamantina Norte.	120
4.2 Prestadores de Serviços Turísticos	134
4.3 Uma contextualização do município de Jacobina.....	138
4.3.1 Aspectos Históricos de Jacobina.....	138
4.3.2 Serviços correlacionados ao Turismo.....	140
4.3.3 Potencialidades e atrativos turísticos.....	143
4.3.4 Panorama do turismo a partir da percepção dos atores sociais de Jacobina.....	171
4.4 Uma contextualização do município de Senhor do Bonfim.....	194
4.4.1 Aspectos históricos de Senhor do Bonfim	194
4.4.2 Serviços correlacionados ao Turismo.....	195
4.4.3 Potencialidades e atrativos de Senhor do Bonfim.....	195
4.4.4 Serviços turísticos de Senhor do Bonfim	202
4.4.5 Panorama do turismo a partir da percepção dos atores sociais de Senhor do Bonfim	205
5 Problematisando, dialeticamente, a dinâmica territorial ligada ao turismo regional	220
6 Considerações finais	223
Referências	238

Apêndice A – Instrumento de Coleta de Dados: Entrevista com os Gestores de Turismo	260
Apêndice B – Instrumento de Coleta de Dados: Entrevista com os prestadores de serviços turísticos.....	263
Apêndice C – Instrumento de Coleta de Dados: Entrevista com os representantes das Associações	267
Apêndice D – Termo de Autorização de Uso de Depoimentos e de Imagem	270
Anexo A – Processo nº 0490-T-48 – Tombamento Igreja da Missão (Jacobina, BA).....	271
Anexo B – Ofício do Departamento de Infraestrutura Turística do MTUR	272
Anexo C – Relatório de Atividades Turísticas do município de Jacobina	274

1 Introdução

1.1 Problema

O turismo, no Brasil e no mundo, tem sido apresentado, sobretudo, como atividade econômica que é geradora de emprego e propulsora de desenvolvimento. Os discursos favoráveis ao turismo quase sempre o atrelam à sustentabilidade. No Brasil, isso pode ser constatado nas diversas normativas de turismo, dos diferentes âmbitos governamentais. Diante desse panorama geral, nesta pesquisa, discute-se diferentes conceitos de desenvolvimento – escolhendo como base a Abordagem das Capacidades – e faz-se uma problematização do turismo – entendido como um fenômeno social que tem um potencial substancialmente maior do que apenas dinamizar a economia – com questões desenvolvimentistas, tendo como área de estudo a Região Turística Chapada Norte, na Bahia (Figura 1).

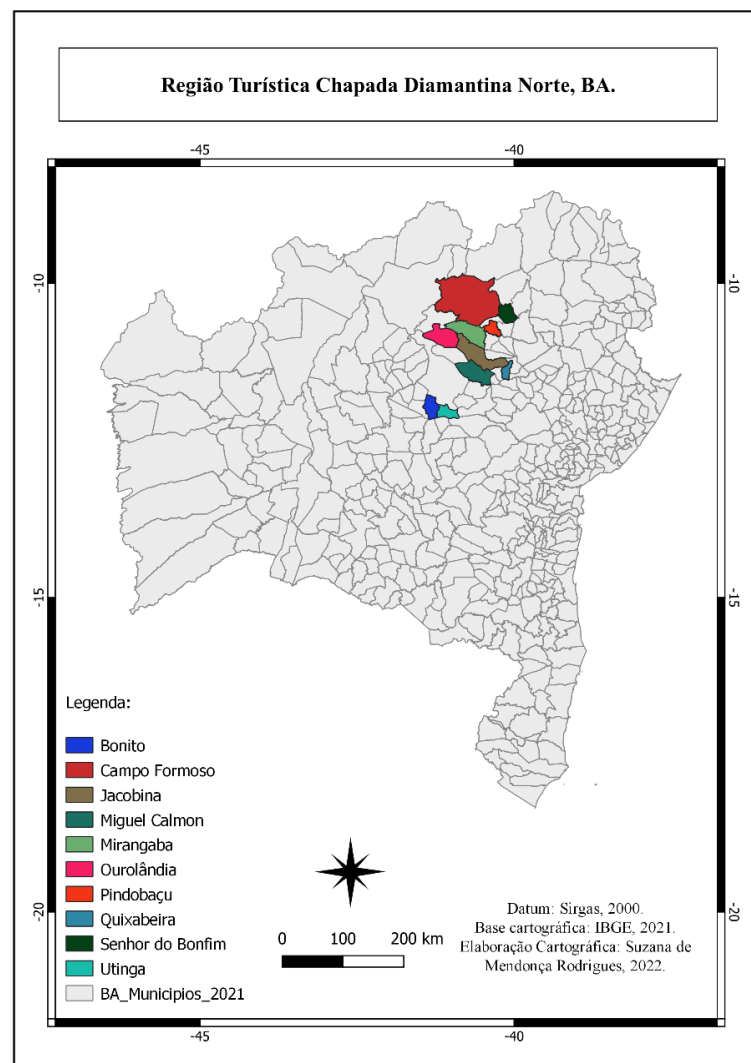


Figura 1. Mapa da Chapada Diamantina Norte.

Frente a esse cenário e à luz da Abordagem das Capacidades de Amartya Sen (2000), questiona-se: qual a contribuição do turismo para o desenvolvimento local (de Jacobina e de Senhor do Bonfim) e regional (da Chapada Diamantina Norte)? Embora essa pesquisa envolva diferentes elementos geradores de desenvolvimento, o foco das discussões está na participação social.

1.2 Justificativa

O turismo é um fenômeno social complexo que interfere na dinâmica dos municípios. A construção de espaços para/pelo turismo se dá pelos diversos agentes sociais – gestores públicos, setor privado, população local e turistas. Sabendo de sua complexidade e das alterações sociais e espaciais geradas em prol do turismo, considera-se indispensável estudá-lo a partir das lentes da geografia ou, em outras palavras, considerar a categoria geográfica e as relações existentes no território. Dessa forma, o território é a categoria geográfica escolhida para ser discutida nesta pesquisa, porém, também são apresentadas algumas discussões sobre região para tratar do Programa de Regionalização do Turismo. A área de estudo é a Chapada Norte da Região turística Chapada Diamantina, no estado da Bahia, tendo como campo de estudo os municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim.

O turismo, enquanto fenômeno complexo, engloba “a noção de que as relações, ações e retroações dos agentes sociais do fenômeno são ao mesmo tempo antagônicas e complementares, portanto, mantém entre si um jogo dialógico permanente” (Fratucci, 2008, p. 15).

Há ampla discussão em torno do turismo como motor de desenvolvimento, entretanto, por vezes, tratam-se de pronunciamentos de cunho positivista e acrítico, pautados em discursos prontos, como o do desenvolvimento sustentável. Os gestores públicos passaram a criar políticas de turismo visando o crescimento econômico e a redução das desigualdades. No entanto, o turismo como atividade econômica tem se sobressaído, tanto nos estudos quanto nas políticas, em relação ao turismo enquanto fenômeno social, que deve considerar as múltiplas partes (a dinâmica territorial) e o todo.

Fratucci (2008) defende que a teoria dos sistemas, proposta pelo autor Mário Beni e utilizada na maioria dos estudos brasileiros sobre turismo, não é suficiente para explicar esse fenômeno socioespacial, no entanto, acredita que ela facilita o entendimento da atuação dos

agentes de mercado e da estrutura organizada para o turismo. Salienta que um sistema envolve a junção de diferentes partes, cada uma possuindo características específicas, e que o conjunto é mais do que a soma das partes. Nessa perspectiva, entende-se que, ao buscar compreender a dinâmica do turismo num dado município, não basta apenas considerar as infraestruturas e os agentes que atuam no turismo. É preciso ir além, compreendendo a dinâmica local/regional, a ocupação do espaço turistificado e o envolvimento dos que atuam direta e indiretamente no turismo e dos que não estão envolvidos com o turismo, mas, por morarem na localidade, devem ser considerados agentes produtores do espaço e incentivados a participar ativamente da criação, da implementação, do monitoramento e da avaliação das políticas públicas de âmbito local e regional.

Visando esclarecer as diversas abordagens de desenvolvimento, no capítulo um, são apresentadas algumas de suas teorias: a **modernização**, que remete à passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade marcada pelo consumo de massa, é uma teoria muito utilizada nos contextos que envolvem o turismo, pautando-se na modernização dos destinos; a **teoria da dependência econômica**, que mostra os países menos desenvolvidos como dependentes dos desenvolvidos; a **origem do pensamento ambiental**, que defende o valor intrínseco da natureza e sua independência da humanidade, em contraste com a sociedade, que tem sobrecarregado a natureza com o alto consumo; o **desenvolvimento sustentável**, muito utilizado nas políticas de turismo, embora defenda a consideração dos aspectos culturais, políticos, ambientais e econômicos, indica que os fatores de crescimento são supervalorizados (claramente observáveis a partir das estratégias implementadas nos planos em busca de aumentar o fluxo turístico, as divisas e a competitividade dos destinos); a **abordagem das capacidades**, que se pauta na liberdade a partir da expansão das capacidades humanas; e o **pós-desenvolvimento**, que critica os modelos de desenvolvimento marcados pela atuação dos colonizadores e europeus, buscando novas maneiras de organização que partem do âmbito local.

A teoria escolhida para discussão nesta pesquisa foi a abordagem das capacidades humanas¹. No capítulo um, discute-se a abordagem das capacidades humanas, de Sen (2000), juntamente com as discussões de Freire (1967). O primeiro trata das liberdades substantivas – o ser ter a capacidade de levar a vida que deseja ter, sendo responsável pelo que faz e pelo que

¹ Embora se tenha ciência da importância de realizar uma revisão sistemática sobre a aplicação da teoria de Sen, para indicar a lacuna teórica na sua espacialização, não foi possível fazê-lo neste trabalho, devido à dimensão da pesquisa e à priorização de outros elementos que demandaram um tempo considerável, como a identificação de normativas de turismo.

deixa de fazer – e as liberdades instrumentais – liberdades políticas e econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Apesar de apresentar os elementos anteriores, é a título de exemplificação, pois salienta que diversos instrumentos, de maneira direta ou indireta, contribuem para a liberdade humana. O segundo reafirma a relevância da educação, uma educação libertadora, em que as pessoas deixem de ser manipuladas, passem a serem críticas e tenham uma vida livre.

Partindo do pressuposto de que o planejamento de qualquer atividade/setor deve compreender a dinâmica local e regional, discute-se desenvolvimento a partir da abordagem das capacidades humanas - juntamente com a defesa freiriana da educação como prática de liberdade. Essas discussões teóricas se relacionam com os indicadores sociais e econômicos da Chapada Norte da Chapada Diamantina e, de forma mais detalhada, com os indicadores e dados dos municípios de Jacobina e Senhor do Bonfim.

A gestão pública exerce grande poder sobre os direitos sociais dos cidadãos – entre estes, assegurados pela Constituição Federal (CF), está o de lazer, que engloba também o turismo. No capítulo dois, faz-se um levantamento das políticas públicas criadas em prol do turismo, no intuito de perceber como os gestores públicos, dos variados âmbitos, têm o enxergado e normatizado.

Embora nesta pesquisa o objetivo de identificar as políticas de turismo implementadas pelo poder público tenha como marco temporal a criação do Ministério do Turismo (em 2003), dando ênfase ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT, implementado em 2004), foram apresentadas normativas “adicionais” referentes ao Ministério do Turismo e aos órgãos municipais de turismo. As normativas do MTUR são apresentadas em dois momentos distintos. Num primeiro, expõe-se uma série de legislações e documentos que envolvem o turismo antes da criação do Ministério do Turismo e, num segundo, discute-se o PRT e outras ações e políticas que foram implementadas na região estudada – foi feito um levantamento de uma série de normativas que, no decorrer dos anos, dispôs sobre a liberação voluntária de recursos. Já os documentos municipais estão alocados em tópicos específicos, de acordo com o seu município, que fazem referência a Jacobina e a Senhor do Bonfim.

O PRT é discutido tanto pelo viés da forma como o programa surgiu quanto pelo dos seus eixos de atuação. No tópico em que o PRT é apresentado, são introduzidas questões de âmbito geográfico a partir do conceito de território. Ainda no capítulo dois, são apresentados

os investimentos realizados pelo Ministério do Turismo, com contrapartida dos governos locais em todo o Circuito Chapada Norte. De forma mais específica, são abordados os investimentos dos municípios escolhidos para a pesquisa de campo.

A Chapada Diamantina é composta por 34 municípios e subdividida, pela Secretaria de Turismo da Bahia, em quatro circuitos: Circuito da Chapada Norte, Circuito da Chapada Velha, Circuito do Diamante e Circuito do Ouro. O Circuito Chapada Norte, composto por 10 municípios, foi escolhido para a realização desta pesquisa. Embora o estudo considere todo o circuito, a dinâmica territorial – as especificidades, os prestadores de serviços turísticos e a articulação tanto entre o município e as instâncias regionais quanto entre a gestão pública e a sociedade civil – tem como campo os municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim.

O capítulo três apresenta a Região Turística Chapada Diamantina e sua subdivisão em Circuitos e faz um apanhado geral das potencialidades turísticas da Chapada Norte. Em seguida, o centro de discussão passa a ser os municípios de Jacobina e Senhor do Bonfim e suas especificidades locais, como: os aspectos históricos, os serviços de apoio ao turismo, as potencialidades e os atrativos turísticos, os prestadores de serviços turísticos, conforme CADASTUR, e a análise das entrevistas realizadas com os diferentes atores sociais (setor público, setor privado e sociedade civil organizada).

As entrevistas foram analisadas em um capítulo distinto do que elencou as políticas de turismo, mas a análise levou em consideração as legislações dos diferentes âmbitos e o posicionamento dos variados atores. Embora essa pesquisa não tenha o objetivo de discutir sobre a crise sanitária, inseriu-se a discussão da pandemia para saber se a gestão pública dialogou sobre turismo nesse período. Esses aspectos contribuem para a análise da participação das pessoas em discussões públicas sobre o turismo.

A escolha de Jacobina e de Senhor do Bonfim justifica-se porque são os municípios mais bem classificados do Circuito Norte da Chapada Diamantina, uma das 13 Regiões Turísticas da Bahia, pertencentes ao Mapa do Turismo Brasileiro. A categorização dos municípios é regulada pela portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021, emitida pelo Ministério do Turismo, que define os seguintes critérios para categorizar os municípios brasileiros: 1) quantidade de estabelecimentos de hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS); 2) quantidade de empregos em meios de hospedagem (fonte: RAIS); 3) estimativa de fluxo turístico doméstico (fonte: estudo de demanda doméstica – MTUR/FIPE); 4) estimativa

de fluxo turístico internacional (fonte: estudo de demanda internacional – MTUR/FIPE); 5) arrecadação de impostos federais através dos meios de hospedagem (fonte: Receita Federal).

Para conhecer as dissertações e teses sobre o turismo em Jacobina e em Senhor do Bonfim, foi realizada consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), local em que se identificou seis estudos relacionados a cada um dos municípios. No entanto, apenas dois eram realmente sobre o turismo, mais especificamente sobre a cultura junina em Senhor do Bonfim.

Sabendo que não foi identificada nenhuma pesquisa que abordasse o turismo a partir da abordagem das capacidades humanas, este estudo traz como relevância científica um novo olhar para a forma de pensar o desenvolvimento do turismo, voltado para a liberdade humana. A produção desta dissertação possibilita a tomada de conhecimento sobre as múltiplas facetas que se fazem presentes no território usado pelos diferentes atores sociais.

Como relevância social, o estudo irá permitir que o gestor de cada um dos municípios conheça a percepção dos envolvidos direta ou indiretamente com o turismo e as fragilidades encontradas que influenciam negativamente no desenvolvimento local e regional. Isso possibilita que os gestores interessados trabalhem para melhorar a gestão pública, ouvindo os diferentes agentes, conhecendo as variadas interfaces e os múltiplos olhares existentes no espaço turistificado ou com potencial turístico, caminhando para a ampliação das liberdades dos atores sociais e contribuindo para o desenvolvimento através do turismo. A participação dos diferentes atores – gestor público, prestadores de serviços turísticos e representantes das associações – permitiu conhecer a articulação e o posicionamento deles frente ao fenômeno turístico.

Para responder ao objetivo desta pesquisa, tem-se como base a abordagem das capacidades humanas (proposta por Amartya Sen), relacionada à importância da educação crítica (difundida por Paulo Freire). Engloba ainda as categorias de análise “fixos e fluxos” e “verticalidades e horizontalidades” (criadas por Milton Santos).

1.3 Objetivos do Estudo

Objetivo do estudo:

Analisar a dinâmica socioespacial e turística da Chapada Norte da Região turística Chapada Diamantina, considerando as políticas públicas, dos diversos âmbitos, e a capacidade do turismo de contribuir para o desenvolvimento local e regional.

Objetivos específicos:

1. Problematicar a abordagem de desenvolvimento, relacionando-a aos indicadores socioeconômicos locais e regionais;
2. Identificar as políticas públicas de turismo, enfatizando a articulação do Programa de Regionalização do Turismo e a sua aplicação na Chapada Diamantina Norte;
3. Caracterizar a Chapada Diamantina, Circuito Norte, especificando a infraestrutura turística, a oferta de serviços de apoio ao turismo, os atrativos e as potencialidades dos municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim;
4. Analisar a participação social da população dos municípios de Jacobina e Senhor do Bonfim em discussões públicas sobre o turismo.

1.4 Organização do texto

Os capítulos da dissertação estão dispostos da seguinte maneira:

Capítulo 1: **O Processo de Desenvolvimento na Chapada Diamantina Norte: uma contextualização dos indicadores socioeconômicos com base na Abordagem das Capacidades.** Nesse capítulo, são apresentadas diversas teorias de desenvolvimento. É realizada, ainda, uma discussão ampla sobre a abordagem das capacidades – teoria de desenvolvimento escolhida como base para esta pesquisa. Posteriormente, são apresentados diversos indicadores sociais e econômicos que retratam o contexto vivenciado pela população dos municípios que compõem a Chapada Diamantina Norte, o que é feito de forma mais abrangente nos municípios de Jacobina e Senhor do Bonfim.

Capítulo 2: **Políticas Públicas e Participação Social: o Programa de Regionalização do Turismo na Chapada Diamantina Norte.** Nesse capítulo, é apresentada uma gama de legislações instituídas antes da criação do Ministério do Turismo (MTUR) e são discutidas algumas políticas centrais de turismo desenvolvidas a partir do surgimento do MTUR, embora esta pesquisa tenha como foco o Programa de Regionalização do Turismo e a sua aplicação no Circuito Norte da Chapada Diamantina, na Bahia. É realizada uma discussão teórica sobre o conceito geográfico de território, escolhido para ser debatido nesta dissertação. De forma breve, apresenta-se o conceito de região, já que se tem como área de estudo uma Região Turística,

bem como outra região, com fins de planejamento, pertencente à Bahia, que são os Territórios de Identidades. Além das normativas federais, introduz-se a política de turismo da Bahia e uma série de legislações de âmbito municipal, referentes a Jacobina e Senhor do Bonfim. Além disso, são expostos e discutidos os investimentos realizados em toda a Chapada Norte desde a criação do PRT até o ano de 2020. Por fim, realiza-se algumas discussões – voltadas à atuação dos gestores públicos – identificadas através das entrevistas.

Capítulo 3: A Chapada Diamantina Norte: contextualização turística nos municípios Jacobina e Senhor do Bonfim. Inicialmente, é apresentada a Região Turística Chapada Diamantina e a sua subdivisão (estadual) em Circuitos. Apresenta-se a configuração regional do Circuito Chapada Norte, identificando a categorização de cada um dos seus municípios. Discute-se, em geral, as potencialidades da Chapada Norte, com foco nos municípios Jacobina e Senhor do Bonfim. Apresenta-se os aspectos históricos, os serviços de apoio ao turismo, os prestadores de serviços turísticos, as potencialidades e os atrativos turísticos de cada município. Ao descrever os dados e as informações referentes às entrevistas realizadas – com a gestão pública, os prestadores de serviços turísticos e a sociedade civil organizada –, discute-se a participação social das pessoas em discussões públicas sobre o turismo. Essa discussão envolve, ainda, a análise das verticalidades e horizontalidades, que se fazem presente também nas normativas de turismo. Identifica-se, além disso, os fixos (prestadores de serviços turísticos, pessoas físicas e jurídicas cadastrados no CADASTUR) e fluxos.

1.5 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa tem como campo de estudo o Circuito Norte da Região turística Chapada Diamantina. Tendo em vista que ele possui 10 municípios – Bonito, Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Quixabeira, Senhor do Bonfim e Utinga – e que estudá-lo em sua totalidade dificultaria um maior aprofundamento da pesquisa nos municípios, escolheu-se como campo de estudo Jacobina e Senhor do Bonfim. A escolha desses municípios se deu por eles serem os mais bem classificados do Circuito Chapada Norte. Ambos são categorizados como C pelo Ministério do Turismo, no Mapa do Turismo Brasileiro.

A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para Dencker (1998) e Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo conhecer mais o problema para torná-lo mais explícito ou formular hipóteses. Já a pesquisa descritiva tem como objetivo caracterizar o objeto de estudo. Uma das principais características

desse tipo de pesquisa é a coleta de dados por meio de questionário ou observação sistemática. Em geral, assume a forma de levantamento, que permite descrever a situação em que se encontrava o objeto no momento em que foi realizada a pesquisa.

Os procedimentos técnicos são: pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa documental (dados do IBGE, do Ministério do Trabalho, do INEP e informações sobre políticas públicas e normativas de âmbito municipal, regional, estadual e federal). A sistematização dos dados e informações tem como base a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977).

De acordo com Gil (2002), o estudo de caso consiste em se aprofundar em um ou poucos objetos. Tem como objetivo proporcionar uma visão global do problema ou identificar fatores que o influenciam ou são influenciados por ele. É indicado para descrever a conjuntura em um determinado contexto; preservar a singularidade do objeto estudado; criar hipóteses ou desenvolver teorias; explicar variáveis de um fenômeno em situações que não possibilitem a realização de levantamento ou experimentos.

Dencker (1998) também defende que o estudo de caso consiste em estudar os objetos de forma aprofundada, tornando possível conhecer os processos e as relações existentes. A autora afirma, ainda, que é uma técnica flexível, mas não possibilita a generalização dos resultados. O estudo de caso pode incluir outras técnicas de pesquisa, como, por exemplo, observação e entrevistas estruturadas ou não.

Segundo Angelo (2012, p. 172), o estudo de caso é muito utilizado em turismo, visto que permite se aprofundar no elemento de análise. A autora afirma que

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que focaliza a compreensão da dinâmica presente em um determinado lugar. A existência de múltiplas fontes de evidência no estudo de caso se deve à combinação de métodos de coleta de dados, como: arquivos, entrevistas, questionários e observações de uma forma geral.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), é feita com base em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise envolve a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração dos indicadores para a análise final. A exploração do material inclui a análise sistemática das escolhas feitas na primeira fase. O tratamento dos resultados envolve a validação destes.

Na pesquisa documental, foi possível obter diversos dados que colaboraram para a construção do estudo. A partir do IBGE, foram levantados os seguintes dados dos dez municípios da Chapada Norte: área territorial km² (2021), população estimada (2021), salário médio mensal (2019), PIB per capita (2019), população ocupada (2018) e IDHM (2010). Já com relação a Jacobina e Senhor do Bonfim, o quantitativo de dados foi mais amplo, ainda tendo como fonte o IBGE e incluindo: extração vegetal (2019), produção agrícola (2019), pecuária (2019), taxa de mortalidade infantil (2019) e número de estabelecimentos de saúde (2009). Através do INEP (2020), foram levantados os números de docentes e de estabelecimentos de ensino das redes municipal, estadual, federal e privada, englobando os diferentes níveis: creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, cursos de educação profissional e EJA. Por meio do Ministério do Trabalho (2019), colheram-se dados sobre empregabilidade.

O levantamento das normativas foi uma etapa bastante trabalhosa, visto que, de forma geral, era preciso “garimpar” as legislações para encontrar as que estão relacionadas com esta pesquisa (Figura 2).

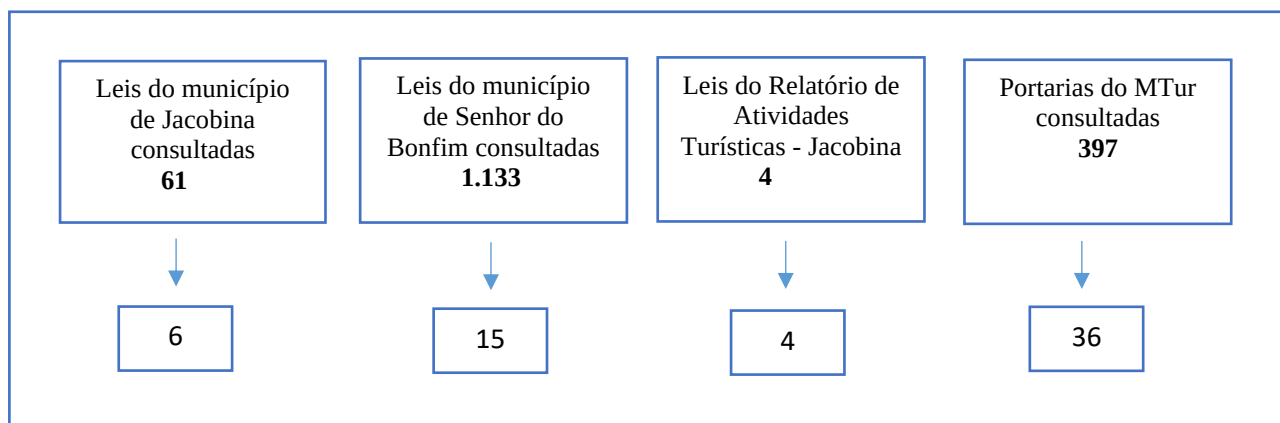


Figura 2. Legislações consultadas em âmbito municipal e federal.

Nota: Adaptado de Prefeitura de Jacobina, 2009-2020; Câmara Municipal de Senhor do Bonfim, 1990-2021; e MTUR, 2003-2022.

Cada local apresenta as legislações de forma diferente. No caso de Jacobina, no site da Prefeitura, é possível filtrar as leis por assunto. Ao filtrar por “turismo”, aparecem 61 leis, datadas de 2009 até 2020, porém, muitas delas não são referentes ao turismo. Para saber as que dispõem sobre o tema, foi preciso abrir todas, sendo elencadas seis como as que possuem maior relação com ele. Outras quatro foram indicadas pela sua relação indireta, as quais dispõem sobre: Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), instalação de placas indicativas nas estradas vicinais do município, Fundo do Esporte Amador e “A Virada Esportiva de Jacobina”.

Outras quatro, identificadas no Relatório de Atividades Turísticas do município de Jacobina, foram inseridas no texto por disporem sobre questões ligadas ao turismo.

Embora o Portal da Transparência do município de Senhor do Bonfim ofereça a opção de filtrar as leis, não há a possibilidade de filtrar por “turismo”. Em virtude disso, foi necessário consultar todas as leis disponíveis no site, as quais totalizaram 1.133. Desse montante, 15 possuem maior relação com o turismo. No entanto, outras oito foram consideradas indiretamente relacionadas ao turismo, dentre as quais as quatro primeiras eram ligadas aos seguintes eventos: Semana Municipal da Capoeira, Semana Municipal de Artes Marciais, Feira do Umbu da Agricultura Familiar do Território Piemonte Norte do Itapicuru e Semana Cultural de Bandas e Fanfarras do município de Senhor do Bonfim. As outras tinham como destaque: a proteção do patrimônio cultural, histórico e artístico no município de Senhor do Bonfim; a data 24 de maio como o dia do patrimônio municipal; a concessão de meia-passagem para pessoas que tenham entre 60 e 65 anos no transporte coletivo urbano e semiurbano; e a definição de que das 18h até às 8h os taxistas e mototaxistas estão autorizados a solicitar a identificação dos passageiros.

Já no site do MTUR foi feito o levantamento censitário de todas as portarias disponíveis de 2003 até o final de março de 2022. O levantamento teve o intuito de identificar as portarias que dispõem sobre a transferência voluntária de recursos. Identificou-se 36 portarias que tratam da transferência voluntária de recursos celebrados no âmbito do MTUR. Além da liberação de recursos, as normativas envolvem prestação de contas e questões excepcionais, como: liberação de recursos em período eleitoral e adiamento de pagamento das dívidas no período da pandemia. Além dessas portarias, ao longo da pesquisa, utilizou-se diversas legislações do MTUR (Programa de Regionalização do Turismo, Política Nacional do Turismo, entre outras) que foram pesquisadas de acordo com o objeto.

Embora o Circuito da Chapada Norte componha uma importante região turística da Bahia, em consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontradas apenas seis dissertações e teses referentes a cada município, totalizando 12. No entanto, ao abrir as dissertações e teses, percebeu-se que nenhuma se referia ao turismo em Jacobina-BA e que apenas duas envolviam o turismo em Senhor do Bonfim – “A festa de São João na Bahia – um roteiro turístico: Amargosa, Cruz das Almas e Senhor do Bonfim” e “Guerreiros do Fogo: uma etnografia da ‘morte anunciada’” –, tratando, especificamente, dos eventos juninos. Os termos pesquisados (separadamente) foram: turismo + Jacobina; turismo

em Jacobina; turismo + Senhor do Bonfim; e turismo em Senhor do Bonfim (nas duas formas de consulta apareceram as mesmas pesquisas)². Pesquisou-se, ainda: turismo + Itaitu, turismo em Itaitu e apenas Itaitu, mas não apareceu nenhum resultado.

Visando conhecer a percepção dos diferentes atores sociais sobre o turismo local e regional, bem como saber se participam ativamente de discussões públicas sobre o turismo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com: os gestores de turismo de Jacobina (que também é o Presidente da Câmara Técnica de Turismo do Circuito Chapada Norte) e de Senhor do Bonfim (Apêndice A); os prestadores de serviços de Jacobina e de Senhor do Bonfim que estão cadastrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos e trabalhadores do turismo (Apêndice B); e os representantes da sociedade civil (por meio de associações ligadas direta ou indiretamente ao turismo) (Apêndice C). Os prestadores de serviços cadastrados no CADASTUR se distribuem da seguinte forma: meios de hospedagem (Jacobina 3, Senhor do Bonfim 4 = 7); agências de viagens e turismo (Jacobina 7, Senhor do Bonfim 1 = 8); locadora de veículos (Jacobina 0, Senhor do Bonfim 1 = 1); restaurante, cafeteria, bares e similares (cada município possui 4 = 8); transportadora turística (Jacobina 5, Senhor do Bonfim 6 = 11); organizadora de eventos (Jacobina 0, Senhor do Bonfim 1 = 1); serviços de infraestrutura de apoio a eventos (Jacobina 1, Senhor do Bonfim 0 = 1); prestador especializado em serviços turísticos (cada município possui 1 = 2). Localizou-se 21 prestadores de serviços em Jacobina e 18 em Senhor do Bonfim, em um total de 39 estabelecimentos que buscou-se entrevistar. No entanto, em Jacobina, há ainda quatro prestadores de serviços turísticos pessoa física, que também foram englobados nesse estudo.

Do município de Jacobina, foram entrevistados 12 atores sociais, porém, por alguns prestadores de serviços turísticos terem mais de um CADASTUR, contabilizou-se 16 entrevistas. Das 21 empresas formalizadas com CADASTUR, seis participaram da pesquisa e, dos quatro prestadores de serviços pessoa física, três foram entrevistados. Os demais participantes foram um da gestão pública, outro, um guia de turismo que não possui CADASTUR e quatro associações, quais sejam: Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada Norte (ASPAFF), Núcleo Científico de Produção de Natureza (NCPN), Associação dos Condutores Ambientais e Guias de Turismo de Itaitu (ACAGI) e

² O Catálogo de Teses e Dissertações da Capes não foi utilizado, porque o número de trabalhos que apareceu foi muito grande, não se restringindo aos termos pesquisados. Seguem os termos pesquisados e o quantitativo de pesquisas: “turismo + Jacobina”, 62790; “turismo em Jacobina”, 1005895; “turismo + Senhor do Bonfim”, 1189956; e “turismo em Senhor do Bonfim”, 1312085.

Associação Payaya de Guias e Condutores Ambientais de Jacobina (PAYAYA). Já do município de Senhor do Bonfim, foram entrevistados seis atores sociais, totalizando sete entrevistas, visto que um prestador de serviço possui mais de um CADASTUR. Das 18 empresas formais no CADASTUR, participaram da pesquisa apenas quatro. Participou também o gestor público e duas associações, quais sejam: Associação de Condutores Ambientais Piemonte Norte do Itapicuru (ACAPNI) e a Associação Cultural dos Espadeiros de Senhor do Bonfim (ACESB). A escolha das pessoas a serem entrevistadas – setor público, privado e sociedade civil – se deu por conveniência e representa uma amostra não probabilística.

As respostas dos prestadores de serviços que possuem mais de um CADASTUR foram contabilizadas apenas uma vez, exceto quando poderiam ter posicionamentos diferentes para os serviços prestados, como, por exemplo: há um questionamento se a maior parte do público atendido é da população ou turistas, o qual dá brechas para respostas diversas entre os diferentes serviços. A identificação dos atores sociais se deu por uma numeração baseada na ordem de entrevistas, somando os entrevistados de Jacobina e de Senhor do Bonfim. Logo, a identificação não está associada às tabelas de entrevistados. A soma contabilizou os entrevistados de acordo com cada função (por exemplo: se tinha dois CADASTUR somava duas entrevistas, porém, no texto é identificado apenas com o primeiro número).

Foram realizadas duas visitas de campo em Jacobina, uma no dia dois de fevereiro, na qual se realizou três entrevistas presenciais (com dois atores sociais), e outra no dia nove de março, em 2022. Nessas visitas, foram feitos registros fotográficos e capturadas algumas coordenadas geográficas, descritas no capítulo três. As demais entrevistas de Jacobina e todas as de Senhor do Bonfim foram feitas mediante *Google Meet*, em virtude das dificuldades de agendar com os diferentes agentes num mesmo dia. Para ilustrar a região turística, foi criado um mapa utilizando o *software Qgis*, versão 3.22.6, a partir das coordenadas extraídas da base cartográfica do IBGE (2021).

A abordagem de pesquisa é qualitativa e quantitativa. Os dados e as informações foram descritos fazendo uso de tabelas e figuras gráficas, quando conveniente. A análise de conteúdo das entrevistas realizadas – envolvendo gestores públicos, setor privado e sociedade civil – foi feita com o apoio do Excel e do IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), o último utilizado exclusivamente para a geração da nuvem de palavras sobre o porquê de os atores sociais serem a favor do turismo. Assim, foi criada uma para cada município. A abordagem qualitativa permitiu descrever o

cenário em que o turismo se desenrola. A realização das entrevistas foi crucial para saber se o turismo contribui para o desenvolvimento local/regional e de que forma.

2 O Processo de Desenvolvimento na Chapada Diamantina Norte: uma contextualização dos indicadores socioeconômicos com base na Abordagem das Capacidades

Há diversas teorias sobre desenvolvimento e diferentes pesquisas sobre turismo pautam-se em desenvolvimento. Diante disso, ao incluir a questão do desenvolvimento, é preciso deixar claro de que desenvolvimento o(a) pesquisador(a) está tratando. Na Tabela 1, a seguir, serão apresentadas teorias de desenvolvimento e os seus desdobramentos.

Tabela 1

Teorias de Desenvolvimento

Modernização
Segundo Rostow (1959), a economia hoje se deve ao processo de passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade de consumo de massa. Teve como base a elasticidade da demanda (influenciada pelos preços e pela renda das pessoas). Para o autor, a demanda reflete gostos individuais, decisões da sociedade e políticas governamentais. Harvey (1992) afirma que o modernismo, depois de 1948, era um fenômeno urbano, marcado pelo crescimento das cidades, pela migração para os centros urbanos, pela industrialização, pela mecanização e pela reorganização dos ambientes urbanos. O projeto modernista se baseou no que Harvey chamou de destruição criativa, marcada pela destruição de elementos que representaram a história durante os períodos anteriores. Um dos projetos marcantes do modernismo foi a “reconstrução de Paris”, projeto modernizador de Hausmann. Embora o modernismo quisesse firmar verdades universais e duradouras, era criado a partir da substituição do que já existia pelo novo, que daria caráter moderno. A modernidade constrói o capitalismo em cima do fordismo, com jornadas de trabalhos intensas, para, cada vez mais rápido, obter lucros. Buscou-se controlar o espaço-tempo nessa relação de poder. Atualmente, os ritmos de trabalho e de consumo foram intensificados, os trabalhadores têm que estar atualizados e os investidores querem ter lucros de forma rápida. A produção e o consumo não são representados apenas por produtos, mas também pelos serviços. A relação com o espaço-tempo torna-se cada vez mais rápida, pois quem controla essa relação exerce poder sobre as pessoas que não têm domínio sobre o seu tempo. Tudo se torna fragmentado e a modernidade se torna líquida. Dentro dessa discussão modernizadora, Fazito (2015) critica o fato de que o turismo é apresentado como importante para o desenvolvimento quando considera apenas dados econômicos. O turismo é trabalhado como modernizador dos destinos, que são tidos como atrasados. O autor afirma que o modelo neoliberal, na América Latina, não produziu os efeitos conforme o discurso de propagação, entretanto, a globalização permitiu que esse modelo se alastrasse, gerando exclusão social e aumentando a desigualdade, além de causar degradação ambiental. O neoliberalismo, a modernização e a globalização compõem os discursos hegemônicos acerca do desenvolvimento (Fazito, 2015).
Teoria da Dependência
Frank (1967) critica a tese dualista de que parte do Brasil é mais desenvolvida por causa da abertura comercial, enquanto outra parte é subdesenvolvida por não se abrir comercialmente para o mundo. O autor, a partir da Teoria da Dependência, discute a relação metrópole-satélite. Uma metrópole nacional – que tem relação de poder sobre as satélites nacionais – é também uma satélite da metrópole mundial. As desigualdades geradas pelo modelo de dependência ocasionam tensões políticas entre a metrópole internacional e a metrópole nacional, bem como entre os satélites urbanos e rurais das metrópoles. Segundo Frank (1967), o sistema Europeu buscou se expandir em conexão com o mundo, apresentando, como exemplo, o caso dos portugueses que colonizaram o Brasil. O autor afirma que, embora a concessão de terras tenha traços feudais, tinha como essência a expansão capitalista. Num primeiro momento, o capitalismo era perpetuado através do mercado, posteriormente, por meio da indústria, numa escala mundial (no caso do Brasil, o governo de Portugal interferiu no funcionamento das indústrias do país, demonstrando a relação de poder metrópole-satélite). As tendências criadas a partir dessa relação metrópole-satélite favorecem a metrópole e geram subdesenvolvimento para as satélites. Ademais, as crises do sistema são passadas da metrópole para as localidades satélites, e os fatos históricos geram transformações no sistema. Para ele, por um lado, quanto mais fortes os laços com a metrópole, mais enraizado fica o subdesenvolvimento do país, por outro lado, quando os laços são afrouxados, por motivos históricos, como depressão ou guerra, há maiores chances de desenvolvimento autônomo. Partindo dessa lógica, Britton (1982) afirma que os países de terceiro mundo têm seu desenvolvimento dependente. Trata-se de uma dependência histórica que modifica o funcionamento da economia do país e

também os seus aspectos sociais, causando uma desarticulação interna para atender às exigências dos mercados. O turismo é promovido, nos países subdesenvolvidos, como gerador de divisas, gerador de empregos e meio de independência econômica, no entanto, as empresas de capital estrangeiro detêm o controle sobre os serviços ofertados para o turismo. Isso ocorre porque possuem mais capital, assim, ofertam serviços que a população local não consegue oferecer; possuem capacidade de investir em *marketing* e direcionar os turistas para outras localidades; e, ainda, recebem incentivos governamentais (Britton, 1982).

Origem do pensamento ambiental

O conhecimento sobre a diversidade de seres vivos remonta à própria autoconsciência dos humanos, entretanto, o conceito de biodiversidade apenas foi criado em 1985, por Walter G. Rosen, período em que planejava um fórum sobre diversidade biológica, ocorrido em Washington, em 1986. A ênfase das discussões do fórum foi dada à destruição de habitats e à extinção célere de espécies. Embora o termo diversidade biológica tenha sido empregado pelo cientista Raymond F. Dasmann, no livro *A Different Kind of Country*, apenas na década de 1980 passou a ser mais utilizado, depois de Thomas Lovejoy escrevê-lo no prefácio da coletânea “*Conservation Biology: An Evolutionary-Ecological Perspective*”. Esse biólogo alertou sobre os impactos das ações humanas sobre o planeta, apontando a redução da diversidade biológica como ponto principal a ser considerado (Franco, 2013). Surgiu, assim, um ativismo em prol da conservação da biodiversidade, havendo a mudança da preservação da “Wilderness” (natureza selvagem) para a conservação da biodiversidade (Franco, 2013). Diferentes autores preocuparam-se com a extinção de espécies da biodiversidade, refletindo sobre o valor intrínseco da natureza.

Desenvolvimento Sustentável

Após a publicação do relatório da *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, tradução nossa) (WCED), em 1987, patrocinado pela ONU, o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado, embora impreciso e dubio, tem sido usado em discussões sobre o futuro do planeta. Com a Revolução Industrial, as máquinas passaram a ser o meio de produção em vez da terra. As mudanças geradas pela Revolução Industrial causaram a escassez ecológica, tanto em relação ao reabastecimento dos recursos naturais quanto em relação à absorção dos elementos (Mebratu, 1998). A autora afirma que diversos teóricos se pautam na ética para discutir a crise ambiental. Nesse cenário, a teoria da libertação apresenta três modelos, que são: a ecoteologia, o ecofeminismo e o ecossocialismo. Embora tenham vieses diferentes, assemelham-se no que se refere à origem da crise (dominação da natureza), à solução (relação com a natureza ou com a natureza e a humanidade) e ao papel de liderança.

Quanto à crise ambiental que vivenciamos, existe uma dualidade: de um lado, os seguidores da escola *Limits to Growth*, defendida pelo Clube de Roma, que busca restringir o uso dos recursos, apontando para o colapso, e do outro lado os economistas, que defendem que, se políticas corretas forem postas em prática, as limitações dos recursos podem ser vencidas (Mebratu, 1998). O desenvolvimento sustentável tem sido aceito por muitos, por seu discurso teórico e abrangente, no entanto, a prática não acompanha os discursos, pois falta a parte concreta do desenvolvimento. Para mudanças de atitudes, são necessárias mudanças estruturais na conjuntura em que os indivíduos escolhem.

Ainda nesse contexto discursivo de desenvolvimento sustentável, Wheeler (1993) critica a prática realizada em nome da sustentabilidade, pois o que se percebe é que as pessoas se utilizam dos termos que a envolvem em prol do seu próprio benefício e não em benefício ambiental ou das gerações futuras. O autor discute no texto questões ligadas à aceitabilidade de um turismo feito de forma elitista e de um turismo feito de forma coletiva, ponderando que, por vezes, o turismo elitista é defendido como mais aceitável, embora não seja medido o real impacto dos deslocamentos feitos de forma individual. Assim, o que se percebe é a busca pelo aumento da comercialização de serviços ditos exclusivos, mais caros, em prol do aumento de capital e da expansão das desigualdades (pois a tendência é que esse tipo de serviço só seja consumido por quem tem maior poder aquisitivo), não em prol da sustentabilidade.

Abordagem das Capacidades

A abordagem das capacidades de Sen (2000) defende a expansão das capacidades para que os seres humanos tenham a vida que desejam e motivos para valorizá-la. Uma discussão mais ampla será feita ao longo do texto, visto que foi a teoria escolhida para discutir desenvolvimento nesta pesquisa.

Pós-desenvolvimento

O discurso de desenvolvimento tem sido utilizado na América Latina, na África e na Ásia desde o pós-guerra, em regimes baseados no colonialismo e na modernidade da Europa, apropriados como projetos nacionais (Escobar, 1995). O desenvolvimento é associado à produção e ao desejo, entretanto, é marcado pela violência. Segundo Escobar (1995), para haver uma modificação no que se refere ao desenvolvimento, não basta mudar apenas o discurso, pois ele está atrelado a outras searas da vida cotidiana, como o aparato institucional e a forma de organização institucional e política (inclusive das pesquisas em torno do desenvolvimento). Para uma

mudança no panorama, sobre os discursos de desenvolvimento, é preciso ainda a participação social. Os movimentos sociais têm grande relevância nesse cenário (Escobar, 1995).

Segundo Gibson-Graham (2004), diversos profissionais que trabalhavam o desenvolvimento passaram a criar um discurso de pós-desenvolvimento. O pós-desenvolvimento possui a mesma linha dos esquerdistas, que criticam o desenvolvimento hegemônico, consolidado mundialmente após a Segunda Guerra Mundial. As autoras citam Escobar e sua defesa a uma multiplicidade de caminhos diferentes, apontando que, segundo ele, não se pode pensar a modernidade como único caminho que todos desejam alcançar. Escobar destaca que os lugares têm um papel importante contra a cultura hegemônica.

Os países do primeiro mundo se apropriam das vozes das pessoas do terceiro mundo em prol de benefícios próprios, quer seja por meio dos discursos de esperança, quer seja para direcionamentos políticos. No mundo do pós-fordismo, as teorias criadas não podem ser aplicadas em diferentes localidades sem considerar suas características próprias. Embora existam centros de produção de conhecimento que são dominantes, tais conhecimentos não são replicáveis, sem modificações, apropriações e desordens (Escobar, 1995). Diante das críticas feitas pelo autor, ele sugere como alternativa, sobretudo aos países que não são desenvolvidos, novas formas de organização social, com base solidária e recíproca.

De modo geral, os discursos de desenvolvimento impõem modelos considerados aplicáveis a todas as nações e o pós-desenvolvimento vem questionar tais discursos, na busca de uma nova lógica.

O desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial, traz a ideia de progresso, passando de uma sociedade tradicional para uma sociedade de consumo de massa. A **modernização** é uma teoria hegemônica que prevalece nas discussões sobre turismo, preocupando-se, sobretudo, com dados econômicos e apresentando o turismo como modernizador dos destinos (os quais, não modernizados, são considerados atrasados); a **teoria da dependência econômica** apresenta os países subdesenvolvidos³ como dependentes dos países desenvolvidos, os quais têm vantagens competitivas frente à população dos destinos, pois possuem capital e poder para direcionar o fluxo turístico e ainda contam com incentivos governamentais; a **origem do pensamento ambiental** discute a exploração da natureza e a extinção da biodiversidade enquanto recursos para a sociedade de consumo (defende que a natureza tem valor intrínseco); o **desenvolvimento sustentável** apresenta um discurso que é aceito por todos, pois trata da conservação da natureza, permitindo a reprodução das atividades que causam as desigualdades, e contempla os diferentes públicos através de um discurso focado no futuro; a **abordagem das capacidades** defende a expansão das capacidades para que os seres humanos tenham a vida que desejam e motivos para valorizá-la; o **pós-desenvolvimento** surge como crítica aos discursos de desenvolvimento – aos modelos colonizadores e europeus implantados como caminhos para o desenvolvimento da nação –, buscando novas formas de organização com base na localidade.

³ Segundo Moraes (2020), o termo subdesenvolvido surgiu após a II Guerra Mundial, quando foi criada a regionalização socioeconômica do mundo, dividida entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. São características dos países subdesenvolvidos: dependência financeira de capital estrangeiro, pouco desenvolvimento de tecnologia, dependência da exportação de *commodities*, pobreza da população (poucos recursos financeiros e carência de acesso a serviços básicos), corrupção, população rural, monocultura (para atender ao mercado externo), IDHM baixo e médio, mobilidade urbana precária e elevada taxa de mortalidade infantil. Entretanto, os países subdesenvolvidos são diferentes, ou seja, nem todos possuem as mesmas características.

A abordagem das capacidades de Amartya Sen defende que as liberdades são os meios e os fins do desenvolvimento. O desenvolvimento enquanto liberdade se diferencia de outras visões de desenvolvimento, pois as liberdades de educação, saúde e participação política são inquestionáveis para a ampliação das capacidades. Já em visões mais restritas de desenvolvimento, é questionado se tais liberdades são pertinentes ao desenvolvimento (Sen, 2000).

Comumente, observa-se que análises desenvolvimentistas se baseiam, sobretudo, em dados econômicos, contudo, são análises simplistas, que não conseguem explicar o contexto. Os indicadores econômicos, assim como os indicadores sociais analisados isoladamente, não permitem conhecer a forma que as diferentes interfaces sociais interagem.

Perroux (1967), em sua obra *A economia do século XX*, discute a Teoria dos Polos de Crescimento, a qual tem uma abordagem de desenvolvimento regional. O autor afirma:

O ensinamento a extrair dos países subdesenvolvidos é o seguinte: os quase-mecanismos de crescimento são o fruto de instituições e hábitos sociais. Por meio do mercado e doutros processos, transformamos o mundo material apenas para agirmos uns sobre os outros, para nos entre-produzirmos. E o desenvolvimento é pleno na medida em que, pela reciprocidade dos serviços, prepara a reciprocidade das consciências (Perroux, 1967, p. 196).

Ao envolver a consciência como aspecto do desenvolvimento, remete-se às discussões de Freire (1967), que aponta, por diversas vezes, a necessidade de estimular a conscientização das massas, inclusive através dos processos de alfabetização. A conscientização é o “desenvolvimento da tomada de consciência” (Freire, 1967, p. 54). Ela permite ao cidadão perceber o contexto e criticá-lo. A ampliação do olhar acerca da realidade vivenciada induz à inquietação, a qual tende a fazer com que o ser aja em prol do que acredita. No entanto, a mudança de um contexto no qual as pessoas se encontram alienadas e passivas para um cenário em que elas desenvolvem a tomada de consciência e passam a participar ativamente dos processos – muitas vezes, de lutas e reivindicações – perturba o modelo de gestão que vem sendo seguido pelos gestores.

Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017) discutem o desenvolvimento a partir da junção da abordagem das capacidades de Sen e da teoria de Paulo Freire sobre a importância da conscientização do indivíduo para sua independência. Os autores referem-se a Paulo Freire a partir da defesa da educação como meio para a autonomia e a emancipação e a Sen a partir do desenvolvimento como expansão das liberdades individuais.

Fazito et al. (2017) defendem que o elemento central do turismo é o ócio. Assim, discutem o turismo pela ótica do lazer ativo, o qual contribui para transformar o ambiente. Considerando a abordagem das capacidades e a educação como libertadora, afirmam que

O papel do turismo neste conceito de desenvolvimento, então, seria o de contribuir para a expansão da conscientização, da autonomia e, por conseguinte, das liberdades individuais substantivas que possibilitam aos sujeitos exercerem cidadania, governarem as ações de construção das próprias sociedades (Fazito, Rodrigues Nascimento e Pena, 2017, p.15).

Neste trabalho, escolheu-se discutir o desenvolvimento a partir da expansão das liberdades e da tomada de consciência do sujeito sobre a sua situação atual, para que possa alcançar a vida que almeja. Para isso, relaciona-se a abordagem das capacidades de Amartya Sen (2000) às ideias de Paulo Freire (1967) sobre a educação como prática de liberdade.

O desenvolvimento está intimamente ligado com as melhorias na vida e a ampliação das liberdades. A expansão das liberdades torna os humanos mais livres para efetuar escolhas e exercer papéis sociais, enquanto a interação permite influenciar outras pessoas (Sen, 2000). Robeyns (2003) afirma que pessoas de diferentes áreas, de dentro e de fora da academia, se interessam pela abordagem das capacidades. A autora considera que a abordagem das capacidades é difícil de ser mensurada, visto que se fundamenta em oportunidades, não em resultados. Martha Nussbaum se baseou na abordagem das capacidades para criar uma teoria de justiça, por meio da qual critica a teoria de Sen, por não ter criado uma lista das capacidades que devem ser medidas (Robeyns, 2003). No entanto, segundo Sen (2000), o desenvolvimento enquanto liberdade não pretende criar critérios que possam gerar comparações entre as distintas experiências de desenvolvimento. Não se propõe a ordenar os possíveis cenários, tendo como perspectiva a discussão das liberdades dos humanos.

Fukuda-Parr (2003) reconhece a importância da abordagem das capacidades para mudar o foco de dados econômicos (renda nacional) para políticas voltadas para pessoas, bem como a sua influência nos Relatórios de Desenvolvimento Humano a partir de 1990. Os relatórios de desenvolvimento humano usaram os seguintes critérios para escolher as capacidades: 1) devem ser valorizadas por pessoas do mundo todo; 2) devem ser básicas, sem as quais o alcance de outras capacidades seria prejudicado. No entanto, a abordagem das capacidades variou durante os anos e os locais.

A abordagem das capacidades centra-se em dois pontos: 1) no que uma pessoa é capaz de conceber; e 2) nas oportunidades que ela tem para realizar. As duas versões podem ser usadas separadamente ou em conjunto.

A person's "capability" refers to the alternative combinations of functionings that are feasible for her to achieve. Capability is thus a kind of freedom: the substantive freedom to achieve alternative functioning combinations (or, less formally put, the freedom to achieve various lifestyles) (Sen, 2000, p. 75).

Conforme Sen (2000), a liberdade como instrumento refere-se à ligação das múltiplas liberdades. Para discutir as liberdades instrumentais, o autor aponta cinco tipos de liberdades: políticas, econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Ele afirma que não se trata de uma lista exaustiva, pois existe uma variedade de instrumentos que direta ou indiretamente conduzem à liberdade, isto é, ao modo que as pessoas almejavam viver.

As **liberdades políticas** remetem a um sistema democrático, em que há real participação social, com direito a escolha dos representantes, a expressão política, a imprensa sem censura, e a participação social nos diálogos; as **liberdades econômicas** referem-se aos direitos de exercer relações comerciais, de consumo, de produção ou de troca. Consideram os recursos disponíveis para participar do funcionamento do mercado. As riquezas de um país devem proporcionar o aumento, proporcional, dos direitos econômicos da população; as **oportunidades sociais** dizem respeito aos arranjos que colaboram para a ampliação das capacidades, como, por exemplo, nos campos da educação e da saúde. O aumento nos níveis de educação e saúde é capaz de reduzir diversas problemáticas e melhorar a vida das pessoas (inclusive, por meio da possibilidade de participação em decisões políticas); as **garantias de transparências** exercem um papel importante para prevenir a corrupção, a negligência com recursos financeiros e as negociações injustas; a **segurança protetora** é um modo de proteger a sociedade da miséria, por meio de arranjos sociais que gerem renda para situações emergenciais (como o seguro desemprego, arranjos para atenuar a fome e criação de emprego público em caráter emergencial).

Cada uma dessas liberdades merece uma discussão sobre sua aplicação prática nas localidades pesquisadas. Destaca-se que o papel da segurança protetora foi ratificado com a pandemia do coronavírus, iniciada no primeiro trimestre de 2020 e ainda não finalizada. O turismo foi um dos setores mais impactados nesse período de crise, em que o funcionamento de diversos empreendimentos prestadores de serviços turísticos (Alimentos & Bebidas,

Eventos, Meios de Hospedagem, entre outros) foi afetado. Diante desse cenário, os entes governamentais tiveram que tomar medidas emergenciais em busca de combater a disseminação do vírus (especialmente em 2020 e em 2021) e, concomitantemente, possibilitar a sobrevivência dos trabalhadores que atuam nos serviços considerados não essenciais.

De acordo com Azevedo (2008, p. 90),

Normalmente, é assim que funcionam algumas políticas públicas implementadas na sociedade brasileira. São ações essencialmente paliativas, em vez de preventivas contra os males e catástrofes sociais – como a fome, por exemplo. Elas são de certo modo impeditivas à expansão de capacidades e da liberdade.

O mercado, a mídia, o sistema democrático e as instalações públicas devem ser pensados de forma combinada, para analisar o que essas instituições podem ou não realizar. Os mercados, agindo de forma justa, atrelados aos arranjos políticos e sociais, são capazes de oferecer oportunidades partilhadas. As políticas públicas, para atendimento das necessidades básicas, também as voltadas para as atividades econômicas locais, possuem importante papel na ampliação das capacidades (Sen, 2000; Azevedo, 2008).

A necessidade de o sujeito ter consciência da situação que vivencia é apresentada por Fazito et al. (2017), Freire (1967) e Sen (2000). Tomar consciência da situação vivenciada faz parte do processo no qual o sujeito percebe o ponto em que se encontra e a ação o leva ao ponto que deseja.

Amartya Sen optou por não listar os elementos que deveriam ser considerados no que se refere à ampliação das capacidades, entretanto, citou variados fatores geradores de liberdades, como: serviços de saúde, educação, segurança, direitos civis e políticos. Considera-se que o acesso a uma educação que induza ao pensamento crítico, conforme defendido por Paulo Freire, é capaz de mudar a vida das pessoas.

Freire (1967) critica o modelo educacional do Brasil e a forma que ele atrasa os processos democráticos, em virtude da ignorância a que as pessoas são submetidas. O autor atuou na educação de pessoas menos favorecidas (inclusive de analfabetos), visando estimular a tomada de consciência dos indivíduos. Defendeu a democratização da cultura e uma alfabetização que

Fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação (Freire, 1967, p. 104).

As problemáticas do sistema educacional reverberam também na arte. Na música “Estudo Errado”, lançada em 1995, Gabriel, o Pensador aponta fragilidades no processo de ensino-aprendizagem, conforme é possível perceber a seguir.

[...] Eu gosto dos professores e eu preciso de um mestre
Mas eu prefiro que eles me ensinem alguma coisa que preste
- O que é corrupção? Pra que serve um deputado?
Não me diga que o Brasil foi descoberto por acaso!

[...] E quando eu tiro dez é sempre a mesma palhaçada.
Manhê! Tirei um dez na prova
Me dei bem, tirei um cem e eu quero ver quem me reprova
Decorei toda lição
Não errei nenhuma questão
Não aprendi nada de bom
Mas tirei dez (boa, filhão!)

Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci
Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi.

Tal música retrata as limitações do sistema educacional e a imposição de memorizar conteúdos repassados por gerações, mesmo que o estudante não considere relevante. Em 2014, o referido músico participou de uma entrevista junto à BBC News Brasil e considerou que muitos professores já trabalham temas atuais junto aos conteúdos de algumas disciplinas, mas que o sistema educacional ainda tem muito para evoluir. Pontuou que, mesmo entre os frequentadores da escola, há ainda pessoas com o nível de aprendizagem baixo e que um problema habitual é a evasão escolar⁴.

Apesar das limitações do ensino brasileiro, ressalta-se a sua relevância para a melhoria de vida das pessoas. No entanto, ainda hoje, observa-se um modelo repetitivo, que não induz à criação do pensamento crítico. É exigido que todos os estudantes cursem a estrutura curricular, sem se importar se eles estão ou não interessados em aprender aqueles conteúdos. Ademais, não ensinam diversos temas que possuem aplicação prática no dia a dia da população e a falta de conhecimento reflete em problemáticas da sociedade (a termos exemplificativos, seguem

⁴ Mendonça, R. (2014, agosto, 29). *Gabriel Pensador: ‘Professor é herói do dia a dia’*. [BBC News] Recuperado em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2014/08/29/gabriel-pensador-professor-e-heroi-do-dia-a-dia.htm>

alguns temas que poderiam ser discutidos na escola: direitos e deveres dos cidadãos, educação financeira, investimentos e declaração de imposto de renda).

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), publicada em janeiro de 2022 pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual de famílias endividadas é crescente no Brasil. Em 2019 (antes da pandemia), o endividamento médio anual das famílias foi de 63,6%; em 2020, o percentual passou a ser de 66,5% (ano em que iniciou a pandemia); já em 2021 (segundo ano de pandemia), o endividamento passou a ser de 70,9%. Ainda de acordo com a CNC (2022), 25,2% das famílias estavam com contas em atraso em 2021 e 10,5% estavam sem condições financeiras para efetuar o pagamento das dívidas em atraso. Apresentar esses dados econômicos reforça a necessidade de conteúdos ligados à educação financeira serem discutidos em âmbito escolar. Ressalta-se que o endividamento nem sempre está ligado ao empobrecimento da população, tendo em vista que, mesmo pessoas que recebem uma renda elevada em comparação com a maioria dos brasileiros, se encontram endividadas. Para exemplificar, apresenta-se um trecho do relatório citado anteriormente:

[...] o endividamento médio das famílias com até 10 salários mínimos mensais aumentou 4,3 pontos percentuais, chegando a históricos 72,1% do total. Na faixa de renda superior, acima de 10 salários de rendimentos mensais, o endividamento aumentou ainda mais, 5,8 pontos (CNC, 2022).

Os dados apresentados refletem o retrato de uma sociedade que, por décadas, repete o cenário de endividamento, sobretudo para a compra de passivos, que ao longo do tempo sofre depreciação. Dentro desse cenário, atrelado às outras problemáticas geradas pela escassez de recursos financeiros, defende-se que essa é também uma questão do sistema escolar. Pensar é um dos atos mais fundamentais a serem ensinados na escola, do contrário, torna-se frustrante, para os que buscam conhecimento em outras fontes e conseguem enxergar além do que é transmitido, passar mais de uma década na escola.

Amartya Sen (um liberal) mostra que o dinheiro é importante para que o indivíduo tenha poder de escolha de fazer ou não fazer algo. Sen (2000) baseia-se nas ideias de Aristóteles, que considerou que a busca da riqueza não tem um fim em si mesmo, é em prol de outras coisas.

Os dois autores têm como perspectiva a liberdade dos seres humanos. Amartya Sen com uma abordagem nas capacidades (englobando diversos aspectos socioeconômicos) e Paulo Freire com o foco voltado mais para a educação. A discussão dessas teorias, conjuntamente, é

importante, pois ambas discutem elementos capazes de contribuir com a ampliação das liberdades.

A educação, além de outros serviços para atendimento das necessidades básicas, é essencial para que os indivíduos possam vislumbrar passos maiores rumo à sua liberdade. Exemplificando, dificilmente algum indivíduo vai projetar ter liberdade financeira se não possui recursos capazes de suprir as necessidades diárias. A liberdade financeira proporciona também liberdade geográfica e possibilita que o indivíduo escolha o que quer ou não fazer e onde deseja viver (ou seja, as liberdades são ampliadas). De modo geral, a discussão centra-se na relevância que os recursos possuem para a ampliação das liberdades humanas, e não como seu próprio fim. Entretanto, de acordo com Sen (2000, p. 298), “[...] we cannot lose sight of the fact that freedom is an inherently diverse concept, which involves-as was discussed extensively-considerations of processes as well as substantive opportunities possibilities”.

As liberdades substantivas impõem responsabilidade de o indivíduo escolher fazer ou não fazer algo. Sen (2000) considera o indivíduo responsável por sua vida e cita que Marx defendeu que os sujeitos são responsáveis por ter o controle dos acontecimentos e das circunstâncias de suas vidas. Smith ressaltou a relevância da criação de valores que estimulem a responsabilidade dos indivíduos em torno de problemas gerais, como forma de reduzir a alocação de recursos públicos.

Ao analisar o desenvolvimento econômico, não devemos olhar apenas para os indicadores de cunho econômico, devendo ser considerados os impactos decorrentes da democracia e da participação política. De acordo com Sen (2000, p. 155), “democracy has to be seen as creating a set of opportunities, and the use of these opportunities calls for analysis of a different kind, dealing with the practice of democratic and political rights”.

As discussões abertas entre os governos e a sociedade são essenciais, não podendo os governantes considerarem que a população escolheria alguma coisa sem antes discuti-la abertamente. A democracia tem relevância intrínseca, porém, a sua eficácia depende da forma que as liberdades (inclusive a liberdade política) são consumadas. O sistema democrático deve gerar oportunidades e a fruição delas está ligada ao exercício dos direitos democráticos e políticos (Sen, 2000).

Muitas vezes, o turismo é visto como o setor que irá resolver as diferentes problemáticas existentes na localidade ou como o responsável por distintas mazelas. Esta pesquisa não busca

nenhum dos extremos, mas, sim, compreender de que forma ele vem impactando a realidade local/regional. Assim, para a consecução da pesquisa desenvolvida no Circuito Norte da Chapada Diamantina, foram levantados diversos dados sociais e econômicos para entender o contexto. Além disso, identificou-se as políticas públicas criadas em prol do turismo, pelos diversos níveis governamentais, e problematizou-se a participação social, pelo viés do setor público, do setor privado e de associações comunitárias com sede em Jacobina ou em Senhor do Bonfim, nos processos que envolvem políticas públicas para/pelo turismo. De acordo com Sen (2000), mesmo uma pessoa com muitos recursos monetários pode ser considerada pobre (em termos de liberdade) se privada da capacidade de participação social.

As discussões públicas têm um papel contributivo também na formação de valores da sociedade. A ampla discussão pública sobre uma questão de uma área pode influenciar em diversas outras. É necessário avaliar as bases que precisam ser levantadas e o que está sendo negligenciado. De modo geral, os aspectos considerados de alto valor e de cunho moral pelas pessoas, se cobrados junto aos governantes de forma consistente, tendem a obter uma resposta positiva, pois os que estão no poder não poderão fugir de elementos considerados centrais. Em contrapartida, se outros fatores forem relevantes, mas não considerados centrais, correm o risco de serem deixados de lado. Tendo como base as teorias discutidas, considera-se que os humanos devem ser ativos nos processos de mudança e não apenas receptores passivos.

2.1 Indicadores sociais e econômicos da Chapada Norte da Chapada Diamantina

De acordo com Azevedo (2008), o desenvolvimento deve ser planejado de forma integrada, considerando os variados aspectos que o envolvem. Além disso, os processos devem ser realizados de forma ética e transparente, possibilitando a participação política e o envolvimento da população no mercado a partir de medidas mais justas.

Para melhor compreensão sobre a área estudada, a seguir, serão apresentados alguns indicadores sobre cada um dos municípios do Circuito Chapada Norte (Tabela 2).

Tabela 2

Indicadores do Circuito Chapada Norte

Circuito da Chapada Norte, da Chapada Diamantina, BA.						
Municípios	Área Territorial em km² (2021)	População estimada (2021)	Salário Médio Mensal (2019)	População Ocupada (2018)	PIB per capita (2019)	IDHM (2010)
Bonito	791,276	16.999	1,8	4,6%	9.891,34	0,561
Campo Formoso	7.161,827	71.754	2,1	7,8%	13.586,60	0,586
Jacobina	2.192,905	80.749	2,1	14,9%	16.196,03	0,649
Miguel Calmon	1.599,672	25.771	1,8	7,3%	8.860,50	0,586
Mirangaba	1.751,778	18.603	1,8	5,5%	6.914,16	0,542
Ourolândia	1.544, 988	17.567	2,2	10,5%	10.741,51	0,560
Pindobaçu	495,845	20.048	1,7	7,4%	7.436,92	0,577
Quixabeira	366,387	8.939	1,6	7,0%	7.278,11	0,578
Senhor do Bonfim	789,361	79.813	1,8	12,2%	11.399,16	0,666
Utinga	633, 760	19.330	1,5	7,4%	8.806,37	0,590
Bahia	564.760,429	14.985,284	-1	-	-	0,660
			913 (reais)			

Nota. Adaptada de IBGE, 2021.

O município de Campo Formoso possui a maior área territorial, seguido de Jacobina, entre os municípios do Circuito Chapada Norte. O salário médio mensal mais alto é o de Ourolândia; o de Jacobina vem em seguida; já o de senhor do Bonfim está igual ao de diversos outros municípios da região. A renda do estado da Bahia é muito baixa, abaixo de um salário mínimo⁵. Entretanto, Jacobina e Senhor do Bonfim, campo de estudo deste trabalho, têm uma renda de 2,1 e 1,8 salários mínimos, respectivamente (o que não significa que a população, de forma igualitária, compartilhe desses salários). São, ainda, os dois municípios que têm a maior população estimada, o primeiro com 80.749 e o segundo com 79.813 habitantes.

O Produto Interno Bruto (PIB), para evitar dupla contagem, é calculado com base na produção de bens e serviços finais, isto é, no preço comercializado ao consumidor. Azevedo (2008), Beni (2006), Fazito (2015) e Sen (2000) são alguns dos autores que criticam avaliações de desenvolvimento feitas apenas por meio de indicadores de crescimento, visto que diversos outros fatores, além dos econômicos, são necessários para que haja desenvolvimento (educação, saúde, participação social, entre outros). Para Sen (2000), embora os economistas sejam julgados de estarem preocupados excessivamente com a eficiência, muitos se preocuparam

⁵ Salienta-se que, no momento de levantamento de dados desta pesquisa, já estava disponível o salário médio mensal do estado da Bahia referente ao ano de 2021, no valor de R\$ 843,00. Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas. Panorama: Bahia. Recuperado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>

também com a questão da desigualdade. No entanto, o problema é que, majoritariamente, a desigualdade é trabalhada com base na renda, deixando de lado outros fatores de privação.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano⁶, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é composto por longevidade (medida pela expectativa de vida ao nascer, com um cálculo que é feito com base nos dados do IBGE), educação e renda (já o padrão de vida é calculado com base na renda de todos os residentes do município, dividida por todos os moradores daquela localidade). É calculado de 0 a 1: quanto mais se aproxima de um, mais desenvolvimento humano apresenta. O IDHM de Jacobina é de 0,649 e o de Senhor do Bonfim, 0,666. São índices médios, porém, consistem nos maiores IDHM do Circuito Chapada Norte. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2021), o IDHM é considerado muito baixo entre 0,000 e 0,499, baixo de 0,500 a 0,599, médio de 0,600 a 0,699, alto de 0,700 a 0,799 e muito alto de 0,800 a 1,000⁷.

Embora tais indicadores sejam apresentados, compreende-se que tanto o PIB quanto o IDHM não abarcam a forma que esses recursos são distribuídos entre a população. Entretanto, considera-se necessário conhecer os indicadores sociais e econômicos para que se compreenda a dinâmica da localidade sob uma dada perspectiva apresentada por tais indicadores.

De acordo com Sen (2000), as ações públicas que visam reduzir as desigualdades ou a pobreza passam por uma série de elementos que precisam ser considerados, tais como: necessidades específicas da população, que é heterogênea; características locais, como clima e segurança; e distribuição da renda familiar. A desigualdade é um desafio do sistema capitalista, a qual deve ser enfrentada pelos mecanismos de mercado, juntamente com os arranjos institucionais, ultrapassando as preocupações puramente mercadológicas. Diante disso, entende-se que ao buscar compreender a dinâmica do turismo num dado município é preciso ir além e considerar a dinâmica socioespacial.

2.2 Indicadores sociais e econômicos de Jacobina

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *O que é IDHM*. Recuperado de: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html#:~:text=O%20%C3%ADndice%20varia%20de%200,%C3%A0%20disponibilidade%20de%20indicadores%20nacionais>

⁷ Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. (2021). *Como ler o IDHM*. Recuperado em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>

Segundo o IBGE (2021), a área territorial de Jacobina é de 2.192,905 km² e o seu bioma é a caatinga. Possui um PIB Per capita (2019) de R\$ 16.196,03, sendo que o percentual das receitas oriundas de fontes externas (2015) é de 82,4%. Para o IBGE (2021), Jacobina tem uma população estimada de 80.749 habitantes e o índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) (2010) de 0,649, aproximado ao IDHM do estado, que é 0,660.

A taxa de escolarização de pessoas de 6 a 14 anos é de 97,3% (IBGE, 2018). A seguir, são apresentados o quantitativo de docentes que atuam no município de Jacobina com base nos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2020), referentes ao ano de 2019 (Tabela 3).

Tabela 3

Número de docentes por dependência administrativa em Jacobina

Número de docentes	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Na Educação Infantil (creche)	101	0	0	36
Na Educação Infantil (pré-escola)	63	0	0	65
No Ensino Fundamental	337	18	0	211
No Ensino Médio	0	143	46	52
Em cursos de Educação Profissional	0	48	50	53
Na EJA	50	60	0	7
Total	551	269	96	424

Nota. Adaptada de Inep, 2020.

A soma feita pelo Inep contabiliza os professores somente uma vez, diminuindo o valor total, por não incluir a atuação em âmbitos diferentes. Assim, segundo os dados da pesquisa do Inep (2019), o quantitativo de professores que atua no município se divide da seguinte maneira: em creches: 101 da rede pública e 36 da rede privada, somando 137; em pré-escolas: 63 da pública e 65 da privada, somando 128; no ensino fundamental: 355 da pública e 211 da privada, somando 566 (nove a menos, sendo um do ensino público); no ensino médio: 189 da pública e 52 da privada, somando 241 (seis a menos da rede privada); no ensino profissional: 98 da pública e 53 da privada, somando 151; da Educação de Jovens e Adultos (EJA): 110 do ensino público e sete do ensino privado, somando 117.

A partir dos dados apresentados, constata-se que há professores dos três níveis (municipal, estadual e federal) atuando na rede pública em Jacobina. No âmbito federal, encontram-se os cursos de nível médio e de educação profissional. O município conta, ainda,

com professores da rede privada de educação, do ensino infantil ao ensino médio, incluindo o ensino de jovens e adultos. A seguir, encontra-se o quantitativo de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa (Tabela 4).

Tabela 4

Número de estabelecimento por dependência administrativa em Jacobina

Número de Estabelecimentos	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Creche	14	0	0	20
Pré-escola	38	0	0	27
Ensino Fundamental	34	1	0	27
Ensino Médio	0	4	1	5
Educação Profissional	0	2	1	2
EJA	8	3	0	2
Total	94	10	2	83

Nota. Adaptada de IBGE, 2021.

Segundo dados divulgados pelo Inep (2020), referentes à pesquisa de 2019, das 34 creches, seis estão em área rural, cinco são públicas e apenas uma é privada; dos 65 estabelecimentos pré-escolares, 22 estão em área rural e apenas um é privado; dos 62 estabelecimentos de ensino fundamental, 20 estão na área rural e apenas um é privado; dos 10 de ensino médio, apenas um está em área rural e é público; dos cinco de educação profissional, todos estão em área urbana; dos 13 de EJA, cinco estão em área rural e são todos públicos.

O campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) localizado em Jacobina oferta os seguintes cursos (<https://portal.ifba.edu.br/jacobina>, recuperado em 21 de junho, de 2021): técnico integrado: eletromecânica, informática e mineração; técnico subsequente: eletromecânica, informática, meio ambiente e mineração; graduação: licenciatura em computação (Figura 3).



Figura 3. Campus do IFBA em Jacobina.

O Campus IV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) está localizado em Jacobina e oferta os seguintes cursos de graduação (<https://portal.uneb.br/jacobina/>, recuperado em 21 de junho, de 2021): direito, educação física, geografia, história, letras – língua inglesa e literaturas e letras – língua portuguesa e literaturas. Além disso, oferece Mestrado Profissional em Educação e Diversidade.

Azevedo e Espelt (2019) destacam o importante papel das universidades federais, das universidades estaduais, dos institutos federais, de fundações e de outras instituições no ensino na pesquisa e na extensão. Elas estimulam a economia social, inclusive por meio de incubadoras de empreendimentos econômicos solidários (o destaque é dado às universidades federais, seguidas das estaduais, por apresentarem maior atuação nesse ponto).

A educação tem um amplo papel – gera esclarecimentos sobre a situação vivenciada pelas pessoas; gera maior entendimento sobre o papel do ser humano em discussões que envolvam a sua localidade; aproxima os cidadãos do trabalho e emprego etc. – e grande relevância para a melhoria de vida dos cidadãos. Nesse contexto, afirma-se que

É pertinente salientar que na interação entre a sociedade civil e o Estado, o direito à educação como um processo de formação para a participação qualificada dos cidadãos e cidadãs é um dos principais componentes fortalecedores da cidadania ampliada necessária à manutenção do sistema democrático (Wanderley Filha, 2017, p. 50).

A seguir, será apresentado o quantitativo de estabelecimentos de saúde, especificando o seu âmbito e se possui fins lucrativos. Os dados referentes ao quantitativo de estabelecimentos de saúde estão desatualizados, pois só foram encontrados os de 2009 (Tabela 5). Entretanto, um dado mais recente identificado foi a taxa de mortalidade do município de Jacobina, que, segundo o IBGE (2019), é de 19,99 óbitos por mil nascidos vivos.

Tabela 5

Número de estabelecimentos de saúde no município de Jacobina

Estabelecimentos de Saúde (2009)	Categorização	Quantidade
Público	Municipal	26
Privado	Com fins lucrativos	22
Privado	Sem fins lucrativos	1
Privado	SUS	3
Total	Públicos e privados	49

Nota. Adaptada de IBGE (2009).

Salienta-se que os três estabelecimentos que atendem também pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não são contabilizados novamente, pois já se encontram entre os definidos com ou sem fins lucrativos.

O município de Jacobina conta com uma Policlínica Regional de Saúde (Figura 4) que presta atendimento para diversos municípios consorciados, quais sejam: Caém, Caldeirão Grande, Capim Grosso, **Jacobina**, Mairi, **Miguel Calmon**, **Mirangaba**, **Ourolândia**, Piritiba, **Quixabeira**, São José do Jacuípe, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea da Roça, Várzea do Poço e Várzea Nova. A policlínica ocupa uma área de 2.848, 32m² e possui 12 consultórios. No estabelecimento, são realizados atendimentos (consultas, exames e pequenas cirurgias) considerados de média complexidade. Para ter acesso aos serviços, o paciente deve ser encaminhado pela Secretaria de Saúde do seu município⁸. Essa policlínica realiza atendimentos para cinco (os quais se encontram em negrito neste parágrafo) dos 10 municípios que compõem o Circuito Chapada Norte, assim, é bastante relevante para a prestação de serviços de saúde na região turística estudada. No entanto, salienta-se que diversos serviços de saúde não são

⁸ Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Saúde. *Policlínica de Saúde na Região de Jacobina*. Recuperado em: <http://www.saude.ba.gov.br/municipios-e-regionalizacao/policlinica-de-saude-da-regiao-de-jacobina/>

prestados na localidade, por isso, por vezes, os pacientes são encaminhados para outras localidades (às vezes, é preciso esperar meses para receber atendimento), como, por exemplo, para a capital do estado, Salvador.



Figura 4. Policlínica Regional de Saúde, em Jacobina.

De acordo com os dados apresentados pelo IBGE – educação (2010); PIB (2018); rendimentos e mortalidade (2019) –, o panorama de Jacobina, frente aos 417 municípios da Bahia e aos 5.570 do Brasil, encontra-se da seguinte maneira: no quesito educação, na colocação 214 e em 3.221, apontando que é necessário haver melhorias na ampliação dessa capacidade; em relação aos rendimentos (salário médio mensal dos trabalhadores formais), está em 49 e em 1530, bem à frente do lugar ocupado na educação; no que concerne ao PIB está em 45 e 2.218, bem colocado no estado, mas não tão bem em termos do país; já em relação à mortalidade, está em 106 e em 1.147, carecendo também de melhorias.

Ao discutirmos os indicadores sociais e econômicos, estamos discutindo também direitos individuais e coletivos garantidos pela Constituição, a título exemplificativo: a educação, a saúde, o trabalho, a segurança, o lazer e a assistência aos desamparados. Wanderley Filha (2017), ao tratar da participação cidadã no município de Porto do Mangue, Rio Grande do Norte, salienta que os direitos são garantidos pela Constituição Federal, a qual define que a

sociedade influencia o direcionamento das políticas públicas no Brasil, podendo, assim, contribuir com o desenvolvimento territorial.

A partir de agora, serão realizadas discussões sobre a dinâmica econômica do município de Jacobina. Para tanto, são especificadas: a extração vegetal, a produção agrícola e a pecuária⁹. Em relação à extração vegetal, possui representatividade a extração de umbu, madeira, babaçu e licuri, conforme especificação abaixo (Tabela 6).

Tabela 6

Extração vegetal do município de Jacobina

Extração vegetal		
Produtos	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
Umbu (fruto)	18 t	36,00 x (1000)
Madeira (lenha)	800 m ³	7,00 x (1000)
Babaçu (amêndoa)	1 t	1,00 x (1000)
Licuri (coquilho)	35 t	70,00 x (1000)

Nota. Adaptado de IBGE, 2019.

A produção agrícola comporta a lavoura permanente: banana, laranja e sisal; e a lavoura temporária: alho, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho e tomate (Tabela 7).

Tabela 7

Produção agrícola do município de Jacobina

Produção agrícola – Lavoura Permanente		
Produtos	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
Banana (cacho)	4000 t	4.800 x (1000)
Laranja	56 t	56,00 x (1000)
Sisal ou agave	2.250 t	6.300,00 x (1000)
Produção agrícola – Lavoura Temporária		
Produtos	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
Alho	3 t	11,00 x (1000)
Cana-de-açúcar	160 t	72,00 x (1000)
Cebola	55 t	61,00 x (1000)
Feijão (grão)	240 t	792,00 x (1000)
Fumo (folha)	45 t	369,00 x (1000)
Mamona (baga)	33 t	87,00 x (1000)
Mandioca	7.200 t	7.2000 x (1000)
Milho (grão)	300 t	180,00 x (1000)
Tomate	600 t	660 x (1000)

Nota. Adaptado de IBGE, 2019.

⁹ Embora a legislação brasileira enquadre a pecuária no rol das atividades econômicas, entende-se que os animais são seres sencientes, não mercadorias, e que os seus derivados não são produzidos para os humanos.

Já no que tange à pecuária, o município possui mais de 95.000 animais (a população de animais é maior do que a de pessoas), sendo divididos em bovinos, bubalinos, caprinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos (há ainda as abelhas, que não possuem contagem especificada). Esses animais têm gerado a produção de leite de vaca, ovos de codorna e de galinha e mel (Tabela 8).

Tabela 8

Pecuária no município de Jacobina

Pecuária			Produção
Bovino	Efetivo do rebanho	Vaca ordenhada	Leite de vaca
	37.282	3.695	4.989
Bubalino	Efetivo do rebanho		
	7		
Caprino	Efetivo do rebanho		
	5.547		
Codorna	Efetivo do rebanho		Ovos
	4.450		35.000 dúzias
Equino	Efetivo do rebanho		
	1605		
Galináceo	Efetivo do rebanho	Galinha	Ovos
	34.026	19936	268.000 dúzias
Ovino	Efetivo do rebanho		
	9.348		
Suíno	Efetivo do rebanho	Matriz	
	3.052	458	
Abelhas	Não especificado		Mel
			22. 444 kg
Total de animais	95.317		

Nota. Adaptado de IBGE, 2019.

O cenário atual é propício para a discussão acerca do nosso sistema de produção e consumo, o qual perpassa as diversas atividades que são estimuladas, visando a ampliação de capital. De acordo com Layrargues (2020), a atual pandemia não causou espanto aos especialistas, visto que a relação entre zoonoses e pandemias é real. O autor destaca:

Não faltaram diagnósticos científicos fazendo alusão aos riscos de perigosas pandemias por zoonoses associadas ao desmatamento de florestas nativas em favor do agronegócio capital-intensivo, o que faltou foi planejamento governamental para uma situação de emergência. Os especialistas não se perguntavam se poderia acontecer alguma pandemia particularmente ameaçadora, mas sim quando ela aconteceria. A correlação entre degradação ambiental e pandemias virais está devidamente estabelecida, cientificamente validada (Layrargues, 2020, p. 13).

Diversas doenças são causadas por vírus são zoonoses¹⁰, entre elas, estão Covid-19, Aids, Ebola, febre amarela, dengue, Chicungunha, zika (as quatro últimas, provavelmente, tiveram como hospedeiros os macacos) (Joly, Queiroz, 2020). Layargues (2020) afirma que os vírus Hendra, Marburg, Nipah, Raiva, Ebola e SARS (também originada por um coronavírus) são transmitidos pelos morcegos, que vão em busca de novos abrigos ao terem as suas áreas degradadas pela expansão da agropecuária.

O cenário pandêmico vivenciado no mundo entre 2020 e 2022 é marcado por um quantitativo expressivo de mortes, aumento das desigualdades sociais e necessidade de aparato estatal para que as famílias possam sobreviver com as restrições impostas pela conjuntura atual. No entanto, também é uma oportunidade de refletir sobre a raiz dessa problemática, que causou dor e sofrimento numa escala mundial.

Os governos de diferentes níveis e países criaram normas que restringiram o direito de ir e vir, o que limitou a geração de emprego e renda. No caso brasileiro, intensificaram-se os problemas financeiros. Para refletir acerca das causas da pandemia, são trazidas as discussões de Mebratu (1998), que apresenta três teorias da libertação – ecofeminismo, ecossocialismo e ecoteologia. Cada uma possui um viés distinto, no entanto, elas se assemelham no que se refere à origem da crise (dominação da natureza), à solução (relação com a natureza ou com a natureza e a humanidade) e ao papel de liderança.

O ecofeminismo baseia-se no pressuposto de que existe uma relação entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres. Busca quebrar estruturas de poder dominantes, envolvendo relações de gênero e o sistema econômico. O ecossocialismo atribui as relações ruins, entre o homem e a natureza, ao capitalismo, apontando o socialismo como necessário. Defende a dominação da natureza (sem ultrapassar as leis naturais) em nome do bem coletivo, coloca os homens como diferente dos animais, entretanto, aponta os não humanos como parte da sociedade. A ecoteologia defende que a ganância humana é a causadora da crise ambiental gerada pela cultura da exploração, apresenta passagens bíblicas que colaboram para o enfrentamento da crise ambiental e considera que é preciso valorizar os elementos naturais a partir de uma postura de gratidão, humildade e desapego (Mebratu, 1998).

¹⁰ Zoonoses são doenças que antes eram exclusivas de animais não humanos, as quais, devido ao transbordamento, acabaram se tornando doenças também humanas. Elas representam cerca de 60% das doenças infecciosas em humanos (Layrargues, 2020, p. 8).

Partindo da ecoteologia, entende-se que a cultura de exploração dos animais e da natureza em prol de aumentar os ganhos financeiros a partir da produção de origem animal é a causa de crises sanitárias, bem como de diversas crises ambientais e de uma gama de problemáticas que estão ligadas a elas.

A relação do ser humano com a alimentação tem sido pauta de estudos variados, tanto científicos quanto de mercado. Uma problemática presente na sociedade contemporânea concernente à alimentação é a desvalorização de alimentos naturais – o que denomino aqui de comida de verdade – e a valorização de alimentos ultraprocessados, comercializados por grandes empresas. Essa realidade gera, pelo menos, dois vieses: de um lado, há os que defendem o consumo de alimentos produzidos na localidade (tanto de origem vegetal quanto animal) em nome da soberania alimentar e, de outro lado, os que defendem uma alimentação à base de plantas (considerando que nem toda alimentação realizada com produtos vegetais é saudável e ética).

O vegetarianismo e o veganismo têm crescido no Brasil. Segundo a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), uma pesquisa conduzida pelo Ibope Inteligência em 2018 constatou que 14% (cerca de 30 milhões de pessoas) da população brasileira se declararam vegetariana. Tendo em vista esse cenário e o aumento da demanda por produtos de origem vegetal, inclusive como substitutos dos de origem animal, muitas empresas vêm mudando a sua atuação no mercado. Entretanto, salienta-se que, embora haja empresas realmente preocupadas em contribuir para um mundo melhor –seja por meio da conservação da natureza, seja pela integração de pessoas da localidade na produção – há também as empresas que apenas estão preocupadas com a comercialização de produtos, visando obter lucros com essa crescente fatia de mercado.

Fazem parte desse rol as empresas que comercializam animais mortos e têm buscado ganhar mercado no que concerne aos produtos vegetais. Um exemplo disso é a BRF, que tem a Sadia e a Perdigão como subsidiárias. A Sadia criou a marca Veg & Tal, que possui 14 produtos sem carne animal, sendo que três contêm produtos de origem animal e onze são 100%

vegetais¹¹. Outro caso é o da empresa Seara, que criou a marca Incrível, linha com 15 produtos 100% vegetais¹².

Apresentar o quantitativo de produtos que foi criado não tem como intuito fazer propaganda das empresas, pelo contrário, é um convite à reflexão sobre os motivos que cada empresa teve para realizar mudanças em seu portfólio de produtos. Mais do que isso, é um convite para pensar sobre o poder que nossas escolhas individuais têm sobre as empresas.

Considera-se que todos os seres são singulares e relevantes para o equilíbrio do planeta (possuem valor intrínseco), sendo necessário quebrar paradigmas a respeito da supremacia do homem sobre a natureza para uma vida mais satisfatória. De acordo com Sen (2000), as pessoas são responsáveis pelas mudanças do mundo e pelo desenvolvimento dele. Os problemas que vivenciamos, mesmo que não nos atinjam num dado momento, são também problemas nossos.

Na Chapada Diamantina, há maior disponibilidade de produtos que atendem ao público vegetariano e vegano no Circuito do Diamante. No Circuito Chapada Norte (assim como na maioria das cidades brasileiras), a oferta de alimentos e bebidas quase sempre envolve ingredientes de origem animal¹³.

Compreender a dinâmica territorial permite-nos entender de que forma o espaço é usado e como isso impacta nos diversos setores. Para Novais (2009), a organização urbana de Jacobina e da microbacia teve como base as atividades produtivas, assim, a produção e o consumo regularam o uso do espaço, o que gerou fragmentação, desarticulação e contradições sociais e ambientais. Além disso, afirma que toda a bacia do Itapicuru vem sendo afetada pelos seguintes fatores: agropecuária; lançamento de esgotos; resíduos sólidos não coletados corretamente; irrigação; e mineração. Sobre a microbacia do Córrego do Coxo, também localizada em Jacobina, Rios (2011) explicita que ampliar as atividades agropecuárias pelas encostas do vale

¹¹ Sadia. *Nossos produtos: 14 opções pra quem busca refeições sem carne e muito mais*. Recuperado de: <https://www.sadia.com.br/vegtal/produtos/>

¹² Seara. *Incrível*. Seara. Recuperado de: https://www.lojaseara.com.br/categoria/incrivel?gclid=EAIaIQobChMI7LCcjbKR9wIVBcaRCh07cARxEAAYASAAEgKCqfD_BwE

¹³ Na produção alimentícia de Jacobina, destaca-se a produção de doces, sobretudo o de banana e o de goiaba, no distrito de Caatinga do Moura. É comum encontrar alimentos envolvendo o aipim, como: goma, tapioca e biscoitos. O licuri e seus derivados também estão presentes na localidade e a galinha caipira é divulgada como parte da gastronomia local. No município de Senhor do Bonfim, é comum encontrar produtos derivados do aipim, como: tapioca e beiju. Outros itens consumidos são: leite e doce de leite, galinha de capoeira e bode. O acarajé encontra-se por diversas partes da Chapada Norte e de toda a Bahia.

principal e aumentar o fluxo turístico de maneira desordenada ameaçam deteriorar a microbacia, sobretudo às áreas mais vulneráveis. Ele acrescenta:

A alta vulnerabilidade natural da microbacia reforça que para compreensão de mecanismos de degradação ambiental em seu interior, é crucial o entendimento dos componentes do quadro natural, entre eles, o solo, o relevo, a geologia e a cobertura vegetal. A elevada vulnerabilidade existente na Microbacia do Coxo é, em grande parte, ditada pelas condições naturais do ambiente, esse fato, aumenta a preocupação em relação à ocupação e ao desenvolvimento de atividades antrópicas na área (Rios, 2011, p. 136).

Essas considerações sobre a ocupação desordenada de Jacobina, bem como sobre a contaminação e a vulnerabilidade das bacias dos rios, apontam que certas problemáticas aparecem em detrimento das ações humanas – marcadas pela exploração dos recursos naturais e pela ocupação desordenada do solo. Um problema recorrente na Chapada são os incêndios que ocorrem em áreas naturais, constantemente carecendo da atuação de bombeiros e voluntários para conter os focos de incêndio. Visando impedir o alastramento do fogo nas áreas naturais, é ofertado em Jacobina o curso de brigadista voluntário. O turismo nessa região está intrinsecamente associado à visitação das áreas naturais, ou seja, é essencial que os recursos sejam conservados – primeiramente, por sua importância para a manutenção da biodiversidade e, posteriormente, para o usufruto da população e dos turistas.

Os dados mais atuais de empregos formais apresentados pelo extinto Ministério do Trabalho¹⁴ são de 2019. Para apresentar os dados de admissões, desligamentos e empregos formais, foram elencados os seguintes critérios: quadro consolidado, movimentação agregada e nível ocupacional, de janeiro de 2019 a dezembro do mesmo ano (Tabela 9).

Tabela 9

Empregabilidade no município de Jacobina

Dados do Município de Jacobina	Todos os setores	Sector de Serviços	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação
Admissões	2.564	664	236
Desligamento	2.255	614	201
Nº de empregos formais em 1º de janeiro de 2019	8.314	2.425	666

Nota. Adaptado de Ministério do Trabalho, 2019.

¹⁴ Segundo o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o Ministério da Economia ficou responsável por diversas secretarias e subsecretarias ligadas ao extinto Ministério do Trabalho. Destaca-se a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Correlacionando as admissões e os desligamentos, tem-se o resultado positivo do aumento de 309 pessoas admitidas, sendo que 50 dessas compuseram o setor de serviços, das quais 35 foram admitidas no subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação. Cerca de 30% das pessoas com empregos formais em janeiro de 2019 atuavam no setor de serviços e pouco menos de 27,5% (em relação ao setor de serviços), no subsetor especificado anteriormente. Esse subsetor foi apresentado por possuir maior relação com o turismo do que os outros estratificados pelo Ministério do Trabalho. No entanto, salienta-se que a partir do ano de 2020 o setor de serviços – sobretudo os serviços não considerados essenciais – sofreu em detrimento da crise do coronavírus, o que provavelmente modificou, substancialmente, o panorama da empregabilidade dos municípios pesquisados.

É preciso compreender as crises, os desastres e as fomes. Em crises há, velozmente, o aumento da privação, assim como em desastres, pois ocorrem de forma imprevisível, não necessariamente apresentando-se no cenário de pobreza. Os períodos de crises apresentam um momento de instabilidade e o aumento da possibilidade de falta de alimentos. Tanto a sociedade como o estado são responsáveis pelas escolhas que fazem e estas refletem na vida das pessoas, as quais têm as suas liberdades reduzidas ou ampliadas. Por um lado, as privações influenciam em atividades diversas (Sen chama de falhas sociais), por outro lado, as oportunidades, nos campos de saúde, educação, entre outros, geram melhorias significativas, a depender de sua utilização pelos indivíduos (Sen, 2000).

As liberdades estão interligadas, ou seja, a ampliação de uma expande as demais, em contrapartida, a redução de uma restringe as outras. O cenário vivenciado a partir de fevereiro de 2020 foi marcado pela restrição no uso dos espaços públicos e privados, envolvendo restrições de deslocamentos, o que consequentemente gerou o esvaziamento dos empreendimentos que atendem aos turistas, sobretudo nos períodos em que foram adotadas medidas de restritivas mais fortes para conter o avanço da pandemia causada pelo novo coronavírus. Diversos estabelecimentos precisaram fechar, por não terem condições de se manter em funcionamento dentro do que foi regulado pelo Estado (governos das diferentes esferas públicas). Sen (2000) coloca que a limitação das liberdades é realidade para muitas pessoas e isso se dá devido às diversas privações da vida cotidiana, por exemplo: a pobreza (que está ligada à fome), a falta de boas oportunidades econômicas, a falta de aparato público por negligência dos governos e a repressão estatal.

Tendo ciência de que a crise desencadeada a partir do alastramento do coronavírus é uma crise de saúde pública, são necessários cuidados para conter os seus avanços, ou seja, privilegiar a vida em vez da economia. No entanto, recursos econômicos são essenciais para a sobrevivência humana, nesse sentido, além de serem necessárias a implementação de políticas e a execução de ações que permitam aos seres humanos viverem com dignidade, no contexto do turismo, é preciso ter ciência de que a sua retomada requer planejamento e organização. O meio paliativo¹⁵ mais eficaz para retomar não apenas o turismo, mas também a vida nas suas diversas facetas, é a vacinação em massa, processo protelado em nosso país. No entanto, o cenário mudou, visto que mais de 160 milhões de brasileiros tomaram as duas doses da vacina, havendo uma expressiva redução no número de mortes diárias pela doença¹⁶.

A defesa da liberdade deve se relacionar à importância política atribuída a ela. A promoção das liberdades pelos governantes tem a capacidade de gerar melhorias individuais e coletivas, enquanto a violação das liberdades é ruim, independentemente dos efeitos causados (Sen, 2000).

A abordagem das capacidades tem amplo alcance, pois combina a análise fundamental e o uso prático para tratar o desenvolvimento como liberdade. A abordagem das capacidades inclui também procedimentos de outras abordagens, quando interessantes para ampliar as liberdades.

2.3 Indicadores sociais e econômicos de Senhor do Bonfim

De acordo com o IBGE (2020), a área territorial de Senhor do Bonfim é de 789,361 km² e tem como bioma a caatinga. Possui um PIB *per capita* (2018) de R\$ 11.114,63, sendo que o percentual das receitas oriundas de fontes externas (2015) é de 89,9%. Para o IBGE (2020), Senhor do Bonfim tem uma população estimada de 79.424 habitantes e um índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) (2010) de 0,666 (maior índice da região), superior ao IDHM do estado, que é 0,660.

A taxa de escolarização de pessoas de 6 a 14 anos é de 98% (IBGE, 2018). A seguir, são apresentados os dados referentes aos docentes e estabelecimentos de educação do município

¹⁵ Entende-se que é um paliativo, pois reduz os casos de infecção grave e de mortes, no entanto, não resolve as causas do problema.

¹⁶ Ministério da Saúde. (2022). *Situação epidemiológica nesse domingo (08)*. Recuperado em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19/covid-19-situacao-epidemiologica-do-brasil-neste-domingo-08>. publicado em: 08/05/2022.

de Senhor do Bonfim, conforme pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (2020) no ano de 2019 (Tabela 10).

Tabela 10

Número de docentes por dependência administrativa em Senhor do Bonfim

Número de docentes	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Na Educação Infantil (creche)	31	0	0	44
Na Educação Infantil (pré-escola)	49	0	0	65
No Ensino Fundamental	295	38	0	221
No Ensino Médio	0	197	40	52
Em cursos de Educação Profissional	0	55	18	18
EJA	44	57	0	0
Total	419	347	58	400

Nota. Adaptado de Inep, 2020.

Considerando que o Inep não contabiliza duas vezes os professores que atuam em níveis e/ou âmbitos diferentes, apresenta-se o quantitativo de professores da rede pública e privada e a soma total de docentes. Atuam em creches: 31 da rede pública e 44 da rede privada, somando 75; em pré-escolas: 49 da pública e 65 da privada, somando 114; no ensino fundamental: 333 da pública e 221 da privada, somando 543 (11 a menos, sendo três do ensino público); no ensino médio: 237 da pública e 52 da privada, somando 287 (dois a menos do ensino privado); em cursos de educação profissional: 73 da pública e 18 da privada, somando 91; do EJA: 101 da pública, que também contabiliza a soma total.

Assim como em Jacobina, há professores do nível municipal, estadual e federal atuando em Senhor do Bonfim. A rede privada de educação oferta desde o ensino infantil até o ensino médio, entretanto, não oferece a EJA. A seguir, encontra-se o quantitativo de estabelecimentos de ensino por dependência administrativa (Tabela 11).

Tabela 11

Número de estabelecimentos por dependência administrativa em Senhor do Bonfim

Número de Estabelecimentos	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Creche	40	0	0	19
Pré-escola	42	0	0	21
Ensino Fundamental	50	3	0	19
Ensino Médio	0	6	1	4
Educação Profissional	0	1	1	1
EJA	21	4	0	0
Total	153	14	2	64

Nota. Adaptado de Inep, 2020.

Conforme dados do Ipea (2019), das 59 creches, 32 estão em área rural, sendo todas públicas; dos 63 estabelecimentos, 33 estão em área rural, sendo todos públicos; dos 72 estabelecimentos de ensino fundamental, 35 estão em área rural, sendo todos públicos; dos 11 de ensino médio dois estão na área rural, sendo um estadual e o outro federal; dos três de educação profissional, um está em área rural, sendo público; dos 25 de EJA, 19 estão em área rural, sendo todos públicos.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) localizado em Senhor do Bonfim oferta os seguintes cursos (<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/bonfim/>, recuperado em 21 de junho, de 2021): médio integrado: agropecuária; subsequente: agrimensura, alimentos, informática e zootecnia; graduação: licenciatura em ciências agrárias e licenciatura em ciências da computação; pós-graduação: especialização em atividade física relacionada à saúde, especialização em desenvolvimento sustentável no semiárido com ênfase em recursos hídricos e especialização em metodologia do ensino de química e física. Além dos cursos presenciais, oferece cursos técnicos subsequentes em: multimeios didáticos, secretaria escolar e vendas, na modalidade de educação a distância.

O *campus* VII da UNEB está localizado em Senhor do Bonfim e oferta os seguintes cursos de graduação: ciências biológicas, ciências contábeis, enfermagem, matemática, pedagogia e teatro. Atualmente, não há registros de oferta de cursos de pós-graduação em seu site (<https://portal.uneb.br/senhordobonfim/>, recuperado em 21 de junho, de 2021).

A Universidade do Vale do São Francisco (Univasf) também possui *campus* em Senhor do Bonfim e oferta os seguintes cursos de graduação (<https://portais.univasf.edu.br/campi/campus-senhor-do-bonfim>, recuperado em 21 de junho,

de 2021): ciências da natureza, ecologia e geografia. Além disso, oferece especialização em ensino de ciências.

A educação contribui com o desenvolvimento do capital humano, pois, ao aprender, as pessoas podem produzir mais. No entanto, essa visão é restrita, posto que a educação vai além, ampliando as capacidades humanas e fazendo com que as pessoas tomem decisões de forma mais esclarecida (Sen, 2000).

Sen (2000) critica a primazia dada ao capital humano enquanto meio de sustentar o crescimento econômico, uma vez que considera que deve privilegiar a expansão das liberdades humanas. O capital humano é importante para a discussão sobre a ampliação das capacidades humanas, entretanto, é uma abordagem restrita, que precisa ser considerada acrescida de outros fatores, para além da produção. As pessoas podem agir como instrumento de mudança, o que envolve não apenas a produção econômica, mas também o desenvolvimento social e político. Os seres humanos devem ser considerados centrais na criação de políticas públicas, não meramente como seres produtores. Azevedo (2008) corrobora essa visão, afirmando que, a partir da cultura, é possível conhecer os problemas da região e criar políticas que valorizem o capital humano e social. Para ele, poucas políticas e programas no Brasil desenvolvem propostas focadas no território, enfatizando essa valorização.

De acordo com Coleman (1994), conforme citado em Soares e Carniello (2014),

Como outras formas de capital, capital social é produtivo, tornando possível a realização de alguns objetivos que não poderiam ser alcançados na sua ausência. [...] Uma dada forma de capital social que é valioso facilitando certas ações, pode não ter valor ou mesmo ser prejudicial para outras ações. Diferentemente de outras formas de capital, o capital social herda a estrutura de relações entre as pessoas. Ele não está alojado nem em indivíduos nem em infraestrutura produtiva [...] capital humano é criado mudando pessoas, dando-lhes habilidades que as tornam capazes para agir em novos ambientes. Capital social, por sua vez, é criado quando as relações entre pessoas mudam de forma que facilita a ação (Coleman, 1994, p. 303-304).

O capital social refere-se à forma de organização social. Envolve as relações de cooperação entre os indivíduos, as normas e os sistemas, sendo que a cooperação mútua – regulada pelas normas sociais – melhora a eficiência na resolução de problemas da comunidade (Putnam, 2006).

Tratando agora dos estabelecimentos de saúde que atendem ao município de Senhor do Bonfim, apenas foram encontrados dados de 2009 (Tabela 12). No entanto, segundo o IBGE

(2019), a taxa de mortalidade do município de Senhor do Bonfim é de 15,01 óbitos por mil nascidos vivos.

Tabela 12

Número de estabelecimentos de saúde no município de Senhor do Bonfim

Estabelecimentos de Saúde (2009)	Categorização	Quantidade
Público	Municipal	31
Privado	Com fins lucrativos	36
Privado	Sem fins lucrativos	1
Privado	SUS	16
Total	Públicos e privados	68

Nota. Adaptado de IBGE, 2009.

Os dados mostram que há maior oferta de serviços de saúde em estabelecimentos privados (37) do que públicos (31), mas diversos estabelecimentos privados também realizam atendimento pelo SUS.

Tanto a sociedade como o estado são responsáveis pelas escolhas que fazem. As privações refletem em atividades diversas (Sen chama de falhas sociais), em contrapartida, as oportunidades, nos campos de saúde, educação, entre outros, geram melhorias significativas a depender de sua utilização pelos indivíduos (Sen, 2000).

Após apresentar os dados referentes à educação e à saúde, serão apresentados dados ligados à dinâmica econômica – da extração vegetal, da produção agrícola e da pecuária – do município de Senhor do Bonfim. Possui representatividade no município a extração de umbu, madeira (carvão vegetal e lenha) e licuri, conforme a Tabela 13.

Tabela 13

Extração vegetal no município de Senhor do Bonfim

Extração vegetal		
Produtos	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
Umbu (fruto)	28 t	48,00 x (1000)
Madeira (carvão vegetal)	1t	3,00 x (1000)
Madeira (lenha)	1.100 m ³	44,00 x (1000)
Licuri (coquilho)	10 t	19,00 x (1000)

Nota. Adaptado de IBGE, 2019.

A produção agrícola engloba a lavoura permanente: banana, café, coco-da-baía, laranja, mamão, manga e maracujá; e a lavoura temporária: abacaxi, batata doce, cana-de-açúcar, feijão, mamona, mandioca, melancia e milho (Tabela 14).

Tabela 14

Produção agrícola do município de Senhor do Bonfim

Produção agrícola – Lavoura Permanente		
Produtos	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
Banana (cacho)	250 t	245 x (1000)
Café	1t	6,00 x (1000)
Coco-da-baía	8.000 frutos	4,00 x (1000)
Laranja	15 t	11,00 x (1000)
Mamão	15 t	13,00 x (1000)
Manga	14 t	14,00 x (1000)
Maracujá	11 t	17,00 x (1000)
Produção agrícola – Lavoura Temporária		
Produtos	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
Abacaxi	40.000 frutos	40,00 x (1000)
Batata doce	30 t	30,00 x (1000)
Cana-de-açúcar	18 t	5,00 x (1000)
Feijão	44 t	163,00 x (1000)
Mamona	25 t	73,00 x (1000)
Mandioca	180 t	99,00 x (1000)
Melancia	30 t	20,00 x (1000)
Milho	109 t	63,00 x (1000)

Nota. Adaptado de IBGE, 2019.

Já em relação à pecuária, o município possui mais de 57.000 animais, sendo divididos em bovinos, caprinos, codornas, equinos, galináceos, ovinos e suínos (há ainda as abelhas, que não possuem contagem especificada). Esses animais têm gerado a produção de leite de vaca, ovos de codorna e mel (Tabela 15).

Tabela 15

Pecuária no município de Senhor do Bonfim

Pecuária			Produção
Bovino	Efetivo do rebanho	Vaca ordenhada	Leite de vaca
	15.000	1.290	1.750 x (1000) l
Caprino	Efetivo do rebanho		
	4.100		
Codorna	Efetivo do rebanho		Ovos
	1.150		15.000 dúzias
Equino	Efetivo do rebanho		
	520		
Galináceo	Efetivo do rebanho	Galinha	
	23.150	8.800	
Ovino	Efetivo do rebanho		
	12.400		
Suíno	Efetivo do rebanho	Matriz	
	1.520	215	
Abelhas	Não especificado		Mel
			10.000 kg
Total de animais	57.840		

Nota. Adaptado de IBGE, 2019.

Conhecer a dinâmica dos municípios é importante, pois as escolhas dos seres humanos frente às suas possibilidades impactam tanto em sua qualidade de vida quanto no meio ambiente. Salienta-se que é preciso **superar** a ideia de exploração e dominação da natureza, na medida em que os recursos são finitos. Conforme Capra (1982), o nosso dilema ambiental e suas relações com a ciência, a tecnologia e a economia decorrem de uma perspectiva e de uma ciência que entendeu o mundo como uma máquina em vez de um organismo vivo, sancionando, assim, a dominação da natureza. Ademais, a realização do turismo em áreas naturais requer que os ciclos naturais sejam compreendidos e que o ambiente seja estudado a partir de uma perspectiva ecológica, fugindo, assim, da concepção mecanicista, responsável pela fragmentação do conhecimento e pelo tratamento atribuído à natureza – como se fossem elementos separados a serem explorados por diferentes grupos.

Em relação à empregabilidade no município de Senhor do Bonfim, a seguir, encontram-se dados de admissões e desligamentos e o número de empregos formais divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes ao ano de 2019 (Tabela 16).

Tabela 16

Empregabilidade no município de Senhor do Bonfim

Dados do Município de Senhor do Bonfim	Todos os setores	Sector de Serviços	Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação
Admissões	1.959	679	143
Desligamento	1.723	616	176
Nº de empregos formais em 1º de janeiro de 2019	5.832	2.273	797

Nota. Adaptado de Ministério do Trabalho, 2019.

No que tange às admissões e aos desligamentos, tem-se o resultado positivo do aumento de 236 pessoas admitidas, sendo que no setor de serviços o aumento foi de 63 pessoas, entretanto, no subsetor de serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação, o quantitativo de desligamentos foi maior do que o de admissão (33 pessoas a mais). Pouco menos de 39% das pessoas com empregos formais em janeiro de 2019 atuavam no setor de serviços e mais de 35% do total de empregos do setor de serviços eram prestados no subsetor especificado anteriormente.

Fazendo uma breve análise dos dados apresentados pelo IBGE – educação (2010); PIB (2018); rendimentos e mortalidade (2019) –, Senhor do Bonfim apresenta, respectivamente, o seguinte panorama (em relação aos 417 municípios do estado e aos 5.570 do país): em relação à educação, encontra-se na colocação 121 e em 2.065, apresentando um desempenho melhor

do que o do município de Jacobina (mais de mil posições à frente no *ranking* nacional); no quesito rendimento está em 177 e 3.125, estando atrás do município de Jacobina mais de 1.500 no *ranking* nacional; em relação ao PIB, está em 120 e 3.854, ficando, no *ranking* nacional, mais de 1.000 posições atrás do município de Jacobina; já em relação à mortalidade, o município está em 203 e em 1.923, mostrando-se mais bem colocado do que Jacobina (visto que quanto mais distante na colocação menor a taxa de mortalidade).

Aproximando a discussão do turismo, sabe-se que atualmente ainda há instituições que se atentam de forma excessiva aos critérios quantitativos, sobretudo ligados à oferta e à demanda turística, sem considerar se realmente há desenvolvimento na localidade. Ao planejar o turismo, todo o contexto da localidade deve ser considerado, não apenas estatísticas de visitação ou valores gastos, pois o fluxo de visitantes e de divisas somente é interessante se também gerar desenvolvimento para a localidade e para os que ali vivem. De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento como liberdade requer a prevenção de fome e de crises, o que envolve também outros fatores, como a segurança.

Neste capítulo, foi discutida a teoria de desenvolvimento, que serve como base desta pesquisa, além de diversos indicadores sociais e econômicos, a fim de conhecer o contexto vivenciado no Circuito Chapada Norte, sobretudo nos municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim, centros de discussão deste trabalho. Enquanto este capítulo centrou-se nas oportunidades sociais (educação e saúde) e nas liberdades econômicas (produção), o capítulo seguinte envolverá as liberdades políticas, as garantias de transparência e a segurança protetora, ao discutir as políticas criadas em prol do turismo e a importância da participação social. No capítulo dois, serão discutidas as políticas públicas de turismo criadas nos diversos níveis governamentais, entretanto, a ênfase será dada ao Programa de Regionalização do Turismo e à sua aplicação na Chapada Norte.

3 Políticas Públicas e Participação Social: o Programa de Regionalização do Turismo na Chapada Diamantina Norte.

Neste capítulo, são identificadas as políticas públicas criadas para desenvolver o turismo, além de ser discutida a articulação dos municípios estudados com as instâncias regionais, estaduais e federais. No entanto, a ênfase é atribuída ao Programa de Regionalização do Turismo (PRT) e à sua aplicação no Circuito Chapada Norte da Chapada Diamantina. Primeiramente, faz-se um apanhado geral das legislações que foram instituídas para regular o turismo no Brasil antes da criação do Ministério do Turismo (Tabela 17). Em seguida, são

apresentadas legislações de âmbito federal que estão relacionadas com o PRT, bem como as normativas de âmbito estadual e uma série de legislações municipais, de Jacobina e de Senhor do Bonfim, que envolvem o turismo. Considerando o panorama das normativas, dos diferentes âmbitos, discutem-se questões de planejamento e criação de políticas com base no conceito geográfico de território.

Tabela 17

Legislações que dispuseram sobre o turismo antes da criação do MTUR

Ano	Instrumento Legal	Temática
1938	Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938.	Discorre sobre a entrada de estrangeiros no Brasil. Em seu artigo 59, determina que a venda de passagens aéreas, marítimas ou terrestres somente poderia ser realizada por pessoas autorizadas, conforme rege essa lei.
1939	Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939.	Cria a Divisão de Turismo como integrante do Departamento de Imprensa e Propaganda, subordinado ao Presidente da República.
	Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939.	Estabelece as competências da Divisão de Turismo, que envolvem o interesse pela expansão econômica e pelo desenvolvimento; diversas ações de marketing; responsabilidade pela divisão do Brasil em zonas turísticas e por manter comunicação com os responsáveis dos diversos estados.
1940	Decreto-Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940.	Estabelece as atividades que podem ser realizadas por agências de viagens e turismo (que poderiam realizar um quantitativo maior de atividades), das agências de turismo (que estava apta a ofertar menos serviços do que as agências de viagens e turismo), e as companhias e agências de navegação e de passagens marítimas, fluviais e aéreas (aptas somente a informar e vender passagens fluviais, marítimas e aéreas).
1945	Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945.	O Departamento de Imprensa e Propaganda é extinto e a Divisão de Turismo passa a integrar o Departamento Nacional de Informações, órgão subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.
1946	Decreto-Lei nº 9.788, de 6 de setembro de 1946.	O Departamento Nacional de Informações foi extinto e com ele também a Divisão de Turismo.
1958	Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958.	É criada a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), subordinada à Presidência da República. Um órgão consultivo que foi criado visando planejar e acompanhar a política nacional do turismo, que entre diversas ações elencadas envolveu a inventariação dos destinos brasileiros considerados de interesse turístico.
1960	Decreto nº 48.126, de 19 de abril de 1960.	
1962	Decreto do Conselho de Ministros nº 572, de 5 de fevereiro de 1962.	A Comissão Brasileira de Turismo é extinta.
1966	Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.	É criado o Conselho Nacional de Turismo (presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio) e a Empresa Brasileira de Turismo, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio. O CNTUR é incumbido de formular, coordenar e direcionar a Política Nacional de Turismo (a qual é definida com os interesses voltados para a economia).
1967	Decreto nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967.	Regulamenta que o Sistema Nacional de Turismo é responsável por formular e executar a Política Nacional de Turismo. A composição do Sistema Nacional do Turismo se dava da seguinte maneira: Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), como órgão formulador; Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), como órgão executor; e Ministério das

		Relações Exteriores, responsável pela divulgação do turismo através das missões diplomáticas e consulados do Brasil, podendo outros órgãos integrarem o Sistema, mediante delegação. Revogado pela lei nº 8.181/1991.
1971	Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971.	Cria o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR) – a ser gerido pela Embratur –, visando fomentar o turismo por meio do financiamento de obras, serviços e atividades consideradas relevantes para o desenvolvimento do turismo no Brasil.
1973	Decreto nº 71.791, de 31 de janeiro de 1973.	O CNT teve por atribuição delimitar as zonas prioritárias de interesse turístico e a Embratur, a celebração de convênios com os municípios que contivessem zonas prioritárias.
1974	Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.	São criados o Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam) e o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset). O último sob a supervisão, de suas respectivas atividades, da Embratur, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). A partir de 1975, o Imposto de Renda, da pessoa física ou jurídica, poderia ser aplicado até 12% no Fiset – Turismo, em projetos aprovados pelo CNT.
1975	Decreto-lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975.	Discorre sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos ao turismo, tanto em relação aos recursos que comporão o FUNGETUR quanto às taxas e correção monetária cabíveis às execuções realizadas com recursos do FUNGETUR.
1986	Decreto-lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986.	Dispõe que as atividades e os serviços turísticos ficam sujeitos apenas ao pagamento de tributos e às normas municipais para a construção de hotéis. Isso retirou a obrigatoriedade de as empresas ligadas ao turismo manterem registro e serem fiscalizadas pela Embratur. Revogada pela Lei nº 11.771/2008.
1988	Constituição Federal do Brasil.	Em seu artigo 24, discute que é de competência da União, dos Estados e dos municípios legislar sobre os patrimônios, inclusive o turístico, bem como sobre responsabilidade ao dano causado a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; no artigo 180, versa sobre o dever do poder público de promover e incentivar o turismo. Além disso, dispõe sobre outras questões, como o lazer e o meio ambiente, que envolvem o turismo indiretamente.
1991	Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991.	A Empresa Brasileira de Turismo passa a ser denominada de Instituto Brasileiro de Turismo e vincula-se à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. O CNTUR é extinto e as suas atribuições são transferidas ao Embratur. Revogada pela Lei nº 14.002/2020.
1992	Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992.	Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.191/1991 e dispõe sobre as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Turismo e sobre a atuação do Embratur. Revogado pelo decreto nº 7.381/2010.
1993	Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993;	Regula a profissão de Guia de Turismo.
	Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993.	Regulamenta a Lei nº 8.623/1993, apresenta as atribuições do Guia de Turismo, trata sobre o pedido de cadastro junto ao órgão competente e especifica as classes (regional, nacional, internacional, especializado em atrativo turístico) e as infrações disciplinares.
1999	Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999.	Trata sobre a tarifa de embarque internacional. Revogada pela Lei nº 14.034/2020.

Todas as legislações apresentadas no quadro anterior tiveram como fonte de consulta os documentos legais. Conhecer as diversas legislações que regem o turismo é importante para saber como ele vem sendo regulado, além de tornar possível comparar o que vem sendo executado em relação ao que foi institucionalizado.

Um passo importante para o turismo brasileiro foi constar na Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988. O título VII, o qual é referente à ordem econômica e financeira, no seu capítulo I, versa sobre os princípios gerais da atividade econômica e define, no artigo 180, que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (p. 54).

Outros documentos relevantes instituídos antes do Ministério do Turismo foram: o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), implantado em 1994, o qual teve três etapas – a criação do Conselho Municipal de Turismo, a instauração do Fundo Municipal de Turismo e a produção do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo – e a Política Nacional de Turismo (1996).

O Programa de Municipalização do Turismo (PNMT) foi delineado pela Secretaria Nacional de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e institucionalizado em 1994, no governo de Itamar Franco. Num cenário de baixa qualidade dos serviços turísticos ofertados no Brasil, surgiu o PNMT, com uma proposta de descentralização da gestão do turismo (Trentin & Fratucci, 2011).

Há uma mudança na gestão do turismo no Brasil: a inversão da organização, que se dava do âmbito federal para o municipal, passa a ser do municipal para o federal. O estímulo à participação social foi um dos pontos centrais desse programa, visto que a população local tende a ser mais próxima do governo local do que de outros níveis de governo. De 1995-2003, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o PNMT estabeleceu-se como um programa estratégico para desenvolver o turismo, tendo cinco princípios norteadores: descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação. O programa pretendia capacitar pessoas para atuar no turismo, visando ter crescimento econômico e conservação dos recursos locais (Trentin & Fratucci, 2011). Esse é um dos exemplos do discurso do desenvolvimento sustentável nas políticas de turismo.

O Prodetur (nas diferentes regiões do Brasil) e o Programa de Municipalização do Turismo (PNMT) foi uma nova forma de planejamento territorial, visando mitigar os problemas

impeditivos para o desenvolvimento do Brasil (Santos, 2017). O PNMT realizou oficinas objetivando dar condições para organizar esse novo modelo de turismo. A metodologia utilizada no PNMT foi a alemã ZOPP (planejamento de projetos orientados por objetivos) (Trentin & Fratucci, 2011; Maranhão, 2017). Embora fosse uma metodologia participativa, não foi eficaz no cenário brasileiro. A escassez de recursos financeiros dos municípios, a forma de organização política (distanciada de interesses coletivos) e as especificidades culturais contribuíram para a ineficácia do programa (Maranhão, 2017).

Fino e Matheus (2010) discutem as políticas do setor de turismo a partir da década de 1930 e como as ações passadas refletem no presente e refletirão no futuro, sob o viés do novo institucionalismo (teoria que estuda as consequências das instituições para a sociedade). Segundo as autoras, o institucionalismo possui três vieses: o da escolha racional, o sociológico e o histórico. Elas optaram pelo institucionalismo histórico para explicar o turismo na atualidade, com base em escolhas institucionais tomadas no passado. Após apresentarem uma série de acontecimentos em nome do turismo, elas afirmam que o turismo no Brasil foi tratado com descaso, o que é perceptível através das mudanças de órgão da pasta do turismo.

Tendo em vista que a quantidade de ações, programas e projetos foi ampliada substancialmente após a criação do Ministério do Turismo, neste trabalho, a discussão se restringe a documentos gerais, como a institucionalização do Ministério do Turismo, a Política Nacional de Turismo, a Política de Turismo da Bahia e as legislações que foram implementadas nos municípios estudados. O foco é atribuído ao Programa de Regionalização do Turismo, que foi institucionalizado e segue sendo atualizado periodicamente.

O Ministério do Turismo, no Brasil, foi criado pela Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, convertida em 28 de maio de 2003 na Lei nº 10.683, que estabelece a organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Tanto a Lei nº 10.683/2003 como a Lei nº 13.341/2016 definem como competência do Ministério do Turismo: a Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo; a promoção e a divulgação do turismo brasileiro em âmbito nacional e internacional; o estímulo das iniciativas públicas e privadas de incentivo ao turismo; o planejamento, a coordenação, a supervisão e avaliação de planos e programas que fomentem o turismo; a gestão do Fundo Geral do Turismo; o desenvolvimento do Sistema de Certificação e Classificação das atividades, empreendimentos e instrumentos dos prestadores de serviços turísticos no Brasil. Já a Lei nº 13.844/2019, documento que versa sobre o mesmo teor das anteriores, acrescenta às competências do MTUR: elaboração de diretrizes

para a integração das ações e dos programas para desenvolver o turismo entre os diversos âmbitos governamentais; e a criação, junto aos demais Ministérios, de políticas e ações integradas para melhorar a infraestrutura e a geração de empregos e renda nos destinos turísticos.

A Política Nacional do Turismo, regida pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, define o papel do Governo Federal em relação ao planejamento, ao desenvolvimento e aos incentivos ao setor turístico, além de disciplinar a prestação de serviços, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços. Em seu artigo 5º, inciso VI, rege que um dos objetivos da Política Nacional de Turismo é

promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica.

Segundo Frattucci (2008), os planos e programas geridos pelo setor público, embora evoquem o desenvolvimento sustentável, estão agindo em prol do mercado e deixando de considerar os demais agentes sociais. Para o autor, independentemente da proposta de desenvolvimento voltada para o turismo, é preciso considerar a dimensão espacial em que o fenômeno se desenrola, visto que é a partir da dimensão espacial do turismo que é possível compreender as diferentes lógicas e gerar inclusão social dos diversos agentes nas políticas públicas e privadas.

Conhecer o território com suas particularidades, bem como os anseios da população local, é prerrogativa para ter o turismo como instrumento de desenvolvimento local/regional. Considerar a dinâmica espacial e os jogos de interesses é uma alternativa para fugir do discurso repetitivo e muitas vezes sem fundamentos do turismo que promove desenvolvimento e que protege, conserva e é sustentável.

Desse modo, faz-se necessário que os gestores públicos tenham conhecimento da existência e do conteúdo das normativas que regem o turismo. As legislações dos diferentes âmbitos – federal, estadual, regional e municipal – devem ser respeitadas e, quando necessário, revisadas. Os direcionamentos dos planos e programas criados pelo Ministério do Turismo devem ser considerados pelos órgãos governamentais para o planejamento e a organização do

turismo em seu respectivo âmbito. No entanto, as instâncias locais podem criar alternativas aos discursos hegemônicos repercutidos pelas normativas federais, mesmo sem contrariá-las.

3.1 O Programa de Regionalização do Turismo

Neste tópico, o Programa de Regionalização do Turismo, bem como os seus desdobramentos, é apresentado por alguns marcos específicos. Introduz-se o conceito de região¹⁷ com o fim de contextualizar o programa e são discutidas problemáticas que perpassam o território (conceito geográfico escolhido para ser discutido nesta dissertação).

Para tratar da regionalização, primeiramente, apresenta-se o conceito de região. A divisão regional possui variados vieses, mas, de acordo com o conceito da Nova Geografia, a região é composta por um agrupamento de lugares nos quais as diferenças internas são menores do que as existentes entre eles e algum outro componente de outro agrupamento (Corrêa, 2000).

Segundo o MTUR, do macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, do Plano Nacional do Turismo (PNT) 2003-2007, surgiu o Programa de Regionalização do Turismo. Esse macroprograma contemplou as diversas regiões e a criação de roteiros integrados, assim como foi subdividido em dois programas: o programa de roteiros integrados e o programa de segmentação. Foi no PNT 2007-2010 que surgiu um macroprograma denominado Regionalização do Turismo, que abarcava quatro programas: **programa de planejamento e gestão da regionalização** (responsável pela institucionalização das instâncias de governança de âmbito regional e pela monitoria e avaliação da regionalização em âmbito municipal, estadual e nacional, considerando ações de regionalização entre países); **programa de estruturação dos segmentos turísticos** (atua na segmentação da oferta e da demanda e apoia iniciativas de estruturação de roteiros turísticos que proporcionem inclusão social no que concerne ao desenvolvimento do turismo); **programa de estruturação da produção associada ao turismo** (o intuito era identificar produtos que pudessem ser associados ao turismo, visando ampliar e diversificar a oferta. Com isso, buscava-se gerar valor, ampliar o mercado e promover a inclusão social por meio da criação de trabalho e renda); e **programa de apoio ao desenvolvimento regional do turismo** (centra-se na elaboração de documentos institucionais para a gestão do turismo e intervenções em infraestrutura, através da

¹⁷ A palavra região aparece muitas vezes neste trabalho em virtude de: estar trabalhando com o Programa de Regionalização do Turismo, constar em documentos do MTUR que se encontram anexos e constar nos formulários de entrevista. Além disso, apresenta-se outra subdivisão regional utilizada na Bahia. No entanto, o conceito geográfico fundamentado nesta pesquisa é o de território.

oferta de crédito por meio do Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Programa de Desenvolvimento do Turismo), que abarcou o Nordeste nas seguintes fases (Tabela 18).

Tabela 18

Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo

Programa	Período
Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur/NE-I)	1992-2002
Programa de Desenvolvimento do Turismo Nordeste II (Prodetur/NE-II)	2002-2012
Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur + Turismo)	Lançado no Plano Nacional de Turismo 2018-2022 ¹⁸

Nota. Adaptado de Macedo (2018) e MTUR (2018).

Segundo o MTUR (2013), o PRT, organizado com base no Plano Nacional de Turismo 2013-2016, tem como diretrizes: **abordagem territorial** (desenvolvimento com base no território); **integração e participação social** (envolve o protagonismo em âmbito local e regional, no que concerne às políticas públicas); **inclusão** (apresenta a região como espaço diversificado e participativo, que *amplia as capacidades humanas* (grifo da autora) e das instituições); **descentralização** (atuação no campo do Sistema Nacional do Turismo de forma descentralizada); **sustentabilidade** (engloba a preservação cultural e os aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais (apresentados nessa ordem pelo MTUR); **inovação** (trata da oferta de produtos e serviços de forma integrada, envolvendo a competitividade); **competitividade** (relaciona o crescimento de negócios ligados ao turismo à sustentabilidade). Compreendendo que a participação social aparece em duas das premissas do PRT – integração e participação social e inclusão – e sabendo da importância da atuação da população em discussões públicas sobre temáticas que impactam no território, ela é um dos pontos centrais de discussão neste trabalho.

Segundo a Portaria nº 41/2021, publicada pelo MTUR, o Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivo geral “promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, a estruturação e a promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada, alinhadas aos princípios da Política Nacional de Turismo [...]”. O referido ato administrativo dispõe que a gestão compartilhada do PRT organiza-se da seguinte forma: em

¹⁸ Ministério do Turismo. (2018). *Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur)*. Recuperado de: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=118:programa-nacional-de-desenvolvimento-e-estruturação-do-turismo-prodetur&catid=17&Itemid=121

âmbito **nacional**, a instituição responsável é o **Ministério do Turismo**, o órgão colegiado é o **Conselho Nacional** e o órgão executivo é o **Comitê executivo**; em âmbito **estadual**, a instituição responsável é o **órgão estadual de turismo**, os órgãos colegiados se dividem em **conselho** e o **fórum estadual** e o **interlocutor estadual** é responsável pela gestão executiva; em âmbito **regional**, as atribuições da instituição e do órgão colegiado ficam a cargo da **instância de governança regional**; já em âmbito **municipal**, a instituição responsável é o **órgão de turismo municipal**, os órgãos colegiados são o **conselho** e o **fórum municipal** e o responsável executivo é o **interlocutor municipal**. Embora haja toda uma estrutura a ser seguida, é preciso identificar a criação e a atuação das respectivas instâncias. Mais do que isso, é necessário conhecer as oportunidades sociais de participação cidadã promovidas através das discussões sobre o turismo. É importante também saber se a população local está participando de discussões e se tem suas reivindicações aceitas.

O PRT está estruturado em oito eixos de atuação: gestão descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; infraestrutura turística; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização; monitoramento e empreendedorismo, captação e promoção de investimentos (Figura 5).

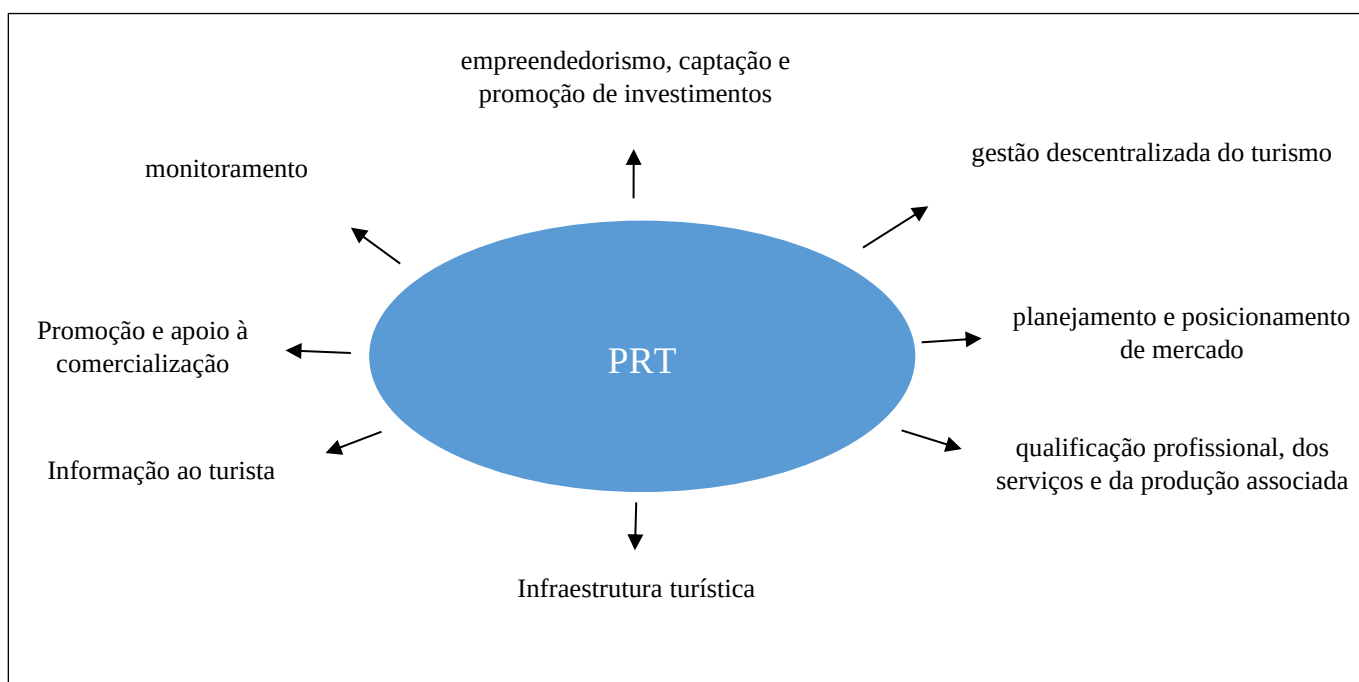


Figura 5. Eixos do Programa de Regionalização do Turismo.

O planejamento formal do turismo baseou-se numa abordagem neopositivista, presente nos fundamentos da nova geografia (Fratucci, 2008). Podem formar uma região municípios de um ou mais estados, de um mesmo ou de diferentes países.

Corrêa (2000, p. 24) afirma que “é no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua, marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, verificada dentro da progressiva mundialização da economia a partir do século XV”. Tendo como centro o capital, há possibilidades de diferenciar as áreas a partir 1) da divisão do trabalho; 2) das formas de produção em períodos distintos; 3) da atuação estatal, a qual impacta nos modos de vida; 4) da articulação dos meios de comunicação entre as regiões surgidas ou alteradas pelo e para o capital.

Após a Segunda Guerra Mundial, os governos passaram a investir no turismo, buscando desenvolvê-lo por considerarem que é um vetor de crescimento econômico, capaz de reduzir as desigualdades regionais. A divisão internacional do trabalho, a ampliação da oferta de serviços de transportes (como voos fretados) e a conquista das férias remuneradas e dias de não trabalho contribuíram para o aumento do fluxo turístico – num primeiro momento, eram valorizadas as viagens internacionais (visando a entrada de divisas), posteriormente, passaram a valorizar os fluxos domésticos – e o tempo livre passou a ser vislumbrado como tempo de consumo, seguindo a lógica do capital que se apropria do tempo e do espaço. O turismo que vinha crescendo foi impactado pela crise financeira na década de 1970 (conhecida como crise do petróleo), assim como os embates ambientais são marcantes ao longo das décadas (Fratucci, 2008). Para o autor, embora atualmente os planejadores do turismo busquem trabalhar com variados enfoques, o viés mercadológico é predominante.

O setor de turismo é volátil, visto que depende de variados fatores. A título exemplificativo, apresentam-se alguns que impactam, positiva ou negativamente, no turismo e que também são impactados por ele. No **âmbito econômico**: as variadas crises, as variações nos preços dos combustíveis, o aumento ou a redução da pobreza, as variações nos índices de reajustes de aluguel; no **âmbito ambiental**: a conservação, ou não, de áreas naturais, desastres ambientais (o vazamento de óleo que ocorreu em 2019 nas praias do Nordeste é um deles), as mudanças no clima; no **âmbito cultural**: a valorização, ou não, da cultura, a preservação e a conservação de práticas culturais, o uso da gastronomia como difusora da cultura local. Esses fatores influenciam na escolha do destino e até na decisão entre viajar ou não (uma pessoa que apenas consegue dinheiro para comer não detém capital disponível para usufruir seu direito de

ir e vir por onde desejar). Alguns fatores podem ocorrer concomitantemente, por exemplo: devido ao vazamento de óleo, as pessoas deixam de visitar as praias do Nordeste por um período e isso ocasiona prejuízos financeiros para a população que atua com o turismo naquela área.

O turismo, como todo fenômeno, é complexo. Considerar a perspectiva geográfica mostra que, antes de uma determinada área ser turística, já era um território, marcado pela teia de relações entre os diferentes atores sociais. Pensar o turismo como instrumento para alcançar o desenvolvimento requer que esses sujeitos que compõem o território sejam considerados.

Fratucci (2008) apresenta três atores que turistificam os espaços: os turistas, o mercado e os responsáveis pelo planejamento. No caso dos turistas, os deslocamentos (prática social) fazem aparecer os espaços turísticos; o mercado tem turistificado os espaços a partir da formatação de novos destinos que são comercializados, visando os recursos econômicos. O mercado também comete equívocos ao formatar produtos que não têm demanda, precisando reformatar; já os planejadores buscam atrair empreendimentos e turistas por meio da criação dos planos estratégicos, que, por falta de conhecimento sobre o mercado e as práticas turísticas, ficam de fora do mercado.

De acordo com Cruz (2006), o espaço é a matéria-prima do turismo, o que torna todos os lugares potencialmente turísticos. É uma construção histórica e cultural, a atração pelos destinos e atrativos (a autora exemplifica que praias e montanhas não eram visitadas até meados do século XVIII). Diante disso, tem-se o cenário atual, em que há mais de dois anos se desenrola a pandemia do novo coronavírus e há um aumento da busca por espaços naturais (não se limitando a espaços litorâneos). A “descoberta” de novos destinos para visitaçaõ tem sido ampliada a partir das redes sociais.

Conforme Santos (2008), o mundo, atualmente, possui velocidade e fluidez. A fluidez virtual decorre da implementação de sistemas técnicos, sobretudo dos sistemas da informação, e a fluidez concreta ocorre quando são realizadas ações no campo pelas empresas e instituições hegemônicas. Embora a fluidez seja apresentada como um bem de todos, apenas determinados agentes podem utilizá-la. Para o autor, a fluidez somente é possível a partir da utilização de técnicas atuais junto à política atual (política implementada pelos diferentes âmbitos e pelas empresas privadas).

Tornar um destino conhecido, em âmbito nacional e internacional, resulta de fatores, na maioria das vezes, provenientes de fora da localidade. A implementação de infraestrutura básica

e de obras voltadas para expandir a fluidez do território são ações realizadas principalmente pelo governo federal e estadual para desenvolver o turismo (Cruz, 2006). Santos (2008) ressalta que a competitividade induz a ruptura da solidariedade orgânica e a fragmentação do território em nome da defesa da região. A questão dos investimentos é muito presente no contexto de turismo, já que as obras mais custosas são financiadas com recursos federais ou estaduais e, geralmente, o município dá uma pequena contrapartida (no caso da Chapada Norte, isso pode ser acompanhado na Tabela 23, que trata sobre investimentos na região). A busca da competitividade é difundida pelo MTUR. Um exemplo bastante nítido foi a definição dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, projeto que teve três etapas: 1) o Índice de Competitividade Nacional (levantado através de pesquisa); 2) a Gestão de Destinos (incentivo à elaboração de planos estratégicos para o turismo, tendo como prioridade políticas de competitividade); e 3) o Sistema de Gestão de Destinos (ferramenta para gerenciar ações entre o MTUR e os Destinos Indutores).

Nesse contexto de discussão sobre a criação de políticas e a implementação de ações pelos governantes, considera-se relevante trazer as discussões a respeito do papel do Estado feitas por Santos (1997), que coloca que as relações nos territórios ocorriam de forma transparente. No entanto, ao longo dos anos, o Estado foi deixando de exercer o seu papel em prol da sociedade, na busca de um estado de bem-estar-social, e passou a agir em prol do mercado, direcionando investimentos para tornar possível a instalação de grandes empresas. Para ele, o Estado entrega ao mercado o papel de criar política, porém, as empresas globais não estão preocupadas com os anseios das pessoas locais nem com questões éticas, mas com as suas próprias finalidades.

A desigualdade é um desafio do sistema capitalista, a qual deve ser enfrentada pelos mecanismos de mercado, juntamente com os arranjos institucionais, ultrapassando as preocupações puramente mercadológicas. A proteção ambiental tem sido discutida como sendo também responsabilidade do mercado. Os arranjos governamentais têm concedido incentivos, por meio de impostos e subsídios, para que a proteção seja feita. Outros problemas do capitalismo incluem a corrupção e o crime organizado, que interferem em políticas públicas e têm chamado a atenção em discussões públicas em prol do combate de tais práticas (Sen, 2000). Para Fratucci (2008), mesmo o Estado tendo uma postura neoliberal, as falhas de mercado mostram que é preciso uma atuação estatal ativa no que concerne ao turismo.

Devem ser empreendidos esforços para que a globalização seja menos destrutiva de empregos e técnicas tradicionais, além de oferecer oportunidades de aprendizagem de novas competências e fornecer seguridade social e demais apoios necessários aos que forem impactados negativamente pelo processo global (Sen, 2000). Os espaços passam a ser ordenados para receber as grandes empresas, os investimentos são direcionados para subsidiar as instalações e cada vez menos recursos são direcionados para investir no bem-estar da coletividade. Embora os gestores públicos criem documentos chamados de políticas públicas, Santos (1997) afirma que somente há política quando atua em prol da coletividade. Pode haver maneiras de proteger pobres ou ricos, mas política envolve o conjunto de realidades vinculadas. Por essa razão, Milton Santos define como políticas de estado as políticas criadas para impulsionar atividades específicas que não geram benefícios coletivos.

No que tange ao turismo, não foram identificadas grandes corporações em nenhum dos dois municípios, porém, em Jacobina, num processo de longa data, as empresas de mineração ocuparam o espaço territorial, gerando campos de disputa e influenciando na política local (inclusive, há lei tratando sobre a mineração como meio de atrair turismo). A discussão acerca da mineração será ampliada no capítulo seguinte, assim como as discussões sobre a ocupação territorial e a forma de organização social, no que diz respeito ao turismo, em Jacobina e em Senhor do Bonfim.

As políticas devem ser construídas buscando atender aos anseios da população local e suas particularidades, não em benefício do mercado. O território usado representa o espaço historicizado a partir dos usos atribuídos aos espaços. A respeito do território usado, Milton Santos (2005) explica:

O território usado é uma categoria integradora por excelência e que, especialmente no planejamento, vem definitivamente terminar com as falsas premissas da possibilidade da gestão intersetorial a partir da justaposição do setorial na elaboração dos planos. [...]. Para ele o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, produto das múltiplas totalizações a que está submetido o processo da história, a cada instante (Santos, 2005, p. 253).

Azevedo (2008) defende que nas regiões em que as pessoas participam de forma ativa da política nota-se maior avanço social. Esse cenário é mais notório nas localidades em que o clientelismo não é o centro das ações políticas, em que o foco está nos interesses coletivos (diferente do cenário brasileiro, que é marcado pelo clientelismo e por interesses dos grupos que detêm o poder). O autor ainda destaca:

Nesses termos, os estoques de capital social, do tipo confiança, normas e sistemas de participação, tendem a se reforçar de forma mútua. Os círculos virtuosos podem se converter em equilíbrios sociais com significativos níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Essas são algumas características que podem definir uma comunidade cívica e, portanto, o capital social aí constituído (Azevedo, 2008, p. 98).

A organização das pessoas da localidade em associações fortalece a participação social dos atores que juntos lutam por uma determinada causa ou área. Além disso, a articulação dos agentes contribui para a reivindicação da participação cidadã nos processos políticos. De acordo com Harvey (1992), as lutas sociais tornam as relações instáveis. Ele aponta ainda:

As práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. Tanto o tempo como o espaço são definidos por intermédio da organização de práticas sociais fundamentais para a produção de mercadorias (Harvey, 1992, p. 218).

Alguns autores que defendem a participação ativa dos atores sociais são: Azevedo (2008), que discute desenvolvimento local e regional; Azevedo e Alió (2016), que tratam da economia solidária no Brasil; Azevedo e Espelt (2019), que discutem economia solidária no Brasil e na Espanha; Fazito (2015), que critica o discurso hegemônico da modernização; Fazito, Rodrigues, Nascimento e Pena (2017), que associam a Abordagem das Capacidades de Sen à teoria Freiriana, a qual aponta a necessidade de conscientização do indivíduo; Chiundila (2010), que tratou de turismo, território e desenvolvimento no Arquipélago de Bazaruto em Moçambique; Wanderley Filha (2017), que discutiu território, participação cidadã e turismo no município do Porto do Mangue – RN. Esses são apenas alguns trabalhos que destacam a relevância da participação dos diferentes atores para o processo político (em suas diferentes fases: debate, implementação, monitoramento etc.).

Para exercer a cidadania plena, as pessoas precisam de alternativas de âmbito local e os processos precisam ser encarados de baixo para cima. O território abarca os processos globais e é alterado a partir de fatores exógenos, em contrapartida, embates são criados, já que a população fica marginalizada, com isso, manifestam-se contra os atores hegemônicos (Santos, 2008).

As relações de poder – dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos – estão presentes no território. Raffestin (1993) afirma que o território é formado a partir do espaço, entretanto, revela relações de poder.

Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo [...] (Raffestin, 1993, p. 133).

Diante das discussões realizadas, entende-se que, para a criação de programas, projetos e políticas que enfocam o turismo, a dimensão espacial precisa ser considerada. Independentemente do turismo, o espaço usado é ocupado por uma população heterogênea, que tem aspirações coletivas e individuais. É imprescindível que a criação e a implementação de políticas levem em conta a dinâmica espacial e os diferentes atores que fazem parte do território. Nessa perspectiva, promover a participação cidadã nas diferentes fases do planejamento do turismo contribui para a ampliação da capacidade de participação política da população.

3.2 Atos normativos acerca de ações e projetos passíveis de receber investimentos do MTUR

Tomar conhecimento dos atos normativos que versam sobre ações e projetos passíveis de receber investimentos permite que os entes públicos dos diversos âmbitos identifiquem maneiras de receber recursos financeiros para a implementação de ações, planos e projetos que impulsionem o desenvolvimento local através do turismo.

Sabendo da importância de conhecer os instrumentos legais, bem como do poder que as políticas públicas têm de impactar às localidades, positiva e negativamente, por muitos anos (mesmo que não estejam mais vigentes), apresentam-se as portarias encontradas, que tratam da transferência voluntária de recursos no âmbito do MTUR (Tabela 19).

Tabela 19

Portarias que versam sobre a transferência voluntária de recursos no âmbito do MTUR

Portarias (MTUR)	Disposições:	Impressões e/ou alterações das referidas portarias
Portaria MTUR nº 125, de 4 de dezembro de 2007.	Torna pública a relação de objetos de convênios passíveis de padronização no âmbito do Ministério do Turismo e da Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo. Revogada pela Portaria nº 4, de 25 de fevereiro de 2021.	Apresenta os tipos de projetos em que podiam ser firmados convênios junto ao MTUR e à Embratur.
Portaria MTUR nº 160, de 5 de novembro de 2009.	Regulamenta as competências a serem observadas pelo Ministério do Turismo e pela Caixa Econômica Federal e sua forma de atuação nos procedimentos administrativos relacionados aos contratos de repasse e outros instrumentos congêneres.	Define as atribuições do MTUR e da Caixa no que se refere aos repasses financeiros e procedimentos a serem executados.
Portaria MTUR nº 6, de 14 de janeiro de 2010.	Dispõe sobre a transferência voluntária de recursos do Ministério do Turismo para apoio à realização de Eventos Geradores de Fluxo Turístico no Período Eleitoral. Revogada pela Portaria nº 4, de 25 de fevereiro de 2021.	Veda a transferência de recursos para a realização de eventos no período eleitoral, exceto para os eventos selecionados mediante edital específico.
Portaria nº 88, de 10 de dezembro de 2010.	Institui regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	Voltada para eventos que divulguem o turismo nacional, visando expandir o mercado interno e inserir o Brasil no cenário turístico internacional. Especifica os tipos de eventos que podem ser apoiados e os valores limites.
Portaria MTUR nº 136, de 9 de agosto de 2011.	Suspende temporariamente a celebração de convênios e instrumentos congêneres com entidade privada sem fins lucrativos. Revogada pela Portaria nº 4, de 25 de fevereiro de 2021.	Define a suspensão de convênios e instrumentos congêneres por 45 dias, visando eliminar as prestações de contas em análise no MTUR.
Portaria MTUR nº 180, de 22 de setembro de 2011.	Suspende, temporariamente, a execução e o repasse de recursos de todos os convênios e instrumentos congêneres celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, destinados à qualificação dos profissionais do setor do turismo, em especial aqueles firmados no âmbito do Programa Bem Receber Copa. Revogada pela Portaria nº 4, de 25 de fevereiro de 2021.	Considerando o relatório feito pelo Tribunal de Contas da União acerca dos riscos que podem decorrer do Programa Bem Receber Copa, define-se a suspensão, em caráter temporário, dos convênios e instrumentos firmados e o bloqueio das contas devidas para a qualificação para o setor de turismo, com destaque para o Programa Bem Receber Copa.
Portaria nº 250, de 13 de dezembro de 2011.	Revoga a alínea “n” e os §§ 1º e 2º do artigo 16, da Portaria nº 88, de 10 de dezembro de 2010, que estabelece regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com o órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta, e dá outras providências. Revogada pela Portaria nº 40, de 17 de novembro de 2021.	Revoga o pagamento de cachês de artistas e/ou bandas e/ou grupo. Revoga o limite estabelecido para pagamento de artistas, bandas e grupos, bem como documentos comprobatórios de pagamento de cachê.

Portaria nº 112, de 09 de março de 2012.	Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	Passa a colaborar com iniciativas que apoiem os programas do MTUR voltados para o desenvolvimento, a promoção, a comercialização e a divulgação do turismo.
Portaria MTUR nº 146, de 4 de abril de 2012.	Dá nova redação aos artigos 77 e 92 da Portaria nº 112, de 09 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	O art. 77 limita o recebimento de recursos para as propostas não atendidas no artigo 76 e para as propostas que atendam as cidades sedes ou entorno (devendo cumprir os demais requisitos especifica O art. 77 limita o recebimento de recursos para as propostas não atendidas no artigo 76 e para as propostas que atendam as cidades sedes ou entorno dos). Na portaria anterior, poderiam também receber tais recursos os 10 municípios prioritários para o MTUR. O artigo 92 definia que o limite de termos aditivos poderia ser excedido no caso de obra ou serviço de engenharia que já tivesse sido iniciada, desde que justificada e submetida a análise técnica. Obra ou serviço de engenharia foi substituído nessa portaria por objeto.
Portaria MTUR nº 180, de 26 de abril de 2012.	Dá nova redação aos artigos 5º e 54, revoga o artigo 52 e acrescenta os artigos 96-A e 96-B à Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	No art. 5, é acrescentado o inciso IV, que define que as transferências voluntárias devem ser destinadas a propostas que atendem aos princípios da economicidade e da razoabilidade. O art. 54. Acrescenta que, <u>independente do valor da proposta</u> dos eventos para o fortalecimento do turismo, os convênios serão firmados com base na quantidade de habitantes do município. É revogado o artigo 52, que trata do limite de repasses de emendas parlamentares para eventos. O 96-A acrescentado define que as propostas enviadas até 31/12 poderiam ser recebidas desde que todas as exigências fossem cumpridas até 30 dias antes do início da execução do objeto. O 96-B acrescentado delega o Secretário Nacional como responsável por resolver casos excepcionais e casos não previstos referentes a essa portaria.
Portaria MTUR nº 248, de 11 de julho de 2012.	Estabelece procedimentos e critérios relativos à prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária de recursos celebrados no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	O prazo para prestação de contas de transferência voluntária de recursos é de 30 dias – a partir do que finalizar primeiro: o término da vigência do instrumento celebrado ou a conclusão do objeto – prorrogável por igual período. Prevê ainda casos de não entrega da prestação de contas e de irregularidades identificadas.
Portaria MTUR nº 321 de 28 de setembro de 2012.	Dá nova redação aos artigos 74, 83 e 88 da Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para	No art. 74, é acrescentado o inciso VI, que insere as entidades privadas sem fins lucrativos no rol de proponentes que podem apresentar projetos referentes ao Programa Nacional de Qualificação dos Serviços Turísticos.

	apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	No art. 83, é acrescentado o inciso VI, que insere as entidades sem fins lucrativos no rol de proponentes que podem encaminhar projetos voltados para o desenvolvimento sustentável do destino considerado turístico. No art. 88, é acrescentado o inciso IV, que insere as entidades sem fins lucrativos que podem encaminhar projetos para o Programa de Turismo Sustentável e Infância.
Portaria MTUR nº 347, de 31 de outubro de 2012.	Dá nova redação aos artigos 6º, 27, 33, 34 e 35 da Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	O art. 6º é alterado e define que os prazos de cadastro e envio de propostas devem observar o cronograma anexo, caso não haja disposição especial diferente. O art. 27 é alterado e determina novos prazos: as propostas, anualmente, devem ser enviadas até o dia 30/11 (antes deveriam ser encaminhadas com pelo menos 50 dias de antecedência da data máxima determinada para o empenho orçamentário), sendo que a análise será em ordem cronológica de recebimento. Define que as propostas devem ter todas as exigências cumpridas até a data máxima disposta para o empenho orçamentário (antes o prazo era de pelo menos 20 dias de antecedência da data máxima do referido empenho). O art. 33 é alterado no que se refere à exigência para obter recursos referentes ao Prodetur Nacional. Antes era exigido que o ente apresentasse ao MTUR uma carta-consulta aprovada para financiamento e um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Essa portaria define que é necessário a carta-consulta ou o PDITS. A nova redação do art. 34 define que podem ser apoiadas a elaboração do PDITS e ações que estejam dentro do Polo Turístico delimitado na carta-convite ou no PDITS. A redação anterior não se limitava ao território do referido Polo. O art. 35 define que a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo é também responsável pelo acompanhamento da execução de convênios e contratos de repasses no que concerne à União no Prodetur Nacional. A redação anterior se limitava aos convênios.
Portaria MTUR nº 27, de 31 de janeiro de 2013.	Altera a Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências. Revogada pela Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013.	São alterados os seguintes artigos: 6º, 11, 12, 16, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 49, 50, 53, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81. No total, 29 artigos são alterados, constando: pequenos ajustes na escrita e inclusão de determinações e alterações nos prazos e nas deliberações.
Portaria MTUR nº	Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de	Essa portaria abarca uma série de alterações que ocorreram na Portaria nº 112/2012.

112, de 24 de maio de 2013.	transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências. Revogada pela Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016.	Embora a portaria anterior já englobasse o Pronatec, nesta detalha as linhas de ações do Programa, quais sejam: Pronatec Copa (voltado para atender a demanda do setor por novos profissionais); Pronatec Copa na Empresa (criado para facilitar que os empresários promovam a capacitação de seus funcionários); e Pronatec Copa Social (voltado para a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade social).
Portaria MTUR nº 3, de 11 de julho de 2013.	Estabelece, no âmbito do DCPAT, critérios mínimos para análise de projetos, acompanhamento da execução de instrumentos celebrados e análise da documentação inerente à prestação de contas dos recursos pactuados e repassados, mediante convênios e instrumentos congêneres.	Aprova o Manual de Orientações, Procedimentos e Rotinas de Execução de transferências voluntárias do Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada do Turismo (DCPAT).
Portaria MTUR nº 335, de 30 de dezembro de 2013.	Acrescenta o artigo 12-A à Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016.	O artigo 12-A acrescentado define que a transferência voluntária de recursos programados deve ser destinada, no mínimo, em 90% para os municípios do Mapa da Regionalização do Turismo; o limite é de 10% para os municípios que tenham interesse em desenvolver o turismo; e no mínimo 50% das transferências de recursos devem ser mediante chamada pública.
Portaria MTUR nº 14, de 15 de janeiro de 2014.	Institui o Formulário Específico para Atividades de Supervisão de Contratos de Repasse, a serem desenvolvidos, anualmente, pelo Ministério do Turismo.	A partir de critérios definidos na portaria, institui-se que o MTUR selecionaria pelo menos 5% dos contratos de repasse do ano anterior para supervisionar.
Portaria MTUR nº 270, de 03 de novembro de 2014.	Dá nova redação ao artigo 53 da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do turismo. Revogada pela Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016.	A nova redação do art. 53 limita o uso de recursos dos eventos para: cachês de artistas e bandas que tenham cadastro no MTUR; e até 30% para divulgação do evento em rádio, tv, jornal e revista. Antes, a gama de serviços a serem contratados era bem maior.
Portaria MTUR nº 83, de 8 de junho de 2015.	Dá nova redação ao artigo 99-A da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016.	O artigo 99-A acrescentado define que o limite de transferência, de no mínimo 90% dos recursos a serem destinados aos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro, não se aplica ao ano de 2015, passando a vigorar em 2016.
Portaria MTUR nº 198, de 20 de novembro de 2015.	Dá nova redação aos artigos 26, 36, 37 e 38 da Portaria nº 112 de 24 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do turismo. Revogada pela Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016.	O art. 26 define que os critérios para supervisão dos contratos são: 10% de contratos paralisados; 10% de contratos atrasados; 10% que tenham sofrido indicação de supervisão pelos órgãos de controle ou que o gestor perceba a necessidade de supervisão; 20% de contratos em situação normal; 30% de contratos que já foram encerrados; 20% de contratos que tenham valor maior que cinco milhões de reais. Antes, era determinada a supervisão de, no mínimo, 5% dos contratos, devendo observar: a relevância, a criticidade e

		a suspeita de incompatibilidade entre os recursos financeiros e a execução, tendo por obrigação supervisionar os casos de denúncia, os casos solicitados por órgãos de controle e fiscalização e os que tinham valor superior a cinco milhões de reais. Foram acrescentados quatro § que definem que: caso tenha um quantitativo maior do que o percentual exigido para a supervisão, fica a cargo do gestor selecionar quais serão escolhidos; pode ainda haver acréscimos dos contratos supervisionados caso não tenha o quantitativo estipulado de um determinado tipo; o resultado da supervisão deve ser registrado em formulário específico, permitindo a padronização dos elementos avaliativos; pode, ainda, haver a realização parcial ou a suspensão dos processos de supervisão, a depender da disponibilidade de pessoal, orçamentária e logística. O art. 36 tem acrescido que as transferências voluntárias voltadas aos projetos de infraestrutura turística no que concerne ao Prodetur Nacional serão destinadas, preferencialmente, às localidades que tenham o PDITS validado pela instância de governança de turismo do território, registrado no MTUR. No art. 37, é acrescido o inciso III, o qual determina que são passíveis de apoio ações de investimentos englobadas na infraestrutura turística (envolve projetos e obras). O art. 38 passa a englobar o Departamento de Infraestrutura Turística como responsável pelos processos (em todas as suas etapas) de transferência voluntária através de convênios e de contratos de repasses da União para a implantação do Prodetur Nacional.
Portaria MTUR nº 122, de 18 de abril de 2016.	Dá nova redação ao artigo 92 da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Revogada pela Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016.	O art. 92 passa a especificar quem pode parcelar os débitos decorrentes de prestação de contas reprovadas: órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, de todas as esferas; consórcio público; e entidade privada sem fins lucrativos.
Portaria SNETur/MTUR nº 7, de 16 de junho de 2016.	Aprova o Manual de Procedimentos para Acompanhamento de Contratos de Repasse, regulando a forma de acompanhamento dos contratos de repasses entre a União e os entes federados.	Em 2013, por meio de portaria, estabelece-se que o Manual de Procedimentos para Acompanhamento de Contratos de Repasse deveria ser utilizado para o acompanhamento dos projetos que receberem repasses. Em 2016, é aprovado o manual e divulgado no <i>site</i> do MTUR.
Portaria MTUR nº 182, de 28 de julho de 2016.	Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências.	Altera a Portaria MTUR nº 112, de 24 de maio de 2013 e suas alterações. Salienta-se que as instituições do Sistema S passam a poder receber apoio do MTUR, através das transferências voluntárias descritas nessa portaria.

	Revogada pela Portaria nº 39, de 10 de março de 2017.	Cabe destaque, também, a descrição dos objetos que podem receber aportes de acordo com a categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro.
Portaria MTUR nº 187, de 03 de agosto de 2016.	Altera o § 3º do artigo 3º da Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias. Revogada pela Portaria nº 39, de 10 de março de 2017.	O § 3º do artigo 3º passa a determinar que pelo menos 50% das transferências voluntárias provenientes da programação do orçamento do MTUR devem suceder chamamento público.
Portaria MTUR nº 16, de 25 de janeiro de 2017.	Altera a Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016 que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias. Revogada pela Portaria nº 39, de 10 de março de 2017.	O § 1º do artigo 43 determina que são considerados eventos tradicionais e de notório conhecimento popular – de âmbito municipal, estadual, regional e macrorregional – os reconhecidos pelo órgão estadual de turismo e realizados há, no mínimo, três edições por ente público. A redação anterior determinava que o evento tinha que ser realizado pelo mesmo ente público há, no mínimo, três edições.
Portaria MTUR nº 39, de 10 de março de 2017	Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para a execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências.	Revoga a Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016 e suas alterações. Destaca-se a alteração nos valores – da portaria nº 39/2017 em relação à nº 182/2016 – destinados a apoiar os Eventos Geradores de Fluxo Turísticos, com limite anual estipulado em: Categoria A R\$ 800.000,00 (antes era R\$ 640.000,00); Categoria B R\$ 500.000,00 (antes era R\$ 440.000,00); Categoria C R\$ 400.000,00 (antes era R\$ 340.000,00); Categoria D R\$ 150.000,00 (antes era R\$ 120.000,00). A categoria E não está, e nem estava anteriormente, apta a receber tais recursos.
Portaria MTUR nº 228, de 31 de outubro de 2017.	Altera a Portaria nº 39, de 10 de março de 2017, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências.	O art. 52 é alterado e passa a especificar a situação em que a cobrança é vedada, em casos de eventos apoiados pelo MTUR: a cobrança de ingressos, a comercialização de camarotes, estacionamento, boates e distribuidoras de bebidas na área interna do evento. Descreve as normas a serem seguidas em casos de comercialização de áreas permitidas e de recebimento de patrocínio, incluindo os valores a serem cobrados e a forma de prestação de contas.
Portaria MTUR nº 206, de 19 de junho de 2019.	Dá nova redação ao parágrafo único, do artigo 22, da Portaria nº 39 de 10 de março de 2017, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências.	O parágrafo único do art. 22 define que a aquisição de equipamentos pode ter aportes de recursos, excepcionalmente, para a implantação de acessibilidade em atrativos e em edificações de cunho turístico. A nova redação passa a incluir também o monitoramento de eventos e de atrativos turísticos.
Portaria MTUR nº	Altera o § 3º do artigo 3ª da Portaria nº 39, de 10 de março de 2017.	A alteração determina que, a partir de 2020, no mínimo 50% das transferências voluntárias,

329, de 25 de outubro de 2019		provenientes do orçamento programado pelo MTUR, devem ocorrer por chamamento público. Antes da alteração, a determinação deveria valer a partir de 2019.
Portaria MTUR nº 392, de 18 de dezembro de 2019.	Estabelece os limites de tolerância ao risco na análise informatizada de prestação de contas de convênios apresentadas até 31 de agosto de 2018.	Determina os limites de tolerância ao risco na análise informatizada de prestação de contas. As contas são passíveis de serem analisadas de forma informatizada e ainda têm irregularidades pendentes que devem ser analisadas pelo modo tradicional.
Portaria MTUR nº 162, de 3 de abril de 2020.	Estabelece, em caráter temporário, a suspensão dos parcelamentos vigentes e a prática de atos processuais de que trata a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Revogada pela Portaria nº 40, de 17 de novembro de 2021.	Dispõe que ficam suspensos os parcelamentos dos débitos dos acordos firmados com os estados, o Distrito Federal e os municípios, juntos ao MTUR, entretanto, apenas das localidades que declararam estado de calamidade pública ou situação de emergência.
Portaria MTUR nº 181, de 14 de abril de 2020.	Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Revogada pela Portaria nº 40, de 17 de novembro de 2021.	Define que fica suspensa a obrigação de pagamentos dos débitos de convênios e instrumentos congêneres, na esfera do MTUR, enquanto perdurarem os efeitos do Decreto nº 6/2020.
Portaria MTUR nº 621, de 8 de setembro de 2020.	Estabelece o Acordo de Cooperação Federativa como instrumento de integração dos entes federados ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).	O Acordo de Cooperação Federativa visa pactuar compromissos para a criação e a implementação de políticas públicas de forma conjunta, para a área da cultura. Esse ato normativo revoga a Portaria nº 794, de 9 de maio de 2019, expedida pelo Ministério da Cidadania.
Portaria MTUR nº 817, de 23 de dezembro de 2020.	Autoriza a prorrogação de ofício de parte dos instrumentos de transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, sob responsabilidade do MTUR e dá outras providências.	Autoriza a prorrogação dos convênios e dos termos de compromissos, vigentes até 31 de dezembro de 2021, por até 12 meses, desde que seja manifestado interesse e que não tenha parecer contrário da área técnica do MTUR.
Portaria Secult/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022.	Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).	Segundo a portaria, o ato normativo visa ampliar o acesso da população à cultura, apoiar a produção cultural brasileira, fortalecer a economia da cultura (envolvendo economia criativa, capacitação e empreendedorismo) e contribuir para a formação de identidade e desenvolvimento do Brasil. O incentivo envolve as diversas áreas e segmentos culturais.

Todas as Portarias apresentadas na tabela anterior tiveram como fonte de consulta o próprio ato normativo. Embora não se pretenda apresentar todas as mudanças ocorridas de um ato para o outro, buscou-se elencar tais normativas, descrevendo sobre o que dispõem (o campo disposições apresenta-se como citação direta, quase sempre integral, do texto escrito nas

Portarias), bem como as alterações e/ou impressões sobre pontos destacados dos referidos documentos.

De acordo com Santos (2008), quanto maior movimento no território, mais complexas se tornam as relações internas e externas e mais necessária a regulação (incluindo a regulação do dinheiro) por parte do Estado. Sobre o papel do Estado, o autor afirma que ele define “limites externos (as fronteiras estabelecidas), limites internos (as subdivisões político-administrativas em diversos níveis) e conteúdos normativos (as leis e costumes), em matéria de competências e recursos. É assim que se instalam na história, categorias interdependentes: o Estado territorial. O território nacional, o Estado nacional. São eles que, em conjunto, regem o dinheiro” (Santos, 2008, p. 48).

Trazer as normativas que versam sobre a transferência de recursos, incluindo os processos de acompanhamento e de prestação de contas – foram encontradas Portarias de 2007 até 2022 –, teve o intuito de mostrar que há normativas que possibilitam angariar recursos para desenvolver a localidade através do turismo. É comum os gestores públicos apontarem a falta de recursos financeiros como empecilho para a implementação de ações voltadas para o turismo, no entanto, as Portarias elencadas mostram que diversas ações e projetos podem contar com recursos provenientes do Ministério do Turismo. No rol de Portarias elencadas, considera-se pertinente destacar dois pontos: 1) a criação de normativas visando promover a cultura através do turismo e 2) o adiamento do recebimento de débitos de convênios realizados entre o MTUR e os entes do Distrito Federal, dos municípios e dos estados, devido à pandemia do coronavírus.

3.3 Políticas públicas de turismo na Bahia: um estudo da Região turística Chapada Diamantina, Circuito Norte

O Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021) é composto por 333 regiões turísticas e 2.694 municípios. A Bahia possui 13 regiões turísticas (Figura 6) desde 2013, entretanto, o quantitativo de municípios que as compõem foi sendo alterado ao longo dos anos. Foram considerados municípios turísticos: em 2013, 154; em 2016, 117; em 2017, 150; e em 2019, 133. A categorização dos municípios da Bahia se dá da seguinte forma: cinco A (3,76%); 21 B (15,79%); 29 C (21,80%); 67 D (50,38%); e 17 E (8,27%).

Tabela 20

Regimento Interno da Secretaria de Turismo da Bahia

Decreto nº 10.497/2007	Decreto 16.713/2016	Decreto 19.379/2019
I – planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de Turismo;	I - planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção e fomento ao Turismo;	I - planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção e fomento ao Turismo;
II – formular diretrizes e promover a definição e implantação de planos, programas, projetos e ações relativas ao turismo no âmbito estadual;	II – definir diretrizes, propor, implementar e monitorar as ações relativas à Política Estadual de Turismo;	II – definir diretrizes, propor, implementar e monitorar as ações relativas à Política Estadual de Turismo;
III – promover, coordenar, executar e supervisionar a elaboração de planos, programas e projetos estaduais de Turismo;	III – planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de turismo;	III – planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de turismo;
IV – atrair recursos técnicos, humanos e financeiros, visando o desenvolvimento do turismo na Bahia;	IV – promover, coordenar, executar e supervisionar a implementação de planos, programas, projetos e ações relativas ao turismo no âmbito estadual;	IV – promover, coordenar, executar e supervisionar a implementação de planos, programas, projetos e ações relativas ao turismo no âmbito estadual;
V – promover, isoladamente ou em articulação com pessoas jurídicas de direito público e privado nacionais ou estrangeiras, ações destinadas a incrementar o turismo como fator de desenvolvimento, geração de riqueza, trabalho e renda;	V – atrair recursos técnicos, humanos e financeiros, visando o desenvolvimento do turismo na Bahia;	V – atrair recursos técnicos, humanos e financeiros, visando o desenvolvimento do turismo no estado;
VI – realizar e desenvolver estudos e pesquisas destinados a identificar as necessidades e avaliar os efeitos dos programas, projetos e atividades vinculados ao setor de turismo;	VI – promover, isoladamente ou em articulação com pessoas jurídicas de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras, ações destinadas a incrementar o turismo como fator de desenvolvimento , geração de riqueza, trabalho e renda;	VI – promover, isoladamente ou em articulação com pessoas jurídicas de direito público e privado, nacionais ou estrangeiras, ações destinadas a incrementar o turismo como fator de desenvolvimento , geração de riqueza, trabalho e renda;
VII – fiscalizar o cumprimento da legislação referente à área turística, quando previamente autorizada;	VII – realizar e desenvolver estudos e pesquisas destinados a identificar as necessidades e avaliar os efeitos dos programas, projetos e atividades vinculados ao setor de turismo;	VII – realizar e desenvolver estudos e pesquisas destinados a identificar as necessidades e avaliar os efeitos dos programas, projetos e atividades vinculados ao setor de turismo;
VIII – incentivar a inclusão da identidade cultural e dos valores históricos da Bahia na promoção do turismo;	VIII – fiscalizar o cumprimento da legislação referente à área turística, quando previamente autorizada pelo órgão competente;	VIII – fiscalizar o cumprimento da legislação referente à área turística, quando previamente autorizada pelo órgão competente;
IX – exercer outras atividades correlatas.	IX incentivar a inclusão da identidade cultural e dos valores históricos da Bahia na promoção do turismo;	IX incentivar a inclusão da identidade cultural e dos valores históricos do Estado na promoção do turismo;
	X – articular-se com entidades públicas e privadas, objetivando a execução dos programas, projetos e obras de infraestrutura turística que decorram do Plano Estratégico de Turismo da Bahia e dos Planos	X – articular-se com entidades públicas e privadas, objetivando a execução dos programas, projetos e obras de infraestrutura turística que decorram do Plano Estratégico de Turismo da Bahia e dos Planos

	de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS;	de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS;
	XI – exercer outras atividades correlatas.	XI – promover e divulgar o Estado como destino turístico no mercado nacional e internacional;
		XII – exercer outras atividades correlatas.

Nota. Recuperado dos Decretos: nº 10.497, de 19 de outubro de 2007; nº 16.713, de 10 de maio de 2016, nº 19.379; de 19 de dezembro de 2019; que aprovam o Regimento da SETUR-BA.

Segundo o Regimento vigente da Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia (SETUR-BA), o qual foi revisado e instituído por meio do Decreto nº 19.379/2019, são competências da secretaria: planejar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de turismo no âmbito do estado. As competências são descritas de forma genérica, possivelmente, porque são mais específicas nos planos, programas e projetos.

Observa-se que em 2016 foi acrescentado, e mantido em 2019, o objetivo que trata de planejamento, coordenação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas de promoção e fomento ao turismo, que não se difere do inciso I, já existente em 2007, o qual passou a ser o inciso III em 2016 e 2019 e diz respeito a essas ações referentes às políticas de turismo. No mais, a partir de 2016, foi acrescentado o inciso X, que trata da necessidade de articulação com entes públicos e privados para a realização de ações decorrentes do Plano Estratégico do Turismo da Bahia e dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Já em 2019 foi inserido o inciso XI, que define como competência da SETUR a promoção e a divulgação do estado da Bahia no Brasil e no exterior.

Cabe, ainda, demonstrar que o turismo, em âmbito estadual, também tem sido relacionado ao desenvolvimento. O inciso IV, referente à atração de recursos, financeiros e não financeiros, objetiva desenvolver o turismo no estado e o inciso VI visa a promoção de ações que fomentem o turismo como motor de desenvolvimento e gerador de riqueza, trabalho e renda. No entanto, Azevedo, Alió e Silva (2016) ressaltam que os processos de modernização no Brasil privilegiaram alguns espaços específicos, além de não ocorrerem ao mesmo tempo em todos os espaços. De acordo com os autores, a modernização tem proporcionado a manutenção das elites dominantes.

Segundo o Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021, os municípios da região turística Chapada Diamantina são categorizados da seguinte maneira: um B (2,94%); seis C (17,6%); 22 D (64,7%); e cinco E (14,7%). Já o Circuito Chapada Norte possui seis municípios classificados

como D, dois C e dois E. A seguir, é possível acompanhar as mudanças de classificação dos municípios que compõem esse circuito, com base nos Relatórios de listagem dos municípios inseridos e excluídos que se encontravam disponíveis digitalmente, a partir do Mapa do Turismo Brasileiro, decorrente do Programa de Regionalização do Turismo (Tabela 21).

Tabela 21

Classificação dos municípios do Circuito Chapada Norte, de 2013-2021

Município	2013-2016	2016-2017	2017-2019	2019-2021
Bonito	D excluído	D incluído	D mantido	D mantido
Campo Formoso	D mantido	D mantido	D mantido	D mantido
Jacobina	C mantido	C mantido	C mantido	C mantido
Miguel Calmon	D mantido	D mantido	D mantido	D mantido
Mirangaba	E incluído	E excluído	D incluído	D mantido
Ourolândia	E mantido	E mantido	Passou de E para D	D mantido
Pindobaçu	E mantido	D incluído	Passou de D para E	E mantido
Quixabeira	Não tem	E incluído	E mantido	E mantido
Senhor do Bonfim	C mantido	C mantido	C mantido	C mantido
Utinga	D excluído	Não tem	D incluído	D mantido

Nota. Adaptado de Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021) e dos Relatórios de listagem dos municípios inseridos e excluídos (2013-2016), (2016-2017), (2017-2019), do MTUR.

Com base na Portaria nº 39/2017, serão elencadas abaixo as ações passíveis de apoio pelo Ministério do Turismo. Elas devem estar em consonância com a Política Nacional de Turismo, estratificada por municípios de acordo com sua classificação no Mapa do Turismo Brasileiro (Tabela 22).

Tabela 22

Ações passíveis de apoio pelo Ministério do Turismo

Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	Municípios
I – construção, revitalização e reforma de infraestrutura urbana para adequação de espaços de interesse turístico (saneamento básico, sistemas de drenagem urbana, paisagismo, sinalização turística e praças; parques urbanos, pavimentação, execução de calçadas, passeios, iluminação pública e ciclovias/ciclofaixas, se os projetos estiverem associados a parques, praças, orlas e outros atrativos turísticos, sendo necessária a apresentação de mapa (croqui) que evidencie a associação àqueles atrativos);	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – construção e recuperação de infraestrutura de estradas e rodovias de interesse turístico;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
III – construção, revitalização e reforma de terminais rodoviários intermunicipais e interestaduais, de aeroportos, de ferrovias e estações férreas de interesse turístico;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
IV – construção, revitalização e reforma de obras de arte especiais de interesse turístico;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
V – construção, revitalização e reforma de infraestrutura de orlas e terminais fluviais, lacustres ou marítimos de interesse turístico;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
VI – construção, revitalização e reforma de edificações de uso público ou coletivo destinadas a atividades indutoras de turismo, como centros de cultura, museus, teatros, casas de memória, centros de convenções, feiras, centros de eventos, centros de apoio ao turista e centros de comercialização de produtos associados ao turismo;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
VII – construção e reforma de mirantes;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
VIII – construção, revitalização e reforma de centros de qualificação de mão de obra para os setores de gastronomia, hotelaria e turismo;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
IX – construção, revitalização e reforma de parques naturais e de exposições;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
X – construção e reforma de portais;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
XI – implantação e reforma de sinalização turística e interpretativa;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
XII – construção, revitalização e reforma de centros de comercialização de produtos associados ao turismo;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
XIII – aquisição de equipamentos necessários à funcionalidade dos objetos apoiados.	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.

Apoio à Gestão Descentralizada do Turismo	Municípios
I – sensibilização e mobilização de atores locais, com base nas diretrizes e estratégias de estruturação de destinos turísticos, nos princípios da regionalização e da organização institucional;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – formação ou fortalecimento de redes colaborativas e colegiados para suporte à gestão descentralizada do turismo em âmbitos estadual, regional ou municipal;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
III – estudos para mapeamento e adensamento de redes colaborativas de acordo com os princípios de regionalização.	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo	Municípios
I – elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de planos de desenvolvimento do turismo	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – elaboração do PDITS; e	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
III – projetos/atividades identificados no PDITS, limitados territorialmente à abrangência da área, do polo ou da região turística definidos no plano.	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
Planos e Estudos de Desenvolvimento do Turismo	Municípios
I – elaboração de Planos e Estudos de Desenvolvimento Turístico; e	Bonito, Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – revisão de Planos e Estudos de Desenvolvimento Turístico.	Bonito, Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Senhor do Bonfim, Utinga.
Promoção do Turismo no Mercado Nacional	Municípios
I – campanhas promocionais e publicitárias, desde que veiculadas em rádio, TV, jornal, revista, internet, mídia <i>OOH (mídia indoor e outdoor)</i> , além da produção das respectivas peças; e	Jacobina, Senhor do Bonfim.
II – criação e produção de materiais promocionais, tais como banners, cartazes, catálogos, mapas, folders, folhetos, guias, livros, manuais, revistas, sacolas, pôsteres, postais, conteúdos digitais, vídeos, filmes, aplicativos promocionais para mobile, sítios promocionais e criação/atualização de logomarcas promocionais.	Jacobina, Senhor do Bonfim.
Apoio à comercialização de Destinos e Produtos Turísticos	Municípios
I – realização de projetos/atividades que promovam o turismo de experiência, com vistas a estimular o processo criativo em produtos e destinos turísticos;	Jacobina, Senhor do Bonfim.
II – realização de encontros de negócio, visando ampliar os canais de distribuição e a comercialização de destinos e produtos turísticos no mercado; e	Jacobina, Senhor do Bonfim.
III – apoio à comercialização de destinos e produtos turísticos.	Jacobina, Senhor do Bonfim.
Apoio ao posicionamento de Destinos e Produtos Turísticos	Municípios
I – elaboração, revisão e atualização de planos de <i>marketing</i> ;	Jacobina, Senhor do Bonfim.
II – elaboração e realização de programas, projetos e ações voltados à inovação de produtos e destinos turísticos ou à observação e disseminação de boas práticas (<i>benchmarking</i>);	Jacobina, Senhor do Bonfim.
III – ações relacionadas a estratégias de posicionamento ou reposicionamento de produtos e destinos turísticos; e	Jacobina, Senhor do Bonfim.
IV – realização de estudos e pesquisas acerca de segmentos turísticos de oferta ou demanda.	Não se aplica

Eventos Geradores de Fluxos Turísticos	Municípios
I – até R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) por ano, não podendo exceder o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por Convênio;	Jacobina, Senhor do Bonfim.
II – até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por ano.	Bonito, Campo Formoso, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Utinga.
Fomento à Iniciativa Privada	Municípios
I – elaboração de planos de atração de Investimentos;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – realização de análises e estudos de mapeamento de oportunidades para a atração de investimentos e o fomento à iniciativa privada;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
III – realização de estudos sobre cenários, entraves e eventuais possibilidades de melhorias no ambiente legal para a atração de investimentos;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
IV – elaboração de guia voltada ao investidor, catálogos e demais materiais e instrumentos de disseminação de informações sobre oportunidades de investimento e acesso a créditos; e	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
V – realização de eventos para a atração de investimentos, bem como para a disseminação de informações sobre financiamento e modelos de negócio inovadores.	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
Cadastramento e Fiscalização de Prestadores de Serviços Turísticos	Municípios
I – cadastramento, fiscalização e demais ações voltadas aos prestadores de serviços e aos equipamentos turísticos; e	Não se aplica
II – desenvolvimento de normas que estimulem o ordenamento dos prestadores de serviços turísticos e orientem a atuação de empresas, equipamentos e profissionais do setor de turismo.	Jacobina, Senhor do Bonfim.
Qualificação para o Turismo	Municípios
I – elaboração de diagnóstico com o objetivo de identificar a demanda por qualificação para o setor;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – elaboração do Plano de Qualificação Municipal, Estadual e Distrital para o turismo;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
III – implementação de projetos/atividades de qualificação (cursos, seminários e oficinas, entre outros) destinados aos: a) trabalhadores do setor turístico; b) técnicos e tecnólogos; c) graduados e pós-graduados em turismo e áreas afins; d) estudantes, professores e pesquisadores; e) microempreendedores individuais com atuação no turismo; f) produtores locais associados ao turismo; g) gestores públicos; e	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
IV – projetos/atividades de certificação profissional e de serviços turísticos.	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
Estudos, Pesquisas e Monitoramento	Municípios
I – projetos de estudos e pesquisas aplicadas e mensuração econômica, sociocultural e ambiental do turismo ou de suas atividades características;	Jacobina, Senhor do Bonfim.
II – assistência técnica voltada ao aperfeiçoamento das atividades relacionadas ao desenvolvimento das estatísticas e análise econômica do turismo;	Jacobina, Senhor do Bonfim.

III – estruturação de sistemas estaduais e municipais de informação e estatísticas de turismo, envolvendo a identificação de indicadores necessários para mensurar o turismo visto como: a) atividade econômica relacionada a: demanda, oferta, emprego e outros indicadores complementares; b) desenvolvimento sustentável relacionado a: meio ambiente, impactos socioculturais e econômicos, impacto no território e cooperação;	Jacobina, Senhor do Bonfim.
IV – identificação de plataforma adequada para produção, armazenamento e disseminação de informações e estatísticas de turismo;	Jacobina, Senhor do Bonfim.
V – fortalecimento da articulação entre estados e municípios, de forma a ampliar a comparabilidade em nível subnacional.	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
Incentivo à Sustentabilidade no Turismo	Municípios
I – ações de sensibilização para gestores públicos e prestadores de serviços turísticos voltadas à prática e à produção sustentável;	Bonito, Campo Formoso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – ações informativas e de sensibilização de turistas para a prática e o consumo responsável do turismo; e	Jacobina, Senhor do Bonfim.
III – desenvolvimento e/ou implementação de práticas de responsabilidade ambiental, sociocultural e econômica em produtos e destinos turísticos.	Jacobina, Senhor do Bonfim.
Prevenção da Exploração Sexual e Infantil no Turismo	Municípios
I – realização de ações informativas de sensibilização para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo; e	Jacobina, Senhor do Bonfim.
II – realização e apoio a campanhas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo.	Jacobina, Senhor do Bonfim.
Produção Associada ao Turismo	Municípios
I – organização, qualidade e comercialização de produtos associados ao turismo ofertados pela comunidade local;	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
II – associativismo, cooperativismo e empreendedorismo dos atores locais na gestão econômica e empreendedora da oferta de produtos associados ao turismo em sua região; e	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.
III – estímulo a estratégias inovadoras para a inserção da produção local na cadeia produtiva do turismo como diferencial competitivo e sustentável.	Bonito, Campo Formoso, Quixabeira, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia, Pindobaçu, Senhor do Bonfim, Utinga.

Nota. Adaptada da Portaria nº 39, de 10 de março de 2017.

É perceptível que os municípios do Circuito Chapada Norte que podem ser beneficiados com a transferência de recursos para um quantitativo maior de ações são Jacobina e Senhor do Bonfim. Isso se deve ao fato de serem os mais bem classificados dessa região turística. Eles têm a possibilidade de receber recursos de todas as ações elencadas pela Portaria e diferenciam-se dos municípios classificados como A e como B no quesito eventos geradores de fluxos turísticos, pois os classificados como C podem receber até R\$ 400.000 por ano e 200.000 por convênio, enquanto os categorizados como B podem receber R\$ 500.000 por ano e 250.000 por convênio, já os enquadrados no A podem receber R\$ 800.000 e 400.000, respectivamente. Além disso, não podem receber transferências voluntárias do MTUR para a realização de evento em

comemoração ao aniversário da cidade, visto que apenas são elegíveis os municípios categorizados como A ou B.

3.3 Investimentos no turismo na Chapada Diamantina Norte

Após apresentar as legislações que dispõem sobre as transferências voluntárias de recursos e suas implicações, bem como detalhar as ações que são passíveis de apoio pelo MTUR, para cada município, de acordo com a sua classificação no Mapa do Turismo Brasileiro, apresentam-se os investimentos pelos quais o MTUR foi/é responsável por desembolsar a maior parte dos recursos.

Para expor os investimentos realizados em prol do turismo, foram solicitados dados e informações aos órgãos municipais (Jacobina e Senhor do Bonfim), regional, estadual e federal, entretanto, a única solicitação atendida foi a do MTUR, efetuada mediante a Plataforma Integrada de Ouvidoria e acesso à Informação (Fala.BR). A solicitação foi realizada pelo Fala.BR em 26/07/2021 e em 26/08/2021 foi recebida a listagem dos investimentos realizados na Chapada Diamantina, BA. No entanto, os dados e as informações sobre os objetos conveniados que receberam ou vão receber investimentos provenientes do MTUR são apenas do Departamento de Infraestrutura Turística (Anexo B), o que significa que podem ter havido outros investimentos, mas não foi possível ter acesso às informações dos objetos e aos dados dos valores.

Os investimentos no espaço que constitui o Circuito Norte da Chapada Diamantina – no período compreendido entre 2004 (criação do PRT) e 2021 (ano de solicitação de dados ao MTUR) – se deram da seguinte maneira: dois em Bonito, sete em Jacobina, quatro em Miguel Calmon, quatro em Pindobaçu, dois em Quixabeira, nove em Senhor do Bonfim¹⁹ e um em Utinga. Os investimentos listados anteriormente tiveram como concedente o MTUR, sendo todos propostos pelo próprio município beneficiado, exceto um de Miguel Calmon, que foi indicado pelo estado da Bahia²⁰ (Tabela 23).

¹⁹ O material recebido pelo MTUR (2021) sinaliza que a obra de construção de praça em Senhor do Bonfim, proposta assinada em 30/06/2020, no valor de R\$ 260.000, ainda não teve a execução iniciada. O convênio é válido até 05/05/2023, porém, a obra está com uma suspensiva.

²⁰ Ainda segundo dados do MTUR (2021), o projeto proposto pelo estado da Bahia foi a construção do acesso ao cruzeiro em Miguel Calmon. A obra está cotada em R\$ 500.000,00, cuja proposta foi assinada em 09/12/2019 e é válida até 30/09/2022. A execução ainda não foi iniciada e há uma situação complementar: a suspensiva da obra.

Tabela 2322

Investimentos realizados na Chapada Diamantina Norte

Município	Objeto	Ano orçamentário	Valor total do investimento (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)	Valor do repasso (R\$)	Valor desembolsado (R\$)	Valor desbloqueado (R\$)	Data de assinatura	Data de vigência	Situação da obra
Bonito	Construção da Praça do Brejo, no povoado de Cabeceira, município de Bonito, Bahia.	2009	200.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	181.033,39	29/12/2009	05/05/2015	Objeto concluído
Bonito	Construção de uma praça pública no povoado Guarani.	2010	200.000,00	5.000,00	195.000,00	195.000,00	181.220,98	17/12/2010	05/07/2014	Objeto concluído
Jacobina	Apoio a projetos de infraestrutura turística conforme proposta 067149/2010.	2010	102.500,00	5.000,00	97.500,00	97.499,95	86.129,44	31/12/2010	05/05/2016	Objeto concluído
Jacobina	Apoio a projetos de infraestrutura turística conforme proposta 099179/2010.	2010	530.000	42.500,00	487.500,00	243.750,00	199.725,29	31/12/2010	05/05/2017	Objeto concluído
Jacobina	Pavimentação asfáltica e drenagem: Avenida Orlando Oliveira, Praça Getúlio Vargas, Rua Senador Pedro Lago e outras.	2011	2.048, 142,20	98.142,20	1.950.000,00	1.950.000,00	1.950.000,00	30/12/2011	05/09/2014	Objeto concluído
Jacobina	Urbanização da Avenida Lomanto Júnior em Jacobina.	2011	1.015.625,00	40.625,00	975.000,00	819.097,50	818.957,76	30/12/2011	05/09/2017	Objeto concluído

Município	Objeto	Ano orçamentário	Valor total do investimento (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)	Valor do repasso (R\$)	Valor desembolsado (R\$)	Valor desbloqueado (R\$)	Data de assinatura	Data de vigência	Situação da obra
Jacobina	Implantação de infraestrutura turística.	2012	955.856,63	40.100,00	915.756,63	288.966,09	288.966,09	31/12/2012	05/09/2017	Objeto concluído
Jacobina	Preparação de sítios arqueológicos e geológicos no município de Jacobina.	2013	500.000,00	25.000,00	475.000,00	475.000,00	474.793,15	27/12/2013	05/09/2020	Objeto concluído
Jacobina	Apoio a projetos de infraestrutura turística – pavimentação de acesso à cachoeira Véu de Noiva, no distrito de Itaitu, no município de Jacobina.	2013	256.000,00	12.250,00	243.750,00	243.750,00	243.157,85	27/12/2013	05/11/2016	Obra física concluída
Miguel Calmon	Pavimentação de vias.	2004	357.000,00	7.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	05/11/2004	28/02/2007	Objeto concluído
Miguel Calmon	Construção de praça e pavimentação em paralelepípedo na estrada do Parque Estadual das Sete Passagens.	2017	515.243,44	27.743,44	487.500,00	487.500,00	481.248,07	31/10/2017	31/12/2021	Objeto concluído
Miguel Calmon	Construção de Praça no município de Miguel Calmon.	2019	290.000,00	3.500,00	286.500,00	0	0	03/12/2019	05/09/2022	Execução não iniciada
Miguel Calmon	Construção de acesso ao Alto Cruzeiro no município de Miguel Calmon.	2019	500.000,00	22.500,00	477.500,00	0	0	09/12/2019	30/09/2022	Execução não iniciada

Município	Objeto	Ano orçamentário	Valor total do investimento (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)	Valor do repasso (R\$)	Valor desembolsado (R\$)	Valor desbloqueado (R\$)	Data de assinatura	Data de vigência	Situação da obra
Pindobaçu	Construção e urbanização da entrada da cidade.	2007	103.615,03	6.115,03	97.500,00	97.500,00	97.360,77	04/12/2007	30/06/2010	Objeto concluído
Pindobaçu	Infraestrutura urbanística nas duas entradas da cidade, BA-131, no município de Pindobaçu, com obras de paisagismo.	2009	400.000,00	10.000,00	390.000,00	200.265,00	194.344,31	23/12/2009	05/09/2015	Objeto concluído
Pindobaçu	Urbanização e iluminação da Rodovia BA-131, no trecho urbano, compreendido entre a ponte do Bairro da Lage até a praça.	2010	153.562,50	7.312,50	146.250,00	65.534,63	45.433,94	14/07/2010	05/03/2017	Objeto concluído
Pindobaçu	Urbanização, iluminação, totens e portal de entrada na principal via de acesso ao distrito de Carnaíba.	2010	497.448,98	9.948,98	487.500,00	487.499,90	449.950,04	16/12/2010	05/05/2015	Objeto concluído
Quixabeira	Construção de uma praça no município de Quixabeira.	2018	273.176,19	2.700,00	270.476,19	270.476,19	269.879,14	25/06/2018	05/09/2021	Objeto concluído
Quixabeira	Revitalização da Praça da Bíblia e construção da Praça do Inês, na sede do município de Quixabeira.	2018	277.718,48	4.861,34	222.857,14	222.857,13	222.857,13	25/06/2018	05/09/2021	Objeto concluído

Município	Objeto	Ano orçamentário	Valor total do investimento (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)	Valor do repasso (R\$)	Valor desembolsado (R\$)	Valor desbloqueado (R\$)	Data de assinatura	Data de vigência	Situação da obra
Senhor do Bonfim	Reforma do auditório do Centro Cultural Ceciliano de Carvalho	2005	134.696,12	34.696,12	100.000,00	100.000,00	99.875,52	26/12/2005	02/01/2008	Objeto concluído
Senhor do Bonfim	Pavimentação em paralelos com meio fio de granito em diversas ruas	2006	105.000,00	5.000,00	100.000,00	100.000,00	99.892,85	30/06/2006	01/03/2008	Objeto concluído
Senhor do Bonfim	Melhoria das instalações do Centro Cultural Ceciliano de Carvalho	2006	126.000,00	6.000,00	120.000,00	120.000,00	119.894,13	10/07/2006	02/06/2010	Objeto concluído
Senhor do Bonfim	Reforma da Praça e reestruturação e melhoria de infraestrutura urbana de seu entorno.	2007	102.375,00	4.875,00	97.500,00	97.500,00	87.749,50	11/12/2007	11/12/2008	Objeto concluído
Senhor do Bonfim	Reforma da Praça Nova do Congresso – 1ª etapa.	2007	409.500,00	19.500,00	390.000,00	390.000,00	369.493,04	11/12/2007	11/12/2008	Objeto concluído
Senhor do Bonfim	Reestruturação e reforma da Praça Nova do Congresso e melhoria da infraestrutura do seu entorno.	2007	747.317,20	64.817,20	682.500,00	682.500,00	679.224,05	21/12/2007	28/02/2011	Objeto concluído
Senhor do Bonfim	Reforma e urbanização da Praça da Feira do Bairro das Casas	2009	271.509,45	76.509,45	195.000,00	195.000,00	183.950,33	31/12/2009	05/07/2018	Objeto concluído

	Populares – Bonfim II – e urbanização de acessos.									
Município	Objeto	Ano orçamentário	Valor total do investimento (R\$)	Valor da contrapartida (R\$)	Valor do repasse (R\$)	Valor desembolsado (R\$)	Valor desbloqueado (R\$)	Data de assinatura	Data de vigência	Situação da obra
Senhor do Bonfim	Urbanização do acesso principal ao distrito de Tijuacu com implantação de um conjunto de quiosques ou boxes, para comércio.	2009	107.383,31	9.883,31	97.500,00	97.500,00	97.500,00	31/12/2009	05/10/2012	Objeto concluído
Senhor do Bonfim	Construção de Praça no município de Senhor do Bonfim.	2020	290.000,00	2.694,00	287.306,00	0	0	30/06/2020	05/05/2023	Execução não iniciada
Utinga	Apoio a projetos de infraestrutura turística – revitalização da orla do rio Utinga – área do Sítio do Menor - 1ª etapa.	2013	1.044,642,86	20.892,86	1.023,750,00	35.524,13	22.364,84	30/12/2013	05/05/2018	Execução iniciada

Nota. Adaptada dos dados recebidos do MTUR, junto ao ofício nº 407, 2021.

Foram firmados 29 convênios com o MTUR, sendo que apenas quatro não concluíram os seus objetos. Dos quatro, dois são de Miguel Calmon, foram firmados em dezembro de 2019 e ainda não tiveram a execução iniciada nem recursos liberados, contudo, findam em setembro de 2022. Um deles é a construção de uma praça e o outro é a obra de construção de acesso ao Alto do Cruzeiro, a qual possui uma suspensiva. O terceiro convênio que não teve o seu objeto concluído foi de Senhor do Bonfim, firmado em junho de 2020. A execução não foi iniciada e ainda não houve liberação de recursos. A vigência do convênio é até maio de 2023, mas a obra está com uma suspensiva. O quarto é o de Utinga, firmado em dezembro de 2013 com término da vigência em maio de 2018, mas a obra foi apenas iniciada, sendo repassado um desembolso de mais de R\$ 35.000. Destaca-se que esse foi o único convênio firmado com o município de Utinga de 2004 até 2021.

Muitas das obras financiadas pelo MTUR são de infraestrutura básica, sobressaindo-se os investimentos para construção ou reforma de praças públicas. Os convênios se distribuíram durante os anos da seguinte maneira: um (2004), um (2005), dois (2006), quatro (2007), quatro (2009), cinco (2010), dois (2011), um (2012), três (2013), um (2017), dois (2018), dois (2019) e um (2020).

Dos dez municípios da Chapada Norte, sete firmaram convênio com o MTUR através do Departamento de Infraestrutura Turística. Os municípios que não entraram nesse rol foram: Campo Formoso, Mirangaba e Ouro-lândia. A seguir, está um consolidado com os valores acordados e os valores liberados (Tabela 24).

Tabela 23

Consolidado dos valores firmados e liberados para a Chapada Norte

Município	Valor total do investimento R\$	Valor da contrapartida R\$	Valor do repasse R\$	Valor desembolsado R\$	Valor desbloqueado R\$
Bonito	400.000,00	10.000,00	390.000,00	390.000,00	362.000,00
Jacobina	5.408.123,83	263.617,20	5.144.506,63	4.118.063,54	4.061.729,58
Miguel Calmon	1.662.243,44	60.743,44	1.601.500,00	837.500,00	831.248,07
Pindobaçu	1.154.626,51	33.376,51	1.121.250,00	850.799,53	787.089,06
Quixabeira	500.894,67	7.561,34	493.333,33	493.333,92	492.736,27
Senhor do Bonfim	2.293.781,08	223.975,08	2.069.806,00	1.782.500,00	1.737.579,42
Utinga	1.044.642,86	20.892,86	1.023.750,00	35.524,13	22.364,84

Nota. Adaptada dos dados recebidos do MTUR, junto ao ofício nº 407, 2021.

O município que recebeu mais recursos através de convênios firmados com o Departamento de Infraestrutura Turística do MTUR foi Jacobina, seguido por Senhor do Bonfim. De longe, o município que menos se beneficiou, dos que tiveram convênios firmados, da transferência voluntária de recursos foi Utinga, que perdeu cerca de um milhão de reais a serem investidos na localidade.

3.4 Elementos regulatórios do turismo no município de Jacobina, Bahia.

Neste tópico, faz-se um apanhado das legislações e normativas que regulam o turismo no município, não se limitando aos documentos expedidos pela Secretaria responsável pelo turismo em Jacobina. De acordo com Cruz (2006, p. 341), “[...] está clara a necessidade de as políticas públicas de turismo integrarem-se a outras políticas públicas setoriais, posto que a atividade do turismo não está apartada de um contexto social, econômico e político maior”.

A Prefeitura de Jacobina disponibiliza diversas leis em seu site, sendo possível filtrá-las por assunto, entretanto, ao aplicar o filtro “turismo”, aparecem 61 (do ano de 2009 ao de 2020), das quais muitas não se referem ao turismo. Sendo assim, para fazer o levantamento das legislações municipais que regem o turismo, foi necessário abrir todas elas. As que possuem uma relação mais direta com o turismo estão apresentadas a seguir (Tabela 25).

Tabela 24

Leis do município de Jacobina que regem o turismo.

Leis	Disposições	Relação com o Turismo
Lei nº 1.117, de 20 de fevereiro de 2013.	Altera a Lei 801/2006 e dá nova redação à estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Jacobina e dá outras providências.	Apresenta o turismo dentro da estrutura administrativa do município. A Diretoria de Turismo aparece alocada na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, sendo um dos órgãos colegiados dessa Secretaria o Conselho de Turismo. Apresenta também as competências de cada secretaria.
Lei nº 1.126, de 13 de março de 2013.	Autoriza a celebração de convênio com Associações sem fins lucrativos, instaladas no município de Jacobina – Bahia, e dá outras providências.	O turismo está expresso entre os objetos passíveis de serem instrumento de celebração de convênio entre o setor público e Associações sem fins lucrativos, do município de Jacobina.
Lei nº 1.257, de 25 de junho de 2014.	Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Jacobina – BA, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências.	O turismo aparece expresso em três pontos da lei. O artigo 8º trata da transversalidade da política cultural, a qual deve se conectar a outras culturas. Entre as políticas destacadas como principais, nesse contexto, estão a de turismo e a de lazer. No artigo 33, a política de turismo está expressa entre as principais políticas que se articulam com o Sistema Municipal de Cultura. Já o artigo 38 apresenta que o Conselho Municipal de Política Cultural deve ser composto por 22 membros titulares e 22 suplentes. Entre os membros elencados têm-se uma vaga destinada a um representante da Diretoria de Turismo.
Lei nº 1.259, de 25 de junho de 2014.	Determina as áreas de interesse turístico, no município de Jacobina, e dá outras providências.	São definidas as seguintes áreas como de interesse turístico: sede do município, Cachoeira do Aníbal, Lagoa de Antônio Teixeira Sobrinho, Parque da Macaqueira, Coxo, Coxo de Fora, Coxo de Dentro, Serra da Amizade, Grota da Fazendinha, Grota do Brito, Vale da Estância Bandeirantes, Vale do Ribeirão, Serra das Figuras, Vale da Cachoeira dos Alves, Cafelândia, Angico, Vale do Tapuio, Serra do Tombador, Pé de Serra, Lagoa do Timbó, Timbó, Vale do Piancó, Distrito de Itaitu, Vale do Bomsucesso, Barragem de Cachoeira Grande, Alto Alegre, Cachoeira Grande, Distrito de Caatinga do Moura, Vale da Várzea da Laje, Vale da Sapucaia e Lajes do Batata.
Lei nº 1.554, de 28 de dezembro de 2018.	Inclui no calendário de eventos e festas populares de Jacobina o “Arraiá Filhos da Terra” do distrito de Itapeipu e dá outras providências.	Essa lei define que o Arraiá Filhos, realizado pela Associação Comunitária e Assistencial de Itapeipu, da Terra é um evento cultural. Considera-se pertinente elencar, aqui, visto que os eventos culturais, desde que se enquadrem nos requisitos, são passíveis de receberem recursos do MTUR.
Lei nº 1.561, de 28 de dezembro de 2018.	Institui e inclui no calendário oficial de eventos do município o dia municipal da caminhada ecológica da Grota do Brito.	Institui o dia 2 de dezembro como o dia da caminhada ecológica da Grota do Brito, visando induzir a população a realizar práticas saudáveis, incluindo a contemplação da Serra de Jacobina, e difundir a educação ambiental, a preservação do meio ambiente e o turismo (ecoturismo e turismo étnico afro) no município.

Outras legislações (encontradas entre as 61) que não estão diretamente ligadas ao turismo, mas podem se associar, são: Lei nº 1.263/2014, que dispõe sobre Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) em âmbito municipal; Lei nº 1.909/2021, que trata da instalação de placas indicativas nas estradas vicinais do município; Lei nº 1.148/2013, que cria o Fundo do Esporte Amador, o qual visa promover o esporte e o lazer; e Lei nº 1.315/2015, que institui o evento “A Virada Esportiva de Jacobina” (constitui-se em uma maratona de atividades esportivas e de lazer que envolve o público de todas as idades), que deve ocorrer por, no mínimo, 24h seguidas, no final de semana mais próximo do aniversário da cidade. As duas últimas leis promovem a realização de eventos. Tendo em vista que o município tem buscado atrair fluxo turístico a partir de eventos (especialmente esportivos), os incentivos ao esporte por meio de um fundo e da realização de eventos têm o poder de contribuir para a dinamização do turismo no município. No mais, há regulamentações da prestação de serviços de infraestrutura, as quais indiretamente estão relacionadas ao turismo, visto que os municípios, de modo geral, precisam ter infraestrutura básica e turística para atender a população e seus visitantes. Um ponto importante a ser destacado é que, embora no *site* constem os campos para filtrar as legislações, apenas são encontradas leis, ficando outras legislações (Decretos e Portarias) fora do levantamento.

No Relatório de Atividades Turísticas de Jacobina, disponibilizado pelo MTUR (2022), as seguintes leis ligadas ao turismo são citadas: a Lei nº 1.259/2014, que dispõe sobre as áreas de interesse turístico (citada na tabela anterior); a Lei nº 1.421/2017, referente à criação do Conselho Municipal de Turismo; as Leis nº 1.560/2018 e 1.589/2019, que dispõem sobre o consumo de bebidas nas áreas de cachoeira em Itaitu e no Vale do Brito; e a Lei nº 1.667/2020, que trata do tombamento do entorno de Itaitu.

A partir do Relatório de Atividades Turísticas, que nesse ano passou a ser publicizado junto ao Mapa do Turismo Brasileiro, foi possível identificar mais algumas leis mediante pesquisa pelo número da Lei no site da Prefeitura de Jacobina (Tabela 26), as quais antes não foram encontradas pelo levantamento feito. Isso ratifica a importância de dar publicidade aos documentos produzidos pelos órgãos públicos de todas as esferas.

Tabela 25

Leis do município de Jacobina que regem o turismo (parte 2)

Leis	Dispõe	Relação com o turismo
Lei nº 1.421, de 15 de setembro de 2017.	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências.	Determina que o Conselho de Turismo deve ser composto por 15 membros e 15 suplentes, sendo sete do poder público municipal e oito envolvendo representantes da sociedade civil e do <i>trade</i> turístico.
Lei nº 1.560, de 28 de dezembro de 2018.	Estabelece regras de utilização e frequência dos lugares turísticos no Vale da Grotta do Brito.	Proíbe-se – nas cachoeiras, cursos de água, mirantes, cavernas e demais atrativos turísticos do Vale da Grotta do Brito – a prática de acampamento, atividades envolvendo o fogo, a venda e o consumo de bebidas alcólicas, o uso de sonorização, além de outros elementos danosos ao ambiente. A visitação turística às cachoeiras e locais de difícil acesso tem como horário determinado das 6h-18h. Impõe limitação ao acesso ao Vale da Grotta do Brito, com veículos motorizados. Determina que ficam responsáveis pela fiscalização: o Setor de Vigilância Sanitária Municipal, os fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Guarda Municipal.
Lei nº 1.589, de 12 de julho de 2019.	Proíbe a instalação de churrasqueiras, tenda de acampamento, reboques habitáveis ou quaisquer outros elementos similares e proíbe a venda e consumo de bebidas alcólicas nas cachoeiras do Distrito de Itaitu.	Em nome da proteção ambiental, proíbe-se a prática de acampamento e atividades envolvendo o fogo nas áreas de cachoeira. Também determina que são proibidos a venda e o consumo de bebidas alcólicas. Limita o horário de visitação às cachoeiras do distrito de Itaitu das 6h-16h. Determina que ficam responsáveis pela fiscalização: o Setor de Vigilância Sanitária Municipal, os fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Guarda Municipal. Essa lei altera a Lei nº 1.473, de 14 de março de 2018. No entanto, o texto, praticamente, se mantém o mesmo.
Lei nº 1.667, de oito de maio de 2020.	Dispõe sobre o tombamento, no âmbito do patrimônio histórico e artístico municipal, dos imóveis e suas fachadas situados no entorno da Igreja da Matriz do Distrito de Itaitu, município de Jacobina, Bahia, e dá outras providências.	Determina que todos os imóveis construídos no Centro de Itaitu, ficam tombados (delimita o raio de 150 metros partindo da Igreja Matriz). Ressalta o valor patrimonial e cultural das edificações, que possuem fachadas no estilo colonial, as quais remetem ao século XVII e XIX, e afirma que a Vila de Itaitu representa o marco inicial da constituição do município.

As leis identificadas mostram direcionamentos políticos quanto ao uso do espaço natural e construído, bem como dispõem sobre a proteção do patrimônio. Tratando-se dos espaços naturais, a limitação de horário de visitação às cachoeiras de Itaitu – permitida das 6h-16h –,

imposta pela lei vigente (Lei nº 1.589/2019), não é justificada. Embora se saiba que limitar o horário de visitaçaõ gera menos riscos de pessoas ficarem na mata à noite, compreende-se que os motivos devem estar expressos para que não passe a impressão de ser uma norma autoritária. A Lei 1.560/2018 também impõe limitação de tempo (à visitaçaõ turística), nesse caso, de 6h-18h, especificamente às cachoeiras e aos locais de difícil acesso, deixando subtendido que a restrição se dá devido à dificuldade de resgate/salvamento em caso de necessidade.

Merecem um destaque as leis que tratam da composiçaõ do Conselho de Turismo, visto que este é responsável por uma série de decisões no campo do turismo. O COMTUR foi criado há mais de duas décadas, pela Lei nº 430/1998, e atualizado pela Lei nº 1.421/2017 (vigente). Destacam-se as atualizações dos membros que possuem representatividade no Conselho Municipal de Turismo. Atualmente, a composiçaõ do Conselho se dá de acordo com a Tabela 27.

Tabela 26

Composiçaõ do Conselho de Turismo do município de Jacobina.

Representantes do COMTUR
Um membro da Secretaria Municipal de Planejamento;
Um membro da Secretaria Municipal de Finanças;
Um membro da Secretaria Municipal da Educaçaõ e Cultura;
Um membro da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
Um membro da Secretaria Municipal de Esportes;
Um membro da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jacobina-BA;
Um representante de Entidade de Ensino e Pesquisa;
Um representante de uma Associaçaõ de Meio Ambiente;
Um representante de uma Associaçaõ de Esporte;
Um representante dos Artesãos, Artistas ou Movimentos Culturais tradicionalmente reconhecidos;
Um representante de Associações de Pessoas com deficiência e/ou de defesa de direitos de Crianças, Mulheres ou Idosos;
Um representante de Grupos Religiosos
Um representante de Comunidades Tradicionais e/ou Associações Rurais;
Um representante do <i>Trade</i> Turístico;
Um representante de Entidade de Classe, Sindicatos e/ou Associações de Profissionais atuantes do setor de turismo.

Ainda que o Conselho de Turismo abarque o setor público, o setor privado e a sociedade civil organizada e que seja elogiável a inserçaõ de diferentes representações da sociedade civil, quase metade dos membros é da gestãõ pública (advindos das múltiplas secretarias e da Câmara Municipal). Há apenas um representante do *trade* turístico e um representante de entidade de classe, sindicatos ou associações de profissionais ligados ao turismo. Em relaçaõ ao representante do Ensino e Pesquisa, não fica claro qual a sua área de formaçaõ ou atuaçaõ. A limitaçaõ de participaçaõ cidadã dos diferentes prestadores de serviçõs

turísticos – muitos dos quais, obrigatoriamente, têm que estar cadastrados no CADASTUR – acarreta distanciamento entre o setor público e o setor privado no que tange às discussões públicas sobre o turismo. A problematização feita não reivindica que a maioria das cadeiras do Conselho seja ocupada por representantes do *trade* turístico, mas busca gerar inquietação sobre o papel de cada um que, atualmente, representa o turismo no município.

Na busca de criar e/ou impulsionar a inquietação dos que, porventura, lerem esta pesquisa, lançam-se alguns questionamentos quanto à ocupação das “cadeiras” do COMTUR: qual a relação dessas pessoas com o turismo? Qual a relação dessas pessoas com o território? De que forma os diferentes agentes públicos contribuem, efetivamente, para que o turismo gere desenvolvimento local e regional? As pessoas que compõem o conselho têm conhecimento empírico e/ou científico do turismo? Como constituir o COMTUR de forma a agregar as diferentes representatividades e contribuir, de fato, para que o turismo seja um meio para o desenvolvimento?

Embora no Relatório de Atividades Turísticas de Jacobina (Anexo C) conste que não há Plano Diretor Urbano que contemple o turismo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Jacobina consta expressamente o turismo. Segundo a Lei nº 788/2006, que institui o Plano Diretor do município de Jacobina, a produção do espaço urbano está condicionada à preservação do ambiente natural e um dos espaços destacados é a Área de Proteção Ambiental do Vale do Rio do Ouro, tendo em vista a sua proteção e a sua utilização para uso turístico. Logo no artigo 2º, afirma-se que esse plano visa tornar Jacobina um “ponto de apoio para atividades turísticas na Chapada Diamantina”. Esse artigo deixa nítido que o município não é colocado, no plano, como protagonista no cenário turístico da Chapada Diamantina. Ainda abrangendo o turismo, o Plano Diretor, no artigo 3º, dispõe:

Como elemento estratégico da consolidação da imagem de marca de Jacobina como a “Cidade do Ouro” e de mineração em geral, com seus museus e sítios de visitação de garimpos e de antigas minas, referências ao ciclo de ouro, o Poder Público incentivará o artesanato de ouro, seus afins e trabalhos com pedras naturais, como gerador de trabalho e de renda e atrativo para o turismo bem como visitas para fins de educação ambiental.

O capítulo 3º do Plano Diretor de Jacobina, referente às políticas públicas, em seu artigo 46, estabelece como política de desenvolvimento econômico o incentivo ao desenvolvimento do turismo ecológico. Já o inciso IV afirma ter como política o “fortalecimento do município como apoio para os investimentos turísticos na Chapada Diamantina”.

Portanto, entende-se que diversas leis e normas do município de Jacobina envolvem o turismo direta e indiretamente. No entanto, é preciso organizá-las melhor, além de ser necessário tornar acessíveis outros documentos, como Decretos e Portarias. Se as legislações e normativas que dispõem sobre o turismo, no município de Jacobina, estivessem elencadas de forma agrupada e se fossem publicizadas, dariam maior visibilidade para tais documentos e promoveriam a transparência pública. Isso facilita o acesso às pessoas interessadas – as quais podem ser da própria comunidade, ter interesses atrelados a pesquisas científicas ou de mercado ou ser investidores interessados no setor de turismo na localidade ou região.

Embora ter acesso a dados e informações de investimentos públicos realizados em prol do turismo tenha sido um processo dificultoso, a solicitação feita ao MTUR pelo Fala.BR e a consulta a diversos documentos possibilitaram que fossem identificados investimentos em ações que influenciam o turismo. Conforme apresentado no tópico anterior, junto aos investimentos da Chapada Norte, o município de Jacobina firmou sete convênios com o Departamento de Infraestrutura Turística do MTUR, de modo que a angariação de recursos federais pelo município foi consideravelmente maior do que todos os outros individualmente, posto que a soma do valor desbloqueado para Jacobina é apenas cerca de R\$ 200.000 a menos do que para toda a Chapada Norte.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo – AGB Peixe Vivo (2016) demonstraram ter conhecimento de três convênios firmados com o MTUR. Afirmaram que foram liberados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Ministério do Turismo R\$ 1.950.000, tendo, em contrapartida R\$ 98.142,20, para a pavimentação e drenagem na Avenida Orlando Oliveira, na Praça Getúlio Vargas, na Rua Senador Pedro Lago, na Rua Caixeiro Viajante, na Praça Castro Alves, na Praça Rio Branco, na Rua Manoel Novais e na Rua Antônio Muniz. Esse convênio se iniciou em 2011 e finalizou em 2014, já tendo a prestação de contas aprovada.

A CEF e o MTUR também liberaram recursos para a I e II Etapa da Urbanização da Orla Beira Rio. O início dos convênios se deu em 2010 e a finalização em 2016, mas no documento aparece como em execução (já que a publicação do documento que apresenta tais dados foi em 2016). Salienta-se que todas as obras conveniadas com o MTUR (Departamento de Infraestrutura Turística) se encontram finalizadas. O valor conveniado para a I etapa foi de R\$ 487.500 e para a II foi de R\$ 97.500. É pertinente citar que o CBHSF e a AGB Peixe Vivo

sabiam das obras, o que mostra que de alguma forma conheciam os valores investidos no turismo pelo órgão federal de turismo com a contrapartida local. Os valores e datas condizem com as informações recebidas do MTUR e apresentadas na Tabela 23.

De acordo com o Diário Oficial de Jacobina, Bahia, publicado em 20 de junho de 2014, foi homologada a contratação de uma empresa para realizar a 1ª etapa dos serviços de implantação e sinalização turística do município, no valor de R\$ 302.790,50, conforme Figura 7.

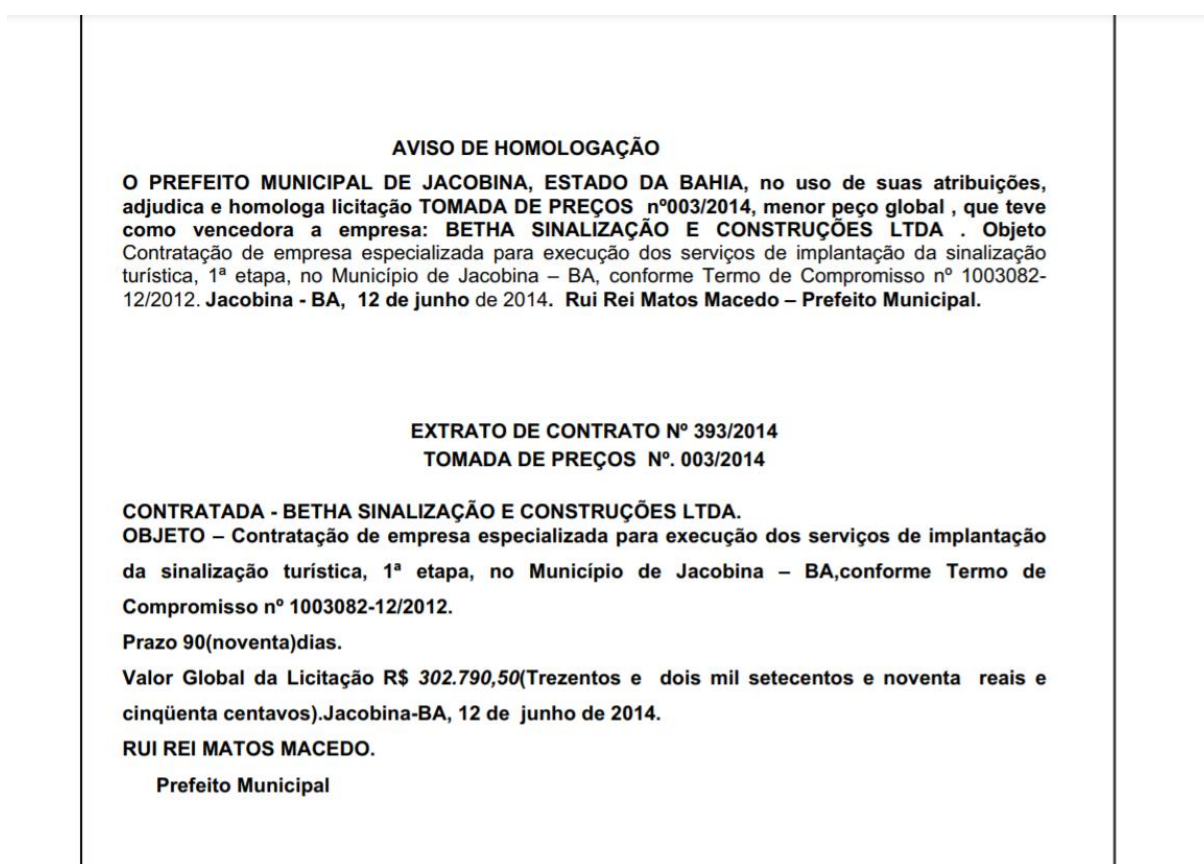


Figura 7. Aviso de homologação da contratação de empresa para implantação de sinalização turística de Jacobina.

Fonte: Prefeitura Municipal de Jacobina. *Diário Oficial do Município*, 3- ano IX – Nº 902.

Embora seja apresentada a homologação, por parte da prefeitura, da contratação da empresa para implantar a sinalização turística em Jacobina, acredita-se que, assim como os outros investimentos citados anteriormente, a maior parte dos recursos tenha proveniência federal. Alguns convênios não especificam o objeto, apenas o descrevem de forma genérica como implantação de infraestrutura turística ou apoio a projetos de infraestrutura turística.

Em 24 de setembro de 2021, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia o aviso, por parte da Secretaria de Infraestrutura da Bahia (SEINFRA), de licitação por tomada de preço da obra de recuperação da pista de pouso do aeródromo de Jacobina. A licitação foi a de nº 037/2021 e teve como empresa habilitada em 1º lugar a Atlântico Engenharia Ltda, com o custo da obra estipulado no montante de R\$ 2.906.514,02, conforme a Figura 8.

27/10/2021 09:39

SEI/GOVBA - 00037721636 - Relatório



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Secretaria de Infraestrutura

RELATÓRIO FINAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 037-2021

A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 019/2020 de 07/08/2020, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, edição do dia 08/08/2020, reuniu-se para analisar e elaborar o presente Relatório Final de Licitação da TOMADA DE PREÇOS nº 037/2021, autorizada pelo Processo nº 024.2057.2021.0005534-67, tendo por objeto a Recuperação da pista de pouso do aeródromo de Jacobina, havendo por relatar o que segue:

1. DO AVISO DA LICITAÇÃO

Preliminarmente, cumpre salientar, que o aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado e Jornal de Grande Circulação na data de 24/09/2021, com sessão de abertura marcada para 14h:30min do dia 18/10/2021, DOC SEI 00036442677.

2. DAS DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS

Entre as datas da publicação do aviso de licitação e a sessão de abertura das propostas houve questionamentos, respondidos conforme as exigências do Item 15, PREÂMBULO, do Instrumento Convocatório DOC SEI 00037379768.

3. DA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO / DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E RESULTADO

Iniciada a sessão para o recebimento dos envelopes A - PROPOSTAS DE PREÇO E B - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, foi constatada a participação de uma única licitante, DOC SEI 00037385455:

1. Atlântico Engenharia Ltda.

Assim, após abertura e análise das Propostas de Preços, resultou a seguinte Fase Final de Classificação:

EMPRESA	KAPA	CLASSIFICAÇÃO
Atlântico Engenharia Ltda	1,00	1º lugar

Dando prosseguimento ao certame, foi realizada a abertura do Envelope B - Documentos de Habilitação da única empresa classificada do certame. Assim, da análise da Documentação de Habilitação, foi publicado no D.O.E. do dia 21/10/2021 o seguinte resultado DOC SEI 00037558488:

EMPRESA	CLASSIFICAÇÃO	FASE DE HABILITAÇÃO
Atlântico Engenharia Ltda	1º lugar	Habilitada

4. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, propõe esta Comissão Permanente de Licitação, que seja adjudicada à licitante a **Atlântico Engenharia Ltda** execução em 90 (noventa) dias corridos, do serviço objeto da **LICITAÇÃO-TOMADA DE PREÇOS nº 037/2021**, com a proposta de multiplicador único "K" igual a **1,00 (um vírgula zero zero)**, aplicado linearmente sobre os preços unitários do orçamento estimado em planilhas desta SEINFRA/SIT, DOC SEI 00035095593, correspondendo ao valor total de **R\$ 2.906.514,02 (dois milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e quatorze reais e dois centavos)**.

À deliberação da autoridade superior, S.M.J.

Figura 8. Relatório final da licitação 037/2021.

Fonte: SEINFRA, BA.

O governo da Bahia afirma que a obra de requalificação da pista de pouso favorece a chegada de novos negócios no município e que Jacobina tem a mineração, o turismo e o comércio e serviços como principais atividades econômicas²¹. Mais uma vez, o turismo é reduzido a uma atividade econômica, o que é recorrente tanto dentro como fora dos órgãos de turismo. Embora essa obra seja apresentada, salienta-se que se trata de um investimento voltado muito mais para outros negócios do que para o turismo, visto que não há voos regulares para Jacobina, sendo apenas possível chegar ao município de forma aérea, através de aeronaves particulares ou fretadas. No mais, o aeródromo é utilizado para a retirada do ouro de Jacobina.

Esse é um exemplo nítido da expansão do mercado global, financiado por investimentos públicos. De acordo com Santos (2008), os territórios são compartimentados e, entre as velocidades distintas, os atores procuram influenciar os demais para dotar o espaço com as infraestruturas necessárias para que a atividade desempenhada pelos primeiros tenha fluidez. As verticalidades são geradas também pela criação desses espaços de fluidez. O espaço de fluxos baseia-se no tempo das empresas hegemônicas que se instalam no território. Tal espaço tende a ordenar o espaço total com facilidade, já que é posicionado em sobreposição.

Embora se tenha ciência de que diversos outros aportes financeiros possam ter sido realizados em prol do turismo em Jacobina, considera-se que o panorama de investimentos apresentado contribui para elucidar sobre obras que são realizadas com recursos do turismo ou associadas ao desenvolvimento do turismo, de modo que muitas vezes as pessoas nem sabem. Ratifica-se que conseguir esses dados é um processo difícil, visto que muitas vezes os gestores que estão à frente do turismo não fazem um controle do que é realizado em sua gestão ou mesmo porque não têm conhecimento de investimentos realizados em outras gestões.

3.5 Elementos regulatórios do turismo no município de Senhor do Bonfim, Bahia.

Neste tópico, faz-se um apanhado das leis que versam sobre o turismo em Senhor do Bonfim. Assim como em Jacobina, elas são emitidas por diferentes órgãos municipais. Tendo em vista que o Portal da Transparência do município de Senhor do Bonfim oferece opções de consulta mediante filtro, mas não tem a opção turismo, foi necessário consultar todas as leis disponíveis no *site*, somando o total de 1.133. As leis que possuem uma relação mais direta com o turismo estão elencadas na Tabela 28.

²¹ Governo da Bahia. *Pista de pouso e decolagem do aeródromo de Jacobina passará por recuperação*. Recuperado de: <https://www.bahia.ba.gov.br/2021/09/noticias/infraestrutura/pista-de-pouso-e-decolagem-do-aerodromo-de-jacobina-passara-por-recuperacao/>

Tabela 27

Leis do município de Senhor do Bonfim, que regem o turismo.

Leis	Dispõe	Relação com o turismo
Lei Orgânica do município de Senhor do Bonfim, de 05 de abril de 1990.	-	No artigo 12, define que é de competência comum do município, estado e da União a promoção e o incentivo ao turismo como vetor de desenvolvimento social e econômico. O art. 152 define que o município deve contribuir para melhoria de vida e aumento do bem-estar da população. Entre as diversas formas indicadas para que isso aconteça, aparecem, explicitamente, a promoção e o incentivo ao turismo. Já o art. 207 define que as ações culturais devem estar integradas a outras áreas, como: educação, turismo, meio ambiente, entre outras, devendo considerar as características culturais do município.
Lei nº 661, de 03 de agosto de 1992.	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1993 e dá outras providências.	Entre as prioridades a serem observadas na criação do orçamento, consta o eixo: Indústria, Comércio e Turismo. Define que as atividades turísticas devem ser apoiadas e fomentadas, e o patrimônio paisagístico e cultural do município deve ser valorizado.
Lei nº 681, de 28 de junho de 1993.	Dispõe sobre o Plano Plurianual que vigorará de 1994 a 1997 e dá outras providências.	O Plano Plurianual 1994-1997 já previa a realização do programa de difusão cultural (através da realização de eventos festivos) e do programa de promoção do turismo (prevendo a criação do mercado modelo).
Lei nº 682, de 28 de junho de 1993.	Dispõe sobre diretrizes orçamentárias para o exercício de 1994 e dá outras providências.	Consta o programa de nº 11.65.363-13 de promoção do turismo. O orçamento previu a construção de um Mercado Modelo, visando promover e divulgar os produtos artesanais regionais. Além disso, como programa de difusão cultural, consta a realização de eventos, como: festas juninas, aniversário da cidade e festas populares e religiosas.
Lei nº 710, de 10 de dezembro de 1994.	Estima a receita e fixa a despesa do município de Senhor do Bonfim – Bahia, e dá outras providências.	Determina que o orçamento municipal para o ano de 1995 é de 21.885.000 reais e fixa as despesas no mesmo valor. Entre as despesas listadas constam diferentes ações a serem realizadas em prol do turismo.

Lei 716, de 07 de junho de 1995.	Dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996 e dá outras providências.	Como programa da Indústria, Comércio e Turismo, consta o de promoção do Turismo. O orçamento repete a previsão de construção de um Mercado Modelo. Repete a previsão do programa de difusão cultural, através da realização de festas juninas, aniversário da cidade e festas populares e religiosas.
Lei nº 865, de 28 de dezembro de 2001.	Dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e dá outras providências.	Define que constitui fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação de serviços, por pessoa física ou jurídica, de agenciamento, cumprimento de programas de turismo, passeios, guias de turismo e correlatos. Também dispõe que áreas de recreação ou lazer, mesmo que localizadas em áreas de expansão urbana ou em sítios ou chácaras, são consideradas dentro da zona urbana para fins de incidência do ISS.
Lei nº 956, de 17 de junho de 2005.	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.	A dinamização do turismo e do ecoturismo, nesse documento, aparece entre os objetivos prioritários, que deveriam ter alocação de recursos no município de Senhor do Bonfim.
Lei nº 1.443, de 26 de dezembro de 2017.	Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 1.341, de 29 de dezembro de 2014 (Código Tributário e de Rendas de Senhor do Bonfim.	Essa é a versão atualizada do Código Tributário, mas existem várias versões anteriores. Dispõe sobre a cobrança de tributos no município. Especifica os prestadores de serviços turísticos, pessoas físicas e jurídicas, bem como a classe fiscal de cada tipo de serviço.
Lei nº 1.503, de 29 de outubro de 2019.	Dispõe sobre a instituição no Calendário Oficial do Município de Senhor do Bonfim do Fim de Semana de Encontro de Motociclistas e dá outras providências.	Define que, anualmente, no primeiro fim de semana de dezembro, comemora-se o Fim de Semana de Encontro de Motociclistas. É facultada ao município a realização de um evento, juntamente com a Associação de Motociclistas Lobos Solitários e ao Moto Clube Dragões do Asfalto.
Lei nº 1.506, de 12 de novembro de 2019.	Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.	Cria o Conselho de Turismo do município de Senhor do Bonfim e determina que deve ser composto por 12 membros titulares e 12 suplentes.
Lei nº 1.508, de 29 de novembro de 2019.	Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR e dá outras providências.	Institui o Fundo Municipal de Turismo e aponta uma variedade de verbas – recursos provenientes de cessão de espaços públicos, cobranças de ingressos, dotações orçamentárias, doações, convênios

		celebrados para fomentar o turismo, recursos de aplicações financeiras, recursos provenientes da participação em filmes e vídeos de cunho turístico – a serem utilizadas exclusivamente no turismo.
Lei nº 1.535, de 17 de julho de 2020.	Dispõe sobre o novo Sistema Municipal de Cultura de Senhor do Bonfim e dá outras providências.	Esta lei reafirma a transversalidade da cultura e define que a política cultural deve interagir com políticas de outras áreas. Dentre as áreas especificadas como prioritárias, destacam-se aqui o esporte, o lazer e o turismo.
Lei nº 1.594, de 05 de setembro de 2021.	Institui a Semana Municipal do Ciclismo de Senhor do Bonfim do Estado da Bahia, entre os dias 15 e 22 de agosto, no Calendário Oficial de Eventos do Município, e dá outras providências.	Institui a Semana Municipal do Ciclismo de Senhor do Bonfim, anualmente entre 15 e 22 de agosto. Visa incentivar a população à prática do ciclismo e à interação com ciclistas do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru. Determina que cabe ao município de Senhor do Bonfim a organização do espaço para a realização do Ciclo Turismo, de forma a valorizar a cultura local e o esporte. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes consta como órgão que pode apoiar a realização do evento.
Lei 1.615, de 16 de dezembro de 2021.	Autoriza o Município a outorgar a particular, em caráter oneroso, a exploração de bem público, espaço do São João, situado no Parque da Cidade, Bairro Maristas, sede de Senhor do Bonfim-BA, para realização de festas de São João e dá outras providências.	Institui que, através de concorrência pública, particulares poderão ter a concessão do espaço para realização de São João, no Parque da Cidade. No entanto, a população deve ter livre acesso (de forma gratuita) aos festejos, com exceção dos camarotes e áreas correlatas.

Diversos eventos estão instituídos mediante lei municipal, os quais, a depender da forma que forem organizados, têm a capacidade de atrair também fluxo turístico. A Lei nº 1.227/2011 institui a Semana Municipal da Capoeira, a ser realizada, anualmente, entre os dias 1º e 7 de agosto. A Lei nº 1.440/2017 institui a Semana Municipal de Artes Marciais, que passa a fazer parte do calendário de eventos municipal e deve ser comemorada na última semana de setembro (define que deve ser realizada uma série de eventos para discutir a atuação profissional nas Artes Marciais). A Lei nº 1.577/2021 insere no Calendário de Eventos do município a Feira do Umbu da Agricultura Familiar do Território Piemonte Norte do Itapicuru, a qual deve ocorrer

em março em Senhor do Bonfim. A Lei nº 1.583/2021 institui a Semana Cultural de Bandas e Fanfarras do município de Senhor do Bonfim.

Há, ainda, outras legislações que influenciam, direta ou indiretamente, o turismo. Sobre patrimônio, a Lei nº 1.044/2007 versa a respeito da proteção do patrimônio cultural, histórico e artístico no município de Senhor do Bonfim. A Lei nº 1.410/2017 institui a data 24 de maio como o dia do patrimônio municipal (faz menção ao patrimônio material e imaterial). Sobre meios de transportes, a Lei nº 1.504/2007 estabelece a concessão de meia-passagem para pessoas que tenham entre 60 e 65 anos, no transporte coletivo urbano e semiurbano. A Lei nº 1.209/2011 define que das 18h às 8h os taxistas e mototaxistas estão autorizados a exigir identificação dos passageiros. Ademais, cabe, ainda, observar as legislações que versam sobre a ocupação do espaço urbano e o meio ambiente natural. Destaca-se que muitas associações são consideradas como de utilidade pública para o município de Senhor do Bonfim.

A Lei nº 1.506/2019 define que o COMTUR é constituído, de forma paritária, por membros do governo, da sociedade civil organizada e “representantes de usuários do setor de turismo”. No entanto, há inconsistências, visto que representantes dos empreendimentos turísticos nem sempre representam os usuários de serviços turísticos. O COMTUR é composto por seis membros do poder público, apenas dois do *trade* turístico, um representante dos artesãos, dois do comércio e um dos músicos e intérpretes (Tabela 29).

Tabela 28

Composição do Conselho de Turismo do município de Senhor do Bonfim.

Representantes do COMTUR
Um representante do Gabinete do Prefeito
Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esporte;
Um representante da Secretaria de Cultura;
Um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente;
Um representante da Secretaria Municipal de Administração;
Um representante da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;
Um representante do setor hoteleiro;
Um representante do setor gastronômico e de bares;
Um representante da classe de artesãos;
Um representante da classe de músicos e intérpretes;
Um representante dos comerciantes;
Um representante dos comerciantes.

Do *trade* turístico, consta uma cadeira específica para o setor de Alimentos & Bebidas e outra para um representante dos Meios de Hospedagem. Dessa forma, diversos outros prestadores de serviços turísticos – inclusive os que obrigatoriamente devem estar cadastrados no CADASTUR – não possuem representatividade. Além de diversos prestadores de serviços

turísticos não poderem disputar uma cadeira no COMTUR, não há vagas específicas para associações ou instituições de ensino (que possam contribuir tecnicamente com as discussões sobre turismo), em contrapartida, há três vagas direcionadas às pessoas do comércio em geral. Essa formação do COMTUR aponta que o interesse da Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Esportes se concentra no comércio.

Segundo a lei de criação do COMTUR, os membros da gestão pública do Conselho de Turismo – titulares e suplentes –, serão indicados pelo prefeito, já os demais membros serão indicados pelos seus respectivos segmentos e escolhidos por maioria simples em assembleia de classe, quando for o caso. O processo de escolha do COMTUR não parece ser democrático, já que concentra na mão do prefeito a escolha de metade dos membros do conselho. Além disso, a lei deixa dúvidas quanto à publicidade que é dada ao processo de escolha dos membros, já que apenas afirma que há indicação dos membros e votação, em assembleia de cada classe, quando necessário.

De acordo com Cruz (2006), há diferentes formas de conduzir o processo de planejamento. Desse modo, pode ser realizado de maneira autoritária, refletindo pouco comprometimento com as questões sociais, ou pode ser participativo, possibilitando a atuação ativa das pessoas que possuem relação direta ou indireta com o objeto planejado.

No caso de Senhor do Bonfim, embora o turismo apareça nas leis municipais desde a década de 1990, há um descaso com as políticas de turismo impulsionado por ele estar dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes. A falta de compromisso com o turismo local pode ser indicada mediante variados pontos, a saber: 1) o gestor que se encontra responsável pelo turismo não possui formação na área; 2) segundo o gestor, as reuniões não estavam ocorrendo, pois, devido ao desconhecimento da existência do conselho, apenas ocorreram duas, uma para apresentar o COMTUR, em setembro de 2021, e uma em janeiro de 2022, para cumprir exigências e manter Senhor do Bonfim no Mapa do Turismo Brasileiro; 3) a participação em discussões regionais é limitada, visto que afirmou ter participado de uma única reunião – com o gestor regional da Chapada Diamantina e com os membros da Câmara Técnica da Chapada Norte – para discutir a atualização do Mapa do Turismo; 4) há desconhecimento dos eixos do Programa de Regionalização do Turismo; 4) em âmbito local, não foram discutidas, especificamente, com o setor de turismo ações para minimizar os impactos decorrentes da crise do coronavírus e/ou planejar a retomada do turismo, havendo reuniões com o comércio em geral; 5) embora tenha sido realizada a solicitação de

documentos que regem ou que demonstrem investimentos no turismo, o único documento recebido foi o Decreto nº 356/2021, que versa sobre os membros que compõem o Conselho de Turismo.

Apesar de não terem sido recebidas as normativas que impactam, direta ou indiretamente, no turismo, foi possível realizar esse levantamento através da consulta exaustiva no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Senhor do Bonfim. O filtro das 1.133 leis foi feito por etapas: a partir do título, descartavam-se as que não apresentavam ter relação com o turismo, já as que mais se aproximavam (envolvendo cultura, eventos, meio ambiente e tributos) iam sendo abertas e identificava-se se realmente versavam ou não sobre o turismo. No entanto, muitas leis foram abertas porque a descrição apenas indicava que alterava outra lei, mas não continha o teor.

Em meio às leis levantadas, identificou-se o Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 do município de Senhor do Bonfim, que contempla o turismo no eixo “Desenvolvimento Econômico e Sustentável”, conforme Figura 9.

Eixo => DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL		
PRIORIDADE/PROGRAMA	OBJETIVO	META
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	DINAMIZAR E EXPANDIR A ECONOMIA RURAL, BUSCANDO O AUMENTO DA OFERTA DE ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS, INCORPORANDO AO PROCESSO PRODUTIVO, AS TERRAS CONCENTRADAS E INEXPLORADAS	AMPLIAR A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO
TURISMO SUSTENTÁVEL	PROMOVER A RETOMADA DO TURISMO SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POSSIBILITANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA O MUNICÍPIO ATENTANDO PARA O SOCIAL, ECONÔMICO E O AMBIENTAL	AMPLIAR O TURISMO SUSTENTÁVEL
BONFIM DE CARA NOVA	REALIZAÇÃO DE OBRAS VISANDO A RECUPERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO BEM COMO A REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL.	REQUALIFICAR A INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL
BONFIM DE CARA NOVA	PROMOVER A PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL	CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE DESENVOLVER ATITUDES SUSTENTÁVEIS
FORMALIZAÇÃO, EMPREGO E RENDA PARA TODOS	FOMENTAR A INCLUSÃO PRODUTIVA E SOCIAL NO MUNDO DO TRABALHO	AUMENTAR O NÚMERO DE EMPRESAS MICROEMPREENDEDORAS INDIVIDUAIS MEIS NO MUNICÍPIO.
BONFIM MAIS FORTE: INDÚSTRIA E COMÉRCIO	PROPICIAR AMBIENTE MAIS ATRATIVO, CRIANDO OPORTUNIDADES QUE FAVORECERÃO À ATRAÇÃO DE CAPITAL EXTERNO CONSECUTIVAMENTE ATRAINDO EMPRESAS A SE INSTALAREM E PERMANECEREM NO MUNICÍPIO.	PROPICIAR AMBIENTE MAIS ATRATIVO, CRIANDO OPORTUNIDADES QUE FAVORECERÃO À ATRAÇÃO DE CAPITAL EXTERNO CONSECUTIVAMENTE ATRAINDO EMPRESAS A SE INSTALAREM E PERMANECEREM NO MUNICÍPIO.

Figura 9. Eixo do PPA 2022-2025, de Senhor do Bonfim.

Fonte: PPA, 2022-2025, do município de Senhor do Bonfim

Mais uma vez, nota-se a retórica do turismo sustentável e gerador de empregos, presente nas políticas de turismo de todos os âmbitos governamentais. A ampliação do turismo sustentável é expressa como meta, apesar de não ser, visto que não estipula quanto de aumento a gestão pública busca atingir. Ademais, o município não possui pesquisas de demanda turística,

não tem a validação do fluxo turístico, nem conhece o perfil do turista que visita o município, então, como saberá se o fluxo aumentou?

O Programa Turismo Sustentável está orçado em R\$ 4.431.522,00 e traz em seu discurso a retomada do turismo, além da retórica do turismo sustentável e do turismo como gerador de renda. Apresenta como meta a ampliação do turismo sustentável e traz como indicador o quantitativo de visitantes na cidade (Figura 10).

Eixo	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL			
Diretriz	FORTALECER O TURISMO DE FORMA SUSTENTÁVEL COMO VETOR ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO VALORIZANDO AS VOCAÇÕES DO MUNICÍPIO.			
Área	TURISMO			
Programa	TURISMO SUSTENTÁVEL			
Órgão Responsável	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E ESPORTE			
Despesa Corrente	R\$4.431.522,00			
Despesa de Capital	R\$3.825.010,00			

OBJETIVOS	PROMOVER A RETOMADA DO TURISMO SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POSSIBILITANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA PARA O MUNICÍPIO ATENTANDO PARA O SOCIAL , ECONÔMICO E O AMBIENTAL			
-----------	--	--	--	--

METAS				
Descrição da Meta	AMPLIAR O TURISMO SUSTENTÁVEL			

INDICADORES	Un Med	Data Referência	Índice Referência	Índice Esperado
VISITANTES NA CIDADE	PERCENTUAL	2020	0%	50%

Figura 10. Programa Turismo Sustentável, objetivos e meta.

Fonte: PPA, 2022-2025, do município de Senhor do Bonfim.

Esse ponto possibilita distintas críticas: 1) não é uma meta, já que não estipula o valor a ser atingido; 2) o crescimento no quantitativo de visitantes não significa a ampliação do turismo sustentável; 3) é indicado um índice de 50%, mas em relação a que número? Para estipular o aumento no fluxo turístico em um determinado percentual, é necessário conhecer o fluxo já existente.

O programa é composto por ações orçamentárias e não orçamentárias. A seguir, são apresentadas duas ações orçamentárias: uma sobre a oferta de qualificação e outra sobre a realização de obras para a melhoria e a ampliação de infraestrutura turística (Figura 11).

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
Ação	PROMOÇÃO DE CURSO DE QUALIFICAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO		
Descrição da Ação	OFERTAR CURSOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		
Produto	QUALIFICAÇÃO OFERTADA		
Localização			
Unid Medida	Qtde	Localizador	
PERCENTUAL	100	MUNICÍPIO	
Ação	MELHORIA E EXPANSÃO DA ESTRUTURA TURÍSTICA		
Descrição da Ação	ADEQUAR E EXPANDIR A INFRAESTRUTURA FÍSICA COM A CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, ADAPTAÇÃO, RECUPERAÇÃO E REFORMAS DA ESTRUTURA TURÍSTICA, CONFORME AS PROJEÇÕES DE DEMANDA.		
Produto	OBRA REALIZADA		
Localização			
Unid Medida	Qtde	Localizador	
UNIDADE	3	MUNICÍPIO	

Figura 11. Ações orçamentárias do Programa Turismo.

Fonte: PPA, 2022-2025, do município de Senhor do Bonfim.

A oferta de cursos na área do turismo é uma ação relevante para as pessoas que atuam ou pretendem atuar no setor, posto que o gestor que está à frente do turismo local afirmou que a Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Esportes promoveu diversos cursos em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), direcionados para o comércio e para as pequenas empresas, mas não voltados para o setor de turismo. As ações como estão descritas no PPA não possibilitam a fiscalização pelos interessados, visto que não deixam claro quem são as pessoas que receberão a qualificação nem quais são as obras que serão realizadas para melhorar e ampliar a infraestrutura turística. Ademais, “conforme as projeções de demanda” é uma definição muito vaga. Demanda de quem? Dos gestores públicos? Do *trade* turístico? Da população civil?

A seguir, estão descritas mais três ações do Programa Turismo: duas orçamentárias e uma não orçamentária (Figura 12).

Ação	MAPEAMENTO E SINALIZAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS		
Descrição da Ação	DESENVOLVER A ROTA DO TURISMO ECOLÓGICO E PROMOVER O GEOREFERENCIAMENTO DE TRILHAS, NASCENTES E CACHOEIRAS DO MUNICÍPIO PARA A IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS ROTAS PARA O TURISMO ECOLÓGICO, ALÉM DA IDENTIFICAÇÃO DOS PONTOS TURÍSTICOS		
Produto	DESTINOS MAPEADOS		
Localização			
Unid Medida		Qtd	Localizador
UNIDADE		2	MUNICÍPIO

Ação	IMPLANTAÇÃO DO MERCADO TURÍSTICO		
Descrição da Ação	EXPANDIR A INFRAESTRUTURA TURISTICA COM A CONSTRUÇÃO DO MERCADO TURÍSTICO, CONFORME AS PROJEÇÕES DE DEMANDA E O PADRÃO DE FUNCIONAMENTO.		
Produto	OBRA REALIZADA		
Localização			
Unid Medida		Qtd	Localizador
UNIDADE		1	MUNICÍPIO

AÇÕES NÃO ORÇAMENTÁRIAS	
Ação	Produto
IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE ARTESANATO MINERAL	ESCOLA DE ARTESANATO IMPLANTADA

Figura 12. Ações orçamentárias e não orçamentárias do Programa Turismo.

Fonte: PPA, 2022-2025, do município de Senhor do Bonfim.

A ação de mapeamento dos elementos naturais é de suma importância para conhecer as potencialidades e os atrativos turísticos. A sinalização é fundamental para que os visitantes e os turistas saibam que se trata de um local de visitação turística do município. Entretanto, não é possível saber quais locais a gestão pública pretende mapear, já que apenas cita que são dois. Além disso, indica que a gestão pública não possui um diagnóstico turístico do município.

A outra ação trata da realização da obra de construção de um mercado turístico, cabendo trazer as discussões apresentadas na Tabela 28, que apresenta as leis que regem o turismo no município. A Lei nº 681/1993, que apresenta o PPA 1994-1997, já indicava a construção de um mercado voltado para a comercialização de produtos artesanais da região, denominado Mercado Modelo, o qual apareceu na Lei nº 682/1993, que dispôs sobre o orçamento de 1994, e na Lei nº 716/1995, que dispôs sobre o orçamento de 1996. No entanto, pelo que se sabe, essa construção nunca aconteceu.

Já a ação não orçamentária é a implantação de uma escola de artesanato mineral. Outra ação de cunho não orçamentário – apresentada na área de cultura – dispõe sobre a estruturação da cidade para receber turistas no São João e define como produto o turista atendido. Isso levanta questionamentos como: como saber se o turista se sentiu atendido adequadamente? Vão realizar pesquisa de demanda turística no São João?

Em relação aos investimentos realizados em Senhor do Bonfim, apenas foram identificados os convênios efetivados com o MTUR através do Departamento de Infraestrutura Turística. Foram realizados nove convênios, de modo que oito deles já tiveram o objeto concluído. O que não teve o objeto concluído foi firmado em junho de 2020 e tem validade até maio de 2023, mas a execução ainda não foi iniciada e a obra está com uma suspensiva. Senhor do Bonfim é o segundo município da Chapada Norte a receber mais recursos financeiros provenientes do MTUR, ficando atrás apenas de Jacobina.

Desse modo, a compilação dessas legislações contribui com o acesso à informação quanto às normativas municipais que dispõem sobre o turismo. O agrupamento das normativas de turismo num *site* possibilitaria que gestores, pesquisadores, investidores e demais interessados tivessem maior facilidade de conhecer as disposições legais. Ademais, os investimentos apresentados – mesmo que limitados aos convênios feitos com o MTUR – apresentam dados (valores) e informações (objetos) que contribuem para a ampliação da transparência.

4 A Chapada Diamantina Norte: contextualização turística nos municípios Jacobina e Senhor do Bonfim

Neste capítulo, é realizada uma breve contextualização da região turística Chapada Diamantina. De forma mais detalhada, faz-se uma caracterização dos municípios Jacobina e Senhor do Bonfim. No capítulo um, foram expostos indicadores econômicos e sociais. No capítulo dois, foram apresentadas diversas legislações do turismo e correlatas e discutida a relação dos municípios com o PRT. Nele, encontra-se um panorama geral da região e a subdivisão em circuitos, bem como o quantitativo de prestadores de serviços turísticos (estratificado por serviços), os serviços correlacionados ao turismo e as potencialidades e atrativos de Jacobina e de Senhor do Bonfim. Além disso, neste capítulo, são analisadas discussões decorrentes da pesquisa de campo (incluindo as entrevistas) realizada em Jacobina e em Senhor do Bonfim.

Segundo o Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021), a região turística Chapada Diamantina, localizada na Bahia, é composta por 34 municípios, categorizados conforme a Tabela 30. O referido quadro apresenta os municípios e os respectivos circuitos aos quais pertencem, conforme subdivisão estadual²².

²² Bahia Turismo. (2019). *Chapada Diamantina. Municípios*. Recuperado de: <http://www.bahia.com.br/chapada-diamantina-2/>

Tabela 29

Região Turística Chapada Diamantina

Municípios	Categoria	Circuito
Bonito	D	Circuito da Chapada Norte
Campo Formoso	D	
Jacobina	C	
Quixabeira	E	
Miguel Calmon	D	
Mirangaba	D	
Ouroândia	D	
Pindobaçu	E	
Senhor do Bonfim	C	
Utinga	D	
Barra do Mendes	E	Circuito da Chapada Velha
Brotas de Macaúbas	E	
Gentio do Ouro	E	
Central	D	
Andaraí	D	Circuito do Diamante
Ibicoara	D	
Iraquara	D	
Itaetê	D	
Lençóis	B	
Mucugê	C	
Barra da Estiva	D	
Boninal	E	
Iramaia	D	
Itaberaba	C	
Ituaçu	D	
Nova Redenção	D	
Palmeiras	C	
Seabra	C	
Abaíra	D	
Jussiape	D	Circuito do Ouro
Paramirim	D	
Piatã	D	
Dom Basílio	D	
Rio de Contas	D	

Nota. Mapa do Turismo Brasileiro (2019-2021); Bahia Turismo (2019).

A região turística é subdividida em quatro circuitos, os quais se distribuem da seguinte maneira: Circuito da Chapada Norte (10 municípios); Circuito da Chapada Velha (quatro municípios); Circuito do Diamante (14 municípios); e Circuito do Ouro (seis municípios). Ademais, os municípios da região são classificados da seguinte forma: um B; seis C; 21 D; e seis E. Já os municípios do Circuito da Chapada Norte – objeto de estudo deste trabalho – são classificados como: dois C; seis D; e dois E.

A categorização dos municípios no Mapa do Turismo Brasileiro é definida com base nos seguintes critérios: 1) quantidade de estabelecimentos de hospedagem (fonte: Relatório Anual de Informações Sociais – Rais); 2) quantidade de empregos em meios de hospedagem (fonte: Rais); 3) estimativa de fluxo turístico doméstico (fonte: estudo de demanda doméstica

– MTUR/FIPE); 4) estimativa de fluxo turístico internacional (fonte: estudo de demanda internacional – MTUR/FIPE); 5) arrecadação de impostos federais através dos meios de hospedagem (fonte: Receita Federal).

4.1 Breve contextualização das potencialidades e atrativos da Chapada Diamantina Norte

Considerando que esta pesquisa engloba os dez municípios da Chapada Diamantina Norte, neste tópico serão apresentadas algumas potencialidades e atrativos que se destacam na região pelo seu valor natural e cultural. Será ainda apresentada outra região, para fins de planejamento, que é trabalhada no estado da Bahia.

Ressalta-se que, embora a área estudada seja a região turística – apresentada pela Secretaria de Turismo da Bahia –, o estado tem outra divisão regional, retratada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A última trabalha com Territórios de Identidades, publicados em três volumes, envolvendo os seguintes territórios: no volume I, em 2015: Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Litoral Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Sertão Produtivo, Vale do Jiquiriçá. No volume II, em 2016: Bacia do Jacuípe, Baixo Sul, Médio Rio de Contas, Litoral Norte e Agreste Baiano, Metropolitano de Salvador, Piemonte do Paraguaçu, Portal do Sertão, Recôncavo, Sisal. No volume III, em 2018: Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande, Irecê, Itaparica, Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Velho Chico. Somam-se 27 Territórios de Identidade na Bahia, conforme Figura 13.

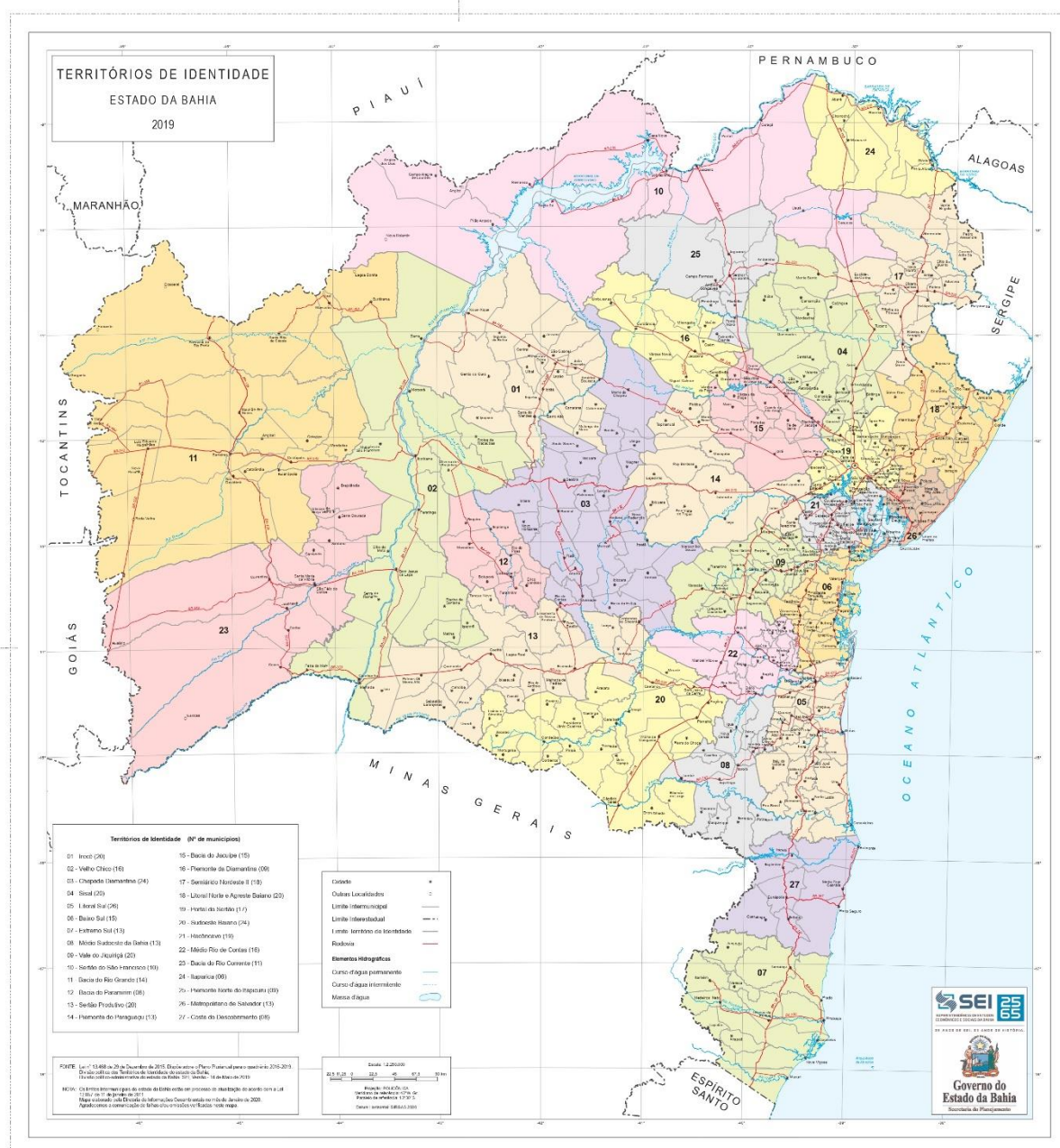


Figura 13. Territórios de Identidade da Bahia.

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Os Territórios de Identidade são trabalhados através de consórcios. Os dez municípios da Chapada Norte compõem os seguintes consórcios: **Bonito** e **Utinga** (Chapada Forte)²³; **Campo Formoso**, **Pindobaçu** e **Senhor do Bonfim**, Piemonte Norte do Itapicuru²⁴; **Jacobina**,

²³ Consórcio Chapada Forte. *Consórcio Chapada Forte: a união que fortalece*. Recuperado de: <https://www.consorciochapadaforte.com.br/munic%C3%ADpios>

²⁴ Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru. Recuperado de: <https://cdsitapicuru.wixsite.com/itapicuru/o-consorcio>

Miguel Calmon, Mirangaba e Ourolândia, faz parte do Piemonte da Diamantina²⁵; **Quixabeira**, Bacia do Jacuípe²⁶.

A Chapada Diamantina tem como característica marcante a sua riqueza natural. Embora não seja objetivo listar as potencialidades e atrativos de todos os municípios da Chapada Norte, serão apresentados alguns desses elementos que permitem ao leitor ter uma noção geral da região.

Nesse cenário, destaca-se o Parque Estadual das Sete Passagens, localizado, majoritariamente, no município de Miguel Calmon. O PESP foi criado através do Decreto nº 7.808, de 24 de maio de 2000, em uma área de 2.821ha, com a justificativa de preservar os recursos hídricos das Serras do Campo Limpo, da Sapucaia e da Jaqueira, bem como as nascentes do Rio Itapicuru Mirim, que possui grande relevância para a Bacia do Rio Itapicuru. O referido Decreto destaca o uso da água para abastecer as populações e para as atividades agropecuárias. Inicialmente, a administração do PESP era de responsabilidade da Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária. Posteriormente, por meio do Decreto nº 8.578, de 04 de julho de 2003, a administração foi transferida para a Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidade de Conservação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O Plano de Manejo do PESP foi criado em 2008 e aprovado em 2014 através da Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente nº 28 de março de 2014. Segundo o Plano de Manejo, o parque está disposto da seguinte maneira nos municípios: 2.581,16 ha em Miguel Calmon e 242,07 em Jacobina. Trata-se de uma Unidade de Proteção Integral, tendo como bioma a caatinga. O PESP se subdivide em variadas zonas, conforme Tabela 31.

²⁵ Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Piemonte da Diamantina. *Consortiados*. Recuperado de: <https://consorciodiamantina.ba.gov.br/>

²⁶ Consórcio Público Jacuípe. *Municípios consortiados*. Recuperado de: <https://www.consortiojacuipe.ba.gov.br/>

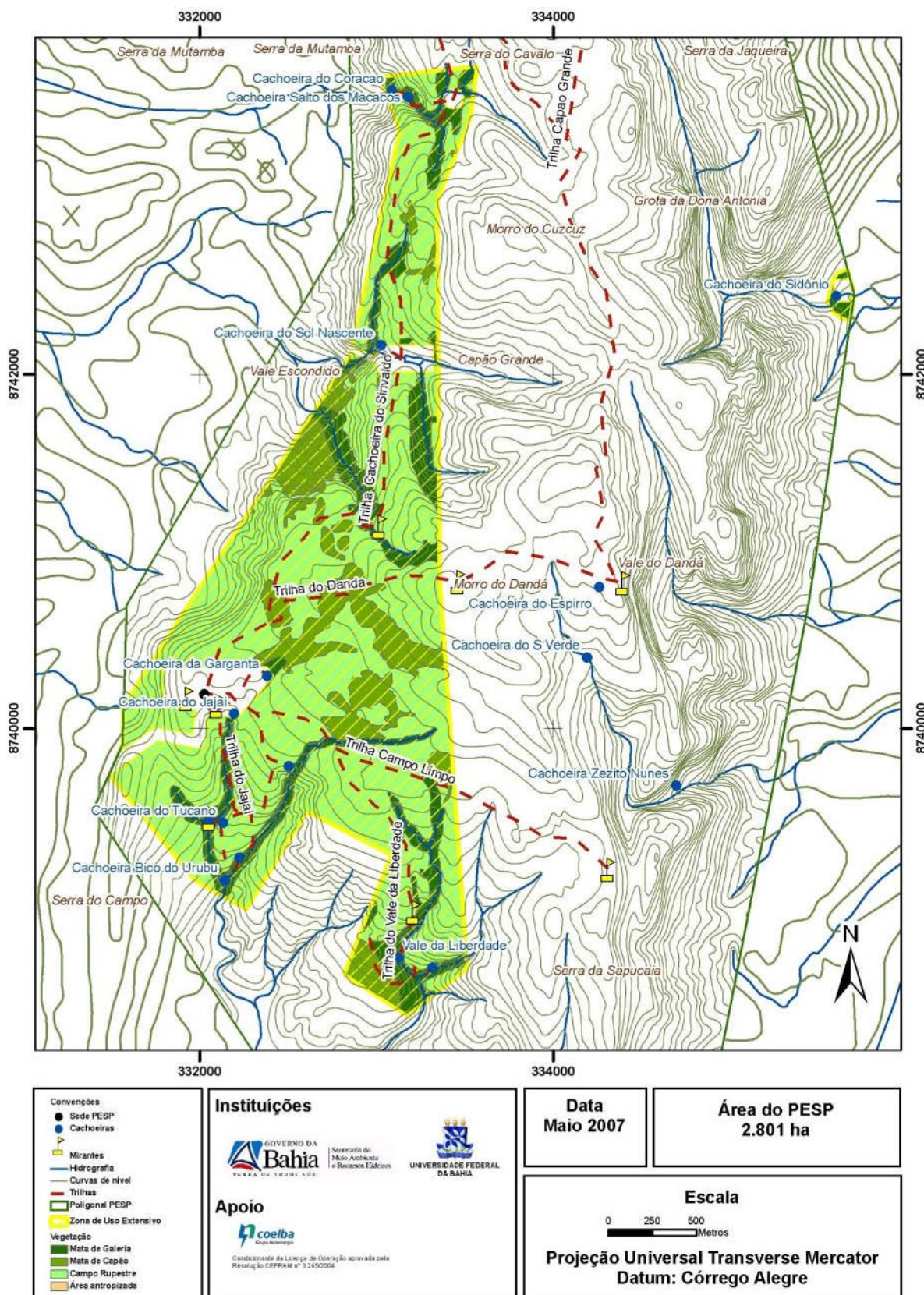
Tabela 30

Zonas do Parque Estadual das Sete Passagens

Zonas	Especificidades
Zona intangível	Não é permitida a visitação. Essa área é voltada, especificamente, para a proteção integral dos elementos naturais.
Zona primitiva	Permitida a pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação e a fiscalização. A visitação é limitada a até três grupos de até cinco visitantes, acompanhados por guia por vez. A visitação somente pode ser feita do meio da manhã até ao meio da tarde e apenas com a presença de guarda florestal ou guia cadastrado no PESP.
Zona de uso extensivo	Permitida a pesquisa, o monitoramento ambiental e a visitação acompanhada. Essa zona é especificada como a que contém as trilhas principais, os mirantes e as cachoeiras com a visitação permitida. Atividades que envolvem maiores riscos, como rapel, escalada e outras, requerem prévia autorização (o proponente deve assinar termo de compromisso comprovando ter habilitação para a prática que vai realizar, assumindo os riscos) e devem ser acompanhadas por guia.
Zona histórico-cultural	É permitida a realização de pesquisa. A fiscalização nessa área deve ser periódica. Ficou definido no plano que, para apoiar os visitantes, devem ser construídas instalações sanitárias e, para apoiar a realização de pesquisas científicas e a fiscalização, devem ser construídos um alojamento com dois beliches e uma cozinha pequena.
Zona de uso intensivo	Tem foco na recreação e na educação. O visitante pode ir desacompanhado de guia. Deve conter centro de visitantes, museus, <i>camping</i> , outros serviços e facilidades.
Zona de uso especial	É destinada à gestão (administração, manutenção e serviços) do parque. Há um alojamento e uma sede nessa área.
Zona de recuperação	É permitido o uso, exclusivo para educação. Restrito a pesquisadores e pessoal técnico.
Zona de uso conflitante	Compreende o entorno das cinco barragens existentes desde antes a criação da Unidade de Conservação. São permitidos serviços de manutenção, que devem ser feitos de forma manual, e sempre assistidos por colaboradores do parque. Não é permitida a entrada de máquinas até essa zona.

O turismo aparece algumas vezes no Plano de Manejo do PESP. Entre os principais objetivos de criação dessa UC, encontra-se o incentivo ao ecoturismo. Na análise *swot*, constante no referido documento, são especificados como pontos fortes: a “**consciência da necessidade do turismo planejado**” (nesse quesito, o turismo é indicado, no plano, como uma alternativa econômica) e as **potencialidades para o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo cultural**. Cabe questionar quem tem essa consciência (a gestão do parque? a comunidade local?). Já os pontos fracos indicados foram: **carência de infraestrutura para atender os turistas** e as **rodovias de acesso precárias**. Como oportunidades, incluem-se: **ampliar a rede hoteleira, melhorar as vias de acesso ao parque, gerar incentivos fiscais, instituir infraestrutura turística e elaborar o plano de manejo da UC**.

Considerando que a Zona de uso extensivo é indicada como a que tem o maior número de trilhas, cachoeiras, mirantes, com permissão de visitação; que a Zona primitiva permite também a visita o, mas limitada a até três pequenos grupos, acompanhados de um guia autorizado; e que a Zona de uso intensivo também é aberta   visita o (inclusive é permitido o acesso sem a presença de um guia de turismo), apresentam-se os mapas dessas áreas, materializados nas Figuras 14, 15 e 16, respectivamente.



Fonte: Plano de Manejo PESP, 2008.

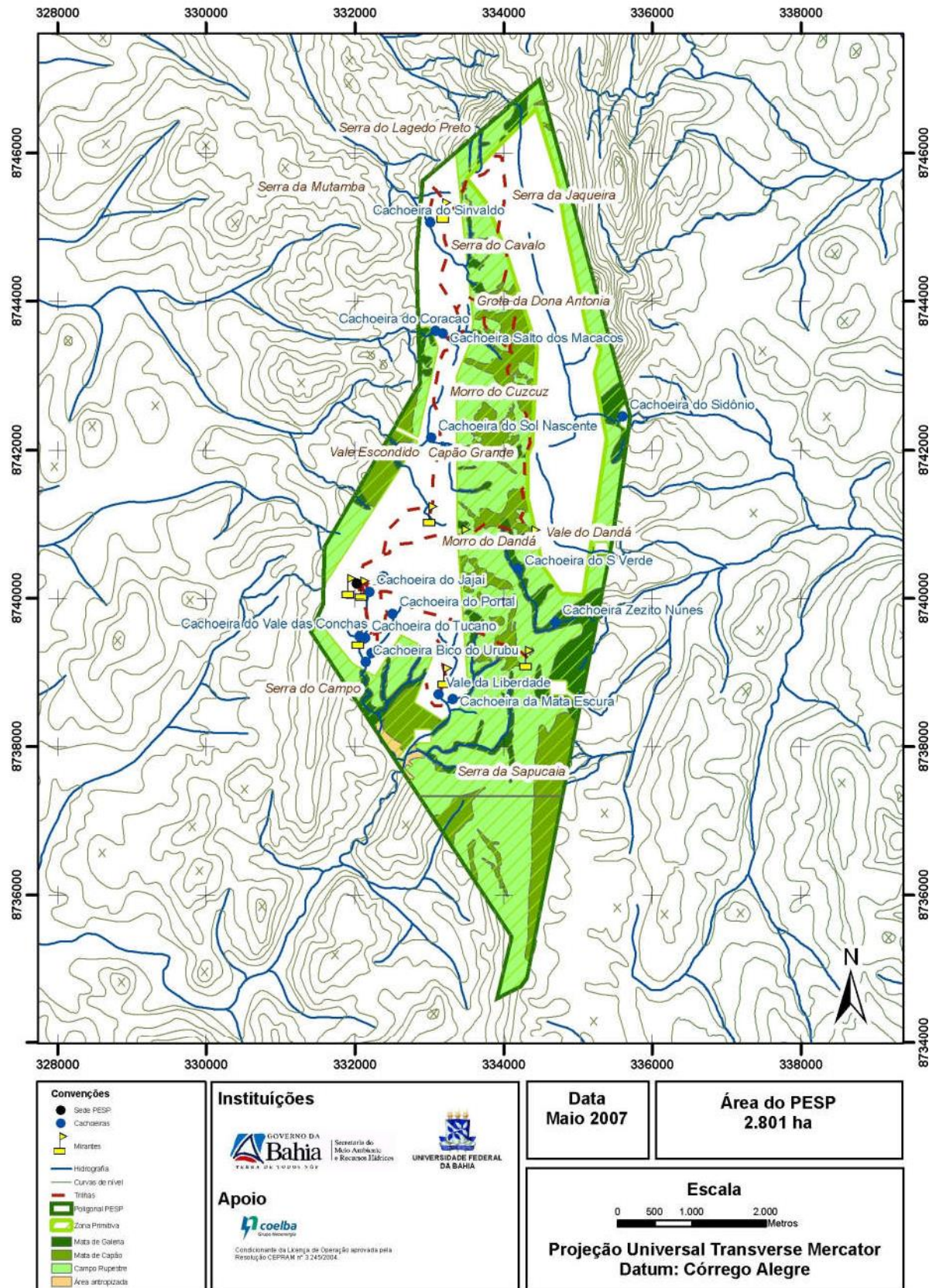


Figura 15. Mapa da Zona Primitiva

Fonte: Plano de Manejo PESP, 2008.

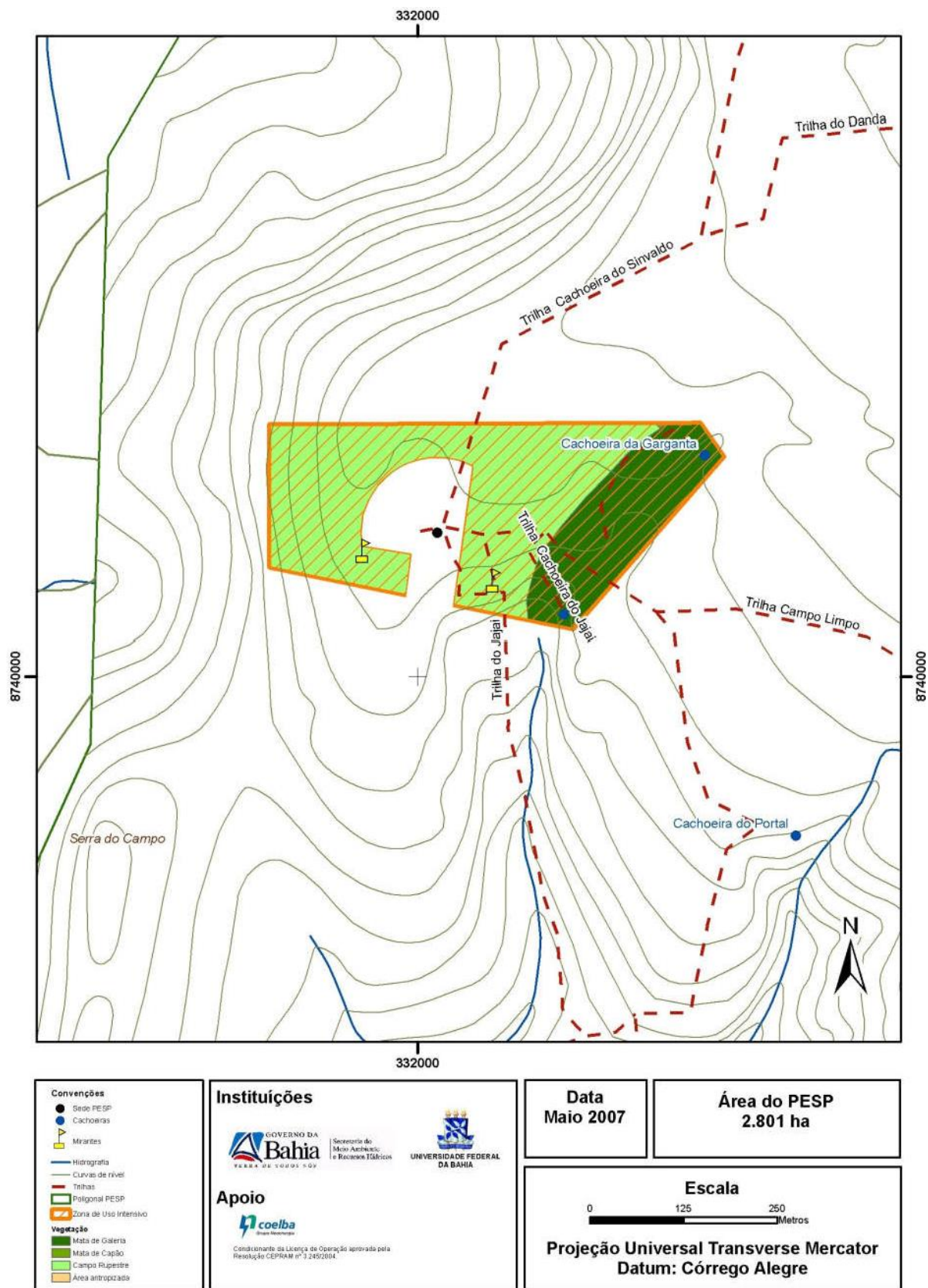


Figura 16. Mapa da Zona de Uso Intensivo

Fonte: Plano de Manejo PESP, 2008.

O plano apresenta alternativas para o desenvolvimento sustentável, entre elas, o turismo. No entanto, “[...] funciona há tempos um processo de visitação do Parque que é controlado e monitorado, mas ainda não foi elaborado um Plano de Uso Público que estabelecesse normas para a atividade ecotur stica (p. 75)”.

Na entrada do Parque Estadual das Sete Passagens, encontram-se os condutores ambientais que cobram um pequeno valor por grupo para guiar os visitantes pelo percurso escolhido. Os condutores, além de guiar até a chegada dos atrativos, d o dicas de segurança, visando a prevenção de acidentes, bem como orientam os visitantes sobre a conservação dos elementos naturais que constituem aquele espaço.

Há um jogo de interesses em relação ao PESP. Atualmente, está havendo disputas entre o setor público apoiando a concessão do parque (Figura 17) e a sociedade civil lutando contra esse projeto. A concessão é uma proposta do Governo da Bahia, apoiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Propõe-se a aumentar e modernizar a infraestrutura turística, visando crescer o fluxo de turistas, com a justificativa de que isso colaborar  para a conservação do parque e para a geração de empregos. Entretanto, essa unidade de conservação, que   de proteção integral, teve como justificativa para sua criação a conservação das  guas. Cabe, então, questionar de que forma a privatização do parque contribuir  para essa conservação.



Figura 17. Banner de apoio   concessão do PESP.

Fonte: Prefeitura Municipal de Miguel Calmon.

Segundo o Grupo Ambientalista da Bahia, em janeiro de 2022 a Secretaria Estadual de Meio Ambiente realizou um evento a distância para tratar da concessão do PESP, o qual chamou de consulta pública. Foi realizado pelo *Youtube*, partindo de uma metodologia não participativa, pois não era possível falar nem escrever comentários no *chat*²⁷. A falta da liberdade de participação popular atrelada à defesa de interesses opostos (a população não quer a privatização, pois entende que a proposta como está configurada contribuirá para a poluição das águas, não para a conservação) causou a busca pelos direitos políticos e sociais junto ao Ministério Público da Bahia.

Além do PESP e sua riqueza natural, a região conta com potencialidades espalhadas por diversos municípios. Na Chapada Norte, encontram-se diversas cavernas, que são cavidades que permitem a entrada de um ser humano, formadas naturalmente. As cavernas foram identificadas em Campo Formoso, Jacobina e Ouro-lândia, conforme a Tabela 32.

Tabela 31

Cavernas identificadas na Região Turística Chapada Diamantina Norte

Município de Campo Formoso			
Nº	Cavernas	Localidade	Litologia
1	Abismo da favela	Povoado da barriguda	Calcário
2	Abismo do Mané Bastião	Sem informação	
3	Buraco do Negão		
4	Lapa Convento		
5	Lapa da Coruja		
6	Lapa da Tiquara		Dolomito
7	Lapa do Centenário	Lage dos Negros	Calcário
8	Lapa do Cesário		
9	Lapa do Ico	Fazenda Mandacaru	
10	Lapa Pontes do Sumidouro I	Sem informação	
11	Lapa Zebrada		
12	Poço do Caititu	Fazenda Pannels	
13	Toca da Aguada do Queixo d’Anta	Povoado Aguada do Queixo d’Anta	Dolomito
14	Toca da Barriguda	Sem informação	
15	Toca da Boa Vista	Laje dos Negros	
16	Toca da Favela	Povoado Barriguda	Calcário

²⁷ Grupo Ambientalista da Bahia. *Comunidades rejeitam projeto de concessão do Parque Sete Passagens e vão ao Ministério Público*. Recuperado de: <https://www.gamba.org.br/noticias/comunidades-rejeitam-projeto-de-concessao-do-parque-sete-passagens-e-vao-ao-ministerio-publico>

17	Toca da Grota	Sem informação	Sem informação
18	Toca das Duas Irmãs	Distrito de Laje	Calcário
19	Toca do Calor de Cima	Sem informação	
20	Toca do Carretel	Laje dos Negros	
21	Toca do Catarino	Próximo à BA-082	Dolomito
22	Toca do Cemitério	Próximo TBV	Calcário
23	Toca do Lixo	Povoado Barriguda	
24	Toca do Mané Bastião I		
25	Toca do Mané Bastião II		
26	Toca do Manoel	Laje dos Negros	Sem informação
27	Toca do Martiliano		
28	Toca do Morrinho	Distrito de Laje	Calcário
29	Toca do Odilon	Povoado Queixo d’Anta	
30	Toca do Paca	Próximo à Tiquara	Sem informação
31	Toca do Pitu	Sem informação	Calcário
32	Toca do Povoado dos Morrinhos I	Povoado de Morrinhos	
33	Toca do Povoado dos Morrinhos II		
Município de Jacobina			
Nº	Cavernas	Localidade	Litologia
1	Caverna Clóvis Saback	Mina Manoel Homem	Calcário
2	Caverna Clóvis Saback I (Piso da Mina)		
Município de Ourolândia			
Nº	Cavernas	Localidade	Litologia
1	Lapa do Poço Verde	Distrito de Ouro Branco	Calcário
2	Caverna (6)		Sem informação
3	Caverna (5)		
4	Caverna (4)		
5	Gruta do Flacol		
6	Caverna (2)		
7	Caverna (3)		
8	Caverna (1)		
9	Gruta da Boca de Bloco		
10	Gruta da Boca de Lixo		
11	Gruta Estalagmel		
12	Caverna		
13	Gruta Boca de Saída		
14	Gruta Entupida		
15	Caverna (14)		
16	Caverna (16)		

17	Caverna (15)		
18	Caverna (13)		
19	Caverna (12)		
20	Gruta Marbon I	Sem informação	
21	Toca dos Ossos		
22	Sumidouro Riacho da Conceição		
23	Ressurgência da Pingadeira		
24	Ressurgência Marbon		
25	Gruta Icesa I		
26	Gruta Icesa		
27	Gruta do Paredão		
28	Ressurgência (Margem direita)		
29	Ressurgência (Margem esquerda I)		
30	Ressurgência (Margem esquerda)		
31	Gruta do Bloco		
32	Gruta das Pinturas		
33	Caverna (10)		
34	Caverna (11)		
35	Caverna (7)		
36	Caverna (8)		
37	Caverna (9)		
38	Toca do Campo Alegre	Lagoa do 33/Campo Alegre	Calcário

Nota. Adaptada de SEI, 2018.

Embora várias cavernas não tenham sua localização informada nem a origem da formação rochosa identificada, listá-las permite que os gestores tenham a possibilidade de planejar o turismo agregando esses elementos naturais e considerando quais delas podem receber visitação – respeitando as limitações das legislações – e as próprias características das cavernas. Das cavernas apresentadas, o maior quantitativo está no município de Ourolândia (38), seguido de Campo Formoso (33) e duas estão no município de Jacobina.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), as cavernas são ecossistemas frágeis que requerem cuidados quando há interferências humanas. Continua:

Constituídas por um sistema de canais horizontais e/ou verticais, com fraturas e estruturas geológicas de variações irregulares, as cavernas formam um complexo sistema de condutos de excepcional beleza cênica, onde a ação da água, em algum momento do tempo geológico e por meio de diferentes processos, dissolveu a rocha matriz²⁸.

Um ponto que requer atenção, no que tange ao planejamento turístico dessa região, refere-se ao fato de que há muitas comunidades tradicionais nesses municípios. Diegues, Arruda, Silva, Figols e Andrade (2000) afirmam que as populações tradicionais possuem conhecimentos do meio ambiente natural e dos ciclos naturais, sendo esses repassados de geração em geração. As atividades trabalhistas são realizadas com baixo nível de tecnologia, ficando a responsabilidade por todo o ciclo de produção a cargo da própria família. No entanto, ressaltam:

Porém um dos critérios mais importantes para a definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o *reconhecer-se* como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental da *identidade*, um dos temas centrais da antropologia (Diegues, et al., 2000, p. 24).

Na Tabela 33, estão listadas as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, conforme dados divulgados em janeiro de 2022.

²⁸ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Conhecendo e conservando o patrimônio espeleológico brasileiro. Cavernas naturais subterrâneas.* Recuperado de: <https://www.icmbio.gov.br/cecav/cavernas-naturais-subterraneas.html>

Tabela 32

Comunidades Quilombolas, certificadas, da Chapada Norte

Bonito	Campo Formoso	Jacobina	Miguel Calmon	Mirangaba	Pindobaçu	Senhor do Bonfim	Quixabeira
Arizona	Alagadiço de Lage dos Negros	Baraúnas de Dentro	Saco, Covas e Mucambo dos Negros	Almeida	Bananeiras de Santa Efigênia	Água Branca	Alto do Capim
Baixa do Cheiro	Barrocas	Bananeira		Coqueiros	Fumaça	Alto Bonito	
Baixa Vistosa	Bebedouro	Barracão Velho		Dionísia e Olhos d'Água	Laginha	Alto da Maravilha	
Baliza	Buraco	Cafelândia		Jatobá		Anacleto	
Botafogo	Casa Nova dos Amaros	Campestre		Lagedo		Capim e Queimada Grande	
Cabeceira do Brejo	Casa Nova dos Ferreira	Coreia		Nuguaçu		Cariacá	
Catuabinha	Casa Nova dos Marinos	Lages do Batata		Palmeira		Cazumba	
Gitirana	Gameleira do Dida	Lagoa do Timbó		Ponto Alegre		Cruzeiro	
Gramiar	Lage dos Negros	Lazáro do Timbó		Sambaíba		Lage e Mamoeiro	
Guarani	Lagoa Branca	Malhadinha de Dentro		Santa Cruz		Laginha	
Mata Florença	Laje de Cima II			Solidade		Olaria	
Mata Verde	Paquí					Passagem Velha	
Quixabá	Patos I					Quebra Facão	
Ribeiro	Patos II					Tijuaçu	
Rio das Lages	Patos III					Umburana	
Varamé	Pedra						
	Poço da Pedra						
	Sangradouro I						
	Sangradouro II						
	São Tomé						
	Saquinho						

Nota. Adaptada de Fundação Cultural Palmares, 2022.

A distribuição das comunidades se dá da seguinte maneira: Campo Formoso, 21; Bonito, 16; Senhor do Bonfim, 15; Mirangaba, 11; Jacobina, 10; Pindobaçu, três; Miguel Calmon, uma; Quixabeira, uma. Essas comunidades são símbolo da resistência aos colonizadores, visto que as pessoas fugiam em busca de ter uma vida livre.

Vieira Filho (2006) aponta que esse processo de resistência frente aos colonizadores era um processo difícil de ser enfrentado devido às repressões que eram impostas, mesmo assim os documentos apontam que a fuga de pessoas escravizadas era uma prática comum no sertão baiano. O autor afirma que “Os negros fugidos recuperados perdiam não só sua autonomia

maior, pois eram presos, como também perdiam o direito de reconstituírem seus laços comunitários, pois eram separados de suas famílias, assim como ocorriam com os indígenas [...]” (Vieira Filho, 2006, p. 68).

Essa discussão nos remete mais uma vez à importância de enxergar o desenvolvimento como liberdade, como propõe Amartya Sen, na abordagem das capacidades humanas. O trabalho, nessas localidades, envolvia a pecuária e a mineração, atividades com potencial de crescimento econômico. Entretanto, não eram realizadas visando o desenvolvimento das pessoas que ali estavam, pelo contrário, as comunidades eram exploradas para gerar riqueza para os colonos que se apossaram das terras do sertão baiano. Vieira Filho (2006) explicita que religiosos realizavam expedições para o sertão baiano, tendo passagens por Jacobina, e levavam europeus, indígenas e negros.

No que tange ao turismo, tem-se conhecimento da atuação das seguintes comunidades quilombolas: Associação Comunitária Grota do Brito (ACGB), que fornece alimentação quando os condutores ou guias entram em contato solicitando a prestação de serviços para atender a grupos que vão visitar a área, e Associação Afro-Brasileira Quilombo Erê (Atabaque), que compõe o Conselho de Turismo²⁹. Além das comunidades quilombolas, há no município de Jacobina as indígenas. O povo Kiriri em Canavieiras comercializa artesanato em cerâmica.

4.2 Prestadores de Serviços Turísticos

Os prestadores de serviços turísticos devem manter cadastro atualizado junto ao Ministério do Turismo, conforme determina a Lei nº 11.771/2008 e sua regulamentação através do Decreto nº 7.381/2010, o qual define que o cadastro deve ser compatível com as atividades especificadas na Classificação de Atividades Econômicas determinadas pela Comissão Nacional de Classificação. O Cadastro de Serviços Turísticos no Ministério do Turismo (CADASTUR) é obrigatório para as atividades de: acampamento turístico; organizadora de eventos; guia de turismo; meio de hospedagem; parque temático; agência de turismo; e transportadora turística. Além disso, é optativo para as atividades de: restaurante, cafeteria; empreendimento de entretenimento e lazer e parque aquático; locadora de veículos; prestador

²⁹ Optou-se por não contactar essas comunidades, visto que apenas no decorrer da pesquisa identificamos que havia comunidades tradicionais atuando no turismo. Em virtude dessa identificação tardia, não submetemos o projeto ao Comitê de Ética da UFRN, visto que é um processo que requer tempo de espera e atrasaria a realização da pesquisa, que já teve o campo prejudicado devido à pandemia.

especializado; casa de espetáculos; empreendimento náutico; infraestrutura de apoio para eventos; e centro de convenções.

A partir da análise de conteúdo, que “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações (Bardin, 1977, p. 31)”, escolheu-se o público a ser entrevistado para responder ao objetivo desta pesquisa. Entre os atores elencados, estão os prestadores de serviços e os trabalhadores dos dois municípios, o gestor público de Jacobina (que também é o gestor da Chapada Norte) e o de Senhor do Bonfim, além de associações direta ou indiretamente ligadas ao turismo. A mesma técnica serviu de base para o tratamento e a interpretação dos resultados das entrevistas que foram possíveis realizar. Desse modo, a análise de conteúdo, além de possibilitar elencar os documentos e atores a serem contactados, contribuiu para elucidar a forma como o desenvolvimento é visto e a articulação das pessoas em torno do turismo.

A seguir, serão apresentados dados dos serviços ofertados na Chapada Norte, que são cadastrados no CADASTUR (Tabela 34).

Tabela 33

Oferta de serviços ligados ao turismo, prestadores pessoas jurídicas, no Circuito Chapada Norte

Municípios	Agências	Locadora de veículos	Meios de Hospedagens	Organizadora de Eventos	Prestador de Infraestrutura de apoio para Eventos	Prestador Especializado em Segmentos Turísticos	Restaurantes, Cafeterias e Bares	Transportadora	Total de estabelecimentos cadastrados no Cadastur
Bonito	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Campo Formoso	0	0	3	0	0	0	1	2	6
Jacobina	7	0	3	0	1	1	4	5	21
Miguel Calmon	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Mirangaba	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Ourolândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pindobaçu	1	0	0	0	1	0	3	0	5
Quixabeira	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Senhor do Bonfim	1	1	4	1	0	1	4	6	18
Utinga	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nota. Adaptada do CADASTUR, 2021/3.

Na Chapada Norte da Chapada Diamantina, nenhum dos municípios possui cadastro de acampamento turístico no CADASTUR, embora tenha *campings* nessa região e seja um serviço de cadastro obrigatório.

Três municípios – Bonito, Ouro-lândia e Utinga – não possuem nenhum prestador de serviço turístico cadastrado no CADASTUR. Os demais municípios apresentam os seguintes quantitativos: Quixabeira (um); Mirangaba (dois); Miguel Calmon (quatro); Pindobaçu (cinco); Campo Formoso (seis). Já os municípios que possuem maior quantitativo de empreendimentos cadastrados são Senhor do Bonfim (18) e Jacobina (21), totalizando 39 prestadores de serviços, pessoa jurídica, cadastrados. Em relação ao cadastro de pessoas físicas, na região há quatro Guias de Turismo cadastrados, todos ligados ao município de Jacobina, conforme Tabela 35.

Tabela 34

Guias de Turismo cadastrados no Cadastur

Cadastur	Categorias	Segmentos	Idiomas
5798846769	Guia Regional	Turismo de Aventura, Ecoturismo, Turismo Cultural	Português
5505591112	Guia Regional	Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura	Português e Espanhol
5766185719	Guia Regional	Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura	Português
5172237629	Guia Regional, Excursão Nacional – Brasil, América do Sul	Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura	Português

Nota. Adaptado de Cadastur, 2021/3.

Houve uma evolução em relação à formalização dos Guias de Turismo do município de Jacobina, pois em 2021/1 (abril 2021) apenas havia um guia cadastrado, em 2021/2 (julho 2021) dois guias e em 2021/3 (outubro de 2021) quatro guias. Nenhum dos outros nove municípios da Chapada Norte teve algum Guia de Turismo cadastrado, nos três trimestres de 2021.

Embora tenha crescido o número de guias cadastrados, é fundamental realizar ações de sensibilização para a formalização dos prestadores de serviços turísticos. Um passo importante é identificar os prestadores de serviços que ainda não estão formalizados. No caso de Jacobina, o município conta com um quantitativo expressivo de pessoas que atuam como condutores ou como guias de turismo. Segundo o Relatório de Atividades Turísticas³⁰ (2022) do referido

³⁰ O Relatório de Atividades Turísticas passou a ser divulgado junto ao Mapa do Turismo Brasileiro 2022, compondo, assim, o Programa de Regionalização do Turismo.

município, somam-se 50 condutores ou guias. O levantamento dos prestadores que deveriam estar cadastrados permite que sejam realizadas ações de sensibilização direcionadas.

Segundo a Portaria nº 37/2021, emitida pelo MTUR, há as seguintes categorias de Guias de Turismo: guia regional, guia de excursão nacional, guia de excursão internacional e guia especializado em atrativo turístico. Para o cadastro, é necessário que o guia tenha a formação exigida. Além do profissional Guia de Turismo, existem os condutores ambientais que atuam em áreas de conservação, dos diversos âmbitos, e os monitores de turismo. Enquanto os condutores ambientais têm como espaço de atuação as áreas naturais, incluindo as áreas protegidas, os monitores atuam em espaços culturais (como museus, monumentos e prédios históricos).

4.3 Uma contextualização do município de Jacobina

4.3.1 Aspectos Históricos de Jacobina

Jacobina, enquanto distrito, foi criado em 1677, sendo elevado à vila em 1722 e à cidade em 1880. Após a criação do referido distrito, Jacobina teve sua configuração territorial mudada por diversas vezes, de modo que a última atualização se deu em 1993, a qual definiu que o município de Jacobina possui mais quatro distritos: Caatinga do Moura, Itaitu, Itapeipu e Junco.³¹ Além disso, o município conta com diversos povoados. A subdivisão dos distritos ainda se manteve em 2021, conforme o IBGE³².

A ocupação de Jacobina se deu a partir dos interesses na criação de gado e na mineração. As pessoas eram forçadas a trabalhar com vistas a gerar riquezas para seus colonos. O território de Jacobina é marcado por disputas envolvendo colonos, indígenas e negros. Em relação aos últimos, “se encontrou registro de vários negros envolvidos em funções ligadas ao transporte de mercadorias, mineração, à pecuária e também ao pequeno comércio, até o século XVIII” (Vieira Filho, 2006, p. 76).

De acordo com Vieira Filho (2006), a produção de gado deve ter ganhado um incremento, criando novos postos de trabalho, já que o crescimento da exploração de ouro em Jacobina requeria um aumento de produtos “necessários à sobrevivência” dos trabalhadores.

³¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Jacobina: formação administrativa*. Recuperado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/historico>

³² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Divisão Territorial Brasileira. Recuperado em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=acesso-ao-produto>

Embora se entenda que comer animais não é um ato necessário à sobrevivência humana, compreende-se a ideia repassada pelo autor, ou seja, com o aumento da extração de ouro, houve maior número de trabalhadores nas minas, o que gerou a demanda por mais produtos alimentícios (embora, aqui, considere-se que os animais são explorados para servir de alimentos).

Conforme Vieira Filho (2006), há documentos que comprovam a presença de quilombos em Jacobina desde o século XVII. O autor aponta que documentos do município relatam que até meados do século XIX ocorreram vários casos de tentativas de fugas, sendo as serras de Jacobina atrativas enquanto esconderijos de escravizados fugidos. Continua:

As serras sempre foram ótimos lugares para esconderijos de escravizados procurando a almejada liberdade, seja pela dificuldade de acesso para os inexperientes dos caminhos locais, seja pela melhor equalização de defesas contra agressores. Além disso, as serras de Jacobina ainda somavam, a favor dos afrodescendentes, os grupos indígenas revoltosos, no período, aliados estratégicos contra os conquistadores brancos (Vieira Filho, 2006, p. 61).

De acordo com Rêgo (2018), o município de Jacobina é um dos principais mineradores da Bahia. A sua ocupação esteve ligada à mineração de ouro no século XVIII, baseada na mão de obra escravizada. O ouro era retirado de maneira intensa das minas, o que causou um colapso na produção aurífera (outras localidades tornam-se alvo de interesse da colônia), passando a ser o centro da produção em Jacobina a lavoura e a atividade pecuária. Vieira Filho (2006) coloca que o declínio do ouro em Jacobina, no final do século XVIII, provocou grande êxodo para outras localidades, compensado *a posteriori* com a descoberta de novas minas. Ainda para o autor, no período de declínio da extração aurífera o núcleo urbano ratificou a tendência para o comércio.

No século XIX, a extração aurífera em Jacobina tornou-se alvo de investimentos internacionais. A empresa Companhia Minas de Jacobina passou a atuar na localidade, com maior aparato técnico, porém em menos de 20 anos foi decretada a falência da empresa. Na década de 1930, o comerciante Leonídio Miranda e alguns garimpeiros retomaram a exploração aurífera. Entretanto, na década de 1940, a Companhia Minas de Jacobina veio a ser a detentora do direito de explorar as minas, passando esse direito à Mineração de Ouro de Jacobina Ltda., também do Canadá. Ao longo das décadas de 1940 até 2000 (a exploração de ouro ficou parada de 1998-2003), a empresa teve, no mínimo, seis proprietários, na maioria de capital proveniente do Canadá. Desde 2006, as minas localizadas no município de Jacobina pertencem a *Yamana*

Gold, denominada de Jacobina Mineração e Comércio, empresa Canadense (Rêgo, 2018). De acordo com a autora, a ocupação espacial pelas diversas empresas mineradoras tem travado disputas com a sociedade civil. Destaca-se, aqui, a luta pelo direito de uso do espaço em que as comunidades se constituíram, sendo obrigadas a se retirar. Em alguns casos, as pessoas mantêm-se na localidade, mesmo sofrendo limitações de uso do espaço.

Nessa perspectiva, a presença de comunidades tradicionais no território de Jacobina é latente, de modo que a ocupação do espaço urbano e rural, envolveu a presença de negros – muitos buscavam escapar do trabalho escravizado, o que resultou na formação de quilombos – e de indígenas. Houve as relações de disputa entre negros, indígenas e colonizadores (no período de constituição administrativa de Jacobina) e, posteriormente, a ocupação do território por empresas de mineração, que possuem mais aparato técnico e capital internacional, acarretando em novas disputas de poder.

4.3.2 Serviços correlacionados ao Turismo

Os municípios carecem de infraestrutura básica para atendimento da população local e, em caso de municípios que recebem fluxo turístico, a infraestrutura também deve ter capacidade de atender a demanda. As vias de acesso e os meios de transportes disponíveis possuem um importante papel no fluxo de pessoas no território.

A rodovia federal BR-324 é uma via importante de acesso a Jacobina. A rodoviária de Jacobina está localizada na Avenida Centenário, no Bairro do Peru (próxima à entrada da cidade). Também existe uma gama de transportes rodoviários que fazem lotação para os distritos e povoados de Jacobina, bem como para cidades próximas (Figura 18). Além disso, comumente, há pessoas se deslocando para Feira de Santana (segunda maior cidade da Bahia, pois a primeira é a capital) e Salvador (capital da Bahia), em seus transportes particulares, as quais oferecem “caronas” em grupos de *facebook* e/ou em aplicativos como o Blá Blá Car.



Figura 18. Transportes de lotação advindos de povoados e de cidades próximas.

Segundo a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba (2020), a empresa Transsoares foi a vencedora da licitação para atuar na área de operação de Jacobina. Essa área de operação é composta por 19 linhas, mas 15 delas têm origem ou destino Jacobina. Destaca-se que duas delas têm como origem Jacobina e destino Senhor do Bonfim, sendo uma via Saúde (linha nº 425) e a outra via Caldeirão Grande (linha nº 587), municípios da Bahia.

Além da Transsoares, o município conta com transportes das seguintes empresas: Catedral (partindo de Petrolina), Cidade Sol (partindo de Salvador) e Guanabara (partindo de Fortaleza). Ademais, há uma variedade e frequência maior de ônibus para a cidade de Capim Grosso, que fica a 60 km da sede municipal de Jacobina, permitindo que os viajantes parem em Capim Grosso e peguem outro transporte para Jacobina. Embora haja uma proximidade nessas cidades, salienta-se que a oferta de horários de ônibus foi reduzida, notavelmente, após a falência da empresa Falcão Real, que atuava operando essa linha. A redução é ainda maior em finais de semana e feriado. No entanto, todos os dias, exceto aos domingos, há carros de lotação saindo da Praça Otaviano Ferreira em Capim Grosso com destino a Jacobina. Porém, a maioria dos transportes não oferta um serviço adequado. Ao fazer esse percurso, notam-se problemáticas, por exemplo: alguns cintos de segurança não funcionam, os carros trazem mercadorias entre os passageiros, entre outras.

O município de Jacobina possui um aeródromo – chamado de Aeroporto 2 de julho – localizado na BR-324, entretanto não há voos comerciais. Funciona como uma pista de pouso para voos privados ou fretados. Os aeroportos mais próximos a Jacobina são os de Feira de Santana (que possui pouquíssimos voos) e Salvador, na Bahia, e o de Petrolina, em Pernambuco³³.

Além dos serviços públicos e privados de saúde e educação, sobretudo na sede, é possível encontrar uma variedade de serviços de apoio ao turismo, como: serviços de Alimentos & Bebidas, de transportes, de telecomunicação e serviços bancários. Na cidade, é possível ter acesso a serviços de diversos bancos, como: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander, além de Cooperativas de crédito e financeiras. Os serviços de telefonia móvel na cidade têm cobertura da Claro, Oi, Tim e Vivo, no entanto, nas outras partes do município, é preciso verificar cada caso. Em Itaitu (local que tem tido foco para alavancar o turismo no município), apenas funciona a operadora Vivo.

A oferta de energia elétrica é feita pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). No entanto, a Casa dos Ventos Energias Renováveis, empresa geradora de energia, possui uma filial em Jacobina desde 2013³⁴. Essa empresa, em 2020, ficou incumbida de construir o Parque Eólico Ventos de Santa Diana em Jacobina³⁵. Jacobina conta ainda com a Torres Eólicas do Nordeste (TEN), uma *joint venture* da Andrade Gutierrez Engenharia e da Alstom (de capital francês), empresa que fabrica torres metálicas para a produção de energia. Já a água é fornecida pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). No entanto, em Itaitu, localidade foco do turismo no município, não há tratamento de água e o abastecimento não atende a demanda local.

O município conta com uma estrutura administrativa – uma série de secretarias e diretorias: Conselho Tutelar, Limpeza Pública de Jacobina (LIMPUJA), Serviço Municipal de Tráfego e Transportes (SMTT), Arquivo Público Municipal, Centro Cultural Professor

³³ Segundo o site “distâncias entre cidades”, saindo de condução para Jacobina, registram-se as seguintes distâncias: de Feira de Santana 225km, de Salvador 340 km, de Petrolina 245 km.

³⁴ Descubra on-line. Casa dos Ventos Energias Renováveis. Recuperado de: <https://www.descubraonline.com/guia/ba/jacobina/casa-dos-ventos-energias-renovaveis-s-a-10772867000623/>

³⁵ Click Petróleo e Gás. Obras de construção de quatro parques de energia eólica na Bahia irão demandar mais de 9 mil empregos nos próximos meses. Recuperado de: <https://clickpetroleogas.com.br/obras-de-construcao-de-quatro-parques-de-energia-eolica-na-bahia-irao-demandar-mais-de-9-mil-empregos-nos-proximos-meses/>

Edmundo Isidoro, Posto de Informações Turísticas – e judiciária: Fórum da Comarca de Jacobina, Tribunal Regional do Trabalho (5ª Região) e Tribunal Regional Eleitoral.

Ainda que alguns desses serviços careçam de melhorias, o município tem a capacidade de receber fluxo externo, com a oferta de serviços de que dispõe hoje, com exceção do serviço de tratamento e abastecimento de água, visto que em Itaitu a oferta não atende nem a demanda da população local. Essa situação é agravada em dias de visita turística (conforme identificado em variadas entrevistas realizadas para esta pesquisa).

4.3.3 Potencialidades e atrativos turísticos

O município de Jacobina é extremamente rico em termos ambientais, com diversas fontes de água, serras, morros, picos, sítios arqueológicos e cachoeiras. A riqueza cultural se configura na cultura material e imaterial, incluindo as edificações encontradas no centro urbano de Jacobina e nas diferentes comunidades existentes no município, de modo que sua carga cultural pode estar materializada ou não. Além disso, o município ganha destaque por conta dos eventos que vem realizando ao longo dos anos.

No dia 27 de abril de 2022, a Diretoria de Turismo divulgou, através de sua rede social, o Mapa Turístico de Jacobina (Figura 19).

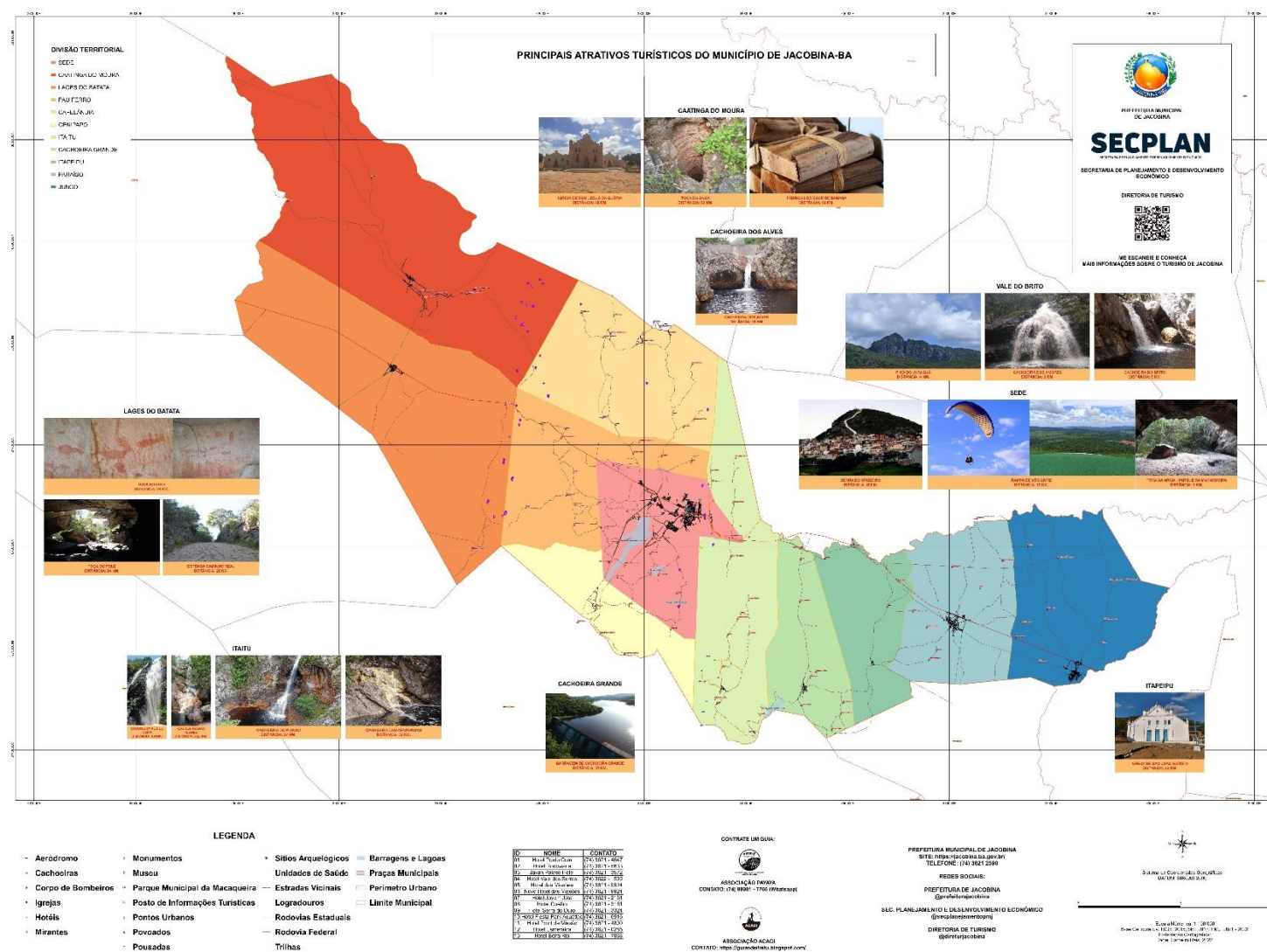


Figura 19. Mapa Turístico do município de Jacobina.
Fonte: Diretoria de Turismo de Jacobina, 2022.

O município de Jacobina conta com um Posto de Informações Turísticas (PIT) localizado próximo à entrada da cidade. Além de chamar a atenção pelo próprio estilo da construção, possui sinalização turística (Figura 20).



Figura 20. Posto de Informações Turísticas.

Foi realizada uma visita ao PIT, no dia dois de fevereiro de 2022. No momento da visita, o posto não contava com material impresso para promoção ou divulgação do turismo local ou regional, havendo apenas panfletos do parque aquático do Fiesta, empreendimento cadastrado no CADASTUR como Fiesta Park Hotel, e também uma lista para assinatura dos turistas, solicitando nome, cidade de origem, tempo de permanência e contato (Figura 21). No entanto, já havia sido divulgado, através da rede social da Diretoria de Turismo, um *folder* para promoção e divulgação dos atrativos turísticos do município de Jacobina. A informação passada no PIT é a de que aguardavam a impressão do material, o que fora confirmado posteriormente, visto que a Diretoria divulgou, também em sua rede social, uma ação de distribuição do material em estabelecimentos ligados ao turismo e em Itaitu.

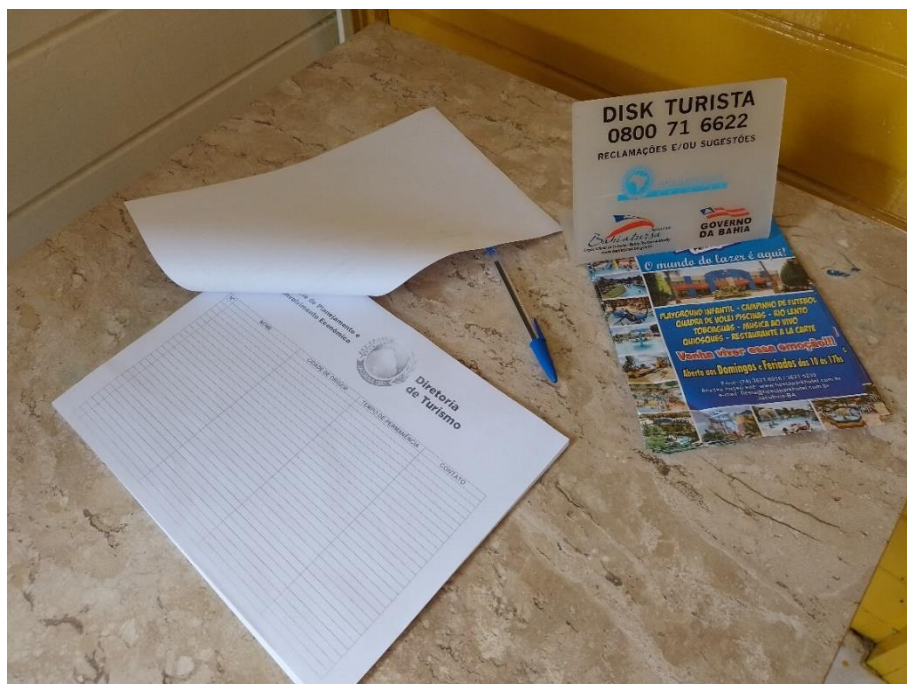


Figura 21. Lista de visitantes e panfleto do Hotel Fiesta Park.

Apesar de o material estar exposto para assinatura dos visitantes, não havia nenhuma assinatura. Ademais, a pessoa que está alocada no PIT (para o cargo de assessor técnico), embora tenha sido receptiva, não possui formação na área técnica ou superior em Turismo. No PIT, encontram-se variadas imagens de atrativos turísticos do município (Figura 22).



Figura 22. Área interna do posto de Informações Turísticas de Jacobina.

Essa e outras imagens do município estão na área interna do Posto de Informações Turísticas na cidade de Jacobina. É importante que haja material disponível para atender aos visitantes, podendo ser pessoas da própria localidade que buscam conhecer mais seu município ou pessoas vindas de outras localidades e desejam conhecer o município e/ou a região. Ressalta-se que, com todo o aparato tecnológico existente atualmente, é possível promover e divulgar tanto os atrativos turísticos do município de Jacobina como os de toda a região Chapada Norte, de forma criativa. A produção de vídeos que apresentem os atrativos, a distância entre eles, a distância entre os municípios da Chapada Norte, assim como vídeos educativos que promovam a educação ambiental e a cultura local, é uma forma de usar a tecnologia a favor do turismo.

O município de Jacobina teve a ocupação territorial intimamente ligada à mineração e à pecuária e vem buscando alavancar a área do turismo. O potencial para o turismo é inegável. A sua formação administrativa é carregada de história, cultura e resistência, além de possuir inúmeros elementos naturais, entre eles, destacam-se: sítios arqueológicos, cachoeiras, cavernas, vales, rios, picos e cânions.

Segundo Etchevarne e Pimentel (2011), Jacobina possui 48 sítios arqueológicos, sendo eles de arte rupestre, cerâmicos e de estruturas construtivas, conforme especificação a seguir (Tabela 36).

Tabela 35

Sítios Arqueológicos no município de Jacobina

Sítio	Período	Classificação
As moitas	Pré-colonial	Arte rupestre
Bananeira	Pré-colonial	Arte rupestre
Barragem do Cantinho	Pré-colonial	Arte rupestre
Cambaitira I	Pré-colonial	Arte rupestre
Cambaitira II	Pré-colonial	Arte rupestre
Cambaitira III	Pré-colonial	Arte rupestre
Da Lua	Pré-colonial	Arte rupestre
Fazenda Caldeirão I	Pré-colonial	Arte rupestre
Fazenda Caldeirão II	Pré-colonial	Arte rupestre
Fazenda Caldeirão III	Pré-colonial	Arte rupestre
Fazenda Caldeirão IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Garimpo do Rio da Cuia	Pós-colonial	Estruturas Construtivas
Gogó da Gata	Pré-colonial	Arte rupestre
Macaqueira	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Cruzeiro I	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro do Cruzeiro II	Pré-colonial	Arte rupestre
Morro Santo Antônio	Pré-colonial	Arte rupestre
Olhos d'água	Pré-colonial	Arte rupestre
Olhos d'água 2	Pré-colonial	Arte rupestre
Olhos d'água 3	Pré-colonial	Arte rupestre
Olhos d'água 4	Pré-colonial	Arte rupestre
Pé de Serra	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio dos Alves	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio Preto I	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio Preto II	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio Preto III	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio Preto IV	Pré-colonial	Arte rupestre
Rio Santo Antônio	Pós-colonial	Cerâmico
São Judas Tadeu I	Pré-colonial	Arte rupestre
São Judas Tadeu II	Pré-colonial	Arte rupestre
São Judas Tadeu III	Pré-colonial	Arte rupestre
São Judas Tadeu IV	Pré-colonial	Arte rupestre
São Judas Tadeu V	Pré-colonial	Arte rupestre
São Judas Tadeu VI	Pré-colonial	Arte rupestre
São Judas Tadeu VII	Pré-colonial	Arte rupestre
Seixos	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Cílio I	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Cílio II	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Cílio III	Pré-colonial	Arte rupestre
Serra do Tamanco	Pré-colonial	Arte rupestre
Toca do Fole	Pré-colonial	Arte rupestre
Tombador	Pré-colonial	Arte rupestre
Tombador de Cima I	Pré-colonial	Arte rupestre
Tombador de Cima II	Pré-colonial	Arte rupestre
Tombador de Cima III	Pré-colonial	Arte rupestre
Três Coqueiros I	Pré-colonial	Arte rupestre
Três Coqueiros II	Pré-colonial	Arte rupestre
Três Coqueiros III	Pré-colonial	Arte rupestre

Nota. Fonte: Adaptado de “Patrimônio Arqueológico da Bahia,” de C. Etchevarne; R. Pimentel, 2011, p. 150, 152.

Através desses sítios, podem ser trabalhadas questões educativas – promoção da educação ambiental, discussões sobre a constituição histórica e cultural e sobre as características geológicas dessas áreas – e realizados roteiros turísticos, ampliando as capacidades das pessoas tanto no que se refere à formação educativa, promovendo o

desenvolvimento pessoal, quanto podendo gerar renda para as pessoas que atuam no turismo, aumentando a liberdade em questões financeiras. No entanto, para gerar desenvolvimento local, é preciso que a população constitua o centro desse processo e a visitação deve estar atrelada à conservação do patrimônio geológico.

Em uma visita de campo ao município de Jacobina, realizou-se visitação à Praça da Igreja Matriz, passando em alguns pontos do Parque das Macaqueiras – Poço do Jacó, barragem de Jacobina, antiga usina hidrelétrica (Companhia Força e Luz de Jacobina, com datação de 1928) e toca da areia. Na Grota do Brito, município de Jacobina, foram visitadas: Cachoeira dos Amores, Cachoeira do Brito, Cachoeira da Viúva e Cachoeira Dois Leões. A trilha realizada teve a altitude mínima de 445m e a altitude máxima de 819m e um desnível de 2.784m. Para capturar esses dados, foi utilizado o aplicativo *Geo Tracker*, a partir do qual foi gerada uma imagem de satélite que mostra o percurso realizado (Figura 23).

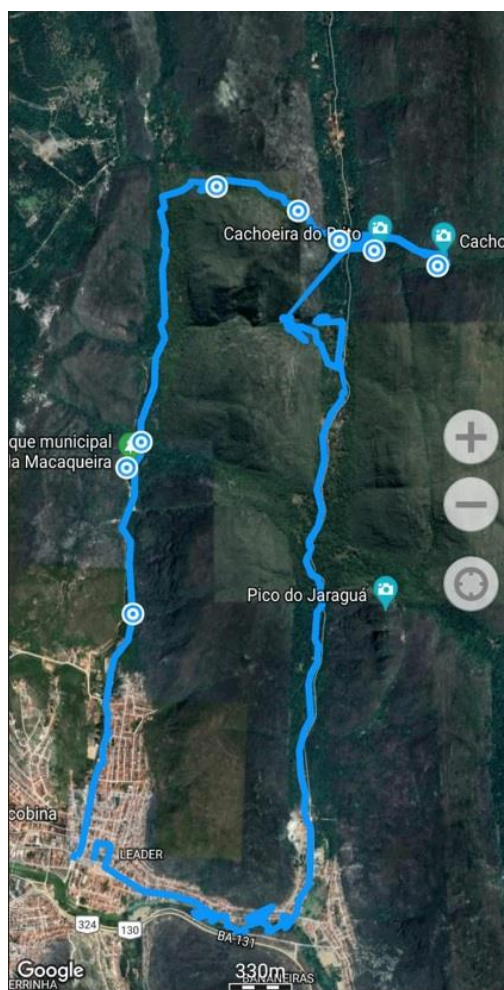


Figura 23. Imagem de satélite da trilha de 16 km em Jacobina.

O Parque Natural Municipal das Macaqueiras foi criado em 2003 através da Lei nº 651/2003, que determina que essa Unidade de Conservação (UC) é formada pelas terras do Vale do Rio do Ouro, desde as nascentes do Rio do Ouro (ao Norte) até os limites do Bairro do Leader (ao Sul), limitando-se também com a Serra Branca e a Serra da Rainha. Trata-se de uma Unidade de Proteção Integral situada na sede do município (Figura 24). Esse tipo de UC permite a realização de pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, atividades recreativas e turismo ecológico.

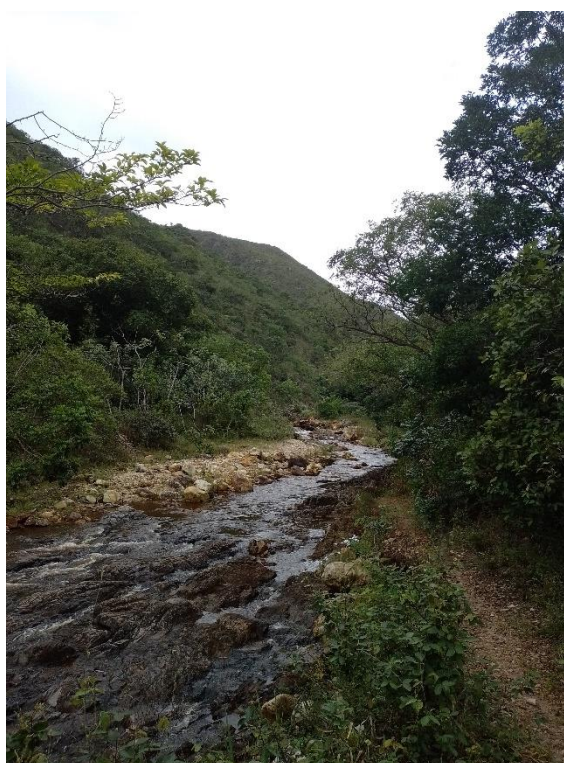


Figura 24. Parque Municipal das Macaqueiras.

Pela lei de criação, a gestão do Parque foi atribuída à Secretaria de Indústria e Comércio, Mineração e Turismo – Secretaria composta por setores conflitantes, visto que a mineração apresenta alto poder destrutivo nas áreas naturais. No entanto, essa configuração de Secretaria não existe mais em Jacobina e apenas em 2017 a gestão foi passada para o Conselho de Defesa do Meio Ambiente através da Lei nº 1.469/2017.

Em 2019, o município de Jacobina foi alvo de ação pública do Ministério Público da Bahia (MP-BA), por causa da degradação ambiental da UC. Na ação, o MP-BA relata que uma empresa eólica, por meio de um Termo de Ajuste de Conduta, concedeu R\$ 200.000 para revitalizar o Parque, no entanto, por não haver segurança, são recorrentes o vandalismo e a realização de caça. O MP-BA solicita que seja implementada segurança patrimonial, bem como

disponibilizados veículos para a guarda e equipamentos de filmagem para monitorar a UC durante dia e noite³⁶.

O Parque foi criado com a justificativa de preservar o ecossistema do Vale do Rio do Ouro. Além da preservação, busca a recuperação das águas e do solo degradado. No entanto, a UC não tem uma gestão eficiente, visto que não há uma fiscalização efetiva, existindo mineração dentro da UC (tanto é possível ouvir o barulho das máquinas de mineração como encontram-se rastros mesmo em áreas, relativamente, próximas à entrada do Parque), conforme Figura 25.



Figura 25. Destruição advinda da mineração ilegal.

Trazer as discussões sobre a ocupação espacial e os jogos de interesses existentes numa determinada área é imprescindível para compreender a dinâmica local que engloba as relações e inter-relações dos diferentes atores sociais. A esse respeito, Cruz (2006) afirma:

O planejamento do turismo, seja ele numa escala regional ou local, não se dá sobre um espaço “plano” e “vazio”, um receptáculo puro e simples de nossas ações. Ao contrário, este planejamento se dá sobre um espaço concreto, herdado, histórica e socialmente

³⁶ Ministério Público do Estado da Bahia. *Degradação do Parque Natural Municipal de Macaqueiras motivou o MP a acionar Município de Jacobina*. Recuperado de: <https://www.mpba.mp.br/noticia/47662>

construído, e que, portanto, tem de ser considerado pela política pública e pelos programas e projetos que dela derivam (Cruz, 2006, p. 342).

Além da importância ambiental do Parque das Macaqueiras, o espaço também é palco da construção histórica de Jacobina. Na área em que foi criada a UC, estava alocada a Companhia Força e Luz de Jacobina, primeira empresa de fornecimento de energia na localidade (Figura 26).



Figura 26. Antiga Companhia de Força e Luz de Jacobina.

Conforme Silva (2015), a Companhia Força e Luz foi viabilizada pelo Coronel Galdino César de Moraes, que em 1924 teve autorização do Conselho Municipal para instituir o fornecimento de água encanada e energia em Jacobina. Uma sociedade acionária foi estruturada pelo coronel junto com seguidores políticos, já que o município contava com poucos recursos públicos. Ainda de acordo com a autora, a Cachoeira do Rio do Ouro era a fonte de água da barragem construída pelo Henri de Boutelles. O maquinário utilizado para o fornecimento de energia hidráulica foi comprado da empresa Simes do Brasil.

A ausência de uma gestão adequada do Parque das Macaqueiras, atrelada à visitação desordenada, tem deixado rastros nas áreas naturais de Jacobina. A falta de cuidado com o patrimônio geológico é notável ao visitar a Toca da Areia, localizada no Parque, pois, além de restos de fogueira (Figura 27), encontram-se diversas inscrições nas rochas (Figura 28).



Figura 27. Restos de fogueira na Toca da Areia.



Figura 28. Degradação do patrimônio geológico.

É necessário haver maior cuidado com o patrimônio geológico e ambiental. O poder público, através dos órgãos de meio ambiente e de turismo, tem a responsabilidade de criar mecanismos para a conservação e preservação ambiental. Conhecer o público – são turistas?

São moradores? – que está visitando essas áreas é o ponto de partida para criar estratégias para sensibilizar as pessoas e disseminar a educação ambiental. Uma alternativa é firmar parceria com instituições de ensino, a fim de realizar pesquisas científicas e projetos de extensão para conhecer mais as problemáticas que coadunam no território e atuar formando cidadãos mais conscientes.

O município é agraciado com diversas fontes de água e possui muitas cachoeiras. Oliveira e Perazzo (2012) apontam que há em torno de 33 cachoeiras no município de Jacobina, as quais são regadas pelo Rio Itapicuru-Mirim e pelo Rio do Ouro. Rêgo (2018) afirma que há, aproximadamente, 105 nascentes de rios catalogadas nas serras de Jacobina e que os rios Itapicuru-Mirim, Itapicuruzinho, Cuia e Retiro formam uma microbacia e deságuam na barragem de abastecimento de água de Jacobina.

O Vale do Brito em Jacobina possui uma série de atrativos naturais. O acesso ao Vale se dá pelo Bairro da Bananeira e pelo Parque Municipal das Macaqueiras. Entre a gama de cachoeiras existentes no Brito, encontram-se a Cachoeira dos Amores, a Cachoeira do Brito, a Cachoeira da Viúva e a Cachoeira Dois Leões. Tem-se também o Pico do Jaraguá, um dos picos mais altos de Jacobina, de onde é possível apreciar a vista panorâmica da cidade. Através do aplicativo (app) *Handy GPS*, coletaram-se as coordenadas em um ponto do Vale do Brito e a altitude identificada foi de 743m.

A Cachoeira dos Amores (Figura 29) requer um esforço médio, com subidas e descidas, para acessar o local. A história contada pelas pessoas da localidade (incluindo os condutores ambientais) é a de que os índios Payayás costumavam se banhar nela. O nome dos Amores advém da estória de que os índios Jacó e Bina fizeram amor pela primeira vez nessa localidade. A altitude capturada foi de 711m.

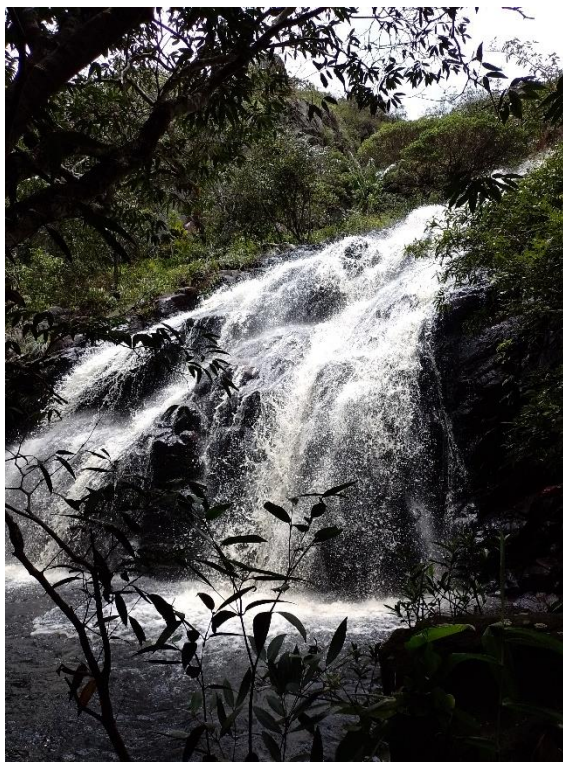


Figura 29. Cachoeira dos Amores.

A Cachoeira do Brito (Figura 30) fica próxima à Cachoeira dos Amores e possui fácil acesso. É possível ir de transportes motorizados até bem próximo à entrada que dá acesso à cachoeira e o trecho que necessariamente tem que ser feito a pé é bem curto. No entanto, o acesso ao Vale da Grota do Brito, com veículos motorizados, precisa ser autorizado pelo órgão competente municipal, exceto para moradores (precisa ter comprovante de residência ou carteira de sócio da associação de moradores), representantes dos órgãos públicos desempenhando suas funções e turistas acompanhados por pessoas da associação local ou guias de turismo – erroneamente descrito na Lei nº 1.560/2018 como guia turístico³⁷ – cadastrados no órgão competente. A informação a respeito do nome da cachoeira é de que se deu em virtude da família Brito, estabelecida na região.

³⁷ Guia de Turismo é o profissional que possui formação técnica, adquirida através de instituição apta para realizar a formação. Já guia turístico se refere a um material que os turistas podem utilizar para saber mais sobre o destino ou mesmo para programar uma viagem.

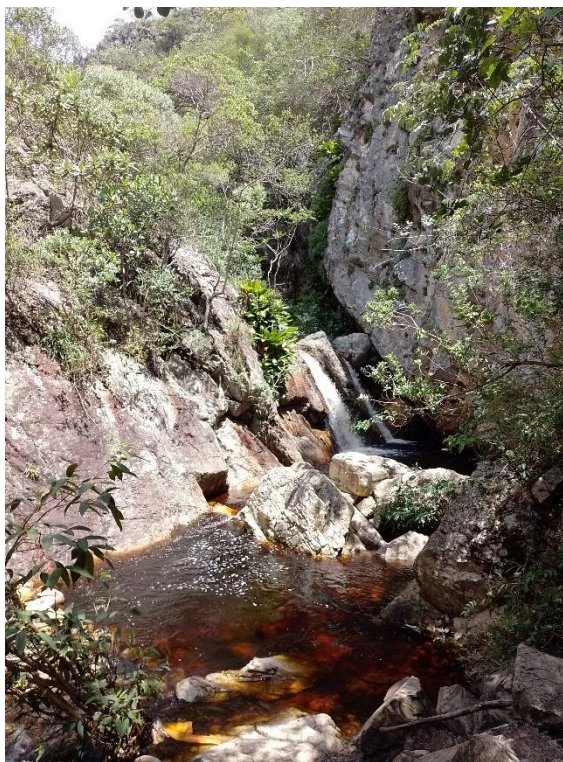


Figura 30. Cachoeira do Brito.

A Cachoeira da Viúva (Figuras 31) tem esse nome devido ao suicídio de um senhor, morador de Jacobina, nos arredores da cachoeira. A viúva, que costumava lavar roupas na cachoeira, encontrou o seu esposo sem vida e, sozinha, o carregou. Esse relato foi contado em uma visita de campo³⁸ pelo neto do falecido, que é Guia de Turismo e atua na região há muitos anos. Porém, antes desse relato, já se tinha conhecimento da morte ocorrida, através da história contada por outras pessoas.

³⁸ Embora não tenha sido combinado o encontro, o mesmo ocorreu no dia 09 de março de 2022, quando estava sendo realizada uma visita de campo à Cachoeira da Viúva.



Figura 31. Cachoeira da Viúva.

A partir das imagens, tem-se uma noção de como é o acesso até a cachoeira e sua queda d'água. A cachoeira localiza-se entre cânions, sendo necessário passar por dentro do rio para acessá-la. Todo o percurso é realizado numa trilha formada naturalmente, pois não há infraestruturas implementadas nem no caminho nem na chegada à cachoeira, de modo que a única intervenção, nesse sentido, é a implantação de placas de sinalização turística. Embora na visita de campo estivesse sendo utilizado o aplicativo *Handy GPS* para capturar a localização das cachoeiras, não foi possível captar dessa, na medida em que o Sistema de Posicionamento Global (GPS) não funcionou, provavelmente, devido ao fato de a cachoeira ficar “escondida” entre os paredões.

Entre os cânions, também se encontra a Cachoeira Dois Leões (Figura 32), podendo ser acessada a partir da Cachoeira da Viúva. O percurso é feito por um trecho por dentro do rio, em uma profundidade que exige que o visitante saiba nadar, ou pode ser feito voltando um trecho da trilha da Cachoeira da Viúva e indo por um caminho que também requer habilidades do visitante, uma vez que não há facilidades de acesso e existem trechos escorregadios. Em meio a água corrente, é preciso se segurar nas pedras e em paredões que se tem pelo caminho.

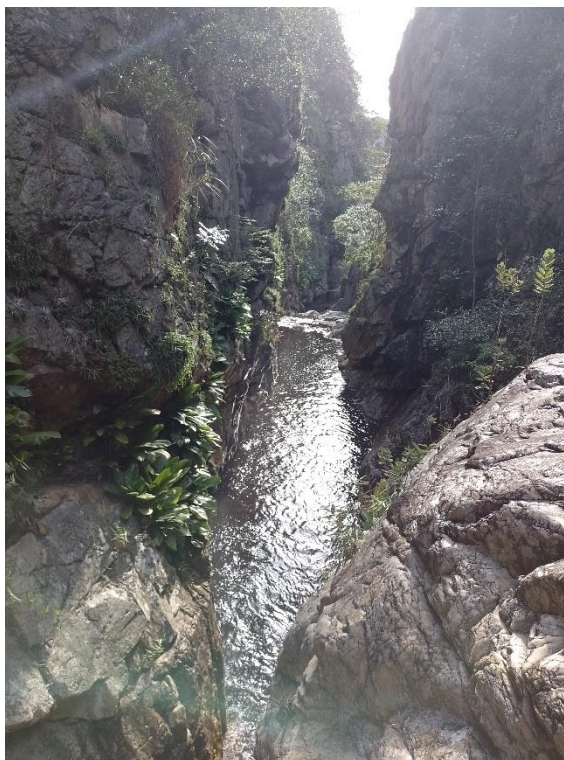


Figura 32. Cachoeira Dois Leões.

A Cachoeira Dois Leões não possui fácil acesso, porque no percurso há caminhos escorregadios, ainda mais se tiver chovido ou chovendo. No dia da visita, em um trecho, foi preciso segurar-se no chão, visto que era muito escorregadio e não havia nenhuma facilidade de acesso implementada para proporcionar segurança aos que vão em busca de lazer, turismo e/ou realização de estudos científicos.

Além das potencialidades naturais apresentadas, o Vale do Brito possui elementos característicos da cultura. Há uma Casa de Farinha – Sagrado Coração de Jesus – e a Associação Comunitária Grota do Brito, ambas se localizam na mesma edificação, conforme Figura 33.



Figura 33. Casa de Farinha e Associação Comunitária Grota do Brito.

Embora não tenha sido possível adentrar na edificação, já que se encontrava fechada (pelo que informaram, devido à reforma), foi informado que, quando grupos de turistas vão realizar trilhas e querem almoçar lá, os condutores ou guias antecipadamente entram em contato com o pessoal da Casa de Farinha, responsável por preparar e servir a alimentação.

Os elementos culturais característicos do ciclo do ouro, que remetem também à resistência da população negra e da indígena frente aos comandos dos colonizadores, o que forma a cultura viva existente nas comunidades quilombolas, ratificando a resistência do povo e a sua busca pela liberdade, são potenciais turísticos de Jacobina. Embora as potencialidades estejam por todas as partes desse município, os esforços para promover o turismo estão concentrados no distrito de Itaitu. O distrito conta com muitas cachoeiras, sendo algumas delas de fácil acesso – Véu de Noiva, Coxinho, Piancó, Arapongas, Poço da Geladeira e Sossego (essas três últimas estão dentro da área do PESP) –, o que é perceptível que houve grande aumento no fluxo de turistas no decorrer dos anos.

Com base em visitas realizadas a Itaitu em 2016 e em anos anteriores, sabe-se que a oferta de hospedagem no distrito era muito limitada. Uma moradora local que alugava os quartos de sua casa, embora já tenha falecido, é lembrada como a precursora do turismo na localidade. No entanto, o cenário hoje é outro, há *campings* (*camping* Grota Azul, *camping* Payayás, *camping* Vale do Mamute), pousada (Encantos da Serra) e villages, construídos em

ótimas localizações (com visão panorâmica das serras), os quais são ofertados com preços elevados.

Como consequência do aumento do fluxo turístico, desprovido de planejamento e organização para o turismo, e da carência de uma gestão adequada, com fiscalização, das áreas naturais, surgiram impactos negativos decorrentes do turismo. A partir das entrevistas realizadas com os atores sociais (setor público, prestadores de serviços turísticos e associações), foi identificado que há um número de turistas além do adequado por vez nas áreas naturais e que falta educação ambiental, já que as pessoas deixam lixo nas áreas de cachoeira. Para minimizar tais impactos, e visando conservar o patrimônio natural, as associações de condutores e guias fazem mutirões para recolhimento dos materiais deixados.

Esses impactos foram notados pelo Ministério Público da Bahia, que ajuizou uma ação visando garantir a preservação da Cachoeira Véu de Noiva. A ação trata do fluxo desordenado de turistas – inclusive de outros estados, como Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro –, em grande quantidade e sem controle de acesso, do recorrente acúmulo de lixo e da contaminação da água (que é utilizada pela população local), relatando que através de exames de laboratório foram identificados coliformes fecais e outros contaminantes³⁹.

Segundo Menezes (2021), a capacidade de carga turística desempenha um papel importante na gestão dos atrativos naturais. Partindo da capacidade de carga, é possível reduzir os impactos negativos que as áreas naturais de Itaitu vêm sofrendo. Para tanto, foram calculadas a capacidade de carga física (CCF) e aplicados fatores de correção, a capacidade de carga real (CCR) e a capacidade de carga efetiva (CCE), conforme Tabela 37.

Tabela 36

Capacidade de carga de Cachoeiras em Itaitu

Trilha	CCF	Fatores de correção	CCR	CCE
Véu de Noiva por cima	408	Erodibilidade, aclividade e declividade	156	117
Véu de Noiva por baixo	386	Declividade	347	260
Cachoeira do Piancó	202	Declividade e brilho solar	90	68
Trilha do Coxinho	125	Brilho solar	75	56

³⁹ Ministério Público do Estado da Bahia. *MP ajuíza ação para garantir preservação da Cachoeira Véu de Noiva em Jacobina*. Recuperado de: <https://www.mpba.mp.br/noticia/51018>

A capacidade de carga efetiva refere-se ao limite máximo para a capacidade de manejo e foi feita baseada no critério de 75% (Menezes, 2021). São problemas presentes nas áreas naturais de Itaitu apontados pelo autor: presença de resíduos sólidos (plástico, latas de alumínio e resquícios de fogo), anotações em árvores, abertura de espaços para acampar, coliformes fecais na Cachoeira Véu de Noiva, compactação do solo e erosão, ausência de monitoramento faunístico, lotação acima do suportado e falta de delimitação das áreas a serem utilizadas nas trilhas.

Além das potencialidades e dos atrativos naturais que Jacobina possui, existe uma variedade de festas e eventos que são realizados ao longo do ano. De cunho religioso, há, por exemplo, a Caminhada da Luz, que em 2022 teve a XVII edição (uma procissão, realizada na Semana Santa, que sai da Igreja Matriz, anda pelas ruas da cidade e vai até o alto da Serra do Cruzeiro) e a visitação às ruínas da Igreja das Figuras (situada entre quatro municípios: Caém, Jacobina, Mirangaba e Saúde).

Um evento bem conhecido pelas pessoas dos municípios vizinhos é a micareta de Jacobina (carnaval fora de época), que traz atrações de renome nacional, mas há alguns anos não vem ocorrendo. As festas atraem pessoas de diferentes cidades, já que as micaretas normalmente ocorrem em datas em que não estão tendo outras festas concomitantemente. A seguir, estão elencados os eventos que ainda são realizados e se destacam na atração de fluxo de pessoas.

Corrida Duque de Caxias: é uma corrida tradicional que ocorre anualmente na cidade de Jacobina. Segundo Gonçalves et al. (2014), foi idealizada por Florentino Cardozo – nascido em Salvador, servia ao exército no Rio de Janeiro e em 02 de julho de 1981 chegou em Jacobina para comandar o Tiro de Guerra –, que, ao perceber que os jovens em Jacobina não tinham o hábito de praticar esportes e gastavam o tempo livre com bebedeira e jogatina, resolveu criar o evento para ocorrer no mês seguinte. As inscrições eram realizadas, gratuitamente, no Tiro de Guerra, porém apenas homens puderam participar da corrida (a justificativa é a de que temiam prejudicar a saúde das mulheres, as quais habitualmente não realizavam atividades físicas que demandassem força e resistência). A primeira edição ocorreu em 1981, tendo 302 inscrições de moradores de Jacobina para realizar o percurso de 8 km pelas ruas da cidade. Já em 1983, em sua terceira edição, as mulheres puderam participar e o total de participantes foi de 409. Nos anos 1986, 1987 e 1988, o evento não aconteceu por questões políticas (Gonçalves et al.). Em 2019, o evento teve a sua 34ª edição, com um percurso de 5km e outro de 10km, e contou com

a participação de cerca de 1400 pessoas, tendo participado pessoas de outros municípios baianos e de outros estados⁴⁰.

Open de voo livre: nos dias 09 e 10 de outubro de 2021 ocorreu a XII edição do evento, tendo duas modalidades: asa-delta e parapente. O evento é realizado pela Associação Jacobinense de Voo Livre e ocorre na Serra da Amizade. Segundo a Confederação Brasileira de Voo Livre (CBVL), a pista fica a 4 km da cidade de Jacobina, sendo possível acontecer duas decolagens por vez, com uma altitude de 742m e um desnível de 250m. Conforme a CBVL, o clima é excelente, sendo que de setembro até abril é a melhor época, havendo muitos pousos e o resgate é fácil⁴¹.

Cicloturismo: trata-se da realização de trilhas tendo a bicicleta como meio de transporte. No município de Jacobina, o percurso envolve atrativos naturais. Em 2022, ocorreu a IV edição do evento, que foi realizado nos dias 30/04 e 01/05. No primeiro dia, a saída se deu da Praça da Matriz, na cidade de Jacobina, para a pedalada de cerca de 60 km (ida e volta a Itaitu) e com até 700m de altitude. Nesse dia, também ocorreu, como parte do evento, a Feira Eco Arte. Já no segundo dia, o ponto de concentração foi no Hotel Fiesta Park, onde foi servido o café da manhã, e a trilha era de 30 km em Jacobina. No percurso, era possível consumir alguns produtos de alimentos e bebidas, como água, água de coco e açaí, bem como desfrutar de atrações culturais (tradicional como a marujada e também forró). Segundo a Prefeitura de Jacobina, o evento teve mais de três mil participantes⁴².

Desafios dos sertões: é um evento, realizado na Bacia do São Francisco, que envolve diversas atividades esportivas – *mountain bike*, *trekking*, travessia e técnicas verticais – e tem o apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Nos dias 05 e 06 de novembro de 2021, ocorreu em Itaitu e contou com a participação de homens, mulheres e crianças acompanhadas pelos responsáveis⁴³.

⁴⁰ Tr agora. Marcos Fernandes vence a 34ª corrida Duque de Caxias de Jacobina. Recuperado de: <https://www.tragora.com.br/marcos-fernandes-vence-a-34a-corrida-duque-de-caxias-de-jacobina/>

⁴¹ Confederação Brasileira de Voo Livre. Encontre sua rampa: Bahia. Recuperado de: <https://www.cbvl.esp.br/rampas-do-brasil/df/ba/voo-livre-paraglider-parapente-asa-delta-serra-da-amizade-jacobina-bahia/>

⁴² Prefeitura de Jacobina. Cicloturismo reuniu mais de 3 mil em Jacobina; evento teve apoio da Prefeitura. Recuperado de: <https://jacobina.ba.gov.br/cicloturismo-reuniu-mais-de-3-mil-em-jacobina-evento-teve-apoio-da-prefeitura/>

⁴³ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Desafio dos Sertões aconteceu na região da Chapada Diamantina, em Jacobina (BA). Recuperado de: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/desafio-dos-sertoes-aconteceu-na-regiao-da-chapada-diamantina-em-jacobina-ba/>

O município conta com alguns bens tombados, sendo dois deles tombados pelo Governo Estadual e dois pelo Governo Federal, conforme descrito abaixo (Tabela 38).

Tabela 37

Bens patrimoniais tombados

Bem patrimonial	Legislação	Instituição de tombamento	Inscrição	Data do Tombamento	Resumo do histórico
Casa na Praça Castro Alves nº 61.	Decreto nº 33.252/86.	Bem tombado pelo Governo Estadual – IPAC.	Livro do Tombo dos Bens Imóveis.	09/06/1986	A casa tem características do início do século XIX, com modificações (planta e fachada) do final do século XX. É uma das últimas edificações do século XIX do Piemonte da Diamantina.
Capela do Bom Jesus da Glória.	-	Bem tombado pelo Governo Federal – IPHAN.	Livro do Tombo Histórico.	19/01/1972	-
Igreja Matriz de Santo Antônio.	Decreto nº 8.357/02.	Bem tombado pelo Governo Estadual – IPAC.	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis.	05/11/2002	Em 1683, o arcebispo João de Madre de Deus criou a Freguesia de Santo Antônio da Jacobina (Jacobina Velha, onde atualmente está Campo Formoso) e, por rivalidades entre Garcia D'ávila e os Guedes de Brito, ocorreu a mudança de Jacobina para onde está hoje. Em 1985, foi construída a torre e em 1938 os padres da ordem Cister passaram a administrar essa igreja.
Igreja da Missão. Outros nomes: Igreja de Bom Jesus da Glória; Capela de Bom Jesus da Glória.	Processo nº 490-T-48.	Bem tombado pelo Governo Federal – IPHAN.	Livro do Tombo Histórico. Inscrição: 435.	19/01/1972	A igreja e o convento de Bom Jesus da Glória foram instituídos pelos franciscanos na propriedade da família Guedes de Brito no ano de 1706.
Igreja de Nossa Senhora da Conceição.	Processo nº 490-T-48.	Bem tombado pelo Governo Federal – IPHAN.	Livro do Tombo Histórico.		

Nota. IPAC; IPHAN, 2020; Sipac, 2022.

Foi possível encontrar a descrição do processo nº 0490-T-48 – Tombamento Igreja da Missão (Anexo A). Segundo o Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia – SIPAC (2022), a casa de nº 61, localizada na Praça Castro Alves na cidade de Jacobina, é uma propriedade privada, que tinha como uso original a residência e atualmente é usada como escola (Figura 34). Essa edificação apresenta bom estado de conservação. Além da importância por conter características do século XIX, em 22 de maio de 1988, o Conselho Municipal de Jacobina, na sala dessa casa, pôs em ata o contentamento pela abolição da escravidão.



Figura 34. Casa da Praça Castro Alves, nº 61.

A Praça Castro Alves possui diversas edificações que remontam ao processo de ocupação do centro urbano de Jacobina (Figura 35). Destaca-se que na Praça há sinalização turística, indicando a Praça Castro Alves, a Igreja Matriz e a Casa de dona Virgiliana como pontos turísticos.



Figura 35. Praça Castro Alves, Jacobina - BA.

Na praça, encontram-se a Igreja Matriz (tombada em âmbito federal) e a Casa de nº 61, pertencente à dona Virgiliana (tombada em âmbito estadual). Nela e em seu entorno, há uma diversidade de edificações – algumas que remetem aos séculos anteriores e outras que possuem caráter modernizador. Uma construção nítida do processo modernizador que ocorre em Jacobina é a loja *Le Biscuit* (Figura 36), que está de frente para a Praça e destoa das edificações ao seu redor.



Figura 36. Franquia da *Le Biscuit* em Jacobina.

Novos usos vêm sendo dados aos imóveis da cidade de Jacobina. O casarão (Figura 37) que fica ao lado da Casa nº 61, por exemplo, em sua parte térrea, tem três comércios: um escritório de advocacia (Cordeiro e Monteiro Advogados), uma clínica odontológica (Clínica Odontológica Yara) e um restaurante de comida italiana.



Figura 37. Casarão localizado na Praça Castro Alves.

O primeiro dono do casarão foi o português Francisco Dias de Moraes. Até hoje a casa permanece de posse da família, na 4ª geração, sendo os proprietários José Rocha Pires e Lorena. A edificação passou por diversas mudanças, inserção de piso, crescimento da varanda e da casa, sendo acrescentadas uma escada e uma cozinha. Embora não se saiba a data correta da construção, especula-se que foi por volta de 1780. A casa não é tombada, visto que os proprietários discordam dos termos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁴⁴.

O município possui diversas edificações que remetem ao processo de ocupação do espaço. O patrimônio, tombado ou não, faz parte da construção social, cultural e histórica do povo que ocupou e ocupa esses espaços. Jacobina ainda conta com bens imóveis que remetem à ocupação das terras pelos portugueses (alguns em bons estados de conservação e outros, visivelmente, estão em depreciação). Apesar de trazer essa problematização (conservação do patrimônio x modernização e conservação dos bens patrimoniais x desgaste dos bens imóveis), deixa-se claro que este trabalho não apresenta todos os imóveis que têm potencial de atrair fluxo turístico, uma vez que, embora o desenvolvimento abarque essas questões, discutir sobre todo

⁴⁴ Museu Cidade do Ouro. *A História do Casario “O sobrado”*. Recuperado de: <https://museucidadedouro.wixsite.com/museu/post/a-hist%C3%B3ria-do-casario-o-sobrado>

o patrimônio daria um trabalho por si só. Esta pesquisa está mais voltada para a participação das pessoas em processos políticos de planejamento para/pelo turismo.

Visando conhecer a oferta de serviços turísticos, foi realizado o levantamento dos prestadores de serviços turísticos cadastrados nos municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim, conforme CADASTUR. A seguir, serão apresentados os serviços de Jacobina, iniciando pelos meios de hospedagens (Tabela 39).

Tabela 38

Meios de hospedagem em Jacobina

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Classificação	Porte	Natureza jurídica	UH	UH acessíveis	Total de leitos
1	Fiesta Park Hotel	09.345.172/0001-71	Hotel	Microempresa	Empresário (individual)	60	0	123
2	Hotel Aguiar	35.646.320/0001-06	Hotel	Microempresa	Empresário (individual)	20	0	40
3	Hotel e Restaurante do Coelho	33.922.493/0001-76	Hotel	Microempresa	Empresário (individual)	16	0	46

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

Conforme se observa, foram identificados três meios de hospedagens, sendo que um deles é também restaurante. Todos são microempresa. Há 96 Unidades Habitacionais, sendo seis acessíveis, e 209 leitos. Já em relação às agências de viagens, foram identificadas sete (Tabela 40).

Tabela 39

Agências de viagens e turismo em Jacobina

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Categoria de atuação	Idiomas	Quantidade de veículos
1	Aventurize	42.302.872/0001-54	Microempresa	Agência de Viagens e Turismo (Operadoras Turísticas)	-	0
2	Campos Serviços	17.954.897/0001-95	Microempresa	Agência de Viagens	-	0
3	GRS Viagens e Turismo	29.058.719/0001-65	Microempresa	Agência de Viagens	-	0
4	LM Trilhas	40.827.434/0001-84	Microempresa	Agência de Viagens e Turismo (Operadoras Turísticas)	-	0
5	Nobre Viagens	15.697.305/0001-71	Microempresa	Agência de Viagens	-	0
6	Simões Turismo Consultoria e Assessoria em Turismo	12.952.584/0001-84	Microempresa	Agência de Viagens e Turismo (Operadoras Turísticas)	Espanhol/Inglês	0
7	Vivencie Turismo Agência de Viagens e Turismo	13.106.064/0001-13	Microempresa	Agência de Viagens	Inglês	0

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

Todas as agências do município de Jacobina estão cadastradas como microempresa e nenhuma possui veículo próprio. O município de Jacobina não tem nenhuma locadora de veículo cadastrada. Na classificação de prestador especializado em serviços turísticos, Jacobina conta com um cadastro (Tabela 41).

Tabela 40

Prestador especializado em serviços turísticos em Jacobina

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Natureza jurídica	Segmentos Turísticos
1	Turismo Chapada	41.860.729/0001-15	Microempresa	Empresário Individual	Turismo Social, Turismo de Aventura, Turismo Náutico.

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

O prestador especializado atua nos segmentos de turismo social, turismo de aventura e turismo náutico. A seguir, estão listados os serviços que se enquadram na categoria restaurantes, cafeterias, bares e similares (Tabela 42).

Tabela 41

Restaurantes, cafeterias, bares e similares, em Jacobina

N ^o	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Tipo	Natureza jurídica	Especialidades
1	Casa Martinez	28.638.338/0001-92	Microempresa	Restaurante	Sociedade Empresária Limitada	Italiana
2	Delipães	13.665.923/0001-04	Microempresa	Cafeteria	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)	Brasileira
3	Jacombina	24.503.498/0001-73	Microempresa	Bar	Sociedade Empresária Limitada	Cozinha Regional/Brasileira
4	Restaurante Fogão a Lenha (boteco da vila)	29.998.864/0001-26	Microempresa	Restaurante	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)	Brasileira

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

O município conta com quatro cadastros, sendo uma cafeteria, um bar e dois restaurantes, todos estão como microempresa. Um restaurante tem como especialidade a cozinha italiana, os outros três têm como especialidade a culinária brasileira e um deles também tem como especialidade a cozinha regional.

Embora o município não conte com nenhuma empresa organizadora de eventos cadastrada, possui uma empresa que oferta infraestrutura para eventos (Tabela 43).

Tabela 42

Infraestrutura de apoio para eventos

N ^o	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Tipo de atividade	Natureza jurídica
1	A Publicitária	17.073.144/0001-70	Microempresa	Montadora de feiras e negócios, exposições e eventos.	Sociedade Limitada Empresária

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

Trata-se de uma microempresa que atua como montadora de feiras e negócios, exposições e eventos. A seguir, estão identificadas as transportadoras turísticas (Tabela 44).

Tabela 43

Transportadora turística, em Jacobina

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Modalidade	Natureza jurídica	Quantidade de veículos terrestres
1	De Turismo	28.841.107/0001-81	Microempresa	Especial	Empresário (individual)	1
2	Expresso Jacobina	27.609.579/0001-40	Microempresa	Especial, passeio local, traslado	Sociedade Empresária Limitada	1
3	Guimarães Transportadora e Locadora	01.099.497/0001-00	Demais	Especial, passeio local, traslado	Sociedade Empresária Limitada	6
4	J S Lava Car	11.006.664/0001-84	Microempresa	Especial	Empresário (individual)	2
5	Trajetos	27.979.636/0001-83	Microempresa	Traslado	Empresário (individual)	1

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021.

O município possui cinco transportadoras turísticas cadastradas. A modalidade de serviço prestado ocorre da seguinte maneira: uma traslado; duas especial; e duas especial, passeio local e traslado. Três delas possuem apenas um veículo terrestre, uma tem dois veículos e outra possui seis, totalizando 11 veículos terrestres.

4.3.4 Panorama do turismo a partir da percepção dos atores sociais de Jacobina

Para analisar questões ligadas ao desenvolvimento, com ênfase na participação social da população do município de Jacobina em discussões públicas sobre o turismo, foram elencados como atores a serem entrevistados: o gestor responsável pelo turismo no município – que também é o gestor da Chapada Norte –, todos os prestadores de serviços turísticos cadastrados no CADASTUR (21), além de envolver os trabalhadores dos empreendimentos listados anteriormente e associações direta ou indiretamente ligadas ao turismo.

Embora o público-alvo definido tenha sido o descrito anteriormente, não foi possível realizar entrevistas com todas as empresas, devido à falta de maior adesão dos responsáveis pelos empreendimentos turísticos. Foi possível realizar 16 entrevistas, com 12 atores sociais. A quantidade de atores sociais foi menor do que o número de entrevistas porque alguns prestadores de serviços tinham mais de um CADASTUR, como o caso ainda de uma pessoa ter dois CADASTUR, um de uma agência e um de Guia de Turismo, mais o cargo público, como é o caso do Diretor de Turismo de Jacobina. Além disso, um Guia de Turismo que não possui CADASTUR foi inserido no rol de entrevistados, por causa da participação de sua família na

constituição histórica de Jacobina e da sua atuação no município – tanto como Guia de Turismo como na realização de eventos culturais (faz parte da organização da Feira de Economia Solidária de Itaitu, Eco Arte Itaitu, antes denominada Balaio Cultural). A lista de entrevistados está descrita a seguir (Tabela 45).

Tabela 44

Lista de entrevistados do município de Jacobina

Empresa/Associação	Função	CADASTUR	Categoria	Funcionários
Associação de Ação Social e Preservação das Águas, Fauna e Flora da Chapada Norte	Presidente da Associação	-	-	-
Associação de Condutores ambientais e Guias de Itaitu	Presidente da Associação	-	-	-
Núcleo Científico em Produção de Natureza	Presidente do NCPN	-	-	-
Associação Payaya de Guias e Condutores Ambientais de Jacobina	Presidente da Associação	-	-	-
Diretoria de Turismo de Jacobina	Diretor de Turismo	-	-	-
Delipães	Proprietário	13.665.923/0001-04	Cafeteria	15
LM Trilhas	Guia de Turismo	5798846769	Turismo de Aventura, Ecoturismo, Turismo Cultural	Não tem
LM Trilhas	Guia de Turismo	5172237629	Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura	Não tem
Profissional autônomo não cadastrado no CADASTUR	Guia de Turismo	-	-	-
Profissional autônomo com CADASTUR	Guia de Turismo	5505591112	Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura	
Nobre Viagens	Proprietária	15.697.305/0001-71	Agência de Viagens e Turismo (Operadoras Turísticas)	Não tem
LM Trilhas	Proprietário	40.827.434/0001-84	Agência de Viagens e Turismo (Operadoras Turísticas)	Não tem
	Sócio, não registrado,			
Simões Turismo Consultoria e Assessoria em Turismo	Proprietário	12.952.584/0001-84	Agência de Viagens e Turismo (Operadoras Turísticas)	Não tem
Vivencie Turismo Agência de Viagens e Turismo	Proprietária	13.106.064/0001-13	Agência de Viagens	2
GRS Viagens e Turismo	Proprietária	29.058.719/0001-65	Agência de Viagens	2

Os nomes em destaque referem-se às pessoas que possuem mais de um CADASTUR, cada um com uma cor correspondente. Em Resumo, participaram da pesquisa quatro associações, quatro Guias de Turismo, três agências de viagens, duas operadoras turísticas, uma cafeteria e o gestor responsável pelo turismo no município (Figura 38).

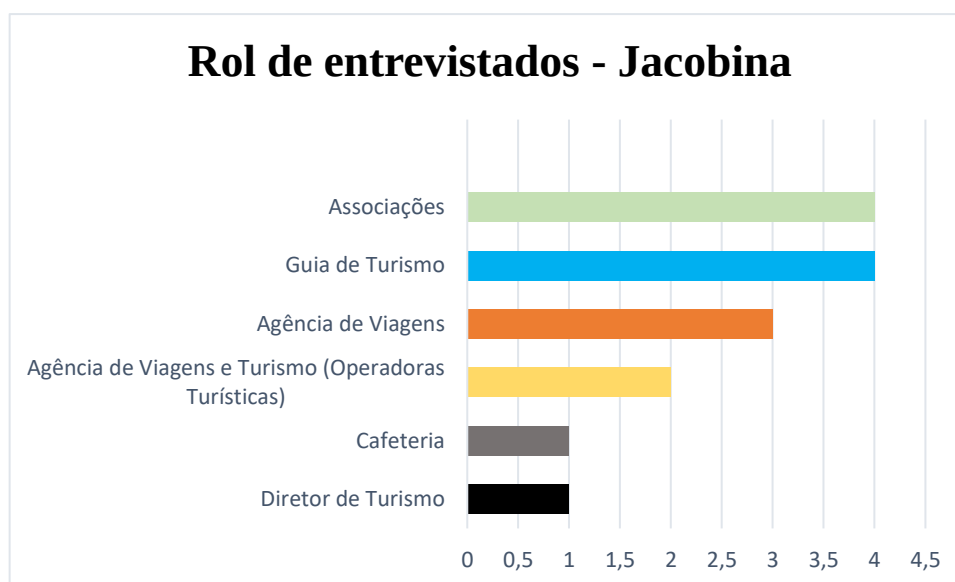


Figura 38. Quantitativo de entrevistados por representação

O quantitativo de associações, empreendimentos turísticos e gestão pública soma um a menos do que o total de entrevistados, visto que foram realizadas entrevistas com duas pessoas da mesma empresa (logo, na figura, foi contabilizado apenas uma vez). Embora tenha pedido a colaboração dos proprietários de estabelecimentos para sensibilizar os trabalhadores a também responderem essa pesquisa, não foi possível entrevistar nenhum trabalhador vinculado aos empreendimentos turísticos, além dos socioproprietários. No entanto, como mostrado na Tabela 45, há proprietários que também atuam como Guias, além disso, dois Presidentes de Associação atuam como Condutores ambientais e um Guia de Turismo atua de forma autônoma. Assim, os trabalhadores também fizeram parte do rol de entrevistados.

Além de saber o vínculo dos entrevistados com o turismo (setor público, setor privado, associações e trabalhadores vinculados ou não a empreendimentos), buscou-se conhecer o perfil deles. Os entrevistados são majoritariamente homens (75%). Dentre as pessoas que se dispuseram a participar da entrevista, apenas três são mulheres e todas estão à frente de empreendimentos privados, mais especificamente classificadas como agências de viagens (duas) e uma agência de viagens e turismo (operadoras turísticas). Já os nove homens são

presentes no setor privado, no setor público e como representantes de associações. Além do sexo, questionou-se o grau de escolaridade dos participantes (Figura 39).

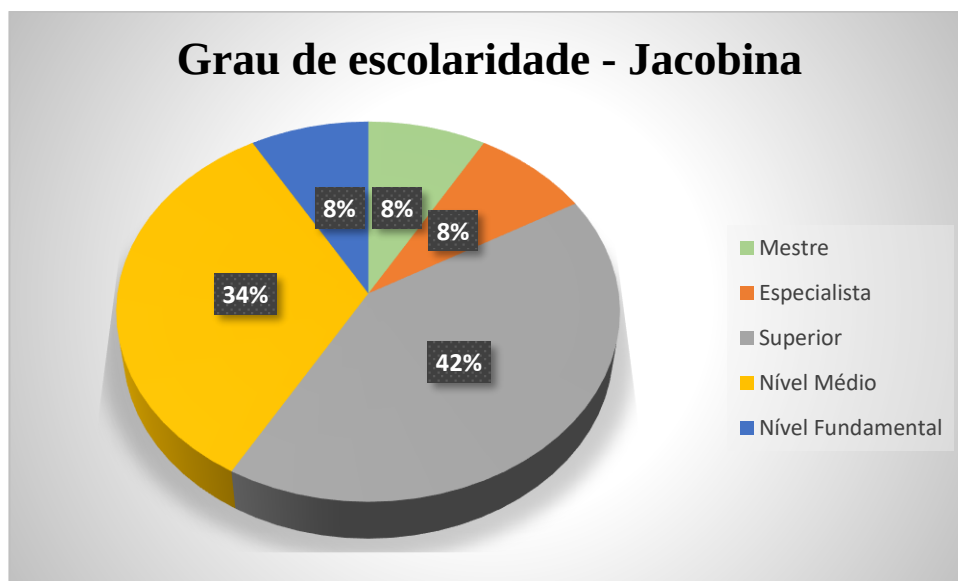


Figura 39. Grau de escolaridade dos entrevistados

O grau de escolaridade dos entrevistados se distribui da seguinte maneira: nível fundamental (um), nível médio (quatro), nível superior (cinco), especialista (um) e mestre (um). Destaca-se que a pessoa que possui nível fundamental informou que está prestes a concluir o nível médio; entre as pessoas que têm nível médio, três possuem dois cursos técnicos – Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Guia de Turismo; Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Guia de Turismo; Técnico em Agroecologia e Permacultura e Técnico em Guia de Turismo – e uma está cursando graduação em Gestão Ambiental; dos que informaram possuir como grau mais alto o nível superior, quatro são graduados em Turismo e um em Enfermagem; a pessoa que possui especialização tem graduação em Gestão Ambiental e especialização também na área ambiental; e o mestre possui graduação em Biologia e mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas. Destrinchar a área de formação dos indivíduos teve como intuito demonstrar que há uma relação forte entre as pessoas do município de Jacobina e a área ambiental, visto que, independentemente do grau de escolaridade, quase sempre as pessoas possuem formação ligada ao meio ambiente natural. Ademais, mesmo quem não possui curso regular em turismo ou em meio ambiente, já participou de algum curso ligado à área, por exemplo: o curso de Condutores Ambientais, curso de extensão ofertado pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Visando conhecer a proveniência das pessoas que têm relação, direta ou indireta, com o turismo de Jacobina, perguntou-se a naturalidade dos entrevistados (Figura 40).

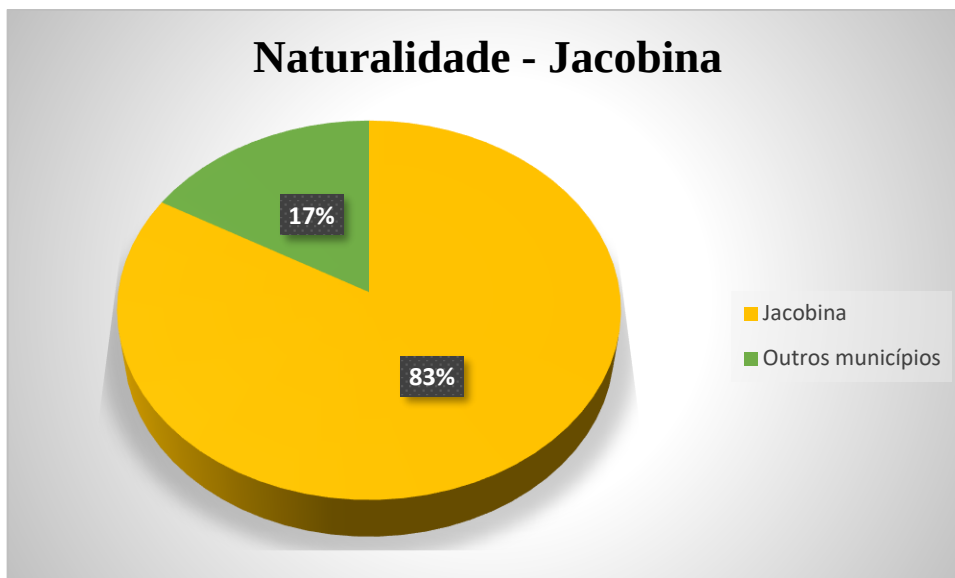


Figura 40. Naturalidade dos entrevistados

Conforme se observa, a maioria das pessoas é de Jacobina, apenas duas são provenientes de outros municípios circunvizinhos, Capim Grosso e Miguel Calmon, sendo que o segundo também faz parte da Chapada Norte. Às pessoas que possuem empresa em Jacobina e/ou que atuam como Guia de Turismo foi questionado há quanto tempo vivem no município. Dos oito questionados, identificou-se que dois sempre viveram lá e os demais saíram por algum tempo e retornaram, sendo que a pessoa que mora há menos tempo lá está há cerca de quatro anos. Destaca-se que entre as pessoas que não são do município estão uma proprietária de empresa, que vive no município há 12 anos, e um presidente de associação que mora lá há cerca de 22 anos⁴⁵.

Jacobina conta com 21 cadastros pessoa jurídica e quatro pessoa física, no CADASTUR, distribuídos da seguinte maneira: meios de hospedagem (três), agências de viagens e turismo (sete), restaurante, cafeteria, bares e similares (quatro), transportadoras turísticas (cinco), serviços de infraestrutura de apoio a eventos (um), prestador especializado em serviços turísticos (um). Das 21 empresas cadastradas no CADASTUR, 20 são microempresas, ratificando que não foram realizados investimentos em grandes empresas de turismo no município. Isso é confirmado ao questionar sobre o quantitativo de funcionários que cada prestador de serviço possui (Figura 41).

⁴⁵ Essa pergunta foi direcionada, exclusivamente, para os prestadores de serviços turísticos (enquadrados no CADASTUR), pois buscava-se saber se havia migração de pessoas para atuar no turismo em Jacobina. No entanto, visto que, das pessoas que não nasceram em Jacobina, fora do setor privado havia apenas o presidente de uma associação, questionou-se a ele também o tempo de residência no município.

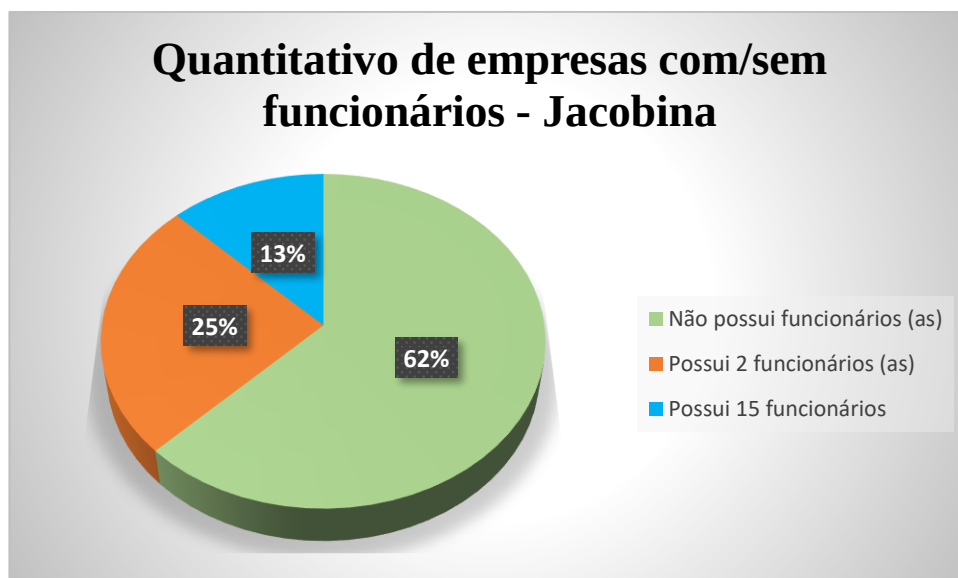


Figura 41. Percentual de empresas que possuem, ou não, funcionários.

A maior parte dos prestadores de serviços turísticos (cinco, dos oito) afirmou não ter funcionários. Apenas duas empresas declararam ter dois e uma afirmou ter quinze (a última se trata de uma cafeteria)⁴⁶. Além disso, todos os prestadores de serviços que não têm funcionários – os cinco atores sociais, três deles exercendo múltiplos papéis (Guia de Turismo + empresário) – atuam, exclusivamente, em *home office*.

Embora os Guias de Turismo e algumas agências não tenham funcionários, os prestadores de serviços afirmaram que, quando necessário, contratam os serviços de outros Guias ou condutores locais. Ademais, os Condutores Ambientais que atuam no turismo também relataram se organizar dessa maneira. A condução/guiamento é feita em parceria quando há grupos grandes ou quando o condutor ou guia não pode conduzir as pessoas pelo período contratado. Isso aconteceu na visita de campo realizada no dia 09 de março de 2022, pois o condutor já tinha uma reunião agendada – para discutir questões ligadas ao turismo – e por isso nos conduziu no período da manhã e no período da tarde convidou um colega condutor e dividiu com ele o valor pago pela diária.

Visando saber se as pessoas tinham conhecimento a respeito da região turística de que Jacobina faz parte, questionou-se sobre o circuito (conforme subdivisão da Bahia) e a região turística (conforme Mapa do Turismo Brasileiro). Todos os entrevistados (doze) souberam

⁴⁶ Embora o proprietário tenha afirmado ter 15 funcionários, destaca-se que este possui outros empreendimentos, o que dá margem à dúvida quanto ao número de funcionários que realmente atuam no empreendimento cadastrado no CADASTUR.

responder o circuito que o município compõe: Chapada Norte. Já em relação à região turística, as respostas se dividiram dessa forma (Figura 42).

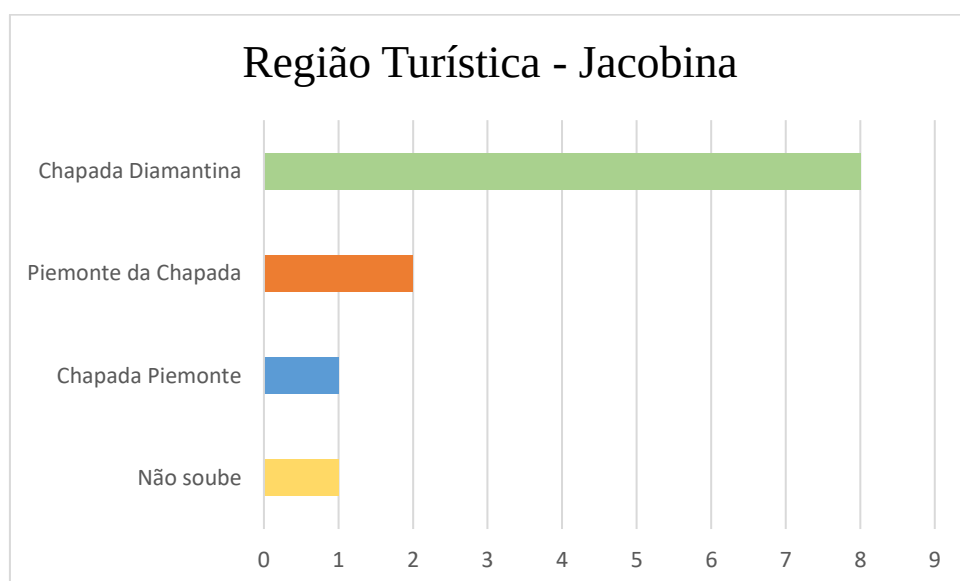


Figura 42. Região turística que Jacobina compõe, segundo os entrevistados.

Ainda que todos os atores que participaram da pesquisa tenham ciência de que Jacobina faz parte da Chapada Diamantina, inclusive demonstraram conhecer que faz parte da Chapada Norte, faltou clareza em relação à região turística que o município compõe. Desse modo, um afirmou que esqueceu, três apresentaram variações entre Chapada e Piemonte – confundindo o nome da região turística com o Território de Identidade, conforme divisão da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – e oito responderam corretamente.

Em relação aos serviços prestados, questionou-se quem mais adquiria os serviços (Figura 43).

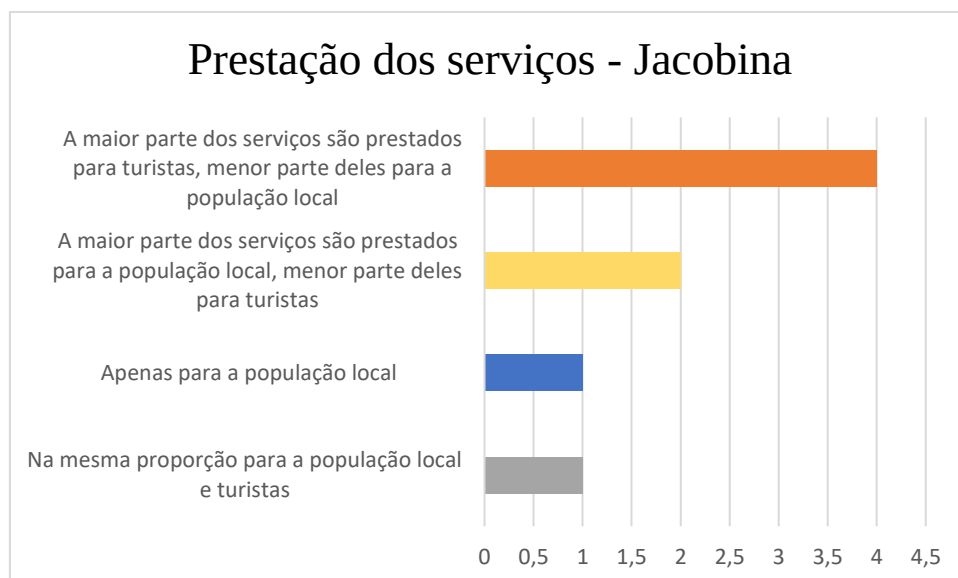


Figura 43. Público contratante dos prestadores de serviços turísticos.

A maior parte das pessoas afirmou que os contratantes dos serviços são, majoritariamente, turistas. Nesse rol, encontram-se três Guias de Turismo, duas agências de receptivo e uma agência de emissivo (a soma dos atores é maior do que o quantitativo de respostas, porque dois Guias de Turismo são também proprietários das agências e foram contabilizados apenas uma vez). Dos que afirmaram ter como maior público a população local, um é uma agência de emissivo e uma cafeteria. A empresa que declarou comercializar os serviços, exclusivamente, para a população local é uma agência de emissivo. Já a pessoa que considerou que os seus serviços são prestados na mesma proporção para a população local e para os turistas é proprietária de uma agência e também Guia de Turismo (contabilizado apenas uma vez). Vale ressaltar que o último divergiu da resposta do seu sócio, que considerou comercializar mais para turistas.

A partir desse panorama, foi possível inferir que os Guias de Turismo e as agências de receptivo são contratados, na maioria das vezes, para guiar pessoas de fora da localidade. No entanto, há também a comercialização de serviços para a população local, sobretudo quando formam grupos para realizar excursões na região. O entrevistado quatro afirmou conduzir pessoas desde 2015, quando ainda realizava o curso de Guia de Turismo. Segundo ele, quando são formados grupos para realização de trilha, apenas de 10% a 20% são de pessoas externas à localidade, mesmo tendo mencionado também que, comumente, pessoas de fora vão visitar a região. Já o entrevistado oito declarou atuar como Guia de Turismo há cerca de cinco anos e pontuou que “Infelizmente a população local não valoriza muito o trabalho do guia”.

Visando adentrar na participação dos atores sociais nos processos decisórios referentes ao turismo, levantaram-se também questões mais técnicas, como o conhecimento, ou não, acerca do Programa de Regionalização do Turismo (Figura 44).

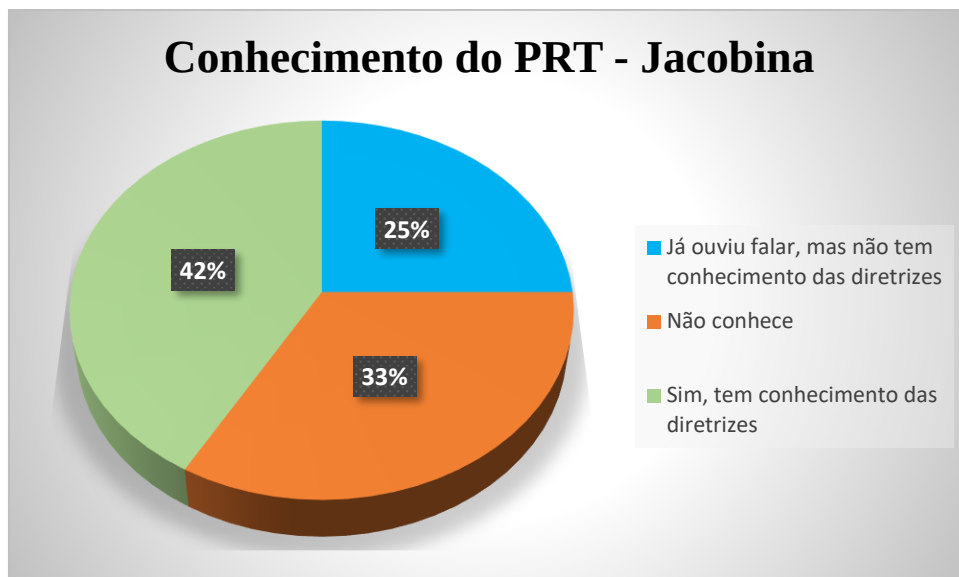


Figura 44. Conhecimento dos atores sociais acerca do PRT.

Dos doze entrevistados, cinco demonstraram conhecimento acerca do PRT, enquanto quatro afirmaram não conhecer (entre esses, três fazem parte do Conselho de Turismo) e três relataram já ter ouvido falar, mas não conhecem as suas diretrizes⁴⁷. Destaca-se que, dentre os cinco que apontaram conhecer melhor o PRT, três são graduados em Turismo, ou seja, esses conhecimentos apresentam grandes chances de terem sido adquiridos na faculdade/universidade. Nesse ponto, encontra-se uma fragilidade da gestão pública, pois, tendo em vista que diversas ações realizadas em prol do turismo na localidade são provenientes do Programa de Regionalização do Turismo, deveria haver maior clareza quanto ao programa. Além disso, conhecer as diretrizes do programa possibilita que as pessoas possam trabalhar, conjuntamente, para alcançar os objetivos elencados.

Nesse quesito, o município de Jacobina conta com a vantagem de possuir quatro profissionais da área atuando no turismo. Salienta-se que o gestor responsável pela Diretoria de Turismo, que também é o coordenador regional da Chapada Norte⁴⁸, é graduado em Turismo e revelou ter conhecimento do PRT em diversos momentos da entrevista (ao falar das instâncias

⁴⁷ Embora essa pergunta tenha sido feita de forma diferente, aberta na entrevista dos prestadores de serviços turísticos e fechada na entrevista das associações, optou-se pela junção das respostas e categorização para se ter um panorama geral de todos os entrevistados.

⁴⁸ No momento dessa entrevista, afirmou ter pouco mais de um ano frente à Diretoria de Turismo e dois anos como coordenador regional.

de governança, ao ser questionado sobre as ações do município em relação a cada eixo do PRT, ao falar de modo generalizado sobre a ocupação do Conselho Municipal de Turismo). O Diretor de Turismo declarou participar das seguintes instâncias de governança: Órgão Oficial de Turismo do município (Diretoria de Turismo) e Conselho Municipal de Turismo, de âmbito municipal; da instância de governança regional (Chapada Norte) e em âmbito estadual do Conselho Estadual de Turismo. Ademais, afirmou que a Chapada Norte tem representatividade na Câmara Técnica de Turismo da Chapada Diamantina desde o início da Regionalização do Turismo.

Tendo em vista que um dos eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo é “qualificação profissional, dos serviços e da produção associada”, questionou-se quem participou de alguma capacitação ligada ao PRT, visando saber se o programa tem contribuído, nesse sentido, com a ampliação das capacidades humanas (Figura 45).

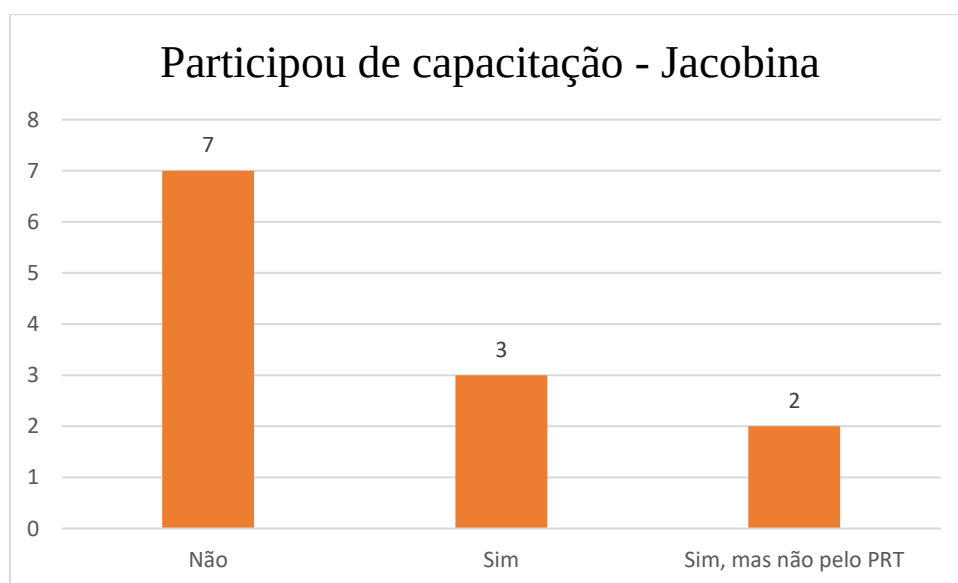


Figura 45. Quantitativo de pessoas que participaram, ou não, de capacitação.

A maior parte dos entrevistados (sete) afirmou não ter participado de capacitação advinda do PRT. Duas responderam que já participaram de capacitação da área de turismo, mas não pelo programa, porém, como uma especificou que recebeu curso de formação ofertado pela BAHIATURSA – Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia – e a outra que participou de capacitação oferecida pelo município, há grandes chances de serem ações ligadas ao PRT, sem que os atores sociais tenham conhecimento dessa ligação. Apenas três pessoas relataram ter recebido capacitação pelo programa, sendo que uma delas foi o gestor público, o qual mencionou que participou do curso de Guia de Turismo ofertado pelo IFBA (curso que

não apresenta oferta regular no Instituto) e que também foi capacitado na esfera pública, como gestor da coordenação regional.

Trazendo as discussões sobre a gestão pública do turismo para as ações locais (embora sejam interligadas com os demais âmbitos: regional, estadual e federal), questionou-se aos prestadores de serviços turísticos se há um Conselho Municipal de Turismo (Figura 46).

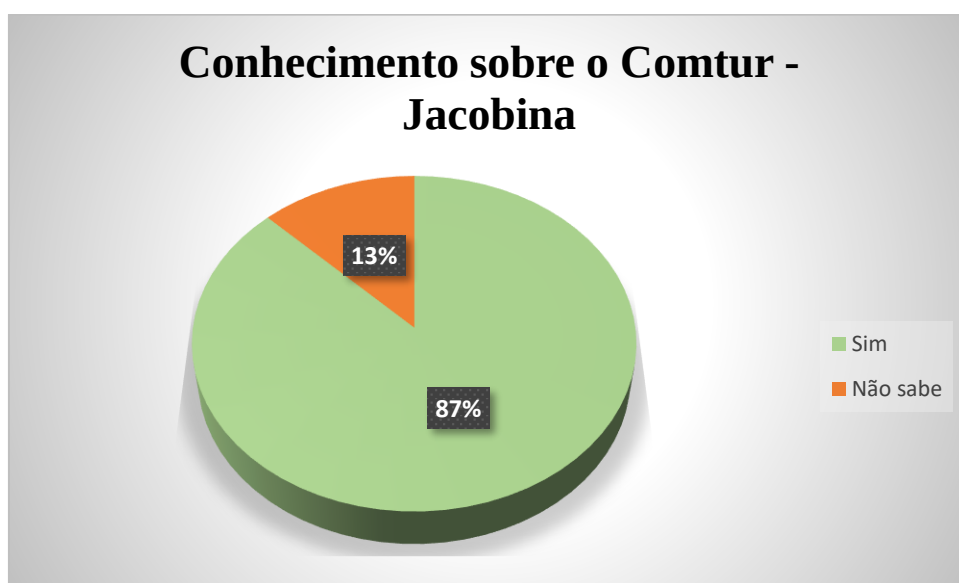


Figura 46. Conhecimento sobre a existência do COMTUR de Jacobina.

A maioria dos prestadores de serviços (sete) sabia da existência do Conselho de Turismo e apenas uma pessoa afirmou não saber. Dos sete, seis declararam conhecer o processo para fazer parte do COMTUR. Já em relação ao conhecimento dos membros que compõem o Conselho, três afirmaram não saber, já os demais, embora tenham ciência de que há representatividade do setor público, privado e da sociedade civil, não souberam dizer, corretamente, o quantitativo de membros, com exceção do Diretor de Turismo do município. Esse fato traz um alerta, pois demonstra pouca interação entre os indivíduos e o conselho, podendo ainda exteriorizar que não está havendo participação de todos os membros nas reuniões.

Embora esse questionamento tenha sido feito aos prestadores de serviços turísticos, foi possível também identificar se as associações tinham conhecimento da existência do Conselho, na medida em que foi questionado se a associação compõe alguma instância de governança municipal, de modo que o Conselho Municipal de Turismo se encontra explícito na pergunta. Das quatro associações entrevistadas, identificou-se que duas compõem o Conselho (ASPAFF e ACAGI), a PAYAYÁS, quando foi formalizada, já havia sido formado o COMTUR (o

Presidente afirmou que a associação foi organizada em maio de 2021, porém a documentação saiu em dezembro) e o NCPN afirmou que tem membro compondo o Conselho de Meio Ambiente, mas de turismo não. Embora a associação PAYAYÁS não tenha direito a voto no Conselho, tem participado ativamente das ações realizadas no município em prol do turismo. Além de participar de reuniões junto aos órgãos públicos, tem colaborado com ações formativas – fazendo inscrições de pessoas interessadas em realizar cursos, como o de Condutor Ambiental, ofertado pela UNIVASF, divulgando cursos que os membros da associação podem participar, por exemplo: curso de idioma e curso de brigadista –, além de apresentar abertamente em sua página do Instagram as pautas de discussões das reuniões da associação. Além da Associação PAYAYÁS, a ASPAFF e a ACAGI apoiam a realização de cursos e ações em prol do turismo e também do meio ambiente. No *site* da ACAGI, é possível consultar as convocações e pautas das assembleias⁴⁹.

É perceptível que as associações têm oportunizado a participação social dos agentes em prol do turismo e de outros elementos transversais que fazem parte do contexto social, histórico e ambiental do município. Há uma preocupação com a conservação e a preservação ambiental, bem como com os aspectos culturais e a valorização de práticas da comunidade. Essa participação social fortalece a luta para que os diferentes órgãos públicos, sobretudo de âmbito municipal, possibilitem a participação cidadã. No entanto, de acordo com Freire (1967), a educação crítica tem um papel fundamental na preparação dos indivíduos para criticar as alternativas expostas pelas pessoas que estão no poder e para defender os interesses dos indivíduos e dos coletivos de que fazem parte.

O questionamento se os atores sociais são a favor do turismo foi feito de forma aberta (se é a favor e por quê?) para os prestadores de serviço e fechada para as associações, o que se mostrou uma falha, uma vez que deveria ter sido feita de forma aberta para ambos, pois discorrer sobre o porquê permite compreender de que maneira as pessoas têm enxergado o turismo. No entanto, essa falha foi compensada, visto que a entrevista tem caráter semiestruturado e contava com diversas perguntas abertas, em virtude disso, as pessoas tinham abertura para falar além do que havia sido questionado. Nessa pergunta, especificamente, foram considerados os depoimentos das doze pessoas. Assim, ainda que as quatro associações tenham respondido à pergunta fechada, contribuíram também com suas ideias. Todos os entrevistados

⁴⁹ Associação de Condutores Ambientais e Guias de Itaitu. *Editais de convocação – reunião mensal – 06 de junho de 2022*. Recuperado de: <https://guiasdeitaitu.blogspot.com/>

afirmaram ser a favor do turismo, e para ilustrar, resumidamente, as declarações foi criada uma nuvem de palavras (Figura 47).



Figura 47. Nuvem de palavras sobre por que são a favor do turismo em Jacobina.

O “sim” em destaque refere-se ao posicionamento dos entrevistados, os quais foram unânimes a favor do turismo. Outra palavra destacada é “desenvolvimento”, ou seja, assim como as políticas de turismo, o discurso do turismo como vetor de desenvolvimento foi abraçado pelos atores sociais da localidade. Já a palavra “gente” demonstra a relação das pessoas com o território, é no sentido de a gente tem (ou o nosso território tem). Nesse sentido, também se destaca “cidade”, remetendo ao que Jacobina tem de potencialidades, atrativos e serviços. Ressalta-se ainda “economia”, ratificando o que fora discutido antes sobre o turismo ser visto como atividade econômica. De forma pulverizada, há um destaque para as riquezas naturais e a necessidade de conservação e preservação do meio ambiente natural. As demais palavras-chaves englobam a ideia de que aumentar o fluxo turístico gera renda, inclusive movimentando locais que antes eram esquecidos, bem como aponta a importância de se considerar a base local.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (Santos, 2008, p. 47).

Em um questionamento feito aos prestadores de serviços turísticos, levantou-se se há turismo e se o turismo deveria ser extinguido, mantido ou aumentado no município de Jacobina. Todos os oito prestadores de serviços consideraram que é preciso aumentar o fluxo turístico. Ademais, foi questionado qual o período de maior visitação turística; embora houvesse divergências nas respostas, majoritariamente ressaltam-se os períodos festivos e as datas em que ocorrem eventos no município (a micareta era um evento que recebia público de diversas localidades). A visitação nessas datas acontece também pelo retorno temporário das pessoas da localidade que estão morando fora. Ademais, como as cachoeiras têm um papel importante na movimentação turística, os períodos quentes se destacam nesse cenário.

Além de conhecer a visão dos entrevistados sobre o turismo, buscou-se saber se os serviços básicos prestados no município atendem às necessidades da população local (Figura 48).

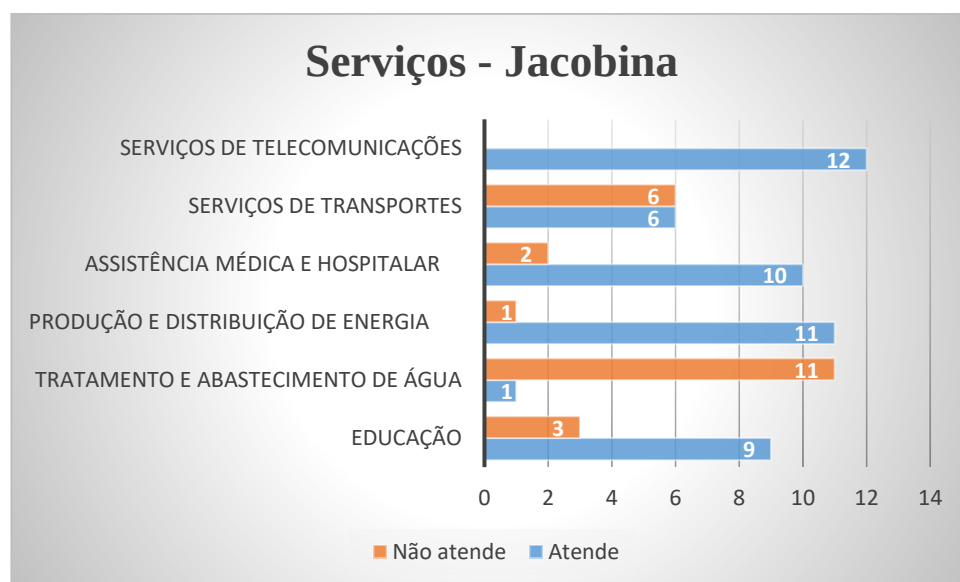


Figura 48. Prestação de serviços, na visão dos atores sociais.

De maneira unânime, consideraram que os serviços de telecomunicações atendem às necessidades locais, de modo que o segundo serviço mais aprovado foi o de produção e

distribuição de energia. Cabe destacar que desde 2015 foram instaladas em Jacobina a empresa Torres Eólicas do Nordeste (TEN), pertencente à Empresa Andrade Gutierrez (51%), e a empresa francesa Alstom (49%)⁵⁰. Já o contrário aconteceu com o tratamento e abastecimento de água, quesito em que 11 pessoas consideraram que não atende à população e apenas uma considerou que atende. Esse resultado é, sobretudo, decorrente da falta de tratamento da água utilizada pela população do distrito de Itaitu (narrativa comum nos diálogos com os atores sociais entrevistados). Essa questão foi reclamada pelo Ministério Público da Bahia, em reunião realizada em 2018. Nessa ocasião, foram apontadas problemáticas decorrentes do uso da água: 1) a população do entorno utiliza as águas (água não potável) da Cachoeira Véu de Noiva para consumo próprio e dos seus animais; 2) o grande fluxo turístico que ocorre sem controle. O quesito referente aos serviços de saúde foi considerado pela maioria (10) como serviço que supre as necessidades. O município conta com variados serviços de saúde, público (destaca-se a Policlínica) e privado. A educação também foi considerada pela maioria (nove) como um serviço que atende às necessidades locais (salienta-se que no município há escolas públicas e particulares, faculdades privadas e de âmbito público, o IFBA e a UNEB). Maiores informações sobre saúde e educação podem ser consultadas no capítulo um. Já em relação aos transportes, metade das pessoas considerou que atende e metade que não atende às necessidades da população local. Havendo um fluxo de turistas que dependa do serviço público, a situação tende a ser agravada. Essa dificuldade é perceptível para os moradores das cidades próximas. A cidade de Capim Grosso (que na circunvizinhança possui maior fluidez no que se refere aos transportes), localizada a 60 km de Jacobina, possuía transporte intermunicipal em vários horários ao longo do dia para Jacobina, porém a frota foi reduzida substancialmente. Ademais, quem quer ir de ônibus para Itaitu, localizada a cerca de 30 km, precisa se deslocar até Jacobina (60 km) e em seguida pegar um ônibus na cidade voltando o caminho percorrido para chegar ao distrito.

Tendo em vista a dimensão espacial e as atividades que se desenrolam no território há décadas, questionou-se se os atores sociais consideram o turismo, a mineração e a pecuária setores que geram desenvolvimento local e regional (Figura 49).

⁵⁰ Alstom. *Andrade Gutierrez e Alstom inauguram nova fábrica para o mercado eólico brasileiro*. Recuperado de: <https://www.alstom.com/pt/press-releases-news/2015/1/andrade-gutierrez-e-alstom-inauguram-nova-fabrica-para-o-mercado-eolico-brasileiro>

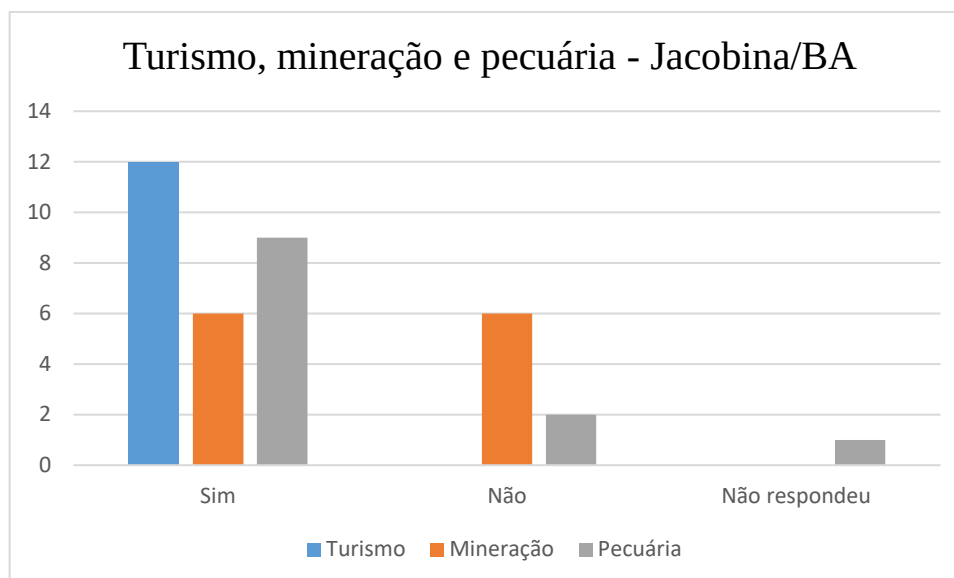


Figura 49. Turismo, mineração e pecuária x desenvolvimento.

Essa pergunta englobava todos os atores sociais. Ao questionar se os setores de turismo, mineração e pecuária geram ou não desenvolvimento local e regional, as respostas foram as seguintes: 1) turismo, todos consideraram que sim; 2) mineração, 50% considerou que sim – sendo que um deles frisou que, embora seja bom para a economia, não é bom para o meio ambiente – e 50% que não; 3) pecuária, 75% consideraram que sim, cerca de 17% considerou que não e pouco mais de 8% não respondeu.

A mineração é muito maléfica para o meio ambiente e causa diversos impactos negativos na vida das pessoas que fazem parte do território. Essas disputas de poder, nas quais as grandes empresas, detentoras do capital, se sobressaem em detrimento das necessidades locais ocorrem nitidamente em Jacobina.

A mineradora JCM – *Yamaha Gold* atua nas Serras de Jacobina, a 11 km da cidade. A primeira barragem foi construída em 1982 e já teve a capacidade máxima atingida – não tem a impermeabilização do solo necessária, em virtude disso os resíduos lançados lá estão em contato com o meio ambiente, próximos a rios e a barragem do Itapicuruzinho. Já a segunda foi construída em 2008 e foi criada para depositar os rejeitos por, no mínimo, 20 anos. O rejeito contém arsênio e cianeto, elementos que são contaminantes ao meio ambiente e às pessoas, por isso precisam ser armazenados de maneira apropriada (Rêgo, 2018).

A comunidade de Canavieiras, que antes era chamada Canavieira de Dentro, sofreu a primeira expulsão entre a década de 1960 e 1970, visto que cerca de 100 famílias residiam próximas à mina João Belo. Além de as pessoas não terem sido ressarcidas pela expulsão, em

2010 foram expulsos novamente de suas casas em Canavieiras para a construção da segunda barragem. No entanto, embora a mina João Belo esteja desativada desde 1982, ainda não foi posto em prática o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD). A comunidade do Itapicuru, que possui cerca de 100 famílias e tem a agricultura como base do sustento, sofre com os explosivos que ocorrem três vezes ao dia, com o forte trânsito e com a poeira, visto que é a comunidade mais próxima da mineradora. As pessoas ocuparam esse espaço quando fugiam da seca. Já existia a mineração na localidade e, posteriormente, incluíram o garimpo em suas atividades para aumentar a renda. Já a comunidade de Jabuticaba sofre com as três explosões diárias, mesmo sendo a mais distante da mineradora. Antes, todos os dias, por 24h funcionava um exaustor em cima da Serra, com volume acima do permitido pela lei, mas, nas disputas entre a população local e a mineradora, conseguiu-se na justiça a sua retirada. Entretanto, esse objeto de conflito foi causa da expulsão de famílias que constituíam a comunidade originária (Rêgo, 2018).

A autora relata uma série de ações civis públicas contra as empresas mineradoras que atuam e já atuaram em Jacobina. Várias problemáticas surgem desse conflito de interesses. Algumas discutidas pela autora são: rachaduras nas casas por causa das explosões, contaminação da água (inclusive por mercúrio), reordenamento espacial (em que a população deixa de ter acesso a determinadas áreas, relatando ainda que vigilantes armados impediam o uso do espaço pela população local, mas, devido a denúncias, essa prática deixou de acontecer na comunidade, embora tenha se mantido em outras áreas, como em trilhas), consulta pública feita de forma mascarada (questionava se as pessoas queriam sair dali, elas diziam que sim, mas o motivo, que era a poeira lançada pela mineradora, não era levado em consideração).

Apesar de não ser o intuito desta pesquisa discutir as problemáticas da mineração, como é uma atividade que ocorre desde a constituição do território, torna-se inviável debater desenvolvimento sem levar em conta as polêmicas causadas pela mineração. A mineração é geradora de problemas nesse espaço territorial desde a sua ocupação. Embora a pecuária tenha causado problemas ambientais em Jacobina (conforme apresentado no capítulo um), as problemáticas da mineração são mais latentes. Ademais, ainda que não se tenha incluído questionamentos sobre a produção energética, tem havido conflitos entre a geração de energia e a conservação ambiental (através das entrevistas e da ação do MP-BA em prol da Cachoeira Véu de Noiva, tomou-se conhecimento de que, por meio de termos de ajuste de conduta, foram realizados investimentos que beneficiam o turismo).

Em virtude do cenário pandêmico, vivenciado a partir do primeiro trimestre de 2020 até os dias atuais, perguntou-se se houve diálogos sobre o turismo em tempos de pandemia – medidas para conter o avanço da pandemia e/ou para planejar a retomada do turismo – entre a gestão pública, o setor privado e a sociedade civil (Figura 50).

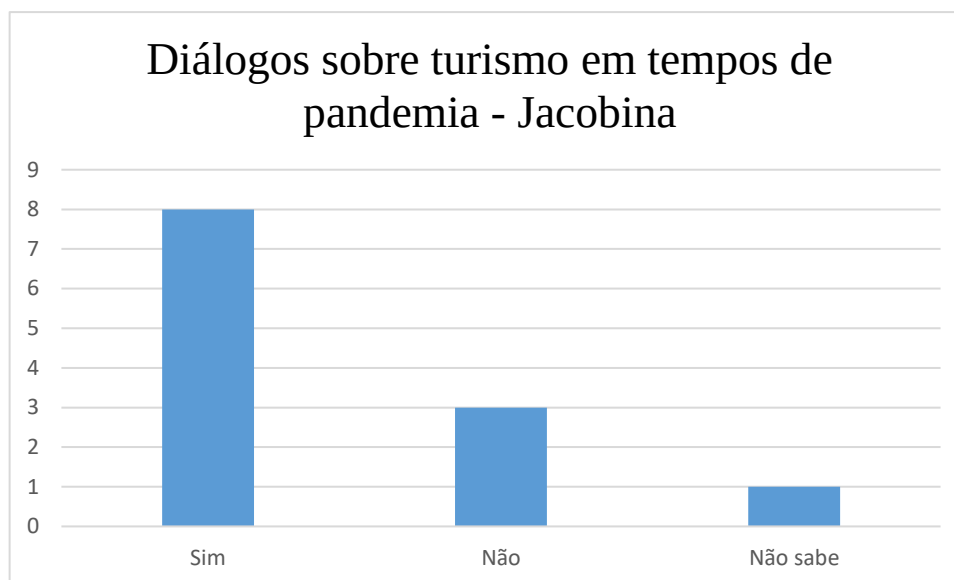


Figura 50. Diálogos sobre turismo em tempos de pandemia.

A maioria dos participantes afirmou que houve diálogos (um deles citou que houve, mas não participou), três apontaram que não houve, porém um deles mencionou que houve em âmbito maior, não pela Diretoria de Turismo, e apenas uma pessoa informou que não sabe. Os que não possuem conhecimento sobre os diálogos do turismo em tempos de pandemia fazem parte do setor privado, mostrando que é preciso haver maior interação entre o setor público e os prestadores de serviços turísticos do município. Nesse ponto, percebeu-se um envolvimento maior entre o setor público e os membros das associações locais, pois foram realizadas ações conjuntas, no período do carnaval 2021 e 2022, para conter o fluxo em período pandêmico e para orientar os turistas a seguir o protocolo de biossegurança, utilizar máscara e álcool em gel e manter o distanciamento social. No ano de 2022, em Itaitu, foi retomado o evento em comemoração ao carnaval. Além das ações realizadas, conjuntamente, com as associações, a Diretoria de Turismo divulgou a articulação com a Secretaria Municipal de Transportes Terrestres (SMTT), com a guarda civil e a polícia militar para a organização do evento.

Através do Instagram da Diretoria de Turismo, são divulgadas variadas ações em prol do turismo: eventos esportivos, culturais, a criação de *folder* e mapa turístico, a realização de reuniões para discutir o turismo (entre elas, reuniões do Conselho e reuniões entre a diretoria e outros âmbitos governamentais), apresentando a riqueza natural e elementos da cultura de

Jacobina. Além disso, divulga oportunidades, como *Workshop* na área de gastronomia (preparação para o Festival Gastronômico que acontecerá em Jacobina) e curso de idioma (Figura 51), bem como alerta para riscos da visitação em períodos específicos (Figura 52).



Figura 51. Divulgação de curso em parceria com a Diretoria de Turismo.
Fonte: Diretoria de Turismo (Instagram).

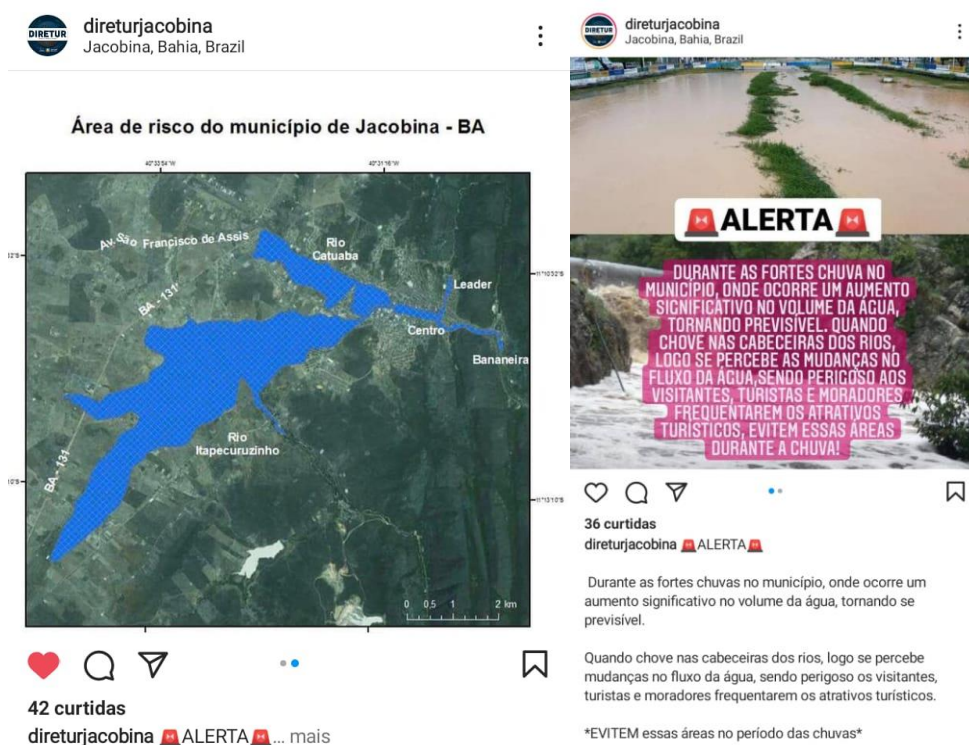


Figura 52. Alerta de risco de visitação das cachoeiras em períodos de fortes chuvas.
Fonte: Diretoria de Turismo (Instagram).

De forma pouco expressiva, há a divulgação de investimentos realizados em obras visando desenvolver o turismo. Esse quesito requer bastante atenção, pois é feito de maneira pouco transparente. Tomar conhecimento das obras e valores que foram ou estão sendo realizadas é difícil, visto que os gestores não dão publicidade a documentos que transpareçam os valores e os objetos de investimentos. Para tomar conhecimento dos investimentos em prol do turismo, foram solicitados aos gestores dos âmbitos municipal, regional, estadual e federal, porém somente foram obtidos os dados e informações do órgão federal – MTUR – em resposta à solicitação realizada através do sistema Fala Brasil. Não basta afirmar que houve ou está havendo investimentos no turismo, faz-se necessário publicizar o objeto de investimento e os valores direcionados para o investimento, pois somente assim é possível que os interessados analisem a gestão dos recursos públicos, dando maior clareza em relação às pessoas que estão se beneficiando dos investimentos públicos.

Entre as liberdades instrumentais apresentadas por Sen (2000), estão as liberdades políticas e as garantias de transparência. Um sistema democrático deve possibilitar a participação política dos cidadãos e garantir a transparência dos processos. Por falta de conhecimento ou por algum motivo obscuro, quando o Mapa do Turismo Brasileiro foi atualizado em 2022, houve um processo de desinformação promovido pela gestão pública de Jacobina (Figura 53).

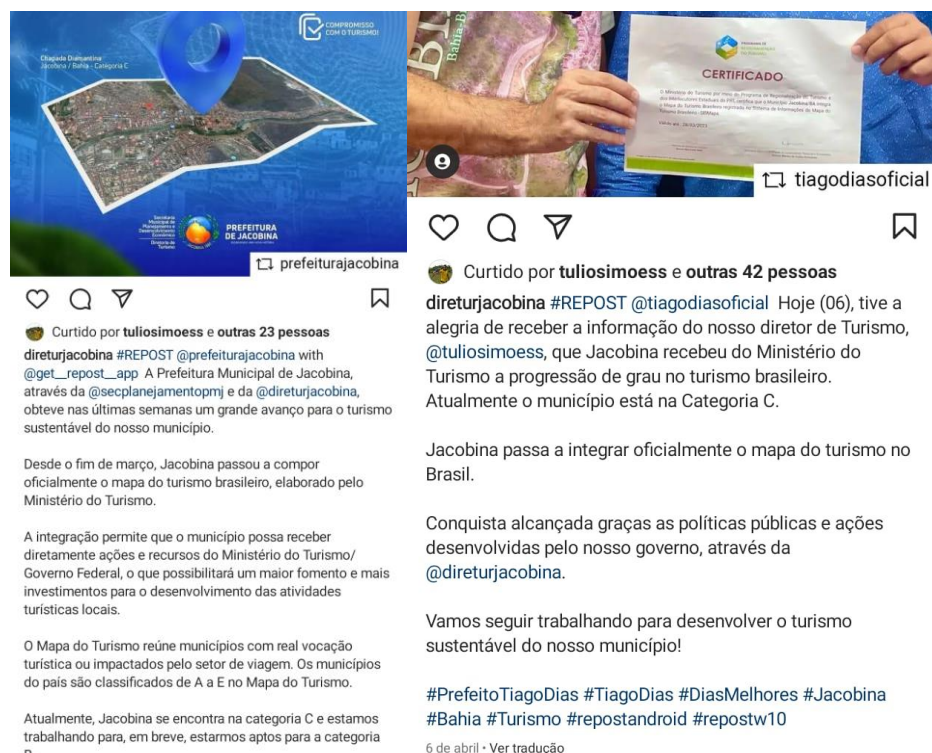


Figura 53. Divulgação do Mapa do Turismo Brasileiro, 2022.

Fonte: Diretoria de Turismo (Instagram).

Em vez de aproveitar a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro – criado de forma descentralizada entre as diferentes esferas governamentais – para divulgar o PRT nas regiões turísticas da Bahia, na nova divisão da região turística da Chapada Diamantina, bem como da Chapada Norte, foi publicizado um discurso dúbio: “Desde o fim de março, Jacobina passou a compor oficialmente o mapa do turismo brasileiro”, quando na verdade o município passou a compor o novo mapa, mas já compunha o Mapa do Turismo desde 2013. Ademais, o texto divulgado afirmava que “Jacobina recebeu do Ministério do Turismo a progressão de grau no turismo brasileiro”, sendo que Jacobina é categorizado como C desde 2013, ou seja, não houve a progressão divulgada. Esse é um processo de desinformação, pois, para as pessoas que não têm conhecimento a esse respeito, parece que está havendo melhorias nesse sentido.

De acordo com Sen (2000), o sistema democrático em que os cidadãos detêm direitos políticos contribui para a prevenção de fomes e outras calamidades, visto que os governantes dependem do voto do povo. No entanto, para tanto, é preciso que as pessoas sejam críticas e tenham curiosidade de constatar se o que vem sendo apresentado é real. Paulo Freire, que defende uma educação crítica que conduza os indivíduos para a liberdade, afirma:

Como manifestação presente à experiência vital, a curiosidade humana vem sendo histórica e socialmente construída e reconstruída. Precisamente porque a promoção da ingenuidade para a criticidade não se dá automaticamente, uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil (Freire, 1996, p. 18).

Diante das discussões feitas acerca da reduzida transparência dos atos políticos, considera-se que o município de Jacobina precisa melhorar muito no que se refere à transparência em relação aos investimentos, bem como às políticas e aos programas em prol do turismo. Além disso, as pessoas devem buscar conhecimento em fontes variadas, para ter a capacidade de contestar informações errôneas e serem agentes de suas próprias vidas.

Para compreender como se dá a relação entre a gestão pública, o setor privado e a sociedade civil organizada, questionou-se se há um retorno para a sociedade sobre as pautas relacionadas ao turismo, discutidas com a gestão pública (Figura 54).

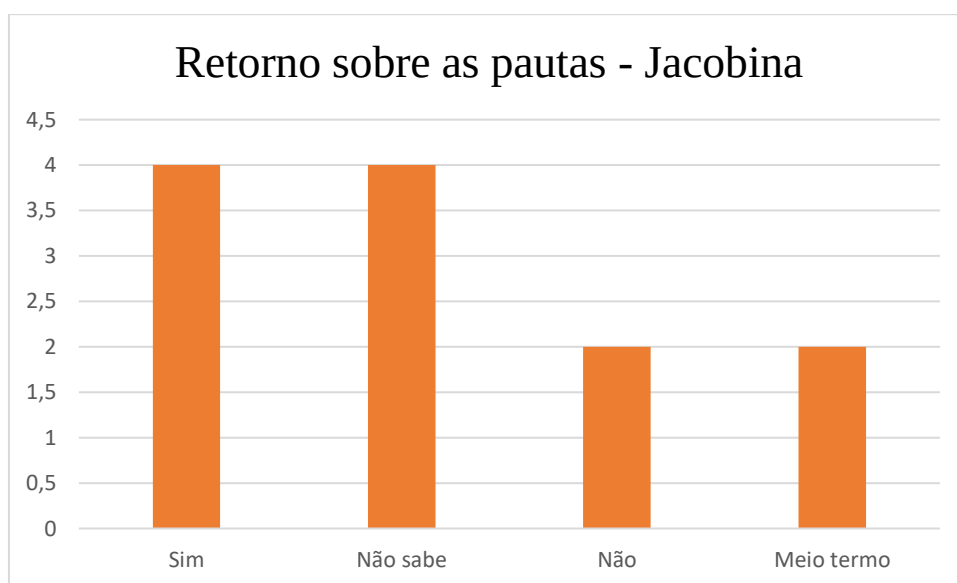


Figura 54. Retorno da gestão pública sobre as pautas do turismo.

O resultado encontrado foi o seguinte: 1/3 dos entrevistados considera que há um retorno, 1/3 não sabe se há ou não um *feedback*, duas pessoas consideram que não há um retorno, tendo sido criado ainda o “meio termo” onde se encaixou a resposta de dois entrevistados, em que um afirmou que não há um retorno satisfatório e o outro que muitas vezes não há um retorno. Destaca-se que os dois últimos e um dos que afirmaram que não sabe se há esse *feedback* são representantes de associações, o que pode refletir também a visão dos membros associados.

Em virtude da amplitude da pesquisa (três modelos de entrevistas), com uma gama de perguntas abertas, realizada com diferentes atores sociais (setor público, prestadores de serviços turísticos e associações), foi necessário agrupar algumas questões (incluindo questionamentos levantados de forma diferente) e considerar outros questionamentos apenas de maneira indireta, por não serem tão relevantes para este estudo.

De modo geral, as pessoas têm clareza acerca da região turística de que Jacobina faz parte, embora algumas delas confundam com o território de identidade. A dinâmica territorial é marcada pela presença de empresas mineradoras – de capital estrangeiro – que geram conflitos nos usos do espaço historicizado. No que concerne aos serviços demandados pela população local, nota-se maior atendimento em relação aos serviços de telecomunicações, de produção e distribuição de energia, de saúde e de educação. Já os que menos atendem são: tratamento e abastecimento de água (isso é gritante em Itaitu) e os serviços de transporte público. As diferentes frentes (pública, privada e sociedade civil organizada) vêm realizando esforços para desenvolver o turismo no município de Jacobina, entretanto é necessário haver maior interação entre os diferentes atores sociais. Já que o Mapa do Turismo Brasileiro decorre do PRT, entende-se que, para um bom funcionamento do programa, a gestão pública precisa apresentar melhor o programa, os seus eixos de atuação e as possibilidades que existem para a realização de ações decorrentes dele. É latente a necessidade de publicizar as ações, programas e políticas criadas em prol do turismo, bem como os investimentos realizados, especificando os objetos e a fonte dos recursos.

4.4 Uma contextualização do município de Senhor do Bonfim

4.4.1 Aspectos históricos de Senhor do Bonfim

Senhor do Bonfim, enquanto Vila, foi criada em 1797, elevada à condição de cidade, denominada Bonfim, em 1885. Através do decreto-lei estadual nº 141/1943, retificado pelo decreto estadual nº 12978/1944, o município passa a ter o topônimo Senhor do Bonfim. A divisão territorial foi mudada por diversas vezes, sendo que até 2014 se manteve a configuração dos distritos criada em 1993, a qual define que o município possui mais três distritos: Carrapichel, Igara e Tijuaçu⁵¹. Há ainda povoados que compõem o município. De acordo com

⁵¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Senhor do Bonfim: História*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/senhor-do-bonfim/historico>

a Divisão Territorial Brasileira realizada pelo IBGE (2021), a divisão por distritos especificada até o ano de 2014 se manteve a mesma até 2021.

4.4.2 Serviços correlacionados ao Turismo

Em Senhor do Bonfim, encontram-se serviços de educação e de saúde, públicos e privados, e uma variedade de serviços que atendem a população local e também aos visitantes, como serviços de Alimentos & Bebidas, de transportes, de telecomunicação e de serviços bancários. Na sede, há os seguintes bancos: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Santander, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú; além disso, cooperativas de créditos e financeiras.

Diversas empresas de ônibus atuam na cidade. A seguir, apresentam-se as empresas e alguns destinos que têm transporte direto até Senhor do Bonfim: Catedral (saindo de Petrolina), Gontijo (saindo de Juazeiro), Guanabara (saindo de Fortaleza), Rota (saindo de várias cidades da Bahia, incluindo Juazeiro e Salvador), Transoares (saindo de Jacobina e vice-versa). Destaca-se a transportadora turística Igaratur (empresa que tem sede em Senhor do Bonfim e em São Paulo), que realiza viagens com destino a Minas Gerais e São Paulo e recebe ônibus que têm como origem São Paulo. O aeroporto mais próximo de Senhor do Bonfim é o de Petrolina-PE, cidade localizada a pouco mais de 130 km, enquanto a distância entre Salvador e Senhor do Bonfim é de pouco mais de 380 km⁵².

Na cidade de Senhor do Bonfim, os serviços de telefonia têm cobertura da Claro, Oi, Tim e Vivo. A oferta de energia elétrica no município é feita pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA). Já a água é fornecida pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA). Diversas secretarias compõem a estrutura administrativa do município. Enquanto o Tribunal Regional do Trabalho (5ª Região), o Tribunal Regional Eleitoral e a Vara do Sistema de Juizados Especiais compõem a estrutura judiciária.

4.4.3 Potencialidades e atrativos de Senhor do Bonfim

O município de Senhor do Bonfim possui como potencialidades as riquezas naturais e culturais. Porém, apenas o São João é formatado como atrativo turístico. Desse modo, o fluxo turístico no município é concentrado no período das festas juninas. O São João ocorre em muitos municípios baianos, entretanto as festas de algumas localidades ganharam destaque no

⁵² Distância entre cidades. Recuperado de: <http://www.distanciasentrecidades.com/pesquisa?from=salvador%2C%20bahia&to=senhor%20do%20bonfim>

estado, impulsionado pelas festas privadas. Pode-se citar: Amargosa (Forró do Piu-Piu), Cruz das Almas (Forró do Bosque), Ibicuí (Brega Light e Forró TicoMia) e Senhor do Bonfim (Forró do Sfrega).

Segundo Mascarenhas (2010), o São João de Senhor do Bonfim ocorre há mais de 120 anos, realizando anualmente homenagens a alguma pessoa ou costume local. O evento público – denominado Arraiá da Tapera – se dá na Praça do Congresso, a qual possui 45 mil metros. Ainda segundo a autora, algumas tradições se mantêm, por exemplo: alvoradas (acontecem de madrugada e muitas pessoas participam), desfiles de carroças, trios de sanfoneiro, grupos de pífanos e guerra de espadas (que a autora apresenta como *show*). A quadrilha “samba de Lata” realiza apresentação no evento junino. A autora destaca ainda que, embora Senhor do Bonfim tenha variados elementos naturais (cachoeiras, grutas, morros) e sítios históricos, estes não determinam a escolha das pessoas entre o São João de Senhor do Bonfim ou de outro município. Em relação às questões culturais, sobre a Guerra de Espadas, a autora afirma:

Com uma variedade de manifestações culturais e entretenimento, Senhor do Bonfim possui também a guerra de espadas [...] proporcionando um belo espetáculo, que pode ser visto na véspera do São João em algumas ruas determinadas pela prefeitura. O evento reúne bonfinenses e turistas que travam uma guerra pacífica em volta de grandes fogueiras. Para dar mais encanto e segurança ao show, em algumas vias, as luzes são apagadas. Aqueles que quiserem apenas assistir, sem participar, podem acompanhar protegidos nas janelas e varandas de casas e edifícios. Para a realização da batalha, a prefeitura sinaliza as vias onde ela deve acontecer e, com o apoio da Polícia Militar faz um bloqueio preventivo para os veículos. Mais de três mil dúzias de espadas são utilizadas na ocasião (Mascarenhas, 2010, p. 81).

A manifestação cultural Guerra de Espadas foi proibida pelo Ministério Público em 2017, no entanto ainda hoje a Associação Cultural dos Espadeiros de Senhor do Bonfim, junto aos interessados, luta na justiça pela liberdade de poderem realizar a manifestação novamente. Retomando a descrição da Guerra de Espadas feita por Mascarenhas (2010), percebe-se que a manifestação cultural é tratada como um *show*, um espetáculo, ou seja, há um incentivo à espetacularização da cultura a ser utilizada para gerar renda através do turismo. A crítica, aqui, não é uma defesa de que as manifestações sejam “escondidas” do turismo ou não possam integrar uma visitação turística, mas é realizada à forma com que a manifestação foi reduzida. As manifestações culturais são carregadas de sentidos para os membros que criaram e/ou mantêm a cultura viva.

Wanderley (2016) afirma que desde 1933 foi proibido soltar “busca-pé” (objeto feito de bambu e em tamanho menor do que a espada). A intervenção do Estado fez com que essa

manifestação, que ocorre no São João, passasse a ser realizada com o uso de espadas, o que proporciona maior segurança para os participantes. Outras intervenções vieram posteriormente. Em 2011, o Ministério Público sugeriu que uma fogueira que era montada ao lado da Prefeitura (para a Guerra de Espadas) fosse mudada para a rua Carrapichel, área periférica, sem muitos moradores. Como ato de resistência nesse cenário de disputas entre os espadeiros e a polícia civil e militar, os espadeiros foram para o Bairro da Gamboa e realizaram a guerra sem a fogueira (Wanderley, 2016).

Conforme Wanderley (2006), o poder público se apropriou da Guerra de Espadas e passou a reproduzir uma fogueira próxima à prefeitura e a doar centenas de espadas para que as pessoas defendessem a fogueira do prefeito. Ainda segundo o autor, na década de 1990, a Bahia buscou impulsionar o turismo a partir das festas juninas, e o município de Senhor do Bonfim intensificou os investimentos no São João (chegou a ter 30 dias, contando com as festas de bairro). Nesse cenário, a Guerra de Espadas passou a ser divulgada como *show* de espadas em cartazes e no *site* da Prefeitura. A justificativa para o nome “show” advém de não querer passar a imagem de violência com o termo “guerra” para os visitantes. No entanto, diversos acidentes aconteciam porque as pessoas não compreendiam a dinâmica da Guerra de Espadas. Sobre esse processo de espetacularização, o autor aponta:

O eufemismo conduzido e publicizado pela prefeitura na sanha de atrair mais turistas à cidade não retirava os atores que tradicionalmente realizavam a Guerra de seu local de realização para palcos, como comumente se configura a espetacularização. Nesse caso, chamavam para o espaço da Guerra turistas que não estavam preparados pelos “treinamentos” e pelas técnicas de proteção para participar da manifestação. Além disso, os turistas dificilmente possuíam os utensílios que compõe as “armaduras” dos guerreiros bonfinenses, como capacetes, macacões anti-chama, óculos anti-chamas, máscaras de gás, luvas de amianto ou luvas de raspa de couro, botas de operários da construção civil com biqueiras de ferro, gibão de couro, entre outros (Wanderley, 2006, p. 119, 120).

Englobar a manifestação cultural dos espadeiros no São João, apresentando-a como *show* a ser consumido pelos turistas – o qual pode ser experimentado, como brincante – gera uma série de contrariedades. O turismo tem potencial para promover a valorização cultural, mas isso não ocorre quando a cultura é transformada em mercadoria e considerada apenas pelo seu potencial de gerar renda. Outra questão é a inserção de turistas no meio da manifestação, pessoas que não detêm conhecimento (sobre a importância da Guerra de Espadas para os espadeiros e/ou sobre a forma correta de participar), nem possuem materiais de segurança. A

utilização da Guerra de Espadas como espetáculo a atrair turistas é característica do neoliberalismo.

Fukuda-Parr (2003) apresenta três abordagens das políticas públicas: a neoliberal, a das necessidades básicas e a das capacidades humanas. As três estão preocupadas com o bem-estar humano, porém as abordagens possuem perspectivas diferentes. A abordagem neoliberal tem como base a máxima utilidade. A abordagem das necessidades básicas, embora tenha as pessoas no centro do desenvolvimento, foca nas necessidades básicas para provimento de serviços e produtos, não nas capacidades das pessoas. Já a abordagem das capacidades foca nos direitos, liberdades e agência humana.

O Presidente da Associação Cultural dos Espadeiros de Senhor do Bonfim, que fez parte do rol de entrevistados nesta pesquisa, discorreu sobre a disputa judicial que está acontecendo por conta da criminalização da Guerra de Espadas. Ele relatou:

A associação ela não é uma cooperativa, por exemplo, ela surge a partir da necessidade de criar uma ponte de diálogo entre Ministério Público, o Poder Judiciário, prefeitura e população, com a intenção de que se possa fazer a manutenção do evento e lutar pela regulamentação.

Segundo ele, a associação provocou audiências públicas, mas sempre buscando regulamentar a Guerra de Espadas. Afirma que o Ministério Público há muitos anos já tentava proibir, mas a proibição foi instituída em 2017 se valendo do estatuto do desarmamento (criado em 2015). Declara que no período junino têm ocorrido prisões (como se as pessoas estivessem com uma arma de fogo e o próprio exército tem nota afirmando que espada não é arma de fogo), relatando que se alguém for pego com uma espada deve pagar multa no valor de 10.000 e pode ficar preso por até 5 anos. Pontua que, nos últimos festejos juninos, teve muita polícia na cidade, utilizando drones e invadindo as casas, inclusive, por ser o presidente da ACESB, teve o portão da sua casa arrancado e a sua casa invadida pela polícia. No entanto, considera que esse costume faz parte da formação social e cultural e que existem pessoas que precisam da renda dessa produção. O Presidente relata ainda que a associação tem entre 80 e 100 associados, que as pessoas não querem vincular o nome por conta da proibição e que a cidade tinha cerca de 50 ou 60 fabricantes, mas que, em decorrência da proibição, esse quantitativo foi reduzido.

O Presidente da ACESB coloca que no dia da Guerra de Espadas participam entre cinco e seis mil pessoas do evento (participantes, fabricantes e espectadores). Segundo ele, nunca propôs nenhuma pauta diretamente à Secretaria responsável pelo Turismo. A Secretaria de

Cultura, em todas as gestões, apoia a causa da associação, entretanto não parece se movimentar para efetivamente contribuir com as matérias jurídicas.

As pessoas que possuem o costume enxergam isso como arbitrário, já que pessoas de fora, que não têm relação com aquela cultura, “canetam” que esta não pode mais ser realizada. Nesse campo de disputas, sabe-se que, mesmo diante das proibições e fiscalizações, as pessoas continuam realizando a Guerra de Espadas (mesmo que em locais diferentes, tentando driblar a força policial que tenta coibir).

No âmbito municipal, há diversas leis que tratam dos bens tombados ou salvaguardados no município (Tabela 46).

Tabela 45

Bens tombados ou salvaguardados no município de Senhor do Bonfim

Leis	Dispõe	Bens Tombados/Salvaguardados
Lei nº 1.400, de 12 de junho de 2017.	Declara a Guerra de Espadas Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim e dá outras providências.	A Guerra de Espadas passa a constituir o Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim.
Lei nº 1.477, de 24 de abril de 2019.	Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Senhor do Bonfim, Festa de São João e São Pedro das Barraquinhas no Distrito de Igara.	As festas de São João e de São Pedro das Barraquinhas, realizadas no distrito de Igara, passam a constituir o Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim.
Lei nº 1.484, de 22 de maio de 2019.	Declara o desfile do Bloco da Saudade Patrimônio Imaterial de Senhor do Bonfim, e dá outras providências.	O desfile do Bloco da Saudade passa a ser Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim. Em 2019, esse movimento cultural já era realizado há 47 anos.
Lei nº 1.489, de 01 de julho de 2019.	Declara as apresentações da Quadrilha Junina Renascer Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim e dá outras providências.	As apresentações da Quadrilha Junina Renascer são declaradas Patrimônio Cultural Imaterial do município. A Quadrilha foi criada em 1978, pela senhora Dalva de Oliveira Cardoso, em comemoração ao São João.
Lei nº 1.491, de 26 de julho de 2019.	Declara como patrimônio cultural e artístico do município de Senhor do Bonfim-BA as apresentações cívicas da Sociedade Filarmônica União dos Ferroviários Bonfinense realizadas no dia 28 de maio e 7 de setembro.	As manifestações realizadas no dia 28 de maio – aniversário de emancipação político-administrativa – e no dia 7 de setembro – Dia da Independência do Brasil – pela Filarmônica União dos Ferroviários Bonfinense, são declaradas patrimônio cultural e artístico de Senhor do Bonfim. A filarmônica foi fundada em 12 de junho de 1957.
Lei nº 1.492, de 09 de agosto de 2019.	Declara as apresentações de Roda do Palmeira Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim.	As apresentações do grupo Roda de Palmeira, em comemoração ao São João, são instituídas como patrimônio cultural e artístico imaterial. O grupo foi fundado pela

Lei nº 1.513, de 17 de dezembro de 2019.	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim o Terno de Reis de Passagem Velha.	senhora Antônia Ferreira dos Santos. Reconhece o valor histórico, cultural e artístico do Terno de Reis – instituído em 15/01/1958 – do Povoado Passagem Velha, Senhor do Bonfim e o declara Patrimônio Cultural Imaterial.
Lei nº 1.520, de 09 de março de 2020.	Declara as apresentações do Terno de Reis do Quicé como Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim.	As apresentações do Terno de Reis do Quicé, realizadas no Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru, são declaradas Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim. Essa manifestação cultural foi instituída por um grupo de senhoras, todas falecidas.
Lei nº 1.567, de 06 de abril de 2021.	Declara o Samba de Lata de Tijuacu como Patrimônio Imaterial de Senhor do Bonfim-BA, e dá outras providências.	Institui a manifestação cultural Samba de Lata de Tijuacu como Patrimônio Imaterial do município.
Lei nº 1.599, de 21 de setembro de 2021.	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do município de Senhor do Bonfim o Casamento Matuto.	O Casamento Matuto foi instituído na cidade de Senhor do Bonfim, no final da década de 1960. O município o declara como Patrimônio Cultural Imaterial devido ao seu valor histórico, cultural e artístico. Embora a referida lei não trate, especificamente, do turismo, sabe-se que o turismo e a cultura estão interligados.
Lei nº 1.613, de 08 de dezembro de 2021.	Declara os festejos de Senhora Sant'Ana e de São Joaquim do distrito de Carrapichel Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade de Senhor do Bonfim e dá outras providências.	Institui que os festejos de Senhora Sant'Ana e de São Joaquim, padroeiros de Carrapichel passam a ser considerados Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim. Os festejos passam a ser incluídos no calendário cultural municipal, devendo receber apoio da gestão pública.

Dentre as leis citadas, várias delas tratam dos festejos juninos. Relacionadas a esse período, tem-se disposição sobre a Guerra de Espadas, as festas de São João e de São Pedro, as apresentações de quadrilhas juninas, o Casamento Matuto. Há também outras manifestações culturais protegidas, sendo diversas ligadas à religiosidade.

Embora os entrevistados tenham citado diversas potencialidades do município de Senhor do Bonfim, apresentam o São João – incluindo a Guerra de Espadas, atualmente proibida – como o atrativo que leva fluxo turístico para o município. Outros locais de interesse turístico, citados por eles, são: a Serra da Maravilha, a Serra de Santana (ponto mais alto de Senhor do Bonfim, as pessoas visitam, sobretudo na semana santa), a cachoeira de Estiva no

distrito de Carrapichel (que em determinados períodos do ano fica bem fraca), a cachoeira do Estaleiro, o Engenho do Mulungu (ainda na atualidade fazem rapadura com tração bovina). Na missão do Sahy, tem a pedra da baleia (o entrevistado 11 afirmou que na pandemia as pessoas visitaram muito esse local e que via várias postagens nas redes sociais), a linha do trem, a Serra da Missão (as pessoas costumam subir na semana santa). Foram citados eventos como moto cross, motobike e a Feira Chique, que acontece em dezembro, no período noturno, em que são comercializados diversos produtos, além de contar com programação cultural. Devido à pandemia, no ano de 2020, foi autorizada a realização da Feira Chique, no dia 24 de dezembro, apenas para comerciantes do município de Senhor do Bonfim, com a proibição de realização de atrações culturais e som ao vivo.

Existem diversas comunidades quilombolas que são um potencial para desenvolver o turismo de base comunitária. Além das comunidades quilombolas, há uma comunidade indígena que produz artesanato em Cipó, no distrito Missão do Sahy, porém em entrevista foi relatado que eles negam a origem indígena e não são abertos a contatos. No entanto, ressalta-se que não contactamos ninguém da comunidade indígena, nem quilombola, para averiguar o quão abertos eles estão para estudos e/ou turismo. A esse respeito, ratifica-se que, ao envolver comunidades tradicionais, é preciso reforçar o cuidado ao planejar o turismo, considerando os anseios e necessidades dessas comunidades, visto que são pessoas que estão em vulnerabilidade social.

Todos os povoados de Senhor do Bonfim têm uma estação de trem, sendo que as ferrovias estão obsoletas. O entrevistado 14 afirmou que, por meio de uma associação, busca-se dar utilidade cultural a essas ferrovias e que há uma busca por inserir Senhor do Bonfim na Rota do Cangaço e levar pesquisadores e demais interessados para visitar a localidade.

Além dos pontos citados, em cidades próximas, existem diversos atrativos naturais. O representante da Associação de Condutores Ambientais do Piemonte Norte do Itapicuru informou que o pessoal da associação pensa em conduzir os visitantes para as cidades próximas, como Jaguarari, que tem a Serra dos Morgados, não tem cachoeiras, mas tem nascentes e o local é frio; Antônio Gonçalves, que tem cachoeiras; Campo Formoso com os atrativos naturais, como grutas; Pindobaçu, que tem a Cachoeira do Poço Pelado e a Cachoeira da Fumaça; e Saúde, que tem a Cachoeira dos Payayás.

4.4.4 Serviços turísticos de Senhor do Bonfim

A partir desse momento, serão descritos os prestadores de serviços turísticos cadastrados no município de Senhor do Bonfim. A seguir, encontram-se os meios de hospedagens, com o quantitativo de Unidades Habitacionais (UHs), especificando a quantidade delas que possui acessibilidade e o número de leitos (Tabela 47).

Tabela 46

Meios de hospedagens em Senhor do Bonfim

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Classificação	Porte	Natureza jurídica	UHs	UH acessíveis	Total de leitos
1	Hotel Muricy	08.042.778/0001-75	Hotel	Microempresa	Empresário (individual)	49	49	136
2	Hotel Nobre	12.664.232/0001-23	Hotel	Microempresa	Empresário (individual)	33	0	70
3	Hotel Soul	12.162.936/0002-89	Hotel	Microempresa	Sociedade Empresária Limitada	20	0	64
4	Novolest Hotel	03.143.636/0001-80	Hotel	Empresa de pequeno porte	Sociedade Empresária Limitada	39	4	75

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

Foram identificados quatro meios de hospedagens: uma empresa de pequeno porte e três microempresas. Possui 141 Unidades Habitacionais, sendo 53 acessíveis (devido ao fato de um hotel conter todas as suas UHs acessíveis), com total de 375 leitos. Já em relação às agências de viagens, foi identificada apenas uma (Tabela 48).

Tabela 47

Agências de viagens e turismo em Senhor do Bonfim

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Categoria de atuação	Idiomas	Quantidade de veículos
1	Índio Turismo	39.422.213/0001-47	Microempresa	Agência de Viagens e Turismo (Operadoras Turísticas)	-	0

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

A única agência do município de Senhor do Bonfim está cadastrada como microempresa e não possui veículo próprio. A seguir, está listada a única locadora de veículo cadastrada (Tabela 49).

Tabela 48

Locadora de veículos em Senhor do Bonfim

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Atividade	Natureza jurídica	Quantidade de veículos
1	F&R Técnica Montagens Industriais	12.958.215/0001-07	Microempresa	Locadora de veículos para turistas	Sociedade Empresária Limitada	0

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

Embora a empresa seja uma locadora de veículos, no seu cadastro a quantidade de veículos é zero. O município conta também com um prestador especializado em serviços turísticos, conforme a Tabela 50.

Tabela 49

Prestador especializado em serviços turísticos em Senhor do Bonfim

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Natureza jurídica	Segmentos Turísticos
1	Índio Turismo	39.422.213/0001-47	Microempresa	Empresário Individual	Ecoturismo

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021.

O serviço está enquadrado na segmentação turística ecoturismo. É uma microempresa, tendo como natureza jurídica empresário individual. A seguir, estão listados os serviços que se enquadram na categoria restaurantes, cafeterias, bares e similares (Tabela 51).

Tabela 50

Restaurantes, cafeterias, bares e similares, em Senhor do Bonfim

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Tipo	Natureza jurídica	Especialidades
1	Bode Assado do Márcio	07.413.593/0001-67	Microempresa	Restaurante	Empresário Individual	Brasileira
2	Fuego del Mexico	31.843.266/0001-20	Microempresa	Restaurante	Empresário Individual	Mexicana
3	Leste Coletivo	36.083.917/0001-44	Microempresa	Bar	Empresário Individual	Cozinha regional
4	Moenda Bar e Pizzaria	19.530.635/0001-29	Microempresa	Restaurante	Empresário Individual	Brasileira, cozinha regional, italiana

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021.

Senhor do Bonfim possui quatro empresas cadastradas, sendo três restaurantes e um bar, todas estão como microempresa. Um tem como especialidade a cozinha brasileira; outro a cozinha mexicana; outro a cozinha regional; e um está enquadrado em culinária brasileira, cozinha regional e italiana. O município conta com uma empresa organizadora de eventos cadastrada (Tabela 52).

Tabela 51

Organizadora de eventos em Senhor do Bonfim

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Tipo de Evento	Categoria	Natureza jurídica
1	Casa de Farinha Produções	24.015.868/0001-23	Microempresa	Cultural, Social	Organizadora de Congressos, convenções e congêneres	Empresa de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021.

É uma microempresa que realiza eventos culturais e sociais, cadastrada como organizadora de congressos, convenções e congêneres. A seguir, serão apresentadas as transportadoras turísticas (Tabela 53).

Tabela 52

Transportadora turística, em Senhor do Bonfim

Nº	Nome fantasia	CADASTUR	Porte	Modalidade	Natureza jurídica	Quantidade de veículos terrestres
1	Cristiano Transporte de Passageiro	10.560.870/0001-79	Microempresa	Especial	Empresário (individual)	1
2	Igaratur	19.053.505/0001-42	Empresa de pequeno porte	Especial, pacote de viagem	Sociedade Empresária Limitada	4
3	Lima Transportes	30.812.897/0001-19	Microempresa	Especial	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)	1
4	Papatur	16.829.802/0001-49	Microempresa	Especial, pacote de viagem	Sociedade Empresária Limitada	2
5	Renan Tur – Agência de Turismo e Transporte LTDA / Renan Tur Viagens e Excursões	13.325.551/0001-77	Empresa de pequeno porte	Especial	Sociedade Empresária Limitada	7
6	Weltur Turismo	63.241.681/0001-08	Demais	Pacote de viagem, passeio local, traslado	Empresário (individual)	1

Nota. Adaptado de CADASTUR, 2021/3.

O município conta com seis transportadoras turísticas cadastradas. As empresas estão cadastradas nas seguintes modalidades: três especial; duas especial, pacote de viagem; e uma

pacote de viagem, passeio local, traslado. Três possuem apenas um veículo terrestre, uma possui dois veículos, outra quatro e outra sete, totalizando 16 veículos terrestres.

O município não conta com nenhum prestador de serviço pessoa física cadastrado, logo, se há algum Guia de Turismo na localidade, não está formalizado junto ao MTUR. Destaca-se que, ainda que existam 18 números de CADASTUR para os prestadores de serviço, não são 18 atores diferentes, pois, embora os prestadores de serviços entrevistados possuam quatro cadastros, estes pertencem a três pessoas (isso é possível acompanhar mais detalhadamente no próximo tópico). Ademais, mesmo sem entrevistar os demais agentes, percebe-se que há mais gente com dois CADASTUR, como é o caso da agência de viagens e turismo e do prestador especializado de serviços turísticos, já que a empresa possui a mesma nomenclatura (Índio Turismo).

O serviço que em Senhor do Bonfim possui maior quantitativo de cadastros é transportadora turística. Embora haja maior expressividade nesse campo, não foi possível realizar nenhuma entrevista com os prestadores de serviço. Talvez o cadastro realizado no CADASTUR tenha sido exclusivamente devido à obrigatoriedade, mas não haja real interesse em se articular em prol do turismo local/regional.

Além dos serviços que podem ser cadastrados no CADASTUR, o município agora conta com uma associação, a Associação de Condutores Ambientais do Piemonte Norte do Itapicuru (ACAPNI), da qual foi possível participar da Assembleia de Constituição, data em que também se definiram os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, realizada no dia 24 de fevereiro de 2022 e intermediada pela UNIVASF. No entanto, os membros ainda não começaram a conduzir, pois parte deles ainda está realizando o curso de Condutor Ambiental ofertado pela UNIVASF.

Ainda que Senhor do Bonfim seja o segundo município da Chapada Norte a contar com mais empresas cadastradas no CADASTUR, percebe-se que há uma necessidade de melhor articulação entre os agentes para que o turismo possa se fortalecer e servir como instrumento de desenvolvimento para a população.

4.4.5 *Panorama do turismo a partir da percepção dos atores sociais de Senhor do Bonfim*

Neste tópico, são apresentados os resultados das entrevistas realizadas com os atores sociais de Senhor do Bonfim. Foram elencados os seguintes agentes a serem entrevistados:

gestão pública, todos os prestadores de serviços turísticos formalizados no CADASTUR (18), trabalhadores desses empreendimentos e associações que possuam alguma relação com o turismo. Do público definido para a realização das entrevistas, foi possível fazer sete entrevistas, com seis atores sociais⁵³, porque um prestador de serviço possui dois CADASTUR. A seguir, são apresentados os participantes da pesquisa por âmbito que representa e função que desempenha, além de número de cadastro no CADASTUR, categoria do serviço conforme CADASTUR e número de funcionários, quando existentes (Tabela 54).

Tabela 53

Lista de entrevistados do município de Senhor do Bonfim

Empresa/Associação/Gestão Pública	Função	CADASTUR	Categoria	Funcionários
Associação de Condutores Ambientais do Piemonte Norte do Itapicuru	Vice-Presidente da Associação	-	-	-
Associação Cultural dos Espadeiros de Senhor do Bonfim	Presidente da Associação	-	-	-
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esporte	Secretário do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esporte (está responsável pelo turismo no município)	-	-	-
Casa de Farinha Produções	Proprietário	24.015.868/0001-23	Organizadora de Congressos, convenções e congêneres	Não tem
Leste Coletivo	Proprietário	36.083.917/0001-44	Bar	3
Igaratur	Sócia proprietária (a empresa tem mais dois sócios)	19.053.505/0001-42	Transportadora Turística	13 (6 em Senhor do Bonfim e os demais em São Paulo)
Bode Assado do Márcio	Proprietária (a empresa é dela e do esposo)	07.413.593/0001-67	Restaurante	6

Está destacado o proprietário que possui duas empresas com cadastro no CADASTUR. Foram realizadas entrevistas com duas associações, com o gestor público responsável pelo

⁵³ Os atores sociais que possuem mais de um empreendimento tiveram suas respostas contabilizadas apenas uma vez, exceto quando era possível ter respostas diversas para os diferentes estabelecimentos. Por exemplo: na pergunta que questiona se o público atendido no estabelecimento é mais da população local ou de turistas.

turismo no município, um bar, uma organizadora de congressos, convenções e congêneres, uma transportadora turística e um restaurante (Figura 55).

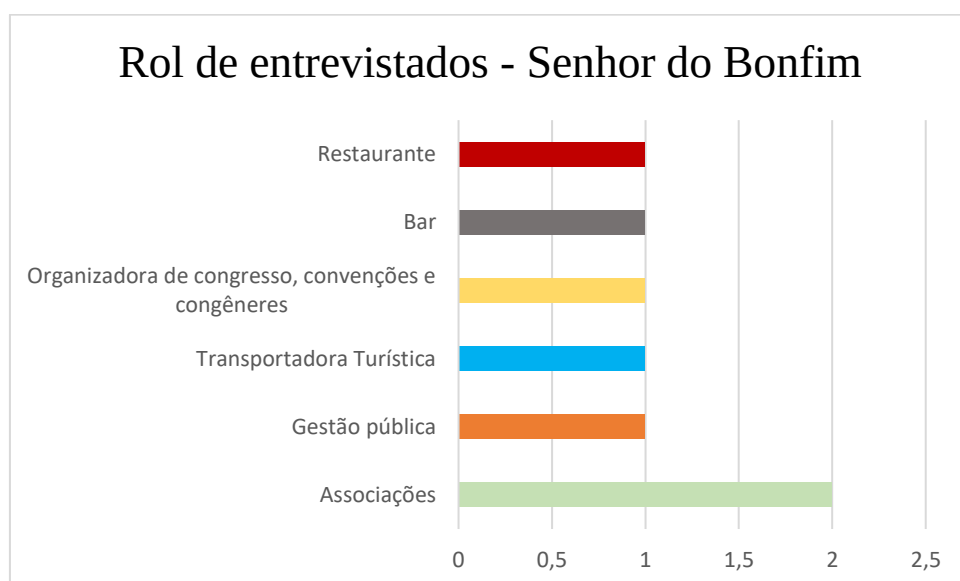


Figura 55. Rol de entrevistados, Senhor do Bonfim.

No total, foram realizadas entrevistas com duas associações, quatro prestadores de serviços turísticos e um gestor público. No entanto, foram contabilizados seis atores sociais, porque duas empresas pertencem ao mesmo proprietário.

Além de estratificar o vínculo, foi levantado também o sexo dos entrevistados para ter conhecimento sobre as pessoas que estão atuando no turismo. Os entrevistados são, majoritariamente, homens (67%). Dentre os entrevistados, apenas duas são mulheres (uma de uma empresa privada que é constituída por ela mais dois sócios – o esposo e o sogro – e outra de empresa privada que é proprietária junto com o esposo). Isso mostra a presença maciça de homens em espaços relacionados ao turismo em Senhor do Bonfim.

Visando conhecer mais o perfil dos atores sociais, levantou-se o grau de escolaridade (Figura 56).

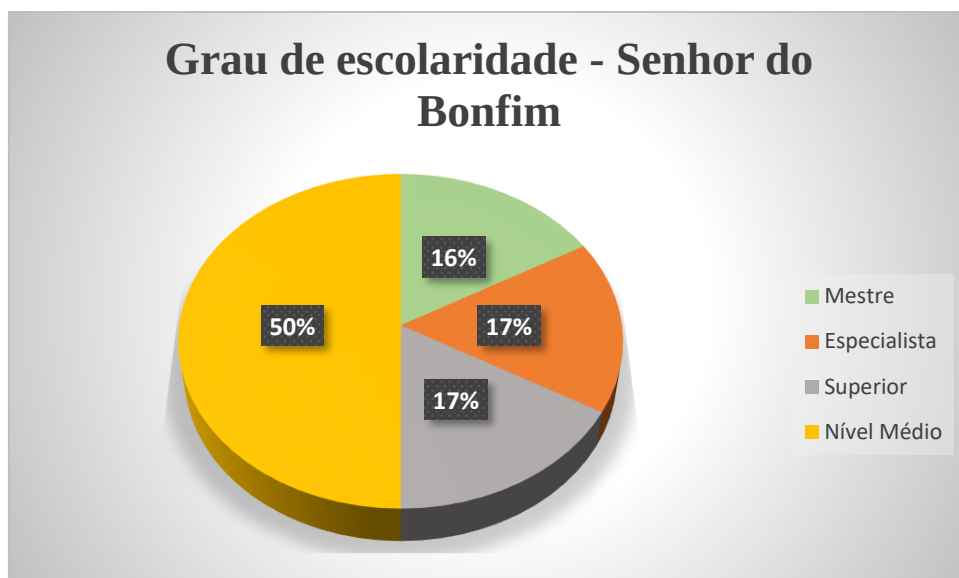


Figura 56. Grau de escolaridade, Senhor do Bonfim.

O Secretário do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que está representando o turismo no município possui graduação em Direito e especialização. Dos representantes das associações, um possui nível médio e o outro licenciatura em Educação Física; já do setor privado, têm-se duas pessoas com nível médio e uma com mestrado em Antropologia. No caso de Senhor do Bonfim, não foi identificada a presença de profissionais do turismo, nem em nível técnico, nem superior.

Em relação à proveniência dos prestadores de serviços turísticos e dos representantes das associações, todos são da localidade (um representante de uma associação informou ter nascido em Juazeiro, cidade próxima, porém isso se deu por conta dos serviços de saúde ofertados lá, mas em seguida retornou para Senhor do Bonfim). Do setor privado, duas pessoas informaram sempre ter vivido em Senhor do Bonfim, enquanto outro afirmou que saiu para cursar a graduação e, posteriormente, para fazer o mestrado e que atualmente divide o tempo de moradia entre Senhor do Bonfim e outras localidades.

Conforme mencionado anteriormente, 18 cadastros de prestadores de serviços turísticos estão vinculados ao município de Senhor do Bonfim, todos de pessoas jurídicas. Encontram-se distribuídos da seguinte maneira: meios de hospedagem (quatro); agência de viagens e turismo (uma); locadora de veículos (uma); restaurante, cafeteria, bares e similares (quatro); transportadoras turísticas (seis); organizadora de eventos (uma); prestador especializado em serviços turísticos (um). As 18 empresas cadastradas no CADASTUR estão enquadradas em:

microempresa (14), empresa de pequeno porte (três), demais (uma). Isso indica que não há grandes corporações ligadas ao turismo na localidade.

Embora 18 empresas tenham CADASTUR, apenas foi possível realizar a entrevista com quatro (quatro empresas e três atores sociais). Dessas quatro, uma não possui nenhum funcionário, uma tem três (e aos finais de semana contrata trabalhadores por diária), uma tem seis e uma possui 13, sendo seis em Senhor do Bonfim e o restante em São Paulo. É clara a falta de articulação do *trade* turístico e entre os prestadores de serviços turísticos, o setor público e as associações, visto que, quando os atores estão bem articulados e engajados numa causa – nesse caso, fazer do turismo um instrumento para o desenvolvimento local e regional –, tendem a colaborar com situações que estimulem discussões sobre o objeto de interesse.

Mesmo havendo diversas legislações relacionadas ao turismo em Senhor do Bonfim, o turismo no município tem sido tratado com descaso. É comum que as políticas de turismo fiquem a cargo de pessoas que não possuem formação na área, sendo um fator que impacta diretamente nas decisões a serem tomadas. Identificou-se que tanto a gestão atual como a anterior não é/era realizada por um profissional do turismo. Além disso, com a troca de gestores, as ações que eram debatidas e/ou trabalhadas são descontinuadas, impactando negativamente no potencial do turismo de contribuir para o desenvolvimento local/regional.

A falta de profissionais da área do turismo atuando nos órgãos públicos ocasiona diversas problemáticas, pois tende a gerar um empobrecimento do potencial do turismo. O turismo acaba sendo deixado de lado ou trabalhado de forma aquém do seu potencial. O foco do turismo, muitas vezes, é atribuído apenas ao seu potencial econômico e é engendrado como atividade geradora de empregos e que possui efeito multiplicador na economia. Isso também acontece com profissionais do turismo que não observam o fenômeno a partir de um viés crítico.

O turismo como fenômeno, embora englobe o âmbito econômico, vai muito além dele. Considera as relações sociais, o valor do encontro, em que o seu maior potencial está no lazer, não nas relações de mercado. O turismo permite o encontro – de pessoas e de culturas – e possibilita trocas, pois através de uma relação dialógica a gente aprende e ensina. Segundo Luchiari (2001), a rotina trabalhista faz com que as pessoas precisem usufruir de férias para ter seu descanso restaurado e voltar ao trabalho. Nesse sentido, Fazito et al. (2013) discorrem sobre a importância do tempo de não trabalho e do usufruto do tempo livre e afirmam:

Um conceito de turismo que seja capaz de desafiar os discursos dominantes de modernização turística deve advir de um conceito de lazer que não entenda o trabalho como algo que possa ser classificado como lazer. Trabalho é ocupação, obrigação, enquanto lazer é liberdade, estar livre (Fazito et al. 2017, p. 13).

Além disso, pode gerar desconforto para os profissionais de outras áreas que foram escalados para atuar no turismo, posto que, ao ocuparem uma função pública, nem sempre é para desempenhar algo específico. Acontece de ser uma função genérica como Secretário (como é o caso de Senhor do Bonfim) e acabar recebendo essas atribuições específicas de uma área que o profissional não tem domínio.

Tendo em vista que foram solicitados, ao setor público, documentos sobre o turismo local e regional, incluindo políticas de turismo, legislações e investimentos e o único documento recebido foi o que elenca os membros do Conselho Municipal de Turismo, entende-se que há um desconhecimento da gestão pública acerca das legislações que versam sobre o turismo local. Outra possibilidade seria a falta de interesse em contribuir com a pesquisa no país, entretanto essa seria agravada pelo não cumprimento da lei no que rege ao dever do poder público ser transparente, então, supõe-se o primeiro caso. Diante disso, a gama de documentos elencados (nesta pesquisa) a respeito do turismo e relacionados a ele vai contribuir para a gestão pública e para os demais interessados conhecerem as disposições municipais sobre o turismo, possibilitando que, ao buscarem atuar no turismo, sigam os preceitos legais.

Diante da falta de planejamento municipal para o turismo, de maneira geral, quando se fala em turismo, todos associam ao São João, envolvendo também as discussões sobre a Guerra de Espada, período em que o município recebe um fluxo grande de pessoas. Embora os atores tenham citado elementos culturais e áreas naturais, incluindo áreas que compõem outros Territórios de Identidade e não fazem parte da Chapada Norte, há um consenso de que não existe uma organização no município para a realização de visitação turística ao longo do ano. Esse turismo sazonal faz com que os atores não se articulem em prol do turismo, gerando a realização de ações individuais. Tanto o *trade* turístico como associações revelaram não ter participado de discussões políticas sobre o turismo, até porque nessa nova gestão tiveram apenas duas reuniões (uma para formar o Conselho e uma para discutir o Mapa do Turismo). Nesse sentido, é urgente a necessidade de rever o posicionamento da gestão acerca do turismo, pois, junto a outras áreas, acoplados numa só Secretaria, o turismo tem sido pouco valorizado. O fluxo de turistas concentrado num turismo sazonal não é capaz de gerar desenvolvimento para as pessoas da localidade.

Buscou-se saber se as pessoas tinham conhecimento sobre o circuito e região turística que Senhor do Bonfim compõe. Essas perguntas foram feitas para todos, exceto para o gestor local, porque foi suposto que, como a gestão municipal engloba o PRT, a divisão regional é clara. Dos cinco entrevistados, dois souberam que Senhor do Bonfim faz parte do circuito Norte e três não souberam. Também não há clareza no que tange à região turística que o município compõe (Figura 57).

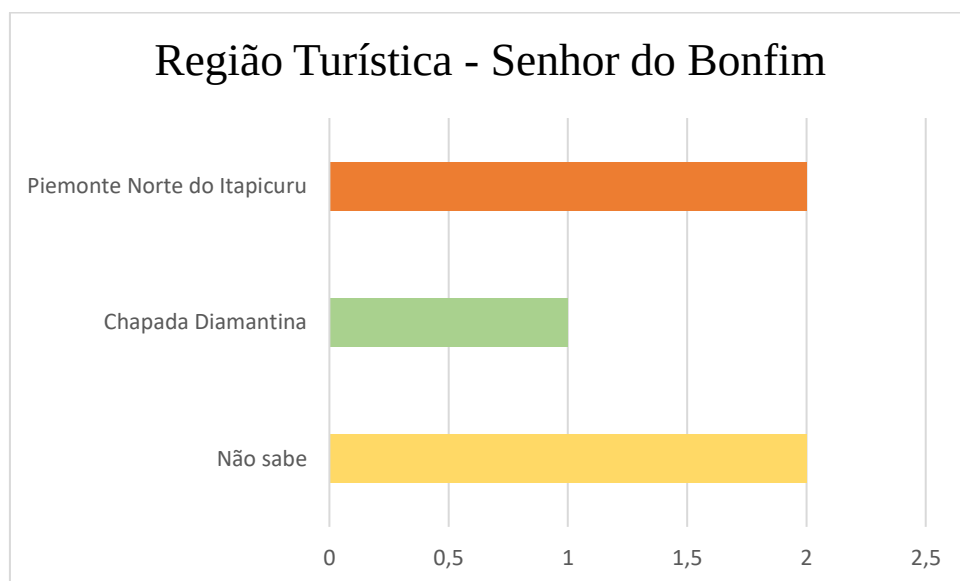


Figura 57. Região turística que Senhor do Bonfim compõe, segundo os entrevistados.

O único indivíduo que tinha conhecimento da região turística foi um proprietário de empreendimentos privados, que em gestão anterior foi responsável pelo turismo em Senhor do Bonfim. Duas pessoas informaram não saber e outras duas confundiram com a divisão dos Territórios de Identidades da Bahia. Ou seja, embora o PRT englobe o município, o programa não tem sido trabalhado de maneira adequada no âmbito local. Em relação à prestação de serviços, das quatro empresas investigadas, todas afirmaram que a maior parte dos serviços é prestada para a população local e uma menor parte para turistas.

Visando compreender a forma que a gestão pública tem trabalhado o turismo e possibilitado a participação política nos processos decisórios, questionou-se se os entrevistados (exceto ao gestor público, visto que, uma vez que o município compõe o Mapa do Turismo, é claro que já ouviu ao menos falar do programa) conheciam o PRT, dos cinco entrevistados, apenas um afirmou que sim (o antigo gestor de turismo). Embora o município esteja no mapa e participe do programa, o PRT não é discutido com os atores sociais.

Sabendo que um dos eixos de atuação do PRT é “qualificação profissional, dos serviços e da produção associada”, indagou-se quem participou de alguma capacitação ligada a ele (incluindo o gestor público), para constatar se o programa tem ampliado as capacidades das pessoas no campo da educação (Figura 58).

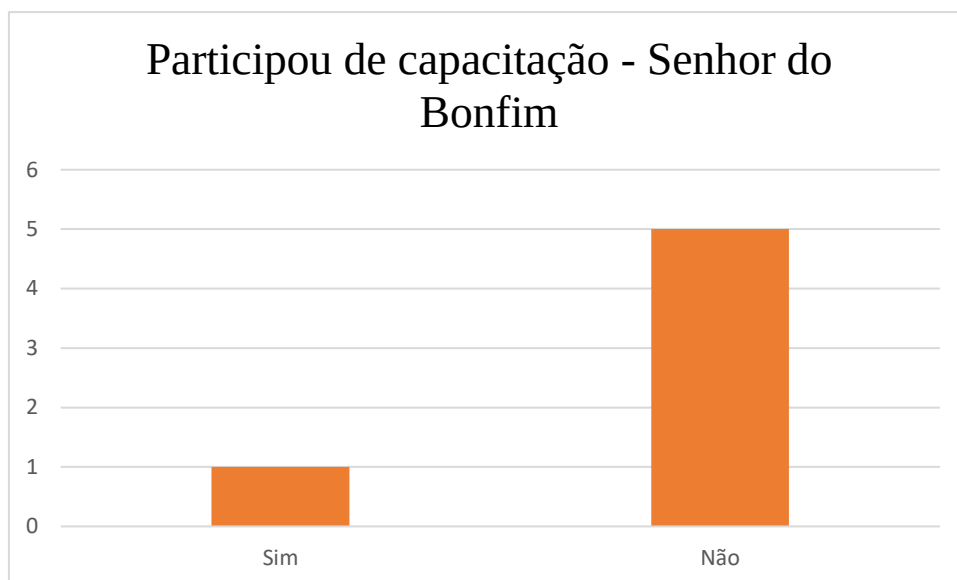


Figura 58. Quantitativo de pessoas que participaram, ou não, de capacitação.

Apenas o ex-superintendente de turismo mencionou que havia participado de capacitação, quando estava na esfera pública, não enquanto empreendedor. Os demais afirmaram não ter participado de nenhuma capacitação ligada ao turismo. No entanto, uma pessoa informou que, embora não tenha participado em gestão anterior, foi ofertado curso de capacitação na área de turismo e outra que já participou de vários cursos através do SEBRAE, mas nenhum ligado ao turismo.

Ainda investigando a relação dos atores sociais com a gestão pública, perguntou-se se no município há um Conselho de Turismo. Dentre as pessoas entrevistadas, a única que sabia da existência do conselho é o responsável por gerir o turismo no município atualmente. Cabe ressaltar que o membro titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, no COMTUR, é a Secretária do referido órgão, e nem mesmo como suplente a pessoa que está à frente das pautas de turismo aparece no Conselho. Os demais entrevistados não tinham conhecimento da existência do Conselho, ainda que o responsável pelo turismo em gestão passada tenha falado acerca da lei de criação do COMTUR e da lei que prevê um Fundo de Turismo declarou que, embora seja previsto, não foi criado. Este foi o único a conhecer o

processo para fazer parte do COMTUR (já que essa pergunta não foi feita ao gestor público atual).

Ainda que o COMTUR tenha sido criado em gestão anterior, este não saiu do papel. Isso foi constatado através da entrevista realizada com um empresário que também foi Superintendente de Turismo no município⁵⁴. Ele pontou que houve a tentativa de estruturar o Conselho, “mas que não foi pra frente”, porque as pessoas do conselho não consideravam importante. O conselho foi criado, mas nunca teve nenhuma reunião, por duas vezes foi feita a chamada para participação em reunião, mas ninguém ia. O empresário apontou a questão político-partidária como um dos pontos de gargalo para realizar ações em sua gestão. Considerou que em relação à política pública as pessoas não têm conhecimento, já que as pessoas que estão à frente não tinham/têm capacidade técnica, pois essa ocupação decorre de indicação política e que, embora tenha participado de diálogos sobre o turismo com a Secretaria de Turismo da Bahia, BAHIATURSA e com os gestores da Chapada Norte, entende que não possui capacidade técnica para implementar a política de turismo. Para ele, dentro da estrutura governamental municipal, “o turismo era desvalorizadíssimo, não tinha importância”.

Sabe-se que questões políticas e trocas governamentais são problemáticas que atrasam a instituição e o fortalecimento das políticas públicas no Brasil. Entretanto, os gestores que estão à frente duma determinada área devem buscar mecanismos para articular as pessoas em prol do setor que representam (sem esquecer as áreas interligadas ao turismo). Apresentar as políticas, os investimentos, os eixos de atuação de programas dentro do turismo e o poder do turismo de impactar a vida das pessoas possibilita o estreitamento de laços entre os envolvidos e gera uma visão mais clara do que o turismo pode gerar ou está gerando de bom e/ou de ruim.

Sabendo que o turismo é um fenômeno que envolve múltiplas áreas e serviços, que se ocorrer de forma desordenada pode prejudicar a população local e que se for planejado e envolver os atores sociais é um instrumento capaz de contribuir com o desenvolvimento da localidade e da região (isso não significa que, promovendo o desenvolvimento, em nada de ruim pode impactar), indagou-se se os entrevistados são a favor do turismo em Senhor do Bonfim,

⁵⁴ Embora não fosse objetivo entrevistar o responsável pelo turismo na gestão pública passada, ao realizar a entrevista com um dono de empresa, constatou-se que ele havia sido Superintendente de Turismo do município de Senhor do Bonfim. Assim, aproveitou-se a oportunidade para perguntar também questões ligadas ao serviço público. Por isso, foi possível apresentar alguns posicionamentos de quem foi gestor público em outra gestão.

ao que todos afirmaram positivamente. Para ilustrar os fatores-chave considerados, apresenta-se a Figura 59.



Figura 59. Nuvem de palavras sobre por que são a favor do turismo em Senhor do Bonfim.

O Sim refere-se ao posicionamento, unânime, a favor do turismo. No geral, as pessoas falaram sobre o potencial do turismo de atrair mais pessoas para o município (por vezes, o foco se deu na cidade) e movimentar a economia, contribuindo para que as pessoas desprovidas de recursos financeiros possam ampliar a renda. Ao tratar de desenvolver o turismo, por diversas vezes, foi apresentada a preocupação em valorizar a cultura e conservar os recursos naturais. Ao ser questionado acerca do motivo de ser a favor do turismo, o entrevistado 12 colocou que

[...] primeiro é que Bonfim é uma cidade pobre, certo?! Cidade do semiárido brasileiro, não é uma das mais pobres, mas é uma cidade pobre. Então você construir alguns, algum mecanismo de atração de pessoas para conhecer os atrativos e gerar emprego e renda já é a primeira coisa, já temos aí já a primeira coisa. Segunda coisa é que eu acho que a ocupação ordenada dos espaços, dos equipamentos e dos sítios, é... das coisas ambientais lá, das cachoeiras, são uma forma de dar valor e evitar a destruição, porque senão vai chegar uma mineradora e vai derrubar e é assim que funciona, então pra mim essas duas coisas. E do ponto de vista empresário é porque é renda né, você vende mais.

Essa preocupação com a exploração de minérios nas Serras de Bonfim foi externada também pelos entrevistados 14 e 17, que falaram sobre o Movimento Salve as Serras, o qual atua em prol da preservação ambiental e tem como parceiros universidades, associações e

movimentos populares. Propõe a construção coletiva de Mapas (pessoas coletam as coordenadas e enviam para revisores do Salve as Serras para inclusão no Mapa das Serras)⁵⁵. A mineração é uma atividade arraigada em Jacobina e acontece também nas proximidades de Senhor do Bonfim. Em municípios circunvizinhos a Senhor do Bonfim, a mineração é presente há décadas. Ocorre mineração no município de Jaguarari (mina de calcário) e na Serra da Carnaíba, que engloba os municípios de Pindobaçu e Campo Formoso (esmeralda).

O discurso hegemônico do turismo enquanto vetor de desenvolvimento e gerador de renda é presente no setor público, no setor privado e na população em geral. Embora saiba que o turismo pode gerar renda, da forma que está acontecendo em Senhor do Bonfim é muito sazonal, na medida em que há uma concentração de fluxo no São João e, no restante do ano, visitação apenas em períodos pontuais, de modo que o fluxo turístico não se dá durante todo o ano. Junto ao discurso da modernização, encontra-se o do turismo sustentável, sobretudo voltado para a conservação da natureza e valorização da cultura. No entanto, como fora discutido no capítulo um, embora seja uma teoria que tende a ser aceita por todos, no âmbito do turismo em Senhor do Bonfim, pouco se tem feito em prol da conservação ambiental e da valorização cultural, tendo sido percebida a mercantilização da cultura, enquanto espetáculo.

Quando questionado se há fluxo turístico no município de Senhor do Bonfim e se era a favor de extinguir, de manter ou de aumentar o fluxo turístico, os três prestadores de serviços, que possuem quatro estabelecimentos, consideraram que é preciso aumentar o fluxo, sobretudo em outros períodos do ano que não o São João, que já recebe grande fluxo e encontra dificuldades para atender a grande demanda, ocasionando problemas como falta de água. Afirmaram que o período de maior visitação turística é junho, ficando dezembro o segundo mês mais citado, por conta da visitação das pessoas do município que moram fora e da realização de eventos, como eventos na rua no período natalino e a Feira Chique.

Além de saber o interesse dos entrevistados no turismo, buscou-se conhecer a visão deles em relação aos serviços básicos prestados no município, se atendem ou não as necessidades da população local (Figura 60).

⁵⁵ Salve as Serras. *Nos ajude a salvar as serras*. Recuperado de: <http://salveasserras.org/>

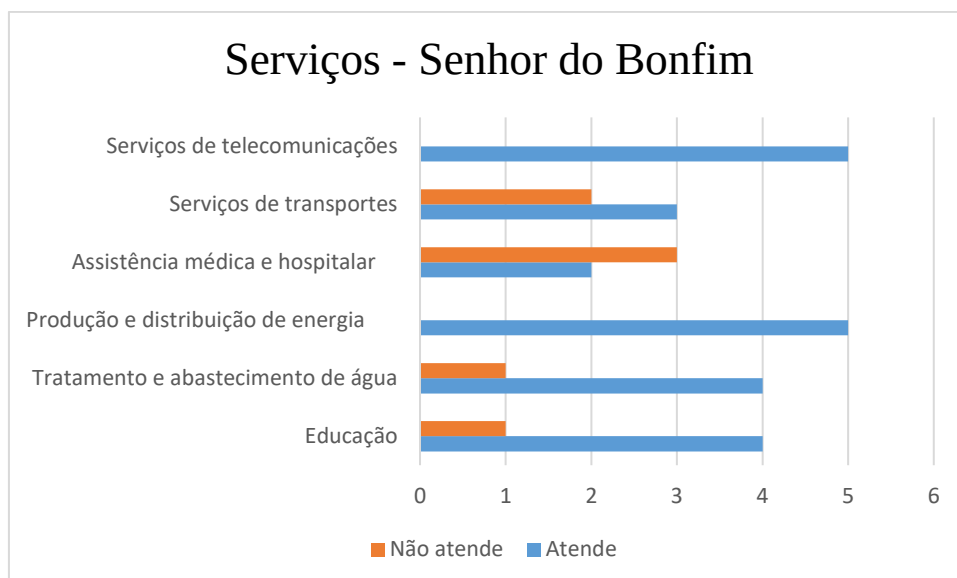


Figura 60. Prestação de serviços básicos, na visão dos atores sociais.

Todos, abrangidos por esse questionamento, entendem que os serviços de energia e comunicação atendem satisfatoriamente a população. Embora um indivíduo tenha citado que o serviço de tratamento e abastecimento de água ainda não atende a população, frisou que em breve vai atender, porque estão realizando serviços de saneamento. No quesito transporte, foi indicado que se faz necessário aumentar os transportes para os distritos, inclusive para dar acesso aos locais que possuem potencial turístico, e também melhorar a circulação na cidade, pois atualmente há transportes para os bairros mais distantes, porém a oferta é reduzida. Um indivíduo relatou que para o Quilombo de Tijuaçu vai de ônibus, mas para outros locais é preciso pegar um táxi, serviço caro e ruim. Além disso, não há sinalização turística. Afirmou que, enquanto gestor, em período anterior, dialogou com o pessoal do trânsito para pegar placas antigas e adesivar com as informações turísticas, mas deixou o cargo antes que acontecesse. Já no quesito educação, foi indicada a necessidade de ter mais cursos profissionalizantes, inclusive ligados ao turismo. O ponto considerado que menos atende, de forma satisfatória, a população refere-se aos serviços de saúde.

Esse cenário é modificado no período do São João, visto que a cidade fica lotada, ocasionando falta de água e mau funcionamento dos serviços de telefonia móvel e outros serviços de tecnologia, como funcionamento das maquinetas de cartão. Pensando na dimensão espacial do município e do contexto da Chapada Norte, perguntou-se se as pessoas consideram que o turismo, a mineração e a pecuária geram, ou não, desenvolvimento (Figura 61).

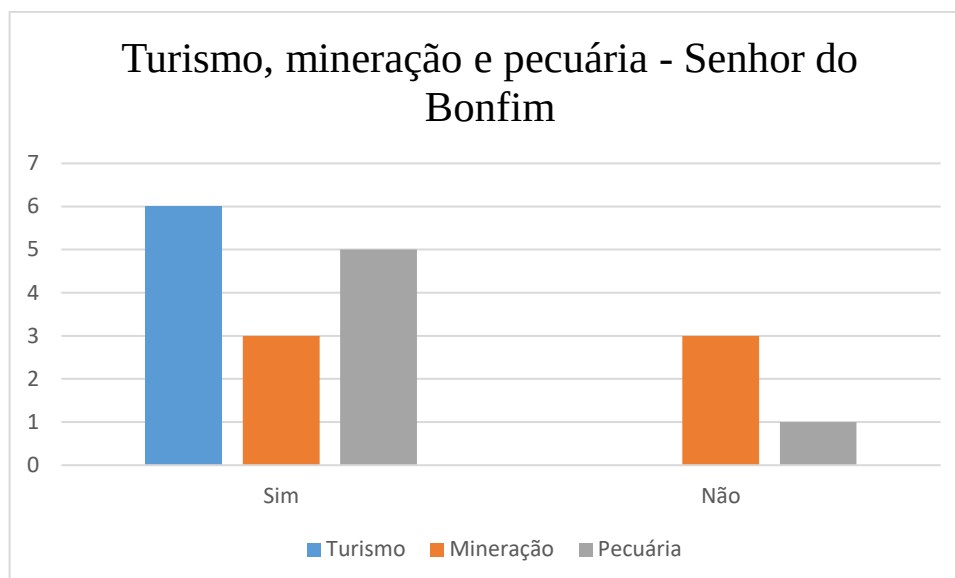


Figura 61. Turismo, mineração e pecuária x desenvolvimento.

Essa pergunta englobava todos os atores sociais. Ao questionar se os referidos setores geram ou não desenvolvimento local e regional, as respostas foram as seguintes: 1) turismo, todos consideraram que sim; 2) mineração, três compreendem que sim e três que não; 3) pecuária, três consideraram que sim, apenas um considerou que não. O entrevistado 11 afirmou que antes existiam muitos bovinos na Serra da Maravilha, mas que atualmente o proprietário da área está buscando retirar os grileiros, visto que é uma UC e não pode mais ter a pecuária na área.

Tendo em vista que um dos pontos centrais desta pesquisa é analisar a participação das pessoas em processos decisórios de turismo e considerando o cenário de crise iniciado no primeiro trimestre de 2020, questionou-se se foram realizados diálogos para discutir o turismo em tempos de pandemia (Figura 62).

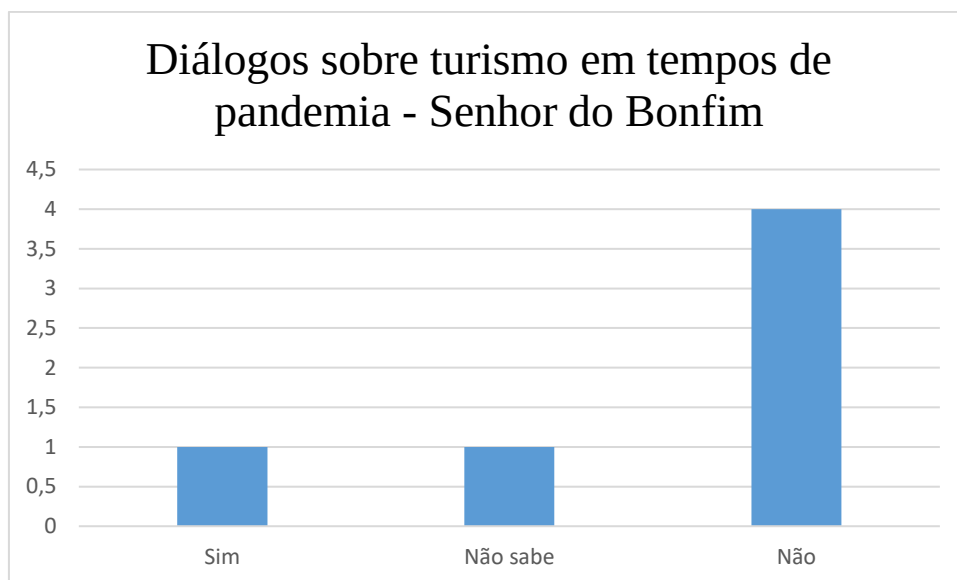


Figura 62. Diálogos sobre turismo em tempos de pandemia.

Quatro dos seis entrevistados declararam que não houve diálogo sobre questões para mitigar os impactos da crise no turismo e/ou para pensar a retomada do turismo, inclusive o gestor público. A gestão pública e mais um dos entrevistados mencionaram que houve diálogo com o comércio em geral, mas não para discutir as problemáticas específicas do turismo. Uma pessoa afirmou que não tem conhecimento e uma respondeu positivamente. Esta última apontou que houve diálogo sobre o São João na rádio. Logo, entende-se que a participação política na emissora estava intrinsecamente relacionada à decisão de retomar os festejos juninos. Segundo o entrevistado oito, quando o poder público local vai discutir a retomada da economia, o foco é no comércio, em que o turismo “vem de reboque”. A gestão pública, atual e passada, demonstrou que o turismo não é uma pauta central na política pública do município de Senhor do Bonfim.

Embora não tenha havido diálogo em Senhor do Bonfim acerca do turismo em tempos de pandemia, houve medidas federais para mitigar os impactos da crise. Uma delas foi a liberação de 5 bilhões de reais do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), podendo pegar os empréstimos: Microempreendedor Individual (MEI) e empresas de pequeno, médio e grande porte. Houve uma redução nas taxas de juros e aumento no prazo de pagamento⁵⁶. Foi criado o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que permite que pessoas jurídicas do setor de eventos paguem a dívida ativa da União com até 100% de desconto dos

⁵⁶ Ministério do Turismo. *FUNGETUR*. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/fungetur->

juros, das multas e dos encargos legais, cujos débitos podem ser divididos em até 145 meses⁵⁷. Foi criado o *site* retomada.turismo.gov.br, que especifica os quatro eixos para o desenvolvimento de ações, programas e projetos para mitigar os impactos da crise sanitária (fechamento de empresas, redução de empregos, entre outros) no setor de turismo. São eles: 1) “Implantação de protocolo de Biossegurança”; 2) “Promoção e incentivo a viagens”; 3) “Preservação de empresas e de empregos no setor de turismo”; 4) “Melhoria da estrutura e da qualificação dos destinos turísticos”⁵⁸.

Além de investigar se houve diálogo para mitigar as problemáticas da crise no turismo, buscou-se saber se há um retorno da gestão pública sobre discussões do turismo (Figura 63).

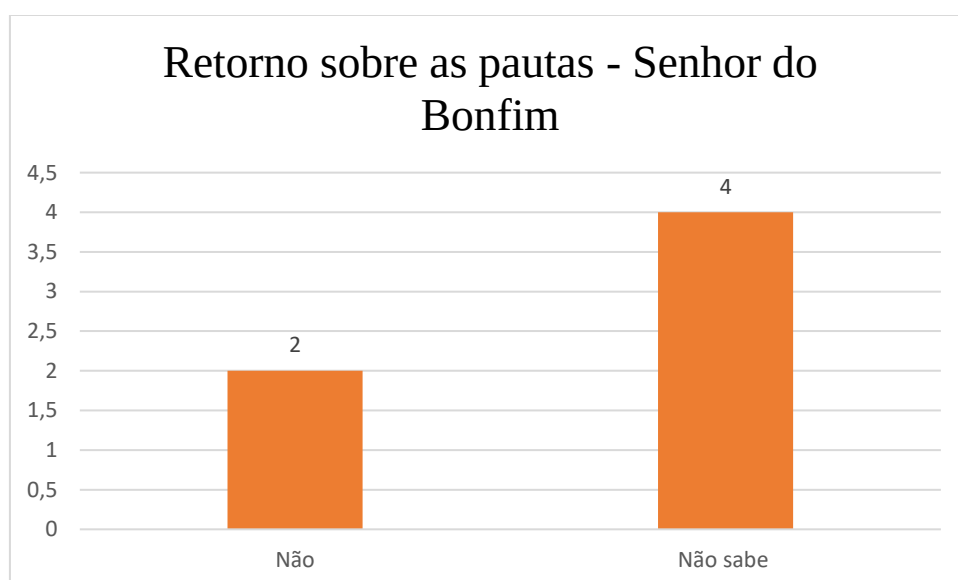


Figura 63. Retorno da gestão pública sobre as pautas do turismo.

O cenário revela que a área de turismo em Senhor do Bonfim não contribui para a participação cidadã. Parte dos entrevistados afirmou não saber se há um retorno e outra parte que não há um *feedback* referente às questões discutidas sobre o turismo no município. Há um Conselho que não possui pleno funcionamento, tendo ocorrido apenas duas reuniões (em um período de pouco mais de um ano da nova gestão), em que, segundo o gestor atual, não ficaram pautas pendentes para dar um retorno.

⁵⁷ Ministério da Economia. *Programa Emergencial do Setor de Eventos (PERSE)*. Recuperado de: <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/acordo-de-transacao/transacao-tributaria>

⁵⁸ Retomada do Turismo. *Conheça as medidas para a retomada do turismo*. Recuperado de: <https://retomada.turismo.gov.br/>

5 Problematicando, dialeticamente, a dinâmica territorial ligada ao turismo regional

Pensando uma problematização ampla a respeito da dinâmica territorial associada ao turismo no contexto estudado, sobressaem algumas questões essenciais intrínsecas à correlação de forças existentes nesse campo, a exemplo do que se entende por fixos e fluxos, horizontalidades e verticalidades, concepções baseadas na obra de Santos (2008). Para esse autor, o espaço geográfico comporta as racionalidades e contrarracionalidades. Os fixos e fluxos ocupam o espaço e modificam um ao outro. Já os fluxos retratam o movimento em torno dos fixos que são materializados no espaço historicizado.

Os municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim não possuem pesquisa de demanda turística, nem forneceram dados referentes aos fluxos turísticos, não obstante a existência do fenômeno. Uma das alternativas era conseguir dados sobre a ocupação hoteleira, entretanto, como não foi possível realizar pesquisas com os prestadores de serviços turísticos dos meios de hospedagem, essa alternativa foi inviabilizada. No entanto, através de pesquisa bibliográfica e documental, foram encontrados alguns dados sobre os fluxos turísticos de Jacobina.

Segundo ação ajuizada no MP-BA para proteger a Cachoeira Véu de Noiva, em 2018 a cachoeira recebeu até 200 visitas diárias, somando 800 visitantes em quatro dias. Nesse período, recebeu fluxos provenientes da Bahia e de outros estados (Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo). De acordo com Menezes (2021), em uma ação realizada pela ACAGI em parceria com o NCPN, acompanhada pela Secretaria de Meio Ambiente, foram contabilizados 947 visitantes na Cachoeira Véu de Noiva no dia 11 de outubro de 2020. A contabilização não foi realizada no horário de almoço, por isso estima-se que o quantitativo total foi de cerca de 1000 visitantes. Ainda conforme o autor, embora a cachoeira do Coxinho tenha a capacidade de carga efetiva de 56 pessoas, em um único dia, em uma ação, no dia 14 de fevereiro, no carnaval de 2021, o NCPN contabilizou 57 pessoas de vez no Coxinho. Essa cachoeira possui fácil acesso, já que são apenas 755 metros de trilha. Ademais, ainda que a Cachoeira do Piancó comumente não receba muito fluxo, de forma ocasional grupos acampam na área, descumprindo a legislação municipal que proíbe tal prática (Menezes, 2021).

O fluxo turístico no município de Jacobina é crescente. No entanto, o crescimento do fluxo se deu, sobretudo em Itaitu. Os dados de 2021 são muito maiores do que os de 2018, ratificando questões discutidas anteriormente sobre a visitação desordenada. Menezes (2021), através de informações obtidas com a ACAGI, identificou que os visitantes de Itaitu em sua

maioria são provenientes do próprio estado da Bahia. Os visitantes possuem entre 21 e 40 anos e viajam acompanhados de amigos. Entre outubro e março é o período de maior fluxo turístico, no entanto nos feriados prolongados esse fluxo se materializa.

Outras informações sobre fluxo foram discutidas ao apresentar os eventos que foram/são realizados em Jacobina. A micareta atraía muitas pessoas de fora da localidade e atualmente existem diversos eventos, sobretudo esportivos, que têm gerado fluxo na localidade. Já o fluxo turístico de Senhor do Bonfim está concentrado no São João.

No que concerne aos fixos, apresentou-se uma série de estabelecimentos de educação e saúde no capítulo um. No capítulo três, apresentaram-se os prestadores de serviços turísticos (de toda a Chapada Norte), estratificados por serviço prestado (de Jacobina e de Senhor do Bonfim). A Chapada Norte possui 57 prestadores de serviços turísticos, pessoa jurídica, distribuídos da seguinte maneira: Quixabeira, um; Mirangaba, dois; Miguel Calmon, quatro; Pindobaçu, cinco; Campo Formoso, seis; Senhor do Bonfim, 18; Jacobina, 21. Outras informações sobre fixos podem ser encontradas ao longo dos capítulos, destacando-se que foram indicados tanto elementos naturais como aspectos do patrimônio cultural que se enquadram na categoria de fixos.

Outrossim, é importante perceber que, além dos fixos e fluxos intrínsecos à dinâmica territorial turística, outros elementos podem auxiliar na explicação e compreensão desse processo. Trata-se das verticalidades e horizontalidades. Segundo Santos (2008), “as verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos” (Santos, 2008, p. 51). Nesse cenário, encontra-se o sistema produtivo que exige fluidez e velocidade. Os atores, dominantes do tempo, se beneficiam do sistema de fluidez no território, enquanto os demais raramente se beneficiam dele. As grandes empresas ganham o papel de regulador do espaço, apoiadas pelo Estado. O governo, em seus diferentes níveis, em muitos casos, favorece os atores hegemônicos. A área de fluidez se integra com outros espaços e economias mais amplas. Trata-se de uma integração verticalizada, que torna dependente e aliena (Santos, 2008).

Uma verticalidade presente no território desde a sua ocupação advém da exploração aurífera em Jacobina. Os governos coadunam com a empresa mineradora de capital estrangeiro e dotam o espaço de infraestrutura (atualmente tem-se o investimento no aeródromo). No entanto, embora não haja grandes empresas de turismo em Jacobina nem em Senhor do Bonfim,

há também as verticalidades, advindas da prevalência da vontade do poder público. O poder público decide quem participa do Conselho de Turismo, escolhe boa parte dos membros e não promove a participação cidadã adequadamente (maiores detalhes podem ser vistos na apresentação dos resultados das entrevistas).

No que tange às horizontalidades, ocorre uma junção em torno da solidariedade, através de relações horizontais, em torno dos aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos. Os agentes podem ter interesses diversos, no entanto, através da solidariedade, há uma visibilidade do ponto de convergência (Santos, 2008).

Pode-se dizer que, ao contrário da ordem imposta, nos espaços de fluxos, pelos atores hegemônico e da obediência alienada dos atores subalternizados, hegemonizados, nos espaços banais se recria a ideia e o fato da Política, cujo exercício se torna indispensável, para providenciar os ajustamentos necessários ao funcionamento do conjunto, dentro de uma área específica. Por meio de encontros e desencontros e do exercício do debate e dos acordos, busca-se explícita ou tacitamente a readaptação às novas formas de existência (Santos, 2008, p. 54).

Em Jacobina, percebe-se que há maior envolvimento da sociedade civil em pautas de turismo, promovidas pela gestão pública ou não. Os atores sociais têm buscado ativamente impulsionar o turismo na localidade e promover o desenvolvimento da população local através do turismo (buscam parcerias para a realização de cursos, participam de processos políticos abertos à comunidade). Em Senhor do Bonfim, não foi identificado esse processo de integração em torno do turismo, entretanto foi formada uma associação, a ACAPNI, que está iniciando o processo de articulação para buscar melhorias através do turismo. Cabe ainda ressaltar que todas as associações contactadas para participar desta pesquisa colaboraram participando e demonstraram o interesse em contribuir com o desenvolvimento local e regional através do turismo.

6 Considerações finais

Para a concretização desta pesquisa, foram escolhidos os seguintes procedimentos técnicos: estudo de caso, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa é exploratória e descritiva e possui abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados e informações foram sistematizados utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin. Para a análise das entrevistas, utilizou-se de Excel e do *software Iramuteq*.

Todas as escolhas, teóricas e metodológicas, foram realizadas visando responder ao objetivo do estudo: analisar a dinâmica socioespacial e turística da Chapada Norte da Chapada Diamantina, considerando as políticas públicas, dos diversos âmbitos, e a capacidade do turismo de contribuir para o desenvolvimento local e regional. Para alcançar o objetivo geral, elencaram-se quatro objetivos específicos.

Para atender ao objetivo específico um: “problematizar a abordagem de desenvolvimento, relacionando com os indicadores locais e regionais”, no capítulo um, apresentaram-se diversas teorias de desenvolvimento. Foram realizadas discussões sobre a modernização, a teoria da dependência econômica, a origem do pensamento ambiental, o desenvolvimento sustentável, a abordagem das capacidades e o pós-desenvolvimento.

É notável que, tanto nas normativas de turismo quanto nos variados discursos, a modernização e o desenvolvimento sustentável são teorias hegemônicas no turismo. A primeira mostra o turismo como modernizador dos destinos, provoca a substituição do que já existe pelo novo. Na modernidade, há uma busca pelo controle do espaço-tempo. A produção e o consumo acelerado envolvem não somente produtos, mas também os serviços. Quem tem o controle do tempo exerce poder frente aos que não têm o domínio sobre o usufruto do seu tempo. A segunda se alastrou, tendo em vista que contempla todos os públicos, pois, de um lado, defende a conservação ambiental e, de outro, com o álibi da sustentabilidade, possibilita a reprodução de atividades danosas ao meio ambiente. Embora a teoria do desenvolvimento sustentável englobe uma gama de fatores: ambientais, culturais, econômicos etc., tem um discurso focado no futuro, que, se investigado, muitas vezes, não passa do campo teórico.

Considerando o escopo desta pesquisa, escolheu-se a abordagem das capacidades proposta por Sen (2000) para discutir desenvolvimento nesta pesquisa. Essa teoria defende a expansão das capacidades humanas, para que, com as liberdades ampliadas, os humanos possam ter a vida que desejam e valorizam. A teoria de Sen consiste nas liberdades substantivas

(o ser humano ter a capacidade de conduzir a sua vida como deseja, sendo o responsável pelo que faz e deixa de fazer) e nas liberdades instrumentais, que, embora não seja objetivo apresentar uma lista de liberdades a serem analisadas (essa é uma das críticas feitas à abordagem das capacidades, no entanto Sen considera que uma gama de instrumentos pode conduzir os humanos para a vida que desejam e têm motivos para valorizar). A título exemplificativo, ele apresenta cinco liberdades instrumentais.

As liberdades instrumentais citadas por eles são: **liberdades políticas**, que enfatizam a importância de um sistema democrático, em que as pessoas possam escolher seus representantes, se manifestar politicamente, participar ativamente de decisões políticas, e de um sistema em que a imprensa não sofra censura; **liberdades econômicas**, concernentes ao direito de praticar relações comerciais (no entanto, requer que sejam considerados os recursos disponíveis para participar do mercado); **oportunidades sociais**, que referem-se aos arranjos que contribuem para que as capacidades sejam ampliadas (por exemplo, educação e saúde); **garantias de transparências**, que contribuem com a prevenção da corrupção, da negligência dos recursos monetários e de negociações arbitrárias; **segurança protetora**, arranjos sociais capazes de suprir as necessidades em situações de emergência (seguro desemprego, medidas para minimizar as problemáticas existentes em períodos de crise).

Considerando a dinâmica espacial das localidades estudadas e com base na teoria escolhida, faz-se uma análise sobre a capacidade do turismo de contribuir com o desenvolvimento local e regional. Entretanto, a abordagem das capacidades foi atrelada à abordagem de Freire (1967), que defendeu uma educação crítica que conduza os humanos para a liberdade.

Além das problematizações feitas a respeito dos aspectos teóricos de desenvolvimento, foram levantados dados mais gerais da Chapada Norte, como: área territorial, população estimada, salário médio mensal, população ocupada e IDHM. O município da Chapada Norte com maior área territorial é Campo Formoso, em segundo lugar encontra-se Jacobina, já Senhor do Bonfim fica em 7º lugar em relação aos 10 municípios que compõem essa região. No que tange ao salário médio mensal, o mais alto é o do município de Ourorândia, seguido por Jacobina (2,1 salários mínimos). Nesse quesito, Senhor do Bonfim (1,8 salários mínimos) se iguala com diversos outros municípios. Salienta-se que a renda média da Bahia é extremamente baixa, pois não chega nem a um salário mínimo.

Jacobina e Senhor do Bonfim são os dois municípios que têm a maior população estimada, com 80.749 e 79.813, respectivamente. O PIB de Jacobina é o maior da região devido à mineração, entretanto, ainda que tenha esse indicador maior do que Bonfim, o IDHM é menor (embora ambos estejam classificados como médio no IDHM). Isso ratifica a teoria de Sen, que defende que crescimento econômico não significa desenvolvimento, embora o crescimento econômico também possa contribuir para o desenvolvimento. O aumento das riquezas deve gerar aumento, de maneira proporcional, dos direitos econômicos da população.

Em seguida, são apresentados dados e informações específicos sobre Jacobina e Senhor do Bonfim. Resumidamente, o panorama dos municípios se dá da seguinte maneira: tanto em Jacobina como em Senhor do Bonfim há a presença de instituições de ensino municipais, estaduais e federais; há oferta de serviços de saúde, públicos e privados, em ambos os municípios. No entanto, Jacobina possui maior capacidade de atendimento das demandas de saúde, visto que existe uma Policlínica gerenciada pelo consórcio Piemonte da Chapada (região para fins de planejamento na Bahia).

São apresentados dados sobre produção vegetal e animal de Jacobina e de Senhor do Bonfim. A produção vegetal e animal de Jacobina ocorre da seguinte maneira: **extração vegetal**: umbu, madeira, babaçu e licuri; **produção agrícola**: banana, laranja e sisal na lavoura permanente; e alho, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho e tomate na lavoura temporária; e **pecuária**: a população de animais é grande no município, totalizando 95.000 animais, divididos entre bovino (de forma mais expressiva, com 37.282 animais), bubalino, caprino, codorna, equino, galináceo (o segundo maior quantitativo, com 34.026 animais), ovino, suíno e abelhas (as abelhas não foram contabilizadas). Já em Senhor do Bonfim, ocorre da seguinte maneira: **extração vegetal**: umbu, madeira (carvão vegetal e lenha) e licuri; **produção agrícola**: banana, café, coco-da-baía, laranja, mamão, manga e maracujá na lavoura permanente; e abacaxi, batata doce, cana-de-açúcar, feijão, mamona, mandioca, melancia e milho na lavoura temporária; e **pecuária**: a população de animais no município de Senhor do Bonfim também é expressiva, totalizando 57.840 animais, divididos entre bovino (o segundo maior quantitativo, com 15.000 animais), caprino, codorna, equino, galináceo (de forma mais expressiva, com 23.150 animais), ovino, suíno e abelhas (as abelhas não foram contabilizadas).

Em virtude de a discussão de desenvolvimento ser abrangente, diferentes questões foram discutidas ao longo do texto. As escolhas sociais, guiadas pelos paradigmas das pessoas,

têm ocasionado problemas à sociedade. Um dos pontos abordados foi a exploração dos animais, elemento que desencadeou a crise sanitária – a qual impactou de maneira direta o turismo – vivenciada em escala mundial. Outra problemática discutida foi o endividamento das pessoas, devido à falta de educação financeira. Esse é um impasse para a ampliação das liberdades econômicas.

Já o capítulo dois foi construído visando responder ao segundo objetivo específico: “identificar as políticas públicas de turismo, enfatizando a articulação do Programa de Regionalização do Turismo e a sua aplicação na Chapada Diamantina Norte”. Para tanto, foram elencadas, historicamente, diversas legislações implementadas antes da criação do Ministério do Turismo. Após a criação do MTUR, apresentam-se a Política Nacional de Turismo, o Plano Nacional de Turismo (de diferentes anos) e diversas normativas interligadas ao Programa de Regionalização do Turismo, por exemplo: diversas portarias sobre transferência voluntária de recursos no âmbito do MTUR. Em âmbito estadual, há a Política de Turismo da Bahia e em âmbito municipal são mostradas diversas legislações que envolvem o turismo, direta ou indiretamente. De modo geral, nas políticas dos diversos âmbitos, o turismo é apontado como vetor de desenvolvimento, gerador de emprego e renda. De maneira costumeira, o turismo é interligado ao desenvolvimento sustentável.

Identificaram-se normativas de turismo a partir da década de 1930, entretanto a regulamentação do turismo tratava de serviços isolados. Somente após a Segunda Guerra Mundial, os governos passaram a considerar o planejamento do turismo, por compreendê-lo como motor de crescimento capaz de minimizar as disparidades regionais. Tendo em vista que a falta de recursos é apontada como entrave para a realização de investimentos que gerem desenvolvimento através do turismo, elencou-se uma gama de portarias sobre transferência voluntária de recursos. Sabe-se que os direcionamentos da política pública impactam no desenvolvimento do turismo, mesmo que não estejam mais vigentes. Assim, escolheu-se fazer um levantamento exaustivo das portarias – que envolvem transferência voluntária de recursos no âmbito do MTUR – existentes no *site* do referido Ministério. Embora não tenham sido apresentadas todas as modificações de uma portaria para outra, foram destacados os pontos considerados mais relevantes na mudança.

Diversas ações podem ser realizadas a partir da transferência voluntária de recursos. No entanto, quanto mais bem classificado o município no Mapa do Turismo Brasileiro, maior é o portfólio de ações para o qual pode receber recursos advindos do MTUR. No entanto, o único

investimento que os municípios categorizados como C não podem receber é transferência voluntária de recursos para a realização de evento comemorativo do aniversário da cidade. Além disso, os valores que um município categorizado como C pode receber para a realização de eventos geradores de fluxo turístico são menores do que para os municípios categorizados como B e como A.

Foram identificados 29 convênios firmados entre o MTUR e os municípios da Chapada Norte, entre 2004 e 2020. Os objetos dos convênios tratam de implantação de infraestrutura básica e turística em sete dos dez municípios da Chapada Norte. Os maiores valores investidos foram em Jacobina e em Senhor do Bonfim, respectivamente. Já o município de Utinga, dentre aqueles que firmaram convênio para transferência voluntária, foi o que menos desfrutou dos recursos provenientes do MTUR, visto que iniciou, mas não executou o objeto do convênio.

As legislações municipais – de Jacobina e de Senhor do Bonfim – estão em consonância com as dos demais âmbitos, apontando o turismo como fator de desenvolvimento, gerador de emprego e renda. Ainda, citam a importância de promover a cultura através do turismo, entretanto há que se ter cautela quanto à forma como isso é feito (para que não haja a busca pela mercantilização, sem considerar a valorização da cultura e as identidades dos povos). Além disso, os municípios regulamentam especificidades locais (como uso de áreas naturais, espaços para eventos e elementos ligados ao patrimônio cultural) relacionadas ao turismo. No entanto, a descontinuidade de gestão, acompanhada da falta de interesse em buscar os elementos regulatórios que envolvem o turismo no município, faz com que haja um desconhecimento das normativas pelos gestores. Essa situação é agravada quando o profissional alocado para resolver questões do turismo não possui formação na área. Isso tende a diminuir a amplitude do turismo, reduzindo esse fenômeno social a uma atividade econômica. Também pode causar constrangimentos para o gestor, que ocupa um cargo genérico (como de Secretário, por exemplo) e é alocado para realizar funções específicas numa determinada área.

Há uma descontinuidade na gestão do turismo tanto em Jacobina como em Senhor do Bonfim, visto que se trata de cargos indicados politicamente. No entanto, o gestor que atualmente ocupa o cargo de Diretor de Turismo em Jacobina possui formação acadêmica em Turismo. Já a pessoa que está responsável por conduzir o turismo em Senhor do Bonfim não possui formação em turismo e o cargo ocupado é de Secretário do Gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esporte. Essa nova gestão governamental ocupou o

poder há pouco mais de um ano, contudo até o momento da entrevista ainda não havia uma pessoa específica para conduzir o turismo no município de Senhor do Bonfim.

São dois cenários diversos, por isso a análise dos dados e informações foi feita em tópicos diferentes. No caso de Jacobina, em virtude de o gestor ser da área, percebe-se uma maior articulação com os outros níveis governamentais (regional, estadual, federal), conforme define a Política de Regionalização do Turismo. No entanto, é preciso uma melhor articulação com os atores sociais do município, sobretudo se tratando de dar transparência aos atos políticos. No caso de Senhor do Bonfim, não há uma articulação com outros níveis (o gestor afirmou que participou de reunião com os representantes da Chapada Norte e da Chapada Diamantina, unicamente, para tratar da composição do Mapa do Turismo Brasileiro 2022 que seria lançado).

Já o objetivo três “Caracterizar a Chapada Diamantina, circuito Norte, especificando a infraestrutura turística, a oferta de serviços de apoio ao turismo, os atrativos e as potencialidades dos municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim” e o quatro “Analisar a participação social da população dos municípios de Jacobina e de Senhor do Bonfim em discussões públicas sobre o turismo” foram discutidos no capítulo três.

Para tanto, apresentaram-se os 34 municípios que compunham a região turística Chapada Diamantina, apresentando cada um dos quatro circuitos turísticos, conforme divisão estadual: Circuito da Chapada Norte (10 municípios); Circuito da Chapada Velha (quatro municípios); Circuito do Diamante (14 municípios); e Circuito do Ouro (seis municípios).

Nesta pesquisa, estudou-se a Chapada Norte, entretanto os estudos de caso foram dos municípios Jacobina e Senhor do Bonfim, os dois municípios mais bem categorizados (estão classificados como C), nesse circuito, dentro do Mapa do Turismo Brasileiro. Os municípios do Mapa são categorizados através de portaria emitida pelo MTUR, a qual define os seguintes critérios para categorização: 1) quantidade de meios de hospedagem, 2) quantidade de empregos em meios de hospedagem, 3) número estimado de fluxo turístico doméstico, 4) número estimado de fluxo turístico internacional e 5) arrecadação de impostos em nível federal através dos meios de hospedagem.

Inicialmente, fez-se um apanhado geral da riqueza natural e cultural que a Chapada Norte possui, apresentando o grande potencial que essa região tem para desenvolver o turismo. A riqueza do ambiente natural chama a atenção, pois possui: cânions, picos, rios, muitas

cachoeiras, serras e cavernas. Além de muitos sítios arqueológicos, pois somente em Jacobina são 48, sendo 46 de arte rupestre, um cerâmico e um de estrutura construtiva. No entanto, a região também é rica em termos históricos e culturais. Há diversas comunidades tradicionais remanescentes de quilombo, certificadas pela Fundação Palmares, sendo elas: Campo Formoso, 21; Bonito, 16; Senhor do Bonfim, 15; Mirangaba, 11; Jacobina, 10; Pindobaçu, três; Miguel Calmon, uma; Quixabeira, uma.

Embora se saiba do potencial de desenvolver o turismo a partir da cultura local, com suas peculiaridades, o objetivo não é turistificar as comunidades quilombolas, mas demonstrar que elas estão alocadas nesse espaço territorial. A política de turismo deve considerar a dinâmica espacial e o espaço historicizado. Ademais, o planejamento do turismo com participação ativa dos atores sociais possibilita que eles pensem se desejam ou não atuar no turismo. Uma possibilidade interessante é o turismo de base comunitária, conduzido pelos membros que compõem as comunidades. No entanto, como defende Freire (1967), é basilar que as pessoas tenham uma educação crítica, para que tenham capacidade de criticar as propostas apresentadas pelos detentores do poder.

Partindo para a discussão dos casos de Jacobina e de Senhor do Bonfim, o acesso a ambos os municípios se dá por meio rodoviário (com transporte advindo de diferentes localidades) ou por via aérea, através do aeroporto de Petrolina-PE ou de Salvador-BA. Há ainda o de Feira de Santana, porém o quantitativo de voos comerciais é ínfimo. Em Jacobina, há um aeródromo, entretanto não possui voos comerciais. Ainda que, recentemente, tenha sido liberado um investimento da Secretaria de Infraestrutura da Bahia para gerar maior fluidez, e o turismo tenha sido apontado como atividade econômica da localidade, sabe-se que essa obra não tem como interesse beneficiar o turismo.

Considerando a dinâmica espacial, constatou-se que, ainda que os dois municípios disponham de serviços básicos como água, energia, redes de telecomunicação e transporte interurbano, cada um possui suas dificuldades específicas. No caso de Jacobina, os maiores entraves, em termos de serviços básicos, são: Itaitu, um dos locais de maior interesse turístico em Jacobina, não possui água tratada nem mesmo para a população local; e a disponibilidade do transporte que sai de Jacobina para Itaitu é reduzida, o que impõe dificuldades para as pessoas que não estão com veículo privado e desejam se deslocar para Itaitu. A dificuldade de acesso a Itaitu, através de transporte público, também é presente para as localidades circunvizinhas, pois, dependendo do município de origem, faz-se necessário se deslocar até a

cidade de Jacobina e voltar o caminho para ir até Itaitu. No caso de Senhor do Bonfim, identificou-se que os serviços de saúde são os que menos são vistos como satisfatórios pelos entrevistados. Além disso, o transporte interurbano é reduzido, dificultando o deslocamento de pessoas (sem veículo privativo) que queiram se deslocar entre a sede e os distritos.

O município de Jacobina conta com um enorme potencial turístico. Entretanto, apenas algumas das áreas naturais podem ser consideradas atrativos turísticos. São tantas as potencialidades que é difícil contabilizá-las, visto que nem as pessoas da localidade têm clareza em relação ao quantitativo de cachoeira, por exemplo. Nas visitas de campo, constatou-se que os Condutores Ambientais e os Guias de Turismo costumeiramente encontram novas potencialidades. Contudo, a localidade que está com foco para desenvolver o turismo é Itaitu, distrito que possui muitas Cachoeiras e abriga parte do Parque Estadual das Sete Passagens. Embora em Jacobina tenha havido investimentos em prol do turismo, nas trilhas realizadas nas áreas de Cachoeira apenas se identificou a sinalização turística, pois muitas placas já se encontravam desgastadas e estragadas devido à ação humana (com escritas).

A ocupação territorial de Jacobina se deu em virtude da exploração do minério. Esse processo é marcado pela fuga de negros e indígenas, que se escondiam entre as serras em busca de alcançar a liberdade. No entanto, os embates com a mineração ocorrem até a atualidade. Há disputas no uso do espaço entre a população do município e as empresas mineradoras, que visam a manutenção e o alargamento da exploração aurífera. Ainda que a maioria dos entrevistados tenha considerado que a mineração não é boa para o desenvolvimento, as pessoas, de imediato, hesitavam para responder, pois, embora tenham demonstrado ter ciência dos prejuízos ambientais gerados pela exploração de minério, consideravam que o município precisa dos recursos financeiros gerados pela mineração.

Senhor do Bonfim, apesar de ter áreas naturais e elementos da cultura com potencial turístico, apenas tem como atrativo formatado o São João. No São João, havia também a Guerra de Espadas, manifestação cultural centenária, que erroneamente era trabalhada como espetáculo em que os turistas poderiam ver e até mesmo participar, os quais, porém, não conheciam as técnicas para não se acidentar nem compreendiam o simbolismo daquela manifestação cultural. Há alguns anos, houve a proibição da Guerra de Espadas e isso ocasionou uma disputa entre o poder judiciário, que realizou a proibição, e a população de Senhor do Bonfim, que luta para ter a liberdade de retomar a manifestação cultural.

Tendo uma noção da ocupação territorial e dos embates mais arraigados existentes em cada município, em Jacobina, a mineração, e, em Senhor do Bonfim, a proibição da Guerra de Espadas, seguem para a análise da participação social da população desses municípios em discussões públicas sobre turismo.

A entrevista com os diversos atores sociais – gestor público, prestadores de serviços turísticos e associações –, a consulta às normativas e as pesquisas de campo tiveram o intuito de compreender se o turismo está ou não gerando desenvolvimento para as localidades, o desenvolvimento como liberdade, conforme a abordagem das capacidades. Em Jacobina, há 21 prestadores de serviços turísticos (cadastrados no CADASTUR pessoa jurídica) e quatro pessoa física, sendo baixo o quantitativo de trabalhadores vinculados a tais empresas. Além disso, há duas associações (ACAGI e PAYAYÁS, compostas por condutores ambientais e guias de turismo). No entanto, os membros, em sua maioria, não têm o turismo como renda principal. Desses, foram entrevistadas 12 pessoas de Jacobina, mas diferentes entrevistados possuíam mais de um CADASTUR e forma de atuação no turismo.

Assim, com base nas liberdades instrumentais citadas por Sen (2000), a seguir faz-se uma discussão sobre a ampliação das liberdades em Jacobina a partir do turismo (Tabela 55).

Tabela 54

Ampliação das liberdades instrumentais em Jacobina

Liberdades instrumentais – o caso de Jacobina		
Tipos de Liberdade	Panorama	Responsáveis
Liberdades políticas	Houve divulgação da eleição para membros do Conselho de Turismo. Há reuniões com os membros do Conselho, entretanto ainda existe desconhecimento por parte do <i>trade</i> turístico acerca das ações governamentais em prol do turismo. Embora as pessoas que não compõem o Conselho possam participar das reuniões (sem direito a voto), parte das pessoas demonstrou desconhecimento sobre a existência de diálogos sobre o turismo e sobre se há um retorno posterior acerca das pautas discutidas.	Diretoria de Turismo
	Participação social em diálogos e ações em prol do turismo.	Associação Acagi Associação Payayá Associação Aspaff Chapada Norte NCPN
Liberdades econômicas	O direito de exercer relações comerciais, em 2020 e 2021, foi interrompido por diversas vezes em decorrência da pandemia do Covid-19.	Proibição governamental através de normativas dos diversos âmbitos.
	Os Condutores Ambientais e Guias de Turismo conseguem renda através do turismo, porém ainda de forma incipiente. No geral, ainda possuem outro trabalho e atuam no turismo quando estão em momentos de não trabalho da sua ocupação principal. Os empresários do setor de turismo em Jacobina são da localidade ou provenientes de cidades circunvizinhas.	Condutores Ambientais Guias de Turismo Empresários do Turismo
Oportunidades sociais	Firmou parceria para oferta de cursos de idiomas a um custo baixo.	Diretoria de Turismo
	Curso de Condutor Ambiental (já está na 4ª turma em Jacobina).	Realização Univasf Apoio: Associação Payayá, Acagi, Aspaff Chapada Norte e Prefeitura de Jacobina.
	Curso de Brigadista Voluntário	Secretaria de Meio Ambiente Corpo de Bombeiro Militar de Jacobina Associação Acagi Associação Payayá

	<i>Workshop</i> na área de gastronomia (preparação para o Festival Gastronômico que será realizado em Jacobina).	Realizadores: Sebrae, Senac, Prefeitura de Jacobina; Patrocinadores: Torres Eólicas do Nordeste, Faculdade Ages Apoiadores: Associação Comercial e Industrial de Jacobina (Acija), Câmara de Dirigentes Logistas de Jacobina (CDL), Sindicato Patronal do Comércio Varejista de Jacobina e Região (Sindpat), Conselho Municipal de Educação de Jacobina (CME), Programa Empreender (Empreender) Serviço Social do Comércio (SESC), pede aí (app de delivery de comida), Adinor Indústria e Comércio de Aditivos LTDA (Adinor)
	Realização de ação para promover o protocolo de biossegurança, em Itaitu, no período do carnaval 2021 e 2022.	Associação Payayá Associação Acagi Aspaff Chapada Norte Diretoria de Turismo
	Criação e melhorias de espaços de lazer e promoção da cultura através de investimentos realizados através de convênios com o MTUR.	Prefeitura de Jacobina Diretoria de Turismo
Garantias de Transparência	Esse quesito precisa de melhoras substanciais, visto que os processos são pouco transparentes. Através das mídias sociais há a publicização de realização de eventos e ações ocorridas na localidade, incluindo obras, porém não são especificados qual é o objeto financiado, quem financiou, nem quanto custou aos cofres públicos. Em relação à renovação do cadastro de Jacobina no Mapa do Turismo Brasileiro (2022), foi publicizado que houve uma progressão de categoria, entretanto o município é categorizado como C desde 2013 (lançamento do Mapa do Turismo).	Prefeitura de Jacobina Diretoria de Turismo
Segurança Protetora	Liberação de 5 bilhões para todo o Brasil, de recursos do FUNGETUR, podendo ser concedidos empréstimos a MEI e a empresas de todos os portes. Redução na taxa de juros e aumento no prazo de pagamento. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).	Ministério do Turismo Governo Federal

Diante das discussões feitas anteriormente, compreende-se que o município de Jacobina tem promovido a ampliação das capacidades humanas, mesmo que de forma aquém do seu potencial. Nota-se um interesse em promover a localidade, através da publicização de eventos e cursos de formação, além de algumas ações pontuais que envolvem o turismo. No entanto, é preciso melhorar substancialmente o processo de transparência, posto que, para ser transparente, tem que dar a possibilidade de os interessados conferirem as informações nos documentos referentes aos processos em andamento ou executados. Dar clareza quanto ao objeto que recebe/recebeu investimento, quanto custou e quem financiou amplia as liberdades de transparência e possibilita que as pessoas tenham conhecimento sobre os investimentos realizados com recursos do turismo. Além disso, dar um retorno a respeito das demandas colocadas pelos atores sociais promove a transparência e induz que as pessoas queiram participar dos processos decisórios.

Em Jacobina, a gestão pública do turismo promoveu algumas oportunidades sociais ligadas à educação, o que é positivo, visto que a educação tem a possibilidade de ampliar também outras liberdades, por exemplo: as liberdades econômicas e as liberdades políticas. Há ainda outras oportunidades sociais que são obtidas através de relações mais horizontalizadas (mediante a articulação entre membros de associações diversas), com e sem o envolvimento da Diretoria de Turismo. No quesito segurança protetora, foram apresentadas duas propostas, advindas do nível federal, que puderam/podem ser aplicadas na localidade, entretanto não se sabe se houve a divulgação em âmbito local. Tendo em vista que, mesmo carecendo de melhorias, há uma articulação entre os diferentes setores, a divisão regional e o Programa de Regionalização do Turismo são conhecidos pela maioria das pessoas. De forma unânime, as pessoas se mostraram a favor do turismo e consideraram que deve haver aumento do fluxo turístico. Na medida em que o turismo, atualmente, está sendo conduzido por um profissional da área, espera-se que a ampliação das capacidades humanas seja intensificada, possibilitando que o turismo seja instrumento para o desenvolvimento local e regional.

Em Senhor do Bonfim, há 18 prestadores de serviços turísticos formalizados através do CADASTUR e uma associação de condutores ambientais (ACAPNI) que ainda não deu início às suas atividades. Dentre eles, foram entrevistadas seis pessoas de Senhor do Bonfim, sendo que uma delas possuía dois CADASTUR. Ainda com base nas liberdades instrumentais citadas por Sen (2000), problematiza-se a ampliação das liberdades a partir do turismo em Senhor do Bonfim (Tabela 56).

Tabela 55

Ampliação das liberdades instrumentais em Senhor do Bonfim

Liberdades instrumentais – o caso de Senhor do Bonfim		
Tipos de Liberdade	Panorama	Responsáveis
Liberdades políticas	Essa liberdade não está sendo ampliada. Apenas tiveram duas reuniões do Conselho de Turismo, uma para compor o COMTUR e outra para tratar sobre a manutenção de Senhor do Bonfim no Mapa do Turismo Brasileiro. Apenas ocorreram ações para a manutenção do sistema, que é desarticulado. Não há uma articulação entre a gestão pública, o <i>trade</i> turístico e a sociedade civil organizada para fazer do turismo um instrumento de desenvolvimento.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes
Liberdades econômicas	O direito de exercer relações comerciais, em 2020 e 2021, foi interrompido por diversas vezes em decorrência da pandemia da Covid-19.	Proibição governamental através de normativas dos diversos âmbitos.
	Embora o São João movimente a economia local, o fluxo turístico está concentrado nesse período do ano. Esse turismo sazonal não tem a capacidade de promover o desenvolvimento através do turismo. Além disso, é grande o fluxo de pessoas que vão apenas para participar dos eventos fechados, induzindo o crescimento econômico para os empresários do evento, mas não desenvolvimento para a população local.	Diretoria de Turismo Prestadores de Serviços Turístico
	Há um aumento exponencial na comercialização de serviços turísticos no período de São João (lotação dos meios de hospedagem, aluguel de casas, demandas por serviços de restaurantes, entre outros).	Prestadores de serviços turísticos População em geral Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes
	A Acapni pretende iniciar a condução de pessoas tanto em Senhor do Bonfim como em cidades circunvizinhas. Isso representa uma nova fonte de renda para os associados e a oferta de um serviço que até então é inexistente no município.	Acapni
Oportunidades Sociais	Na atual gestão, embora tenham sido realizados cursos na área do comércio, não houve nenhum curso na área de turismo. Nem foram realizados eventos para discutir turismo.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes
	Curso de Condutor Ambiental	Realização: UNIVASF

		Apoio: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
	Criação e melhorias de espaços de lazer e promoção da cultura através de investimentos realizados através de convênios com o MTUR.	Prefeitura de Senhor do Bonfim Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes
Garantias de Transparência	A publicização de ações referentes ao turismo é ínfima. Apenas foi apresentado o evento de São João através da rádio e em um evento (presencial e transmitido <i>on-line</i>) foi feito o lançamento do evento, informando os dias e atrações. Há a possibilidade de encontrar as legislações e o PPA através de uma busca exaustiva no Portal da Transparência do município, entretanto não há publicidade da existência de tais atos normativos. Além disso, as pessoas da população não têm conhecimento sobre os investimentos realizados com recursos do turismo, nem clareza sobre o âmbito governamental que realiza investimentos. Há ainda um desconhecimento da existência do Conselho de Turismo e do processo necessário para fazer parte do COMTUR.	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes
Segurança Protetora	Liberação de 5 bilhões para todo o Brasil, de recursos do FUNGETUR, podendo ser concedidos empréstimos a MEI e a empresas de todos os portes. Redução na taxa de juros e aumento no prazo de pagamento.	Ministério do Turismo
	Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).	Governo Federal

Senhor do Bonfim tem realizado ações pontuais no que se refere ao turismo. Não se percebe um empenho em ampliar as capacidades humanas através do turismo. O turismo é concentrado no período junino, com a realização de uma festa fechada de renome, o que impulsiona o crescimento econômico para os realizadores do evento, mas não traz desenvolvimento para a população. Embora se saiba que há um fluxo grande na cidade, que gera uma demanda por serviços turísticos, promovendo ocupação de toda a rede hoteleira, inclusive as pessoas alugam suas casas para os turistas, trata-se de um turismo sazonal, que somente é reavivado nesse período do ano. Ademais, a Guerra de Espadas, antes de a proibição ser realizada, era englobada nos festejos juninos como espetáculo para atrair turistas.

Em relação à participação cidadã, quase nada foi feito, pois as ações realizadas tinham como intuito apenas a manutenção de Senhor do Bonfim no Mapa do Turismo Brasileiro. Embora haja uma articulação das pessoas em torno de questões culturais, a participação social em discussões que envolvem o turismo foi bem pontual.

Há pouco ou nenhum conhecimento do Programa de Regionalização do Turismo, pela gestão pública, pelos prestadores de serviços turísticos e pela sociedade civil organizada. Embora o COMTUR tenha membros do setor público, privado e associações, especifica quem do *trade* turístico pode participar: “um representante do setor hoteleiro” e um do “setor gastronômico e de bares”, impossibilitando os demais prestadores de serviços de participarem do Conselho, o que revela uma verticalidade. Ao realizar as entrevistas e falar um pouco sobre o PRT, algumas pessoas se interessaram e afirmaram que tinham interesse em participar do COMTUR. Entretanto, as limitações impostas pela sua lei de criação impedem que prestadores de serviços turísticos, que não sejam do setor hoteleiro ou de gastronomia, participem do conselho, privando as pessoas da participação política no que concerne ao turismo.

Todos os entrevistados se posicionaram a favor do turismo e consideraram que deve aumentar o fluxo turístico no município, porém não no período junino, sobretudo em outras épocas do ano, uma vez que nessa época já existe uma demanda alta.

Em síntese, o turismo é capaz de promover o desenvolvimento local e regional, através da ampliação das capacidades humanas. Isso envolve as liberdades substantivas, partindo de uma visão não utilitarista, focada em dar condições ao indivíduo para conduzir sua vida como deseja, sendo responsável pelas escolhas de fazer ou não algo, e as liberdades instrumentais, que englobam as liberdades políticas, as liberdades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência, a segurança protetora e todos os instrumentos que contribuem para que os humanos alcancem a vida que desejam e têm motivos para valorizar. Essa perspectiva requer que a dinâmica espacial e as relações sociais existentes no território sejam consideradas e exige uma quebra de paradigma ao entender o turismo como fenômeno social capaz de ampliar as liberdades humanas, em vez de vê-lo como atividade econômica.

Referências

- Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. (2021). *Como ler o IDHM*. Recuperado em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>
- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (2020). *Nova empresa inicia operação de linhas de ônibus da região de Jacobina*. Recuperado de: <http://www.agerba.ba.gov.br/noticias/nova-empresa-inicia-operacao-de-linhas-de-onibus-da-regiao-de-jacobina>
- Angelo, E. R. B. (2012). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj. Recuperado de: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/7224507eaf37999da9f9a5674bd2647b.pdf>
- Associação de Condutores Ambientais e Guias de Itaitu. *Editais de convocação – reunião mensal – 06 de junho de 2022*. Recuperado de: <https://guiasdeitaitu.blogspot.com/>
- Azevedo, F. F. de., Espelt, R. (2019). La evolución e impacto de La economía social y solidaria em Brasil e Cataluña. *Revista franco-brasileira de geografia*, v. 43, 1-19. Recuperado de: [La evolución e impacto de la economía social y solidaria en Brasil y Cataluña \(openedition.org\)](https://www.openedition.org/).
- Azevedo, F. F., Alió, M. À., Silva, R. P. da. (2016). Espacialidade da economia solidária no Brasil. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. 21 (1.148), 1-21. Recuperado de: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1148.pdf>
- Azevedo, F. F. de. (2008). Desenvolvimento Local e Capital Social: uma abordagem teórica. *Geonordeste*, v.1, 87-105.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. (Reto, L. A; Pinheiro, A., Trad.). São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- Bahia Turismo. (2019). *Chapada Diamantina. Municípios*. Recuperado de: <http://www.bahia.com.br/chapada-diamantina-2/>
- Beni, M. C. (2006). *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Britton, S. G. (1982). The political economy of tourism in the third world. *Annals of Tourism Research*, v. 9, p.331-358.
- Click Petróleo e Gás. *Obras de construção de quatro parques de energia eólica na Bahia irão demandar mais de 9 mil empregos nos próximos meses*. Recuperado de: <https://clickpetroleoegas.com.br/obras-de-construcao-de-quatro-parques-de-energia-eolica-na-bahia-irao-demandar-mais-de-9-mil-empregos-nos-proximos-meses/>
- Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo. (2016). *Plano Municipal de Saneamento Básico de Jacobina – BA*. Produto 2: diagnóstico da situação do saneamento básico. São Paulo: Gerentec Engenharia.

Confederação Brasileira de Voo Livre. Encontre sua rampa: Bahia. Recuperado de: <https://www.cbvl.esp.br/rampas-do-brasil/df/ba/voo-livre-paraglider-parapente-asa-delta-serra-da-amizade-jacobina-bahia/>

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. *Desafio dos Sertões aconteceu na região da Chapada Diamantina, em Jacobina (BA)*. Recuperado de: <https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/novidades/desafio-dos-serto-es-aconteceu-na-regiao-da-chapada-diamantina-em-jacobina-ba/>

Capra, F. (1982) *O ponto de mutação*. (Cabral, A. Trad.). São Paulo: Cutrix, 2006.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (2022). *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor*. Recuperado em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2022/01/3a824154b16ed7dab899bf000b80eeee-4.pdf>

Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial. (2017). *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário: Território Piemonte da Diamantina*.

Consórcio Chapada Forte. *Consórcio Chapada Forte: a união que fortalece*. Recuperado de: <https://www.consorciochapadaforte.com.br/munic%C3%ADpios>

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru. Recuperado de: <https://cdsitapicuru.wixsite.com/itapicuru/o-consorcio>

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Piemonte da Diamantina. *Consortiados*. Recuperado de: <https://consorciodiamantina.ba.gov.br/>

Consórcio Público Jacuípe. *Municípios consorciados*. Recuperado de: <https://www.consorciojacuipe.ba.gov.br/>

Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

Corrêa, R. L. (2000). *Região e Organização Espacial (7ª ed.)*. São Paulo: editora Ática.

Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o Regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P). Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>

- Decreto-Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940.* Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2440-23-julho-1940-412448-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio de 1945.* Extingue o Departamento de Imprensa e Propaganda e Cria o Departamento Nacional de Informações. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7582.htm
- Decreto-Lei nº 9.788, de 6 de setembro de 1946.* Extingue o Departamento Nacional de Informações e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9788.htm
- Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958.* Institui a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto nº 48.126, de 19 de abril de 1960.* Aprova o Regimento da Comissão Brasileira de Turismo. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48126-19-abril-1960-387487-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto do Conselho de Ministros nº 572, de 5 de fevereiro de 1962.* Extingue a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur). Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-572-5-fevereiro-1962-355690-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.* Define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0055.htm
- Decreto nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967.* Regulamenta o Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60224-16-fevereiro-1967-400926-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto-lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971.* Dispõe sobre os incentivos fiscais do turismo e dá outras providências. Recuperado de: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443413#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20de,1974%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.
- Decreto nº 71.791, de 31 de janeiro de 1973.* Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e dá outras providências. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71791-31-janeiro-1973-421651-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974.* Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Decreto-Lei/Del1376.htm
- Decreto-lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975.* Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e outros estímulos à atividade turística nacional, altera disposições dos Decretos-Leis nºs

1.376, de 12 de dezembro de 1974, e 1.338, de 28 de julho de 1974, e dá outras providências. Recuperado de: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443413#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20de,1974%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.

Decreto-lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986. Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências. Recuperado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2294.htm

Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0448.htm

Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0946.htm

Decreto nº 7.808 de 24 de maio de 2000. Cria o Parque Estadual das Sete Passagens e dá outras providências. Recuperado de: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/78360/decreto-7808-00>

Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Decreto nº 10.497, de 19 de outubro de 2007. Aprova o Regimento da Secretaria de Turismo – SETUR. Recuperado de: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-10497-de-19-de-outubro-de-2007#DEC_10_497

Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm

Decreto nº 16.713, de 10 de maio de 2016. Aprova o Regimento da Secretaria de Turismo – SETUR. Recuperado de: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-16713-de-10-de-maio-de-2016>

Decreto nº 19.379, de 19 de dezembro de 2019. Aprova o Regimento da Secretaria de Turismo – SETUR. Recuperado de: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/index.php/documentos/decreto-no-19379-de-19-de-dezembro-de-2019>

Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e função de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9745.htm#art13

- Dencker, A. F. M. (1998). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo*. São Paulo: futura.
- Descubra online. *Casa dos Ventos Energias Renováveis*. Recuperado de: <https://www.descubraonline.com/guia/ba/jacobina/casa-dos-ventos-energias-renovaveis-s-a-10772867000623/>
- Diegues, A. C.; Arruda, R. S. V.; Silva, V. C. F. da; Figols, F. A. B.; Andrade, D. (2000). Comunidades Tradicionais: A questão conceitual: dificuldades e ambigüidades. In: Diegues, A. C (org.), *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil* (Cap. 3, pp.16-26). São Paulo: USP.
- Escobar (1995). Conclusion. Imagining a Postdevelopment Era. In: *Encountering development*. P. 212-227. Princenton: Princenton University Press.
- Etchevarne, C; Pimentel, R. (organizadores). 2011. *Patrimônio Arqueológico da Bahia*. Salvador: SEI. 132 P.
- Fazito, M. (2015). Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. Figueiredo, S. L., Azevedo, F. F. de, Nóbrega, W. R. de M. *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA. 108-126.
- Fazito, M., Rodrigues, B., Nascimento, E., Pena, L. C. S. (2017). O papel do turismo no desenvolvimento humano. *Papers do NAEA*. 372, 3-21. Recuperado de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11075/7662>
- Fino, P., Matheus, Z. M. (2010). Políticas públicas: O Turismo no Brasil através da Análise do Novo Institucionalismo. *VII Seminário da Anptur*, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/137.pdf>
- Franco, J. L. de A. (2013). O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. *História*, v.32 (2), p.21-48. São Paulo.
- Fratucci, A. C. (2008). *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, Brasil. Recuperado de: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=124216
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996) *Pedagogia da autonomia*. (25ª ed.) São Paulo: Paz e Terra.
- Fundação Cultural Palmares. (2022). *Certificação Quilombola*. Recuperado de: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-20-01-2022.pdf>
- Furtado, C. (1974). Tendências estruturais do sistema Capitalista na fase de predomínio das grandes empresas. In: Furtado, C. *O mito de Desenvolvimento Econômico*. P. 15-20. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Gibson-Graham, J. K. (2004). Surplus Possibilities: Postdevelopment and Community Economies. *Singapore Journal of Tropical Geography Lecture Series*. V. 26 (1), P. 4-26.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, T. A.; Carvalho, J. C. de; Lima, S. de S.; Santos, M. de F.; Alves, C. F.; Amorim, A. da P. D. de; Amorim, A. M. de. (2014). História da Corrida Duque de Caxias de Jacobina: Bahia: período 1981-1983. *Anais do Congresso Nordeste de Ciências do Esporte*, Guanambi, Bahia, Brasil, 5. Recuperado de: <https://silo.tips/download/historia-da-corrida-duque-de-caxias-de-jacobina-bahia-periodo>
- Governo da Bahia. *Pista de pouso e decolagem do aeródromo de Jacobina passará por recuperação*. Recuperado de: <https://www.bahia.ba.gov.br/2021/09/noticias/infraestrutura/pista-de-pouso-e-decolagem-do-aerodromo-de-jacobina-passara-por-recuperacao/>
- Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Saúde. *Policlínica de Saúde na Região de Jacobina*. Recuperado em: <http://www.saude.ba.gov.br/municipios-e-regionalizacao/policlinica-de-saude-da-regiao-de-jacobina/>
- Grupo Ambientalista da Bahia. *Comunidades rejeitam projeto de concessão do Parque Sete Passagens e vão ao Ministério Público*. Recuperado de: <https://www.gamba.org.br/noticias/comunidades-rejeitam-projeto-de-concessao-do-parque-sete-passagens-e-vao-ao-ministerio-publico>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2021). *Divisão Territorial Brasileira*. Recuperado em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=acesso-ao-produto>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. (2021) *Panorama: Bahia*. Recuperado em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Bonito, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/bonito/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Campo Formoso, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/campo-formoso/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Jacobina, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Miguel Calmon, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguel-calmon/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Mirangaba, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/mirangaba/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Ourorândia, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ourolandia/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Pindobaçu, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pindobacu/panorama>

- _____. (2021) *Panorama: Quixabeira, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/quixabeira/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Senhor do Bonfim, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/senhor-do-bonfim/panorama>
- _____. (2021) *Panorama: Utinga, BA*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/utinga/panorama>
- _____. (2019). *Extração vegetal e silvicultura: Jacobina*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/pesquisa/16/12705>.
- _____. (2019). *Extração vegetal e silvicultura: Senhor do Bonfim*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/senhor-do-bonfim/pesquisa/16/12705>
- _____. (2019). *Pecuária: Senhor do Bonfim*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/senhor-do-bonfim/pesquisa/18/16459>
- _____. (2019). *Produção agrícola – Lavoura Permanente*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/pesquisa/15/11863>.
- _____. (2019) *Produção agrícola – Lavoura Temporária*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/pesquisa/14/10193>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Conhecendo e conservando o patrimônio espeleológico brasileiro. Cavernas naturais subterrâneas*. Recuperado de: <https://www.icmbio.gov.br/cecav/cavernas-naturais-subterraneas.html>
- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. (2014). *Folder – Patrimônio Cultural na Bahia* (5ª edição). Recuperado de: http://www.ipac.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/08/Folder_Patri_5Ed_Frente.jpg.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2020). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2019*. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>.
- Joly, C. A.; Queiroz, H. L. de. (2020). Pandemia, biodiversidade, mudanças globais e bem-estar humano. *Revista Estudos Avançados*, v. 34. n.100, p. 67-82. Recuperado em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n100/1806-9592-ea-34-100-67.pdf>.
- Layrargues, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológico: educação ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 15, n.4, p. 1-30. Recuperado de: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10861>. doi: 10.34024.
- Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990. Recuperado de: <https://www.cmsbonfim.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Camara-Municipal-Lei-Organica.pdf>

Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8181.htm#art16

Lei nº 661, de 03 de agosto de 1992. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1993 e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1xEmOFvkEeUISTZovy3pPB-8THbXfi4Gq/view>

Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8623.htm

Lei nº 681, de 28 de junho de 1993. Dispõe sobre o Plano Plurianual que vigorará de 1994 a 1997 e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1Ykm7wx_HixFc4MywxJb0mD_nkgCESB3p/view

Lei nº 682, de 28 de junho de 1993. Dispõe sobre diretrizes orçamentárias para o Exercício de 1994 e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1zUmXG3nLkeSJWY1UHrWCRvl6sJNjSTsC/view>

Lei nº 710, de 10 de dezembro de 1994. Estima a receita e fixa a despesa do município de Senhor do Bonfim – Bahia, e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1khelibWOBcnumrG6ky_c3VfKHBixjQPN/view

Lei 716, de 07 de junho de 1995. Dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1996 e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1-eb8XoRAypD3l9KK9u1Nx5MDQqqvwBXr/view>

Lei nº 430, de 30 de dezembro de 1998. Cria o Conselho Municipal de Turismo de Jacobina e dá outras providências. Recuperado de: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/j/jacobina/lei-ordinaria/1998/43/430/lei-ordinaria-n-430-1998-cria-o-conselho-municipal-de-turismo-de-jacobina-e-da-outras-providencias>

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. Dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional, e dá outras providências. Recuperado de: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443413#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20de,1974%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.

Lei nº 865, de 28 de dezembro de 2001. Dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e dá outras providências. Recuperado de: <https://c-mara-municipal-de-senhor-do-bonfim.jusbrasil.com.br/legislacao/232959/lei-865-01>

Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Recuperado de: <https://bityli.com/nZMEo>

Lei nº 651, de 11 de setembro de 2003. Cria o Parque Natural Municipal da Macaqueiras, integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, elege seu órgão gestor e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/erJX>

- Lei nº 956, de 17 de junho de 2005.* Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências. Recuperado em: <https://drive.google.com/file/d/1VU68B0KExPi60ALtA-y9z3K9sblT3eki/view>
- Lei nº 788, de 18 de outubro de 2006.* Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Jacobina e dá outras providências. Recuperado de: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-jacobina-ba>
- Lei nº 1.044, de 14 de dezembro de 2007.* Organiza a proteção do patrimônio cultural, histórico e artístico bonfinense, na forma que indica. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/16hSEvrf37bXt5QB5Xrwd79SQTXn-93n4/view>
- Lei nº 1.054, de 28 de dezembro de 2007.* Dispõe sobre a concessão de meia passagem no sistema de transporte coletivo urbano e semi-urbano, para os usuários compreendidos na faixa etária de 60 e 65 anos. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1tXdhAbZomAkqGzmgoI0tEqukm7aWtwGI/view>
- Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.* Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111771.htm
- Lei nº 1.209, de 13 de maio de 2011.* Dispõe sobre a autorização do condutor de táxi e moto táxi para exigir a identificação de passageiro. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1IXSJrC4GNgZcIkavOhGYfHMEPWTF6VSq/view>
- Lei nº 1.227, de 16 de setembro de 2011.* Institui a Semana Municipal da Capoeira e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1IwpIKPm_0wy3bc53lQ9slrSwYiBixhL/view
- Lei nº 1.117, de 20 de fevereiro de 2013.* Altera a Lei 801/2006 e dá nova redação à estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Jacobina e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/ep9P>
- Lei nº 1.126, de 13 de março de 2013.* Autoriza a celebração de convênio com Associações sem fins lucrativos, instaladas no município de Jacobina – Bahia, e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/ep9R>
- Lei nº 1.148, de 11 de junho de 2013.* Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Esporte Amador, e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/eqaY>
- Lei nº 1.257, de 25 de junho de 2014.* Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Jacobina – BA, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/ep9T>
- Lei nº 1.259, de 25 de junho de 2014.* Determina as áreas de interesse turístico, no município de Jacobina, e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/ep9V>

- Lei nº 1.263, de 25 de junho de 2014.* Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – Institui a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Condecon, e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMPDC, e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/eqaD>
- Lei nº 1.315, de 12 de janeiro de 2015.* Institui a Virada Esportiva de Jacobina, e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/eqa1>
- Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016.* Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13341.htm
- Lei nº 1.400, de 12 de junho de 2017.* Declara a Guerra de Espadas Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1Pu_UTISbFfQnuAiHETJLgQGXLUh5RX8v/view
- Lei nº 1.421, de 15 de setembro de 2017.* Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/eqac>
- Lei nº 1.440, de 26 de setembro de 2017.* Institui a “Semana Municipal de Artes Marciais” a ser comemorada na última semana do mês de setembro e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1oXDsi6F1EFJWUminhOxlKer46rL75HyV/view>
- Lei nº 1.469, de 20 de dezembro de 2017.* Altera o dispositivo legal da Lei Municipal nº 651 de 11 de setembro de 2003 que dispõe sobre o Parque Natural Municipal da Macaqueiras, integrante de Unidade de Conservação de Natureza do Município e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/erJ6>
- Lei nº 1.443, de 26 de dezembro de 2017.* Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Municipal nº 1.341, de 29 de dezembro de 2014 (Código Tributário e de Rendas de Senhor do Bonfim. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1HMYWqpKhmyxIr-KGcLkhkiqrDCIDUgz_z/view
- Lei nº 1.554, de 28 de dezembro de 2018.* Inclui no calendário de eventos e festas populares de Jacobina, o “Arraiá Filhos da Terra” do distrito de Itapeipu e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/ep90>
- Lei nº 1.560, de 28 de dezembro de 2018.* Estabelece regras de utilização e frequência dos lugares turísticos no Vale da Grotta do Brito, neste município. Recuperado de: <https://abre.ai/eqaf>
- Lei nº 1.561, de 28 de dezembro de 2018.* Institui e inclui no calendário oficial de eventos do município o dia municipal da caminhada ecológica da Grotta do Brito. Recuperado de: <https://abre.ai/ep93>
- Lei nº 1.477, de 24 de abril de 2019.* Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Senhor do Bonfim, Festa de São João e São Pedro das Barraquinhas no Distrito de Igara. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1hJaJSf7V5_XhxQanbfzLswvCGJpI5qe8/view

- Lei nº 1.484, de 22 de maio de 2019.* Declara o desfile do Bloco da Saudade Patrimônio Imaterial de Senhor do Bonfim, e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/14on34DNU9eK-iRZooVzDY8FnkgGBsB5/view>
- Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.* Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e do Ministérios e altera as Leis nºs 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/lei/L13844.htm#:~:text=O%20Conselho%20da%20Rep%C3%BAblica%20e,de%20abril%20de%201991%2C%20respectivamente
- Lei nº 1.489, de 01 de julho de 2019.* Declara as apresentações da Quadrilha Junina “Renascer” Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1sWNqkonT17qhSALc3MTenM7fefX-IHxx/view>
- Lei nº 1.589, de 12 de julho de 2019.* Proíbe a instalação de churrasqueiras, tenda de acampamento, reboques habitáveis ou quaisquer outros elementos similares e proíbe a venda e consumo de bebidas alcólicas nas cachoeiras do Distrito de Itaitu, neste município. Recuperado de: <https://abre.ai/eqah>
- Lei nº 1.491, de 26 de julho de 2019.* Declara como patrimônio cultural e artístico do município de Senhor do Bonfim-BA, as apresentações cívicas da Sociedade Filarmônica União dos Ferroviários Bonfinense realizadas no dia 28 de maio e 7 de setembro. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1jE8nPsnfEww6JxYBKdIGkLZaOI_ByC05/view
- Lei nº 1.492, de 09 de agosto de 2019.* Declara as apresentações de Roda do Palmeira, patrimônio cultural imaterial de Senhor do Bonfim. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1kqPQsw45_4-sWnAlYzzDXMDyA0ds20-b/view
- Lei nº 1.503, de 29 de outubro de 2019.* Dispõe sobre a instituição no Calendário Oficial do Município de Senhor do Bonfim do Fim de Semana de Encontro de Motociclistas e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1ob_3yzsx4F9d1seoKF6IW5YkSexVadc/view
- Lei nº 1.508, de 29 de novembro de 2019.* Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1LqRaXu7kC3uQKTqG3WQ_zfhxTQC84Zs6/view
- Lei nº 1.516, de 12 de novembro de 2019.* Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1cNc3wuko7A5Z457BbQY_EEv5QcpnJ-i-/view
- Lei nº 1.513, de 17 de dezembro de 2019.* Declara como Patrimônio Cultural imaterial de Senhor do Bonfim o Terno de Reis de Passagem Velha. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/0BwclBy1ByvcIQzR4UnVWb0FjS3kxSTQ1dENhSud6SmJOQ3E0/view?resourcekey=0-PNWYP_MO1zRdUPdqU3N8RQ

- Lei nº 1.520, de 09 de março de 2020.* Declara as apresentações do Terno de Reis do Quicé como Patrimônio Cultural Imaterial de Senhor do Bonfim. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1Fg2G1wyoOO6ZUVTy9VN6IBpxC61Ec3s5/view>
- Lei nº 1.667, de oito de maio de 2020.* Dispõe sobre o tombamento, no âmbito do patrimônio histórico e artístico municipal, os imóveis e suas fachadas situados no entorno da Igreja da Matriz do Distrito de Itaitu, município de Jacobina, Bahia, e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/eqaj>
- Lei nº 1.535, de 17 de julho de 2020.* Dispõe sobre o novo Sistema Municipal de Cultura de Senhor do Bonfim e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1EX6iZ_vbIYZfXcPEFJWFuoZkmmVpl9OR/view
- Lei nº 1.567, de 06 de abril de 2021.* Declara o Samba de Lata de Tijuaçu como Patrimônio Imaterial de Senhor do Bonfim-BA, e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1Y813iEaiFqCfuHvvMEiKmzr37QB3hs3B/view>
- Lei nº 1.577, de 29 de junho de 2021.* Institui a Feira do Umbu da Agricultura Familiar do Território do Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI), com sede em Senhor do Bonfim, no Calendário Oficial do Município, especificamente no mês de março e dá outras providências. Recuperado de: https://drive.google.com/file/d/1ln9UV5_FJWc4yETXNZATh35_Ofk-ArwD/view
- Lei nº 1.583, de 05 de julho de 2021.* Fica instituída a semana cultural de bandas e fanfarras do município de Senhor do Bonfim, e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1cR1huleQ0liCZbgOiVgJXsiMZN254oWH/view>
- Lei nº 1.594, de 05 de setembro de 2021.* Institui a Semana Municipal do Ciclismo de Senhor do Bonfim do Estado da Bahia, entre os dias 15 e 22 de agosto, no Calendário Oficial de Eventos do Município e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1JD89o0IJ37srYil2KgKnDyzuDXOO4gq/view>
- Lei nº 1.599, de 21 de setembro de 2021.* Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do município de Senhor do Bonfim o Casamento Matuto. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1KVjCfwXeGk0N9aqdh93Fo4IPgDn98idU/view>
- Lei nº 1.613, de 08 de dezembro de 2021.* Declara os festejos de Senhora Sant'Ana e de São Joaquim do distrito de Carrapichel Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade de Senhor do Bonfim e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1VabhtAVrjx1rRGs0owUN8m5475HyxB0h/view>
- Lei 1.615, de 16 de dezembro de 2021.* Autoriza o Município a outorgar a particular, em caráter oneroso, a exploração de bem público, espaço do São João, situado no Parque da Cidade, Bairro Maristas, sede de Senhor do Bonfim-BA, para realização de festas de São João e dá outras providências. Recuperado de: <https://drive.google.com/file/d/1-ry2O3ImoTKoQ7QcRyeBKZb1JAqArKfg/view>
- Lei nº 1.909, de 16 de dezembro de 2021.* Dispõe sobre a instalação de placas indicativas nas estradas vicinais do município de Jacobina e dá outras providências. Recuperado de: <https://abre.ai/eqaI>

- Luchiari, M. T. D. P. (2001). Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: Serrano, C; Bruhns, H. T; Luchiari, M. T. D. P. (org.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. (2a ed., Cap. 5, pp. 105-130). Campinas: Papirus.
- Macêdo, M. B. (2018). *Quando planos públicos são elaborados por consultorias privadas: o PRODETUR/NE e a terceirização da política pública de turismo*. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08082018-120112/publico/2018_MarianaBezerraMacedo_VCorr.pdf
- Maranhão, C. H. da S. *A digital geográfica do turismo: uma análise teórico-metodológica e conceitual de teses e dissertações no âmbito dos programas brasileiros de pós-graduação stricto sensu em Geografia*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23506/1/ChristianoHenriqueDaSilvaMaranhao_TESE.pdf
- Mascarenhas, H. S. (2010). *A festa de São João na Bahia – Um roteiro turístico: Amargosa, Cruz das Almas e Senhor do Bonfim*. (Dissertação de mestrado). Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, BA, Brasil. Recuperado de: <https://tede.unifacs.br/tede/handle/tede/225>
- Mebratu, Desta. (1998). Sustainability and Sustainable Development: Historical and Conceptual Review. *Elsevier*. v. 18, p. 493-520.
- Mendonça, R. (2014, agosto, 29). *Gabriel Pensador: ‘Professor é herói do dia a dia’*. [BBC News Recuperado em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2014/08/29/gabriel-pensador-professor-e-heroi-do-dia-a-dia.htm>
- Menezes, L. M. do N. (2021) Análise do “circulo virtuoso” em Itaitu, Jacobina-BA: a produção de natureza como instrumento para implementação de áreas protegidas e geração de emprego e renda. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, Petrolina, PE, Brasil. Recuperado de: [http://www.cemafauna.univasf.edu.br/arquivos/files/Dissertacao_Modesto\(1\).pdf](http://www.cemafauna.univasf.edu.br/arquivos/files/Dissertacao_Modesto(1).pdf)
- Ministério da Economia. *Programa Emergencial do Setor de Eventos* (Perse). Recuperado de: <https://www.gov.br/pgfn/pt-br/servicos/orientacoes-contribuintes/acordo-de-transacao/transacao-tributaria>
- Ministério da Saúde. (2022). *Situação epidemiológica nesse domingo (08)*. Recuperado em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19/covid-19-situacao-epidemiologica-do-brasil-neste-domingo-08>, publicado em: 08/05/2022.
- Ministério do Trabalho e Emprego. (2019) *Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho: Perfil do município*. Recuperado de: <http://pdet.mte.gov.br/perfil-do-municipio>
- Ministério do Turismo. (2010). *Documento Referencial do Turismo no Brasil 2011-2014*. Recuperado em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf

- Ministério do Turismo. (2013). Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes. Recuperado em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf
- Ministério do Turismo. (2018). *Glossário do Turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos*. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado em: http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario_do_Turismo_-_1%C2%AA_%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Ministério do Turismo. (2018). *Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur)*. Recuperado de: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=118:programa-nacional-de-desenvolvimento-e-estruturacao-do-turismo-prodetur&catid=17&Itemid=121
- Ministério do Turismo. (2019). *Mapa do Turismo 2019-2021*. Recuperado de: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>
- Ministério do Turismo. (2021). *Relatório Listagem dos Municípios Inseridos e Excluídos: Nordeste, Bahia, 2013-2016*.
- Ministério do Turismo. (2021). *Relatório Listagem dos Municípios Inseridos e Excluídos: Nordeste, Bahia, 2016-2017*.
- Ministério do Turismo. (2021). *Relatório Listagem dos Municípios Inseridos e Excluídos: Nordeste, Bahia, 2017-2019*.
- Ministério do Turismo. *Fungetur*. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/fungetur/fungetur->
- Ministério Público do Estado da Bahia. *Degradação do Parque Natural Municipal de Macaqueiras motivou o MP a acionar Município de Jacobina*. Recuperado de: <https://www.mpba.mp.br/noticia/47662>
- Ministério Público do Estado da Bahia. *MP ajuíza ação para garantir preservação da Cachoeira Véu de Noiva em Jacobina*. Recuperado de: <https://www.mpba.mp.br/noticia/51018>
- Moraes, G. De (2020, 26 de março). Características dos países subdesenvolvidos. [arquivo de vídeo]. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=Ci_OOm7PM5k
- Museu Cidade do Ouro. *A História do Casario “O sobrado”*. Recuperado de: <https://museucidadedooouro.wixsite.com/museu/post/a-hist%C3%B3ria-do-casario-o-sobrado>
- Novais, M. P. S. (2009). *Aspectos da apropriação e ocupação do espaço na microbacia Rio do Ouro, Jacobina – Bahia e suas repercussões socioambientais*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, BA, Brasil.

Oliveira, E. A. de; Perazzo, J. V. (2012). *O turismo enquanto atividade econômica no município de Jacobina-BA* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Jacobina, BA, Brasil.

Perroux, F. (1967). *A economia do século XX*. (2ª ed.). (Freitas, J. L. de. Trad.) Lisboa: Livraria Moraes.

Portaria nº 125, de 4 de dezembro de 2007. Torna pública a relação de objetos de convênios passíveis de padronização, no âmbito do Ministério do Turismo e da Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2007/PORTARIA-N-125c-DE-4-DE-DEZEMBRO-DE-2007>

Portaria MTUR nº 160, de 5 de novembro de 2009. Regulamenta as competências a serem observadas pelo Ministério do Turismo – MTUR e pela Caixa Econômica Federal – CAIXA e sua forma de atuação nos procedimentos administrativos relacionados aos contratos de repasse e outros instrumentos congêneres. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2009/portaria-n-160-de-5-de-novembro-de-2009>

Portaria MTUR nº 6, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a transferência voluntária de recursos do Ministério do Turismo para apoio a realização de Eventos Geradores de Fluxo Turístico, no Período Eleitoral. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2010/portaria-n-6-de-14-de-janeiro-de-2010>

Portaria nº 88, de 10 de dezembro de 2010. Institui regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2010/portaria-n-88-de-10-de-dezembro-de-2010>

Portaria MTUR nº 136, de 9 de agosto de 2011. Suspende temporariamente a celebração de convênios e instrumentos congêneres com entidade privada sem fins lucrativos. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2011/portaria-n-136-de-9-de-agosto-de-2011>

Portaria MTUR nº 180, de 22 de setembro de 2011. Suspende, temporariamente, a execução e o repasse de recursos de todos os convênios e instrumentos congêneres celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, destinados à qualificação dos profissionais do setor do turismo, em especial aqueles firmados no âmbito do Programa Bem Receber Copa. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2011/PORTARIA-N-180c-DE-22-DE-SETEMBRO-DE-2011>

Portaria nº 250, de 13 de dezembro de 2011. Revoga a alínea “n” e os §§ 1º e 2º do artigo 16, da Portaria nº 88, de 10 de dezembro de 2010, que estabelece regras e critérios para a formalização de apoio a eventos do turismo e de incremento do fluxo turístico local, regional, estadual ou nacional, com o órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta, e dá outras providências. Recuperado

de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2011/portaria-n-250-de-13-de-dezembro-de-2011>

Portaria nº 112, de 09 de março de 2012. Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2012/portaria-n-112-de-9-de-marco-de-2012>

Portaria MTUR nº 146, de 4 de abril de 2012. Dá nova redação aos artigos 77 e 92 da Portaria nº 112, de 09 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2012/portaria-n-146-de-4-de-abril-de-2012>

Portaria MTUR nº 180, de 26 de abril de 2012. Dá nova redação aos artigos 5º e 54, revoga o artigo 52 e acrescenta os artigos 96-A e 96-B à Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2012/portaria-n-180-de-26-de-abril-de-2012>

Portaria MTUR nº 248, de 11 de julho de 2012. Estabelece procedimentos e critérios relativos à prestação de contas de instrumentos de transferência voluntária de recursos celebrados no âmbito do Ministério do Turismo, e dá outras providências. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2012/portaria-n-248-de-11-julho-de-2012>

Portaria MTUR nº 321 de 28 de setembro de 2012. Dá nova redação aos artigos 74, 83 e 88 da Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2012/portaria-n-321-de-28-de-setembro-de-2012>

Portaria MTUR nº 347, de 31 de outubro de 2012. Dá nova redação aos artigos 6º, 27, 33, 34 e 35 da Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2012/portaria-n-347-de-31-de-outubro-de-2012>

Portaria MTUR nº 27, de 31 de janeiro de 2013. Altera a Portaria nº 112, de 9 de março de 2012, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2013/portaria-n-27-de-31-de-janeiro-de-2013>

Portaria MTUR nº 112, de 24 de maio de 2013. Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo e dá outras providências. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2013/portaria-n-112-de-24-de-maio-de-2013>

Portaria MTUR nº 3, de 11 de julho de 2013. Estabelece, no âmbito do DCPAT, critérios mínimos para análise de projetos, acompanhamento da execução dos instrumentos celebrados e análise da documentação inerente à prestação de contas dos recursos pactuados e repassados, mediante convênios e instrumentos congêneres. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2013/portaria-no-03-de-11-de-julho-de-2013>

Portaria MTUR nº 335, de 30 de dezembro de 2013. Acrescenta o artigo 12-A à Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2013/portaria-n-335-de-30-de-dezembro-de-2014>

Portaria MTUR nº 14, de 15 de janeiro de 2014. Institui o Formulário Específico para Atividades de Supervisão de Contratos de Repasse. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2014/portaria-n-14-de-15-de-janeiro-de-2014>

Portaria MTUR nº 270, de 03 de novembro de 2014. Dá nova redação ao artigo 53 da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2014/portaria-n-270-de-03-de-novembro-de-2014>

Portaria MTUR nº 83, de 8 de junho de 2015. Dá nova redação ao artigo 99-A da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2015/portaria-n-83-de-8-de-junho-de-2015>

Portaria MTUR nº 198, de 20 de novembro de 2015. Dá nova redação aos artigos 26, 36, 37 e 38 da Portaria nº 112 de 24 de maio de 2013, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2015/portaria-n-58-abril-de-2015>

Portaria MTUR nº 122, de 18 de abril de 2016. Dá nova redação ao artigo 92 da Portaria nº 112, de 24 de maio de 2013, que dispõe sobre regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2016/portaria-n-122-de-18-de-abril-de-2016>

[br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2016/portaria-no-122-de-18-de-abril-de-2016](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2016/portaria-no-122-de-18-de-abril-de-2016)

Portaria SNETUR/MTUR nº 7, de 16 de junho de 2016. Aprova o Manual de Procedimentos para Acompanhamento de Contratos de Repasse, regulando a forma de acompanhamento dos contratos de repasses entre a União e os entes federados. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2016/portaria-no-07-de-16-de-junho-de-2016>

Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016. Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras Providências. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2016/portaria-no-182-de-28-de-julho-de-2016>

Portaria MTUR nº 187, de 03 de agosto de 2016. Altera o § 3º do artigo 3º da Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2016/portaria-no-187-de-03-de-agosto-de-2016>

Portaria MTUR nº 16, de 25 de janeiro de 2017. Altera a Portaria nº 182, de 28 de julho de 2016 que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2017/portaria-no-16-de-25-de-janeiro-de-2017>

Portaria MTUR nº 39, de 10 de março de 2017. Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2017/portaria-no-39-de-10-de-marco-de-2017>

Portaria MTUR nº 228, de 31 de outubro de 2017. Altera a Portaria nº 39, de 10 de março de 2017, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2017/portaria-no-228-de-31-de-outubro-de-2017>

Portaria MTUR nº 206, de 19 de junho de 2019. Dá nova redação ao parágrafo único, do artigo 22, da Portaria nº 39 de 10 de março de 2017, que estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2019/portaria-no-206-de-19-de-junho-de-2019>

Portaria MTUR nº 329, de 25 de outubro de 2019. Altera o § 3º do artigo 3º da Portaria nº 39, de 10 de março de 2017. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2019/portaria-no-329-de-25-de-outubro-de-2019>

Portaria MTUR nº 392, de 18 de dezembro de 2019. Estabelece os limites de tolerância ao risco na análise informatizada de prestação de contas de convênios apresentadas até 31 de agosto de 2018. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2019/portaria-no-392-de-18-de-dezembro-de-2019>

Portaria MTUR nº 162, de 3 de abril de 2020. Estabelece, em caráter temporário, a suspensão dos parcelamentos vigentes e a prática de atos processuais de que trata a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2020/portaria-n-162c-de-03-de-abril-de-2020>

Portaria MTUR nº 181, de 14 de abril de 2020. Estabelece, em caráter temporário, a suspensão da obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos vigentes e dos prazos de que trata a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/portarias-arquivos/portaria-2020/portaria-n-181c-de-14-de-abril-de-2020>

Portaria MTUR nº 621, de 8 de setembro de 2020. Estabelece o Acordo de Cooperação Federativa como instrumento de integração dos entes federados ao Sistema Nacional de Cultura – SNC. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-621-de-8-de-setembro-de-2020-276379301>

Portaria nº 817, de 23 de dezembro de 2020. Autoriza a prorrogação de ofício de parte dos instrumentos de transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, sob responsabilidade deste Ministério e dá outras providências. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos/atos-normativos-2/2020/portaria-no-817-de-23-de-dezembro-de-2020>

Portaria nº 37, de 11 de novembro de 2021. Estabelece as normas e condições a serem observadas no exercício da atividade de Guia de Turismo. Recuperado de: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/atos-normativos-2/2021-1/portaria-mtur-no-37-de-11-de-novembro-de-2021>

Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtur-n-41-de-24-de-novembro-de-2021-362609866>

Portaria SECULT/MTUR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022. Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, homologação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais financiados por meio do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-secult/mtur-n-1-de-4-de-fevereiro-de-2022-378650380>

Prefeitura Municipal de Jacobina. *Diário Oficial do Município*, 3- ano IX – Nº 902.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *O que é IDHM*. Recuperado de <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html#:~:text=O%20%C3%ADndice%20varia%20de%200,%C3%A0%20disponibilidade%20de%20indicadores%20nacionais>.

Prefeitura de Jacobina. *Cicloturismo reuniu mais de 3 mil em Jacobina; evento teve apoio da Prefeitura*. Recuperado de: <https://jacobina.ba.gov.br/cicloturismo-reuniu-mais-de-3-mil-em-jacobina-evento-teve-apoio-da-prefeitura/>

Putnam, R. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. (Beltran, A. de; Caroni F., Trad.). (5a ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

Rêgo, J. F. G. R. (2018). *Expansão territorial do capital minerador estrangeiro: conflitos, resistências e enfrentamentos em Jacobina-BA*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, BA, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29054/1/Tese%20Juliana%20Guedes%2028.03%20final.pdf>

Retomada do Turismo. *Conheça as medidas para a retomada do turismo*. Recuperado de: <https://retomada.turismo.gov.br/>

Rios, M. L. (2011). *Vulnerabilidade à erosão nos compartimentos morfoedológicos da Microbacia do Córrego do Coxo, Jacobina-BA*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de: <https://shre.ink/v7a>

Rostow, W. W. (1959). The economic history Review. New Series. In: *Blackwell Publishing on behalf of the Economic History Society*. v. 12 (1), p.1-16.

Sadia. *Nossos produtos: 14 opções pra quem busca refeições sem carne e muito mais*. Recuperado de: <https://www.sadia.com.br/vegtal/produtos/>

Salve as Serras. *Nos ajude a salvar as serras*. Recuperado de: <http://salveasserras.org/>

Santos, C. A. de J. (2017). *El Turismo como factor de desarrollo: el caso de Sergipe – Brasil*. (Tese de Doutorado). Universidade de Barcelona, Barcelona, Espanha. Recuperado de: http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/120698/1/CAdJS_TESIS.pdf

Santos, M. (1997). Da política dos estados a política das empresas. *Cadernos Legislativo de Belo Horizonte*. Curso de Formação Política, ano II. P. 9-23.

- Santos, M. (2005). O retorno do território. En: OSAL: *Observatorio Social de América Latina*. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . --ISSN 1515-3282. Recuperado em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>.
- Santos, M. (2008). O território do dinheiro e da fragmentação. In: Santos, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (17a ed., Cap. 4, pp. 39-57). Rio de Janeiro: Record.
- Seara. *Incrível* Seara. Recuperado de: https://www.lojaseara.com.br/categoria/incrivel?gclid=EAIaIQobChMI7LCcjbKR9wIVBcaRCh07cARxEAAAYASAAEgKCqfD_BwE
- Sen, A. K. (2000). *Development as Freedom*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Silva, A. M. G. da. (2015). Sítio urbano: a resignificação da memória coletiva de Jacobina, Bahia (Brasil), como vetor de desenvolvimento turístico sustentável. *Encuentro de Geógrafos de América Latina em Cuba*, La Habana, Cuba, XV. Recuperado de: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/20.pdf>
- Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia. (2022). Patrimônio Cultural na Bahia: Territórios de Identidade. Recuperado de: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/>
- Soares, A. M. Carniello, M. F. (2014, outubro). Capital social e redes sociais: um estudo de caso acerca das conexões relacionais e ampliação de conhecimentos. *Anais do XVIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e IV Encontro de Iniciação à Docência da Universidade do Vale da Paraíba*. Recuperado de: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2014/anais/arquivos/RE_0188_0112_03.pdf
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (2015). *Perfil dos Territórios de Identidades da Bahia* (Volume 1, Territórios de Identidade: Vitória da Conquista, Médio Sudoeste da Bahia, Sertão Produtivo, Bacia do Parnamirim, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Vale do Jiriquicá, Extremo Sul, Costa do Descobrimento). Salvador: SEI.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (2016). *Perfil dos Territórios de Identidades da Bahia* (Volume 2, Territórios de Identidade: Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Médio Rio de Contas, Baixo Sul, Recôncavo, Portal do Sertão, Metropolitano de Salvador, Litoral Norte e Agreste Baiano, Sisal). Salvador: SEI.
- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (2018). *Perfil dos Territórios de Identidades da Bahia* (Volume 3, Territórios de Identidade: Semiárido Nordeste II, Itaparica, Sertão do São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina, Irecê, Velho Chico, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente). Salvador: SEI.
- Vieira Filho, R. R. (2006). *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*. (Tese de Doutorado). História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12946/1/Raphael%20Rodrigues%20Vieira%20Filho.pdf>

- Tr agora. *Marcos Fernandes vence a 34ª corrida Duque de Caxias de Jacobina*. Recuperado de: <https://www.tragora.com.br/marcos-fernandes-vence-a-34a-corrida-duque-de-caxias-de-jacobina/>
- Trentin, F.; Fratucci, A. C. (2011). Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. In: International Conference on Tourism & Management Studies, Resumo dos trabalhos (p. 839). Algarve: Autor. Recuperado de: <https://shre.ink/m1y4>
- Wanderley, R. G. (2016). *Guerreiros do fogo: uma etnografia da “morte anunciada”*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília – UNB, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24416/1/2016_RodrigoGomesWanderley.pdf
- Wanderley Filha, Iracy. (2017). *Território, Participação Cidadã e Turismo: um estudo sobre as experiências participativas em turismo no município de Porto do Mangue/RN*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, RN, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24073>
- Wheeller, B. (1993). Sustaining the Ego. *Journal of Sustainable Tourism*, 1:2, 121-129.

Apêndice A – Instrumento de Coleta de Dados: Entrevista com os Gestores de Turismo

1. Nome _____

2. Nível de Escolaridade

() Nível médio () Nível Superior () Especialista

() Mestre () Doutor

3. Área de Formação _____

4. Cargo que exerce _____

5. Há quanto tempo ocupa esse cargo? _____

6. Já atuou em outro cargo público relacionado ao turismo antes? Se sim, em qual?

7. Indique as instâncias de governança do Turismo que você participa:

Municipal:

() Órgão oficial de Turismo do município () Conselho/Fórum Municipal

() Interlocutor Municipal

Regional:

() Instância de Governança Regional () Interlocutor Regional

Estadual:

() Órgão Oficial de Turismo da UF () Conselho/Fórum Estadual ()
Interlocutor Estadual

Federal:

() Ministério do Turismo () Conselho Nacional () Comitê Executivo

8. Há quanto tempo participa de discussões oficiais – discussões oficiais aqui se referem à reuniões/eventos dos órgãos públicos – representando o Turismo da Chapada Norte?

9. Quando o Circuito Chapada Norte passou a ter representatividade na Câmara Técnica do Turismo da Chapada Diamantina?

10. Uma das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo é a capacitação referente aos Eixos de Atuação do PRT, você participou de alguma capacitação ofertado pelo Programa? Se sim, quando e onde ocorreu?

11. Quais Eixos de Atuação do PRT estão sendo trabalhados no município?

- ☐ () Gestão descentralizada do turismo
- ☐ () Planejamento e posicionamento de mercado
- ☐ () Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada
- ☐ () Infraestrutura turística
- ☐ () Informação ao turista
- ☐ () Empreendedorismo, captação e promoção de investimento
- ☐ () Promoção e Apoio à Comercialização
- ☐ () Monitoramento
- ☐ () Nenhum

12. De que forma os eixos do PRT estão sendo trabalhados? Especifique cada um.

13. Quais investimentos foram realizados em prol do turismo local? Quem financiou?

14. Quais investimentos foram realizados em prol do turismo no Circuito Chapada Norte? Quem financiou?

15. Quais foram os impactos da pandemia do coronavírus para o turismo local?

16. Quais medidas foram tomadas, em nível local, para diminuir os impactos negativos da crise (no que se refere ao turismo)?

17. Quais medidas foram tomadas, em nível regional, para diminuir os impactos negativos da crise (no que se refere ao turismo)?

18. Quais medidas foram tomadas, no estado da Bahia, para diminuir os impactos negativos da crise (no que se refere ao turismo)?

19. Houve diálogo, entre os gestores dos diversos âmbitos (federal, estadual, regional, municipal), para a tomada de decisão nos fatores referentes à retomada do turismo? Em caso afirmativo, como se deu?

20. O órgão responsável pelo Turismo Local dialogou com outras secretarias/diretorias para conter o avanço da pandemia e/ou para planejar a retomada do turismo? Se sim, quais? Em que momento se deu?
21. Houve diálogo com a população do município sobre como a gestão do turismo deveria ser feita em tempos de pandemia? Se sim, de que forma ocorreu? Quais foram os assuntos debatidos?
22. A seu ver, qual a percepção da população local sobre a oferta e a demanda do turismo no município? E no Circuito Chapada Norte?
23. A seu ver, qual a percepção da população local sobre a retomada do turismo tanto no município como na região?
24. Quem participa do Conselho Gestor de Turismo? Quem tem direito a voto?
25. Como são definidas as pautas das reuniões do Conselho de Turismo?
26. A população local participa das reuniões que discutem o turismo no município/região? Se sim, de que forma?
27. Quem representa a sociedade civil nas reuniões que tratam sobre o turismo no município/região?
28. As colocações dos participantes são levadas em consideração? Como decidem o que deve ser aderido ou não?
29. Em datas posteriores às reuniões, você se reúne com a sociedade civil para dar encaminhamento às propostas realizadas?
30. Nesse período de pandemia como estão ocorrendo as reuniões do Conselho Gestor de Turismo? Quantas ocorreram do início de 2020 até agora?
31. Fale um pouco sobre as dificuldades e perspectivas para o turismo no município e no Circuito Chapada Norte da Região turística Chapada Diamantina.
32. Considerando a realidade de seu município, você considera que os setores a seguir são bons (1) ou ruins (2) para desenvolvimento local/regional?
- () Turismo () Mineração () Pecuária
33. Você gostaria de mencionar algo que não foi questionado nessa entrevista?

Apêndice B – Instrumento de Coleta de Dados: Entrevista com os prestadores de serviços turísticos

1. Nome _____
2. Indique o grau de escolaridade mais alto que você concluiu:
☐ Nível médio ☐ Nível Superior ☐ Especialista
☐ Mestre ☐ Doutor
3. Qual a sua área de formação (apenas responder se tiver feito uma graduação ou um curso técnico)? _____
4. Você é natural desse município?
☐ Sim ☐ Não
5. Você vive em qual município/distrito e bairro? _____
6. Há quanto tempo vive no município? _____
7. Local de trabalho (especificar o ponto onde oferta os serviços) _____
8. Em seu trabalho atual você é:
☐ Proprietário ☐ Sócio ☐ Funcionário ☐ Associado
9. Se você for proprietário/sócio, especifique quantos funcionários a empresa possui: _____
10. Se você for funcionário indique se você possui parentesco com o proprietário:
☐ Sim ☐ Não
11. O serviço prestado por você ou em seu local de trabalho se enquadra em:
☐ Meios de Hospedagens ☐ Agência de viagens e turismo
☐ Locadoras de veículos ☐ Organizadora de eventos
☐ Prestador especializado em serviços turísticos ☐ Guia de Turismo
☐ Restaurantes, cafeterias, bares e similares ☐ Transportadora Turística
12. Há quanto tempo atua nesse trabalho atual? Há quanto tempo trabalha com turismo?
13. Esse município compõe qual Circuito e qual Região turística do estado da Bahia?

Circuito _____ () Não sei

Região turística _____ () Não sei

14. Você considera que seus serviços são prestados:

- () Apenas para a população local () Apenas para turistas
- () A maior parte dos serviços é prestado para a população local, menor parte deles para turistas
- () A maior parte dos serviços é prestado para turistas, menor parte deles para a população local
- () Na mesma proporção para a população local e para turistas

15. Você já ouviu falar sobre o Programa de Regionalização do Turismo? Se sim, o que sabe sobre ele? Quais ações do PRT foram realizadas em seu município?

16. Um dos Eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo é “qualificação profissional, dos serviços e da produção associada”, você participou de alguma capacitação ofertada pelo PRT? Se sim, especifique qual, quando e onde ocorreu.

17. Já participou de discussões oficiais – discussões oficiais aqui se referem à reuniões/eventos dos órgãos públicos – para discutir o Turismo local ou regional? Se sim, informar como se deu (se participou como representante ou como ouvinte com possibilidade de participação).

18. Em seu município de trabalho há um conselho de Turismo ?

- () Sim () Não () Não sei

19. Você sabe quantos são os membros do Conselho de Turismo do seu município e quem são eles? Se sim, especifique.

20. Você conhece o processo para fazer parte do Conselho de Turismo municipal? Se sim, especifique como ocorre o processo.

21. Você tem conhecimento de investimentos que foram realizados, em prol do turismo, em seu município ou em outros destinos no Circuito Chapada Norte? Se sim, qual (is)? Sabe quem financiou?

22. Você é a favor do Turismo em seu município? Por quê?

23. Quais são os atrativos turísticos de seu município?

24. Você considera que a oferta de equipamentos turísticos em seu município atende a demanda? Tem algum serviço que você considera que é preciso aumentar ou melhorar a oferta? Justifique sua resposta.

25. Quais são os meses que o município recebe maior fluxo de visitantes?

26. Você considera que:

- ☐ É preciso **aumentar** o fluxo turístico no município;
- ☐ É preciso **manter** o fluxo de turistas que visitam o município;
- ☐ É preciso **extinguir** o turismo local;
- ☐ Não há turismo nesse município.

27. Assinale 1 para os serviços que você considerar que atende satisfatoriamente a população do município e 2 para os que não atende:

- ☐ Educação ☐ Assistência médica e hospitalar
- ☐ Tratamento e abastecimento de água ☐ Serviços de Transporte
- ☐ Produção e distribuição de energia ☐ Serviços de telecomunicações

28. Considerando a realidade de seu município, você considera que os setores a seguir são bons (1) ou ruins (2) para desenvolvimento local/regional?

- ☐ Turismo ☐ Mineração ☐ Pecuária

29. Quais foram os impactos da pandemia do coronavírus para o turismo local?

30. Você tem conhecimento de alguma medida tomada, para diminuir os impactos negativos da crise no turismo local e/ou regional?

31. Em relação à retomada do turismo local você considera que:

- ☐ O turismo já está como antes da pandemia
- ☐ O turismo em pouco tempo retornará ao patamar de antes da pandemia
- ☐ A retomada do turismo está acontecendo de forma lenta
- ☐ O turismo não começou a ser retomado no município

32. Houve diálogo, entre os gestores públicos e a sociedade para a tomada de decisão nos fatores referentes à retomada do turismo? Em caso afirmativo, como se deu?

33. As colocações das pessoas nos processos participativos são levadas em consideração pelos gestores públicos? Como se dá a aprovação das pautas?

34. Em datas posteriores às reuniões, o poder público entra em contato com a sociedade civil para dar encaminhamento às propostas realizadas?
35. Nesse período de pandemia como estão ocorrendo as reuniões do Conselho Gestor de Turismo? Quantas ocorreram do início de 2020 até agora?
36. Fale um pouco sobre a sua visão sobre as dificuldades e perspectivas para o turismo local e regional.
37. Você gostaria de mencionar algo que não foi questionado nessa entrevista?

Apêndice C – Instrumento de Coleta de Dados: Entrevista com os representantes das Associações

1. Nome _____
2. Associação que faz parte _____
3. Associação de (a):
☐ Jacobina ☐ Senhor do Bonfim ☐ Região _____
4. Você é natural desse município?
☐ Sim ☐ Não
5. Indique o grau de escolaridade mais alto que você concluiu:
☐ Nível Fundamental ☐ Nível médio ☐ Nível Superior
☐ Especialista ☐ Mestre ☐ Doutor
6. Qual a sua área de formação (apenas responder se tiver feito uma graduação ou um curso técnico)? _____
7. Assinale 1 para os serviços que você considerar que atende satisfatoriamente a população do município e 2 para os que não atende:
☐ Educação ☐ Assistência médica e hospitalar
☐ Tratamento e abastecimento de água ☐ Serviços de Transporte
☐ Produção e distribuição de energia ☐ Serviços de telecomunicações
8. Você considera o município de Jacobina e/ou de Senhor do Bonfim turístico?
☐ Ambos são destinos turísticos ☐ Ambos não são destinos turísticos
☐ Jacobina sim, Senhor do Bonfim não
☐ Senhor do Bonfim sim, Jacobina não
9. Esse município compõe qual Circuito e qual Região turística do estado da Bahia?
Circuito _____ ☐ Não sei
Região turística _____ ☐ Não sei
10. Você tem interesse que o turismo se desenvolva em sua localidade (considerando Jacobina ou Senhor do Bonfim)?
☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei responder
11. Você participa de alguma instância de turismo municipal? Se sim, qual?
☐ Órgão oficial de Turismo do município ☐ Conselho/Fórum Municipal
☐ Interlocutor Municipal
12. Já participou de algum evento ou reunião para discutir questões ligadas ao turismo?

☐ Não ☐ Sim, esporadicamente ☐ Sim, sempre participo

13. Você ocupa ou já ocupou alguma cadeira como representante do Turismo local/regional? Se sim, há quanto tempo participa de discussões oficiais – discussões oficiais representando o Turismo da Chapada Norte? Qual a periodicidade de ocorrência das reuniões?

14. (Responda essa se você não ocupa alguma instância de turismo) Você participa de reuniões/eventos para discutir ações e políticas de turismo em sua localidade e/ou região? Como se dá essa participação (apenas como ouvinte ou discute temáticas de seu interesse com seus representantes)?

15. Em caso de não participar das reuniões sobre o turismo local/regional, indique os motivos (marque todas que representarem sua realidade):

☐ Considero a associação que faço parte não tem nada haver com o turismo

☐ Não me considero um agente do turismo

☐ Não tenho interesse, pois não posso escolher as pautas

☐ Não me interessa, porque participava e não tinha as solicitações atendidas

☐ Nunca tinha pensado sobre isso

☐ outro, especificar

16. Você tem conhecimento de como se dá a escolha das pautas das reuniões do conselho ou fórum de turismo local?

17. Há um retorno sobre as questões discutidas em reuniões para a população do município? Se sim, como isso ocorre?

18. Você ou a associação que você faz parte já propôs alguma pauta de reunião? Se sim, foi atendido? Como se deu o retorno das discussões?

19. Você conhece o Programa de Regionalização do Turismo?

☐ Sim, conheço suas diretrizes ☐ Já ouvi falar, mas não conheço as suas diretrizes

☐ Nunca ouvi falar

20. Você tem conhecimento de alguma ação realizada com recursos provenientes do Ministério do Turismo ou do órgão estadual ou municipal de turismo (inclui capacitação, implantação de infraestrutura, etc.)? Se sim, quais?

21. Você já recebeu alguma capacitação ofertada pelos órgãos de turismo (podendo ser ofertado pelas diferentes esferas administrativas)? Se sim, qual (is)? Todos poderiam participar ou como se deu o processo de seleção?
22. Como você percebe os impactos da pandemia do coronavírus para o turismo local?
23. Você tem conhecimento de medidas tomadas para diminuir os impactos negativos da crise do coronavírus no turismo? Se sim, quais foram as medidas? Especificar o âmbito (se local, regional, estadual ou federal).
24. O órgão responsável pelo Turismo Local dialogou com as associações sobre medidas para conter o avanço da pandemia e/ou para planejar a retomada do turismo? Se sim, quais foram as pautas discutidas e em quais momentos?
25. Considerando a realidade de seu município, você considera que os setores a seguir são bons (1) ou ruins (2) para desenvolvimento local/regional?
- () Turismo () Mineração () Pecuária
26. Quais são os atrativos turísticos de seu município?
27. Você gostaria de mencionar algo que não foi questionado nessa entrevista?

Apêndice D – Termo de Autorização de Uso de Depoimentos e de Imagem



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

Termo de Autorização de Uso de Depoimentos e de Imagens

Eu _____ portador (a) do CPF _____, tendo ciência da pesquisa intitulada “**Turismo e Desenvolvimento na Chapada Diamantina Norte, Bahia: Reflexões sobre Políticas Públicas e Participação Social**” que está sendo desenvolvida pela pesquisadora Suzana de Mendonça Rodrigues, orientada pelo professor doutor Francisco Fransualdo de Azevedo, através deste termo DECLARO que aceitei participar da pesquisa e que AUTORIZO o uso de meus depoimentos e imagens – para publicação desta pesquisa e para outros fins educacionais e científicos dos quais os pesquisadores, referidos anteriormente, façam parte - sem quaisquer ônus financeiro a nenhuma das partes.

_____, ____ de 2022.
Município data

Agente pesquisado

Anexo A – Processo nº 0490-T-48 – Tombamento Igreja da Missão (Jacobina, BA)

← → ↻
⚠ Não seguro | portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1060
☆  ⋮

retornar

Igreja da Missão (Jacobina, BA)

Outros Nomes: Igreja de Bom Jesus da Glória; Capela de Bom Jesus da Glória

Descrição: A Igreja e Convento de Bom Jesus da Glória, foram fundados em 1706, pelos franciscanos, nas terras de propriedade da família Guedes de Brito. Mais tarde, surgiria próxima a esta capela a Vila de Jacobina. Sua planta desenvolve-se simetricamente, segundo o eixo longitudinal, possuindo capela-mor e nave que são envolvidas pela sacristia, consistório, alpendre, capela lateral e copiar. Da varanda lateral, arreada de bancos, nasce a escada externa de acesso ao coro e púlpito. Sua fachada é dominada pela presença do copiar e torre sineira de madeira. O interior é sóbrio, só a capela-mor possui forro, que é prismático, em caixotões policromados. O púlpito, conserva na talha símbolos cristãos e indígenas. Dentre a imaginária destacam-se: dois crucifixos, com esplendores de prata, Nossa Senhora da Piedade e São Miguel.

Endereço: Praça das Missões, s/n - Jacobina - BA

Livro Histórico
Inscrição: 435 **Data:** 19-1-1972

Nº Processo: 0490-T-48

Observações: O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Anexo B – Ofício do Departamento de Infraestrutura Turística do MTUR

MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA DEPARTAMENTO DE
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA
TURÍSTICA

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 2º/3º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70065-900

- www.turismo.gov.br

Ofício nº 407/2021/CGCI/DIETU/GSNINFRA

A Sua Senhoria o Senhor

VICENTE ALVES DE OLIVEIRA

Secretário Nacional de Infraestrutura Turística - SNINFRA

Assunto: **E-Ouv. 72020.001362/2021-23**

Senhor Secretário,

1. Em resposta à demanda em epígrafe na qual o interessado solicita informações acerca dos investimentos realizados, em prol do turismo, na Região Turística da Chapada Diamantina/BA, informamos o seguinte:
2. No que tange a área de competência do Departamento de Infraestrutura Turística, segue anexa, planilha com os contratos de repasse firmados com os municípios daquela região.

Atenciosamente,

(assinatura eletrônica)

HÉLITO NUNES DE OLIVEIRA

Coordenador-Geral de Gestão de Contratos de Infraestrutura Turística

(assinatura eletrônica)

RICARDO CAIADO DE ALVARENGA

Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística



Documento assinado eletronicamente por **Helito Nunes de Oliveira, Coordenador(a)-Geral**, em 18/08/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Caiado Alvarenga, Diretor(a)**, em 18/08/2021, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1113267** e o código CRC **B2C5DBFE**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72020.001362/2021-23

SEI nº 1113267

Anexo C – Relatório de Atividades Turísticas do município de Jacobina



Relatório de atividades Turísticas MTUR - Ministério do Turismo

Município: Jacobina - BA - Ano: 2022

Planejamento e Governança
O Município possui Legislação relacionada ao Turismo?
Sim
"A nível do município de Jacobina existe lei nº 1.259/2014, que determina as áreas de interesse turístico; a lei nº 1.667/2020 de tombamento do entorno da Vila de Itaitu; lei Ordinária nº 1.421/2017 de criação conselho municipal de Turismo e leis de regramento para o controle de consumo de bebidas e similares nas áreas de cachoeira do vale do brito e Itaitu as leis (nº 1.589/2019 e lei nº 1.560/2018)."
O Município participa de governanças regionais e estaduais de turismo?
Sim
"Instancia de Governança Chapada Diamantina, Circuito Chapada Norte"
Informar as principais parcerias, rede de cooperação, intercâmbios etc. com outros municípios e/ou entidades regionais, nacionais ou internacionais voltados ao desenvolvimento do Turismo.
"sebrae, senac, secretaria de turismo do estado, ministério do turismo, universidades, associações e cooperativas"
O Município participa ou é contemplado em programas ou projetos com o MTur?
Não
Informe quais as principais atividades econômicas em seu Município
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Há um Fundo Municipal de Turismo
Não
O Município possui Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de Turismo
Não
O Município possui Plano Municipal de Turismo e /ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo
Sim
"2004"
O Município possui Plano de Marketing do Turismo ou outros similares?
Sim
"2022"

O Município possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística?
Sim
"Projeto Itaitu - Uma Vila Sustentável"
Possui gestão adequada de Resíduos Sólidos? (Conforme Lei nº 12.305/2010).
Sim
Qual a receita tributária das atividades turísticas no município?
"1.5 milhão"
Sazonalidade, Oferta e Outros Serviços e Equipamentos de Apoio
Quantos meios de hospedagem e número de Leitos existem em seu município?
Nº de hospedagem:
"68"
Nº de Leitos:
"3000"
Outros, descreva:
"acampamentos turísticos, casa de aluguel e sítios rurais"
Quais os meios de hospedagem mais utilizado pelo turista?
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Quantos meios de hospedagem possuem cadastro no Sistema CADASTUR? (Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de Turismo).
Nº de cadastros:
"1"
Qual o período de maior fluxo turístico? (descreva os meses de Jan-Dez).
"setembro a março"
Qual o meio de comunicação utilizado para divulgação do destino?
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Qual a média do número de empregos gerados no setor de hospedagem?
Nº em média:
"300"
O Município possui cursos, programas e/ou ações de qualificação profissional para o turismo?
Não
Já houve manifestação de interesse de investidores em empreender no setor de turismo no município?
Sim
"Bondinho Aéreo, Hotéis,"
Possui guias e/ou condutores de turismo?
Sim

"50"
O Município possui locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas?
Sim
"locadora de imóveis e automóveis"
Quantas agências bancárias município possui?
"8"
Quantas casas de câmbio o município possui?
"1"
Quantos templos de manifestação de fé, igrejas o município possui?
"10"
Infraestrutura e Acessibilidade
O município possui abastecimento de água, serviços de esgoto, serviços de energia, serviços de coleta de lixo?
Sim
"todos"
O município possui aeroporto?
Sim
"2 de julho"
Quais os tipos de sistema de Transporte?
Transporte rodoviário de passageiros: (Transporte rodoviário coletivo de passageiros, organização de excursões em veículos rodoviários próprios, Serviço de táxi e locação de automóveis).
Qual a principal forma de acesso ao(s) destino(s) turístico(s)?
Não Informado
Qual a situação do acesso aos Atrativos Turísticos do município?
Boa
Qual a situação atual da Sinalização Turística do município?
Boa
O Município faz parte de alguma rota turística?
Sim
"Estrada Real da Bahia"
Existe linha regular de transporte turístico que interligue os principais atrativos?
Não
Qual a qualidade da rede de telefonia celular do município?
Ótimo
Qual a qualidade do fornecimento de internet no município?
Ótimo
Quantos postos socorros públicos existem?
"3"
Quantos postos socorros privados existem?
"2"

Quais sistema de segurança e equipamentos que proporcionam à população e ao turista as garantias básicas do cidadão?
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Há delegacia de proteção ao turista?
Não
Existem locais de embarque e desembarque sinalizados e com acesso em nível?
Não
Existem espaços reservados para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida?
Sim
O município dispõe de profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência? (ex.: domínio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS).
Sim
Economia Local
Quais são os agentes financeiros presentes no município?
"empresas"
As Empresas do seu Município tiveram acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR?
Sim
"não temos esses dados"
"não temos esses dados"
Existe outras linhas de crédito para acesso pelos empresários do trade turístico no Município?
Não
Qual o número total de empresas formais do setor do turismo existentes no município?
"80"
Há uma política de atração de investimentos privados para o setor?
Não
A Lei complementar nº 116 de 2003 lista os serviços tributáveis pelo ISS. Qual a arrecadação e a alíquota média aplicada do Imposto ISS nas atividades de turismo contidas no item 9 (Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres) da referida lei, para os anos de 2019 e 2020?
Valor da arrecadação em 2019 (R\$):
"sem dados"
Alíquota média do ISS em 2019 (%):
"sem dados"
Valor da arrecadação em 2020 (R\$):
"sem dados"
Alíquota média do ISS em 2020 (%):
"sem dados"
Aspectos Ambientais e Naturais

Quais tipos de Patrimônio Natural?
Não Informado
Há unidades de conservação (federal, estadual e/ou municipal)?
Sim
"nenhuma"
Quais tipos de Patrimônio Cultural?
Histórico: (edificações tombadas com genuíno fluxo e interesse turístico e histórico); e
Na lista abaixo, marque os segmentos de acordo com sua ordem de importância na geração de receitas para o município para os anos de 2019 e 2020, sendo 1 o mais importante e 6 o menos importante (não é preciso marcar nenhum número nos segmentos que não tenham nenhuma importância para o município).
Segmentos em 2019
Negócios e eventos
3
Sol e Praia
6
Turismo Cultural
4
Ecoturismo
3
Turismo de Aventura
4
Outros
Não Informado
Segmentos em 2020
Negócios e eventos
1
Sol e Praia
6
Turismo Cultural
2
Ecoturismo
1
Turismo de Aventura
1
Outros
Não Informado
Náutico
O Município possui:
Rios
O Município possui águas termais?

Não
O Município possui estudo sobre a profundidade desses rios, lagos ou lagoa?
Não
No Município esses rios, lagos ou lagoas são navegáveis, que possui possibilidade de equipamentos aquáticos como (jet ski, lancha ou qualquer outra embarcação) para navegar neles?
Sim
"Barragem de Cachoeira Grande, Lagoa Antonio Teixeira Sobrinho, Lagoa da Sapucaia"
O Município possui pontes sobre (o)s rio (s)?
Sim
"Ponte Carlos Daltro, Manoel Novaes"
O Município possui marinas/garagens náuticas, guarda para barcos?
Não
Essas estruturas possuem Alvará?
Sim
Possui Licença Ambiental vigente?
Sim
O Município possui empresas de comercialização de produtos ou serviços náuticos? (stand up, caiaque, surf, pesca, boias, mergulho).
Sim
O Município possui barcos para passeios turísticos?
Não
O Município tem Lei que regulamenta a atividade náutica?
Não
O Município tem algum projeto náutico?
Não
O Município possui Turismo de Pesca?
Não
O Município possui alguma atividade turística de mergulho?
Não
O Município possui alguma atividade turística de vela?
Não

Anexo D – Relatório de Atividades Turísticas do município de Senhor do Bonfim



Relatório de Atividades Turísticas MTUR - Ministério do Turismo

Município: Senhor do Bonfim - BA - Ano: 2022

Planejamento e Governança
O Município possui Legislação relacionada ao Turismo?
Sim
"Criação do Conselho Municipal do Turismo e Fundo Municipal do Turismo"
O Município participa de governanças regionais e estaduais de turismo?
Sim
"Câmara Técnica de Turismo Chapada Diamantina"
Informar as principais parcerias, rede de cooperação, intercâmbios etc. com outros municípios e/ou entidades regionais, nacionais ou internacionais voltados ao desenvolvimento do Turismo.
"No momento não existem"
O Município participa ou é contemplado em programas ou projetos com o MTur?
Não
Informe quais as principais atividades econômicas em seu Município
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Há um Fundo Municipal de Turismo
Sim
"0,00"
"Lei 1508/2019"
O Município possui Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de Turismo
Não
O Município possui Plano Municipal de Turismo e /ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo
Não
O Município possui Plano de Marketing do Turismo ou outros similares?
Não

O Município possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística?
Sim
"Plano Municipal do Turismo em processo de construção"
Possui gestão adequada de Resíduos Sólidos? (Conforme Lei nº 12.305/2010).
Não
Qual a receita tributária das atividades turísticas no município?
"0,00"
Sazonalidade, Oferta e Outros Serviços e Equipamentos de Apoio
Quantos meios de hospedagem e número de Leitos existem em seu município?
Nº de hospedagem:
"15"
Nº de Leitos:
"830"
Outros, descreva:
Não Informado
Quais os meios de hospedagem mais utilizado pelo turista?
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Quantos meios de hospedagem possuem cadastro no Sistema CADASTUR? (Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de Turismo).
Nº de cadastros:
"03"
Qual o período de maior fluxo turístico? (descreva os meses de Jan-Dez).
"junho-julho"
Qual o meio de comunicação utilizado para divulgação do destino?
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Qual a média do número de empregos gerados no setor de hospedagem?
Nº em média:
"60"
O Município possui cursos, programas e/ou ações de qualificação profissional para o turismo?
Não
Já houve manifestação de interesse de investidores em empreender no setor de turismo no município?
Sim
"vários loteamentos de chácaras em ascensão; investimentos no São João da cidade, vários novos bares e restaurantes em fase de implementação."
Possui guias e/ou condutores de turismo?

Sim
"25"
O Município possui locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas?
Sim
"Cardoso Car"
Quantas agências bancárias município possui?
"09"
Quantas casas de câmbio o município possui?
"0"
Quantos templos de manifestação de fé, igrejas o município possui?
"35"
Infraestrutura e Acessibilidade
O município possui abastecimento de água, serviços de esgoto, serviços de energia, serviços de coleta de lixo?
Sim
"Embasa, coelba"
O município possui aeroporto?
Não
Quais os tipos de sistema de Transporte?
Transporte rodoviário de passageiros: (Transporte rodoviário coletivo de passageiros, organização de excursões em veículos rodoviários próprios, Serviço de táxi e locação de automóveis).
Qual a principal forma de acesso ao(s) destino(s) turístico(s)?
Não Informado
Qual a situação do acesso aos Atrativos Turísticos do município?
Boa
Qual a situação atual da Sinalização Turística do município?
Precária
O Município faz parte de alguma rota turística?
Sim
"Chapada norte e Circuito Piemonte da Chapada"
Existe linha regular de transporte turístico que interligue os principais atrativos?
Sim
"Circuito chapada norte"
Qual a qualidade da rede de telefonia celular do município?
Ótimo
Qual a qualidade do fornecimento de internet no município?
Ótimo
Quantos prontos socorros públicos existem?
"01"
Quantos prontos socorros privados existem?

"0"
Quais sistema de segurança e equipamentos que proporcionam à população e ao turista as garantias básicas do cidadão?
Não Informado
Outros, descreva:
Não Informado
Há delegacia de proteção ao turista?
Não
Existem locais de embarque e desembarque sinalizados e com acesso em nível?
Sim
Existem espaços reservados para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida?
Sim
O município dispõe de profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência? (ex.: domínio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS).
Sim
Economia Local
Quais são os agentes financeiros presentes no município?
"Bradesco, Banco do Brasil"
As Empresas do seu Município tiveram acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR?
Não
Existe outras linhas de crédito para acesso pelos empresários do trade turístico no Município?
Não
Qual o número total de empresas formais do setor do turismo existentes no município?
"35"
Há uma política de atração de investimentos privados para o setor?
Sim
"Poder público"
A Lei complementar nº 116 de 2003 lista os serviços tributáveis pelo ISS. Qual a arrecadação e a alíquota média aplicada do Imposto ISS nas atividades de turismo contidas no item 9 (Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres) da referida lei, para os anos de 2019 e 2020?
Valor da arrecadação em 2019 (R\$):
"353.000,00"
Alíquota média do ISS em 2019 (%):
"5%"
Valor da arrecadação em 2020 (R\$):
"248.000,00"
Alíquota média do ISS em 2020 (%):
"5%"
Aspectos Ambientais e Naturais

Quais tipos de Patrimônio Natural?
Não Informado
Há unidades de conservação (federal, estadual e/ou municipal)?
Sim
"APA, Parque municipal"
Quais tipos de Patrimônio Cultural?
Histórico: (edificações tombadas com genuíno fluxo e interesse turístico e histórico); e
Na lista abaixo, marque os segmentos de acordo com sua ordem de importância na geração de receitas para o município para os anos de 2019 e 2020, sendo 1 o mais importante e 6 o menos importante (não é preciso marcar nenhum número nos segmentos que não tenham nenhuma importância para o município).
Segmentos em 2019
Negócios e eventos
2
Sol e Praia
1
Turismo Cultural
6
Ecoturismo
6
Turismo de Aventura
6
Outros
Não Informado
Segmentos em 2020
Negócios e eventos
4
Sol e Praia
1
Turismo Cultural
6
Ecoturismo
6
Turismo de Aventura
6
Outros
Não Informado
Náutico
O Município possui:
Rios
O Município possui águas termais?

Não
O Município possui estudo sobre a profundidade desses rios, lagos ou lagoa?
Não
No Município esses rios, lagos ou lagoas são navegáveis, que possui possibilidade de equipamentos aquáticos como (jet ski, lancha ou qualquer outra embarcação) para navegar neles?
Não
O Município possui pontes sobre (o)s rio (s)?
Não
O Município possui marinas/garagens náuticas, guarda para barcos?
Não
Essas estruturas possuem Alvará?
Não
Possui Licença Ambiental vigente?
Não
O Município possui empresas de comercialização de produtos ou serviços náuticos? (stand up, caiaque, surf, pesca, boias, mergulho).
Não
O Município possui barcos para passeios turísticos?
Não
O Município tem Lei que regulamenta a atividade náutica?
Não
O Município tem algum projeto náutico?
Não
O Município possui Turismo de Pesca?
Não
O Município possui alguma atividade turística de mergulho?
Não
O Município possui alguma atividade turística de vela?
Não